

Marcus Dezemone

***DO CATIVEIRO À REFORMA AGRÁRIA:
COLONATO, DIREITOS E CONFLITOS
(1872-1987)***

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito para a obtenção do
grau de Doutor em História
Área de concentração: História
Social

ORIENTADOR: PROF. DR. MARIO GRYSZPAN

NITERÓI
2008

MARCUS DEZEMONE

Graduou-se em História na Universidade Federal Fluminense em abril de 2002. Coursou o Mestrado em História da mesma instituição de maio de 2002 a maio de 2004. Aprovado na seleção ao Doutorado em janeiro de 2004, iniciou o curso após a defesa da dissertação, concluindo-o em setembro de 2008.

Marcus Dezemone

***DO CATIVEIRO À REFORMA AGRÁRIA:
COLONATO, DIREITOS E CONFLITOS
(1872-1987)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mario Grynszpan — Orientador
Universidade Federal Fluminense (UFF) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Prof.^a Dr.^a Hebe Maria Mattos — Argüidora
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a Dr.^a Márcia Motta — Argüidora
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a Dr.^a Marieta de Moraes Ferreira — Argüidora
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Prof.^a Dr.^a Leonilde Servolo de Medeiros — Argüidora
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a Angela de Castro Gomes — Suplente
Universidade Federal Fluminense (UFF) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Prof. Dr. Vanderlei Vazelesk Ribeiro — Suplente
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

NITERÓI
2008

*Dedico esta tese à memória de minha mãe,
Arlete Goulart de Oliveira Dezemone (1941-2007),
que através do exemplo ensinou-me
o gosto pelo estudo,
a persistência exigida pela pesquisa
e a paixão pelo magistério.*

AGRADECIMENTOS

Após quatro anos de trabalho e diante das páginas que se seguem, é imperioso fazer justiça e reconhecer pessoas e instituições que contribuíram, direta ou indiretamente, nas reflexões, no acesso a fontes e nos esforços que resultaram nessa tese de doutorado.

O primeiro registro compete à equipe da pesquisa *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada*, da qual fui bolsista de iniciação científica pelo CNPq, de agosto de 1999 até maio de 2002. O contato com a fazenda, as pessoas, o município e parte das fontes utilizadas na tese é tributário daquele trabalho. Mais do que isso, as atividades contribuíram muito para minha formação acadêmica, quando pude aprender com os professores Afrânio Raul Garcia Jr, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Sergio Leite e Mario Grysznpan; os pesquisadores Paulo Alentejano, Luciano Nunes Padrão e Elizabeth Linhares; e a bolsista Carla Castro.

Sou especialmente grato pela atenção dispensada, leituras cuidadosas, indicações de bibliografia, sugestões para exploração de fontes, nas contribuições de professores que acompanharam mais de perto minha trajetória. Hebe Maria Mattos, desde a graduação, ajudou-me a construir as questões investigadas nesta tese, em diversas ocasiões, quase uma “co-orientadora.” Verena Alberti foi muito atenciosa e precisa nos comentários. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Jorge Ferreira e Márcia Motta concederam oportunidades para publicar e divulgar resultados parciais.

Na etapa de pesquisa e manuseio das fontes, a professora Marieta de Moraes Ferreira foi decisiva ao franquear documentação familiar sob sua guarda, bem como parte do acervo da fazenda Santo Inácio. O bispo Dom Rafael Llano Cifuentes, da Diocese de Nova Friburgo, autorizou o trabalho com os arquivos eclesiásticos da Igreja Matriz de Trajano de Moraes – Paróquia Sagrado Coração de Jesus, onde fui muitíssimo bem recebido pelo padre Carlos Alberto Marin Puerta. Henrique Bon, médico e vereador de Cantagalo fez sugestões proveitosas sobre disponibilidade de fontes na região e indicou-me Darli Bertazzoni Barbosa, cuja contribuição foi inestimável. Sempre através de conversas eletrônicas, ele compartilhou resultados de suas pesquisas

sobre imigração na região serrana e forneceu-me os imprescindíveis Índices dos Livros de Batismos e Matrimônios das freguesias de Trajano de Moraes, Cantagalo e Santa Maria Madalena. Das instituições visitadas, duas merecem destaque por terem cumprido seu trabalho com empenho, seriedade e boa vontade: o APERJ, dirigido pelo professor Paulo Knauss de Mendonça; e o CIDE-RJ que se vê, no momento de conclusão do trabalho, lutando contra sua extinção preconizada por uma reforma administrativa do atual governo estadual.

Em Trajano de Moraes contei com hospitalidade e acolhida para o trabalho de campo. Agradeço a todos os entrevistados, em especial, ao Sr. Álvaro Pereira da Silva e ao Sr. Ênnio Cabral Filho, neto do ex-administrador da fazenda Santo Inácio. Os alunos de graduação em História na UFF Pedro Bogossian Porto, Fábio Frizzo e Camila Moraes Marques, auxiliaram na alimentação dos bancos de dados dos capítulos 1 e 2. Glauco José de Oliveira e André Tato revisaram cálculos e gráficos. Luigi Bonafé rompeu a solidão do trabalho acadêmico como amigo e interlocutor que me agraciou com incentivo, leituras e comentários pertinentes sobre a introdução e o capítulo 2. Através da secretária Stela Maria Guerreiro da Silveira, agradeço aos funcionários do PPGH-UFF, que também custeou minha participação em dois congressos acadêmicos. O CNPq concedeu bolsa de doutorado e taxa de bancada nos dois primeiros anos de pesquisa.

Na etapa de redação, fui liberado, em diversas oportunidades, de minhas atividades profissionais por colegas e instituições que se solidarizaram diante das dificuldades e reconheceram a importância da obtenção do doutoramento: a diretora Maria Helena Sampaio do Colégio Pedro II – Unidade Humaitá; o professor André Luiz Rodrigues Chaves, coordenador da Escola Parque, que me concedeu licença sem vencimentos em 2008; a coordenadora do Ensino Médio do Colégio Andrews, professora Beatriz Mine que jamais recusou qualquer solicitação de dispensa; o professor Luiz Eugênio Varajão Fernandes, supervisor pedagógico do Colégio Notre Dame – Ipanema; e o professor João Daniel de Almeida, coordenador pedagógico do Curso Clio. Todos eles, assim como alunos, colegas e funcionários das instituições mencionadas foram pacientes e prestativos quando mais necessitava.

O suporte dos amigos e familiares através do carinho, da preocupação com a saúde, da compreensão das minhas ausências em ocasiões importantes foi crucial para o equilíbrio e tranqüilidades necessários à conclusão do trabalho. Jamais esquecerei as manifestações de apoio daqueles que estiveram ao meu lado, sobretudo ao longo do período conturbado de inesperada internação, cirurgia, recuperação, recaída e falecimento de minha mãe, durante a realização da pesquisa. Pude contar com pessoas solidárias cujo emblema maior foi a presença incansável de meus tios Nilton e Palmyra e o amor e companheirismo de minha querida irmã Milena Dezemone, que me deram forças para superar a perda e seguir em frente. Minha namorada, Ana Carolina Abreu procurou ser compreensiva e afetuosa, mesmo diante do trabalho intenso exigido na fase final de redação que aparentava jamais terminar.

Igualmente, amigos acompanharam de perto os percalços como André Malina, Angela Roberti, Claudia Lino Piccinini, Glória Tonácio, Nicolas Alexandria, Rosa Neves e Valéria Rosito, companheiros de lutas e colegas do Ensino Superior do ISERJ. Foi esse o caso do eterno mestre e amigo professor Paulo Rogério Sily, juntamente com a equipe de história do Colégio Pedro II – Humaitá. Registro as amizades cultivadas desde a graduação que conhecem bem o ofício do historiador Juceli Santos Silva, Christiano Brito Monteiro dos Santos, Mario Brum, Fabíola Daniele Silva, Karla Guilherme Carloni, Manuela Bretas e João Medina, solidários e presentes tanto nas horas alegres quanto nas mais difíceis.

Por fim, o professor Mario Grynszpan, com quem tenho o privilégio de conviver desde 1999. Mario foi meu orientador nos momentos decisivos de minha trajetória acadêmica, na iniciação científica (1999-2002), no trabalho de conclusão de curso de graduação (2002), no mestrado (2002-2004) e no doutorado (2004-2008). Ele foi, na realidade, muito mais: tornou-se incentivador maior e amigo. Abriu as portas de sua casa e se privou de momentos com a família para me presentear com sua leitura minuciosa, comentários precisos, indicações bibliográficas e, em certas ocasiões, conselhos quase paternais. Por tudo isso, divido com ele os méritos que a tese por ventura possua, isentando-o de qualquer responsabilidade pelos problemas que por minha teimosia e desatenção ela certamente tem.

RESUMO

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado. Niterói: Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2008.

O tema desta tese é o sistema de colonato. O objetivo é entender sua gênese, alterações e superação através do desenvolvimento de noções de direitos, por meio do estudo dos conflitos que moldaram as relações entre uma família proprietária e a mão-de-obra. A investigação empírica partiu de reflexão anterior e de *corpus* documental relacionados à antiga fazenda cafeeira Santo Inácio, no município de Trajano de Moraes, região serrana do estado do Rio de Janeiro. O período cronológico contemplado foi longo, da aquisição da fazenda pela família proprietária, em 1872, até a desapropriação parcial de 1/3 de sua área original para reforma agrária, em 1987. As conclusões não se esgotam na fazenda ou município, mas permitem pensar processos mais amplos no mundo rural brasileiro, tais como: as origens do colonato em práticas vigentes desde a escravidão, os impactos materiais e simbólicos da Era Vargas (1930-1945) no mundo rural; e as estratégias de militantes políticos no campo fluminense, no contexto de mobilizações na década de 1960 e na conjuntura repressiva durante a Ditadura Militar (1964-1985).

PALAVRAS-CHAVE:

colonato; escravidão; Era Vargas; reforma agrária; e conflitos rurais

ABSTRACT

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado. Niterói: Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2008.

The theme of this thesis is the system of colonato. The goal is to understand its genesis, changes and overcome through the development of concepts of rights, through the study of conflicts that have shaped the relationship between a family owned and workforce. The empirical research started from previous discussions and documents related to the old farm coffee Santo Inácio, at Trajano de Moraes, mountain region of the state of Rio de Janeiro. The time period covered was long, the acquisition of farm owned by the family in 1872, until the partial expropriation of 1/3 of its original area for agrarian reform in 1987. The findings do not run out on the farm or municipality, but suggest broader processes in rural Brazil, such as: the colonato origins in social practices which remains form slavery, material and symbolic impacts from the Vargas Era (1930-1945) in rural areas; and the strategies of political activists in the field, in the context of mobilizations in the 1960's and the repressive climate during the military period (1964-1985).

KEYWORDS:

colonato; slavery, Age Vargas; agrarian reform; rural conflicts

RESUMÉ

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado. Niterói: Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2008.

Le thème de cette thèse est le système de colonato. L'objectif est de comprendre sa genèse, l'évolution et les surmonter par le développement des notions de droits, à travers l'étude des conflits qui ont façonné les relations entre une entreprise familiale et la main-d'œuvre. La recherche empirique à partir de discussions antérieures et des documents liés à l'ancien ferme du café Santo Inácio, à Trajano de Moraes, région montagneuse de l'état de Rio de Janeiro. La période couverte a été longue, l'acquisition de la ferme appartenant à la famille en 1872, jusqu'à ce que l'expropriation partielle de 1/3 de sa superficie initiale pour la réforme agraire en 1987. Les résultats ne sont pas sur la ferme ou de la municipalité, mais suggèrent processus plus large dans les régions rurales du Brésil, tels que: l'origine de le colonato dans les pratiques esclavagistes, les répercussions matériel et symbolique du ère Vargas (1930-1945) dans les zones rurales et les stratégies de militants politiques dans le domaine Fluminense, dans le contexte de mobilisations dans la décennie de répression du climat en 1960 et pendant la Ditadura militaire (1964-1985).

MOTS-CLÉS:

colonato; l'esclavage, Era Vargas; réforme agraire; et conflits

SUMÁRIO

Agradecimentos	2
Resumo	5
Abstract	6
Resumé	7
Apresentação	10
Introdução	17
a) Escravidão e latifúndio no pensamento social brasileiro.....	18
b) Colonato: negociações e conflitos	23
c) Região cafeeira, município e fazenda Santo Inácio: escalas e mundo rural... 30	
d) A história da memória da fazenda pelos porta-vozes autorizados.....	40
Capítulo 1	50
Tempo do Cativo e Gênese do Colonato	50
1.1. Visões da fazenda e do papel da escravidão.....	51
1.2. Senhores e escravos na crise do escravismo.....	67
1.3. Os “fazendeiros capitalistas”	72
1.4. Famílias escravas e a dinâmica dos grandes plantéis	82
1.5. Comunidade escrava e compadrio	92
1.6. Libertos e matrimônios coletivos	110
1.7. A “catinga do cativo”	118
Capítulo 2	128
Tempo de Vargas	128
2.1 Os efeitos da dupla crise.....	129
2.2 Camponeses e direitos sociais: um paradoxo na memória?	137
2.3 Era Vargas: impactos no mundo rural	143
2.4 Usos da legislação social no campo	159
2.5 A persistência na memória	173
2.6 Mediação política e “legalismo camponês”	182
Capítulo 3	189
Tempo da Reforma Agrária	189
3.1. A erosão da autoridade tradicional	190
3.2. Esquerdas: descobertas e redescobertas do campo.....	195
3.3. A “rota da subversão”	209
3.4. “Perdemos a revolução”	220
3.5. As estratégias nas margens estreitas.....	234
3.6. De colonos a posseiros	246
Conclusão	259
Fontes e Bibliografia	267
Apêndices	289
Anexos	294

APÊNDICE 1: Árvore genealógica da família Moraes.....	290
APÊNDICE 2 Gráfico com total de cartas e processos (1928-1947).....	291
APÊNDICE 3: Cronologia São Francisco de Paula/ Trajano de Moraes(1835-1987). 292	
ANEXO 1: Estrada de Ferro Leopoldina e ramal Barão de Araruama	295
ANEXO 2: Panfleto apreendido: “grande reunião”/ ”comício sobre ruralismo”	296

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 01 <i>Lavoura de café fluminense por pés de café (produzidos + novos)</i>	33
TABELA 02 <i>População residente por sexo na freguesia/ município de São Francisco de Paula (1872-1920).....</i>	56
TABELA 03 <i>População residente por nacionalidade na freguesia/ município de São Francisco de Paula (1872-1920).....</i>	58
TABELA 04 <i>Condição jurídica dos padrinhos de ventre-livres freguesia de São Francisco de Paula (1871-1888).....</i>	99
TABELA 05 <i>Condição jurídica dos padrinhos por grupos de proprietários na freguesia de São Francisco de Paula (1871-1888).....</i>	103

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 01 <i>Estado do Rio de Janeiro, região serrana e Trajano de Moraes</i>	30
MAPA 02 <i>Sertões de Macacu</i>	31
MAPA 03 <i>Trajano de Moraes e distritos.....</i>	34
MAPA 04 <i>Fazenda Santo Inácio e subdivisões</i>	35

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM 01 <i>Casa de vivenda da fazenda Santo Inácio – vista do terreiro</i>	36
IMAGEM 02 <i>Local da antiga senzala da fazenda Santo Inácio</i>	37

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 <i>Condição jurídica dos padrinhos por grupos de proprietários na freguesia de São Francisco de Paula (1871-1888).....</i>	104
GRÁFICO 02 <i>Produção de Banana em Trajano de Moraes (1940-1985).....</i>	192
GRÁFICO 03 <i>Produção de café em Trajano de Moraes (1920-1985)</i>	226
GRÁFICO 04 <i>Ocupação das terras em Trajano de Moraes (1940-1970).....</i>	227

APRESENTAÇÃO

O colonato, sistema que organizou o trabalho em áreas cafeeiras do sudeste de fins do século XIX até meados do século XX, não teve uma história única nas fazendas em que foi adotado. Tampouco deixou de apresentar aspectos comuns, elementos que permitiriam percebê-lo, por contemporâneos e observadores de outras épocas, como um conjunto de práticas que se assemelham ao pautarem as relações entre proprietários e trabalhadores rurais. Esta tese busca entender como se operou a gênese, alterações e superação desse sistema, através do desenvolvimento de noções de direitos, em meio a conflitos e acomodações. Para isso partiu de reflexão anterior e de *corpus* documental relacionados à antiga fazenda cafeeira Santo Inácio, no município de Trajano de Moraes, região serrana do estado do Rio de Janeiro. O período cronológico contemplado foi longo, da aquisição da fazenda pela família proprietária quando utilizava mão-de-obra escrava, em 1872, até a desapropriação parcial de 1/3 de sua área original para reforma agrária, em 1987.

Cheguei até a fazenda Santo Inácio através da atuação como bolsista de iniciação científica do CNPq na pesquisa *Assentamentos Rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental*, de agosto de 1999 até maio de 2002. Aquela pesquisa realizou amplo estudo comparativo de quatro assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro: Capelinha, em Conceição de Macabu; São Roque, em Paraty; Cachoeira Grande, em Magé; e Santo Inácio, em Trajano de Moraes, resultado da desapropriação de parte da fazenda de mesmo nome.

Os critérios de escolha dos assentamentos foram pautados pela diversidade regional e pelas origens históricas diferenciadas.¹

Sobre o assentamento rural Santo Inácio foram gravadas aproximadamente 30 horas de depoimentos orais, de 20 pessoas diferentes, entre ex-colonos assentados, ex-colonos não-assentados, descendentes dos proprietários, empregados, técnicos, militantes políticos etc.² As entrevistas realizadas reuniram preciosos relatos que poderiam ser contrapostos a evidências materiais coletadas. Foi esse o ponto de partida para a dissertação de mestrado “*Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes - RJ (1888-1987)*”, defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF.³ A dissertação resultou de uma profunda curiosidade intelectual para melhor conhecer os conflitos que pavimentaram o processo da centenária fazenda, do latifúndio à desapropriação parcial, através dos diferentes sistemas de organização do trabalho, pautando as relações das pessoas umas com as outras: da escravidão ao colonato e do colonato ao assentamento rural. Curiosidade tão grande quanto à vinculada à trajetória da fazenda foi aquela em relação aos homens e mulheres que dela tomaram parte ou, por variados motivos, se excluíram ou foram excluídos, no curso de verdadeiras metamorfoses identitárias da mão-de-obra: de escravos a colonos, de colonos a posseiros, e de posseiros a assentados.

A atenção da dissertação voltou-se à memória produzida sobre as relações entre trabalhadores e a família proprietária e, para como, ao produzi-la, os atores, sobretudo

¹ A pesquisa foi coordenada por Afrânio Garcia Jr. (EHESS-Paris), Leonilde Medeiros (CPDA-UFRRJ), Mario Grynszpan (CPDOC-FGV e UFF) e Sergio Leite (CPDA-UFRRJ), com financiamento do CNPq, FAPERJ e Fundação Ford. Compuseram a equipe três pesquisadores, à época doutorandos: Elizabeth Linhares (antropóloga/ IFCS-UFRRJ); Luciano Nunes Padrão (sociólogo/ CPDA/UFRRJ) e Paulo Roberto Alentejano (geógrafo/ CPDA-UFRRJ). Participaram como bolsistas de Iniciação Científica: Priscila Cruz Barone e Vânia Costa Pimentel (Engenharia Agrônoma/UFRRJ) que passaram, em dezembro de 2000, à condição de bolsistas de apoio técnico; Carla Bianca Vieira de Castro (Ciências Sociais/UFF); Adefilson Silva (Biologia/UFRRJ) e Alex Sander Santos (Engenharia Agrônoma/UFRRJ). Sobre os resultados, ver: LINHARES, Elizabeth; MEDEIROS, Leonilde; PADRÃO, Luciano; ALENTEJANO, Paulo. (orgs.) *Conhecendo Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2002.

² Os depoimentos estão depositados no acervo do CPDA-UFRRJ, na caixa Santo Inácio, da pesquisa *Assentamentos Rurais em perspectiva comparada*, coletados entre 2000 e 2001.

³ DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004. A defesa ocorreu em 07/05/2004, com a banca examinadora composta pelos professores Mario Grynszpan - orientador (UFF e CPDOC-FGV), Hebe Mattos (UFF), Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ) e Verena Alberti (CPDOC-FGV).

os camponeses,⁴ construíram suas próprias identidades. A documentação trabalhada foi composta, além dos depoimentos orais coletados para a pesquisa *Assentamentos Rurais*, por arquivos pessoais dos proprietários da fazenda Santo Inácio,⁵ processos administrativos e judiciais, periódicos, documentos sindicais e da polícia política. A preocupação, naquela ocasião, foi abordar a memória, nos seus pontos de similitudes e divergências, em função daquilo que foi percebido, destacado e silenciado pelos atores nos seus relatos. Resultou da dissertação um mapeamento monográfico da *história da memória* da fazenda Santo Inácio, cujos relatos alcançavam o colonato na região.⁶

A contraposição dos conjuntos de fontes – as orais e as textuais – sobre a fazenda Santo Inácio forneceu, no mestrado, elementos que mereciam maior atenção numa pesquisa de maior fôlego. Ficou claro que as questões que emergiram da dissertação não poderiam ser abordadas com o tratamento adequado no escopo reduzido daquele trabalho, justificando maiores investimentos. Indícios sugeriam tanto a relativização de teses consagradas pela produção acadêmica quanto à complementaridade de recentes contribuições historiográficas.

Em primeiro lugar, foram reunidas evidências que permitiram reforçar a crítica à idéia do enfraquecimento político e econômico de alguns cafeicultores fluminenses na transição do trabalho escravo para o livre e nas décadas iniciais da Primeira República (1889-1930). Contrariando as memórias e teses que insistem no abandono das fazendas após a Lei Áurea, foi constatado o fortalecimento dos laços familiares entre os escravos das grandes fazendas cafeeiras, o que contribuiu para a permanência deles depois da

⁴ A categoria “camponês” (e suas variações campesinato, camponeses, campesinos) integra um debate de longa data nas ciências humanas. Não cabe aqui uma conceituação rígida para defini-la, empregando-a nesse trabalho como termo de referência às populações rurais subordinadas. Para o debate, ver: SHANIN, Teodor. “Campesinato”. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, pp. 54-57. A metodologia e a carga política do conceito são discutidas em: CARDOSO, Ciro Flamarion. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. In: CHEVITARESE, André (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, pp. 19-38. No campo da antropologia, há um balanço importante em SILVERMAN, Sydel. “The peasant concept in Anthropology”. In: *The Journal of Peasant Studies*. V. 7, n. 1, 1979, pp. 49-69; e a rejeição a uma categoria universal está em: KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the Peasantry: anthropology in global perspective*. Westview Press, 1996.

⁵ Agradeço à professora Marieta Moraes Ferreira (CPDOC-FGV e UFRJ) que franqueou naquela oportunidade acesso à documentação familiar que estava sob sua guarda.

⁶ Tributo a noção de “história da memória” a Henri Rousso. Ver ROUSSO, Henri. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, pp. 93-101, 2001. p. 97.

emancipação, o que resultava, entre outros elementos, de concessões como o acesso a cultivos de subsistência, revelado pelos depoimentos orais, mantidos no contrato de colonato.

Em segundo lugar, evidenciou-se com muita força um inesperado lugar privilegiado de Getúlio Vargas. A figura do ex-presidente aparecia marcadamente associada ao combate ao arbítrio e ligada a noções de direitos nos relatos de camponeses sobre os anos 1930-1950. Além de serem considerados pela produção acadêmica como afastados dos alcances da legislação trabalhista, os trabalhadores rurais atravessaram um período muito conturbado na década de 1930, com os efeitos da Crise de 1929 e da Revolução de 1930 no campo, gerando inúmeras mudanças, no que poderia ser percebido por um pesquisador como uma época de perdas. Isso faria a presença positiva de Vargas na memória parecer, no mínimo, contraditória. Por que então ela aparecia?

Por último, a ação dos movimentos sociais e do sindicalismo rural na década de 1960 revelou a presença de militantes de sindicatos urbanos, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Depois do golpe e da repressão, a década de 1970 teve uma ação sindical que soube operar em seu favor as próprias iniciativas do regime na busca de sua legitimação, como a reabertura dos sindicatos fechados em 1964. Essa ação permitiria lançar luz sobre as estratégias das entidades, militantes e trabalhadores rurais num contexto bastante desfavorável para suas demandas, potencializado numa fazenda como a Santo Inácio, cuja propriedade, naquela ocasião, pertencia a um coronel da ativa do Exército, hoje general.

Para responder essas questões utilizei fontes das mais variadas naturezas, como depoimentos orais; processos administrativos e judiciais; documentação cartorial (partilhas, testamentos e inventários); eclesiástica (assentamentos de batismo e matrimônio); acervos particulares – organizados e abrangentes sobre alguns temas e extremamente fragmentados e dispersos sobre outros, sobretudo no que se refere ao século XIX; correspondências remetidas à presidência da República; documentos das entidades dos trabalhadores rurais Sindicato, Federação e Confederação; levantamento em periódicos e nos arquivos da polícia política. A pluralidade de fontes exige

procedimentos específicos que serão expostos e detalhados na medida em que forem trabalhada.

Caberia aqui, em linhas gerais, delimitar e justificar o porquê da escolha do longo corte temporal sobre o qual a investigação se debruçou. A opção pelo recuo até 1872 – ano de aquisição da fazenda Santo Inácio pela família Moraes mantida até hoje pelos descendentes – permitiria acompanhar as relações entre mão-de-obra e proprietários nas diferentes gerações e trajetórias familiares. Por ocasião da aquisição, a propriedade, de acordo com sua escritura de compra, funcionava no modelo produtivo da grande lavoura cafeeira, que adotava, na região, o trabalho escravo de origem africana. Os depoimentos orais de ex-colonos forneceram indicações que apontaram esse período como um momento relevante de configuração do colonato. Um ano antes da compra, o modelo de exploração do trabalho na escravidão recebia um duro golpe que claramente projetava sua extinção: a Lei Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre-Livre, de 1871, que, dentre outras medidas, retirava condição de escravo dos filhos das cativas. Por ora, o que deve ser ressaltado é que as alterações trazidas pela medida abriram oportunidades tanto para senhores quanto escravos se prepararem para a transição à mão-de-obra livre. A exploração das escolhas efetuadas no contexto regional será enfocada nos seus aspectos relevantes para a configuração do colonato.

A entrada e saída de trabalhadores nas fazendas, comuns até os anos 1930, revelaram uma “circulação pelas fazendas da região”, isto é, a saída de um colono de uma propriedade era seguida pelo seu ingresso em outra. Foi o fim desse mecanismo, causado entre outros fatores pela substituição dos cafezais pela pecuária que, por um lado, acentuou o êxodo rural e, por outro, intensificou os conflitos, tornando-os mais visíveis a partir da década de 1960.

A escolha de 1987 para conclusão da investigação refere-se à desapropriação parcial da fazenda pelo governo federal para fins de reforma agrária. O ato de intervenção do Poder Executivo baseou-se em parecer do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que considerava a fazenda Santo Inácio “latifúndio por inexploração” e reconheceu a existência de conflitos, independente da condição jurídica daqueles que pleiteavam a terra. A medida foi resultado, dentre outros elementos, de

uma luta política que conjugou a resistência contra a expulsão da terra a mando do fazendeiro, desde fins dos anos 1960, com ações judiciais iniciadas em 1971; participação de militantes sindicais e apresentação do litígio para autoridades como disputa entre “posseiros” e alguém que “se diz proprietário”. Essa estratégia não foi desenvolvida apenas na fazenda Santo Inácio: ela foi observada no mesmo período em outras fazendas do Estado do Rio de Janeiro, com colonos, empregados e ex-colonos identificando-se e sendo identificados como posseiros.

* * *

Segue-se, agora, uma breve descrição da estrutura desta tese.

A introdução resume as posições e o lugar no pensamento social brasileiro das duas temáticas que articulam a tese: cativo e reforma agrária ou escravidão e latifúndio. Em seguida, apresenta a região, o município e a fazenda destacando como é possível pensar questões mais amplas a partir do caso. Através da “história da memória” da fazenda Santo Inácio, da origem do sistema do colonato até sua superação, são levantados os tempos que nortearam a investigação, por organizarem as recordações de proprietários e colonos, considerados por seus grupos como “porta-vozes autorizados” das representações coletivas.

A historiografia tradicional, memórias e depoimentos orais de fazendeiros e descendentes falam de uma “memória da decadência” dos proprietários rurais que atribuíram seu declínio político e econômico ao fim da escravidão. O primeiro capítulo da tese critica essa idéia de decadência generalizada dos cafeicultores fluminenses após a abolição, através da constatação de que fazendeiros diversificavam suas atividades econômicas, revelada pela análise de documentação cartorial como partilhas, testamentos, inventários, escrituras de compra e venda de imóveis e escravos e reconhecimento de dívidas, localizados em arquivos públicos e coleções particulares. Por seu turno, os ex-escravos, em conformidade com uma historiografia recente, aparentaram o fortalecimento de laços comunitários. A família escrava teve papel importante na transição para o trabalho livre, o que foi investigado pelos registros eclesiásticos de batismos e matrimônios. Perseguiu-se a gênese de noções de direitos e do sistema do colonato.

A historiografia brasileira consagrou a tese do afastamento do campesinato do alcance da legislação social que teria beneficiado, quase que exclusivamente, os trabalhadores urbanos durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). O objetivo do segundo capítulo é relativizar essa interpretação e as demais concepções dela decorrentes. Através de fontes primárias, como cartas remetidas ao presidente e processos administrativos e judiciais, relatos orais de duas regiões rurais brasileiras – o sudeste cafeeiro e o nordeste canavieiro –, o capítulo procura apontar os impactos simbólicos e materiais da legislação social para a formulação de noções de justiça, legitimidade e direitos no mundo rural brasileiro. Defende-se que a apropriação sofrida pela legislação social no mundo rural contribuiu para a erosão da autoridade tradicional dos grandes proprietários rurais, tornando-se um importante aspecto da constituição de uma cultura camponesa, fundamental para a compreensão das mobilizações políticas posteriores.

O terceiro e último capítulo confronta as perspectivas consagradas sobre as mobilizações camponesas no início dos anos 1960 às evidências coletadas sobre o campo fluminense, em meio aos discursos que acionavam a idéia de reforma agrária. O capítulo também lança luz sobre as lutas da década de 1970 em meio à repressão, em geral, tema pouquíssimo estudado. Outra investigação aborda o processo de imposição de uma imagem pública – a de posseiros, gerada num contexto de luta. As fontes utilizadas foram relatos de militantes políticos, correspondências remetidas pelas entidades dos trabalhadores rurais, periódicos, e documentos da polícia política.

A conclusão procura realçar os principais elementos nas negociações desiguais entre patrões e empregados, destacando a conformação, alterações e erosão dos mecanismos tradicionais de sujeição. As questões investigadas ao longo da trajetória de conflitos em mais de um século na fazenda Santo Inácio são retomadas para, a partir do caso estudado, sistematizar e sugerir algumas possibilidades nas quais a tese poderia contribuir para pensar o mundo rural brasileiro.

INTRODUÇÃO

a) Escravidão e latifúndio no pensamento social brasileiro

As palavras que articulam o título dessa tese estão associadas a temas polêmicos, responsáveis por debates acalorados na sociedade brasileira. Um longo trabalho que envolveu múltiplos atores, de acadêmicos a militantes políticos, tornou *cativeiro* e *reforma agrária* expressões que remetem no Brasil, quase diretamente, a *escravidão* e *latifúndio*. Estas, por sua vez, aparecem na luta política e na retórica de movimentos sociais que as tomam como noções geradoras e legitimadoras de direitos, como o sistema de cotas e a redistribuição fundiária. Escravidão, latifúndio e reforma agrária há décadas figuram como objetos de reflexão no pensamento social brasileiro, sobretudo em pesquisas daquilo que, na falta de um termo mais apropriado, se convencionou chamar de *mundo rural*.¹

O interesse acadêmico pelo mundo rural parece ter declinado quando confrontado ao passado.² É provável que isso se deva ao fato de a sociedade brasileira se considerar esmagadoramente urbana.³ A acelerada urbanização que em tão pouco tempo construiu o Brasil com feições modernas e industriais serviu para que muitas vezes se procurasse esquecer, às vezes intencionalmente, o papel do mundo rural na construção material e simbólica da nação.⁴ Não obstante, gerações de intelectuais

¹ A expressão “mundo rural” valoriza as interações e a interdependência daquilo que no senso comum aparece simplificado pela dicotomia formalista rural/urbano, que enfatiza a descontinuidade espacial e a idéia de configurações sociais opostas. Cf. TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SANTOS, Raimundo e COSTA, Luís Flávio de Carvalho (orgs.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998; e COSTA, Luís Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (orgs.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

² Em consulta à base de dados do CNPq na internet com os currículos dos doutores, constata-se que as palavras “campo”, “rural” e “camponeses” totalizam menos pesquisas e indicadores de produção acadêmica do que “cidade”, “urbano” e “trabalhadores urbanos” como título, assunto ou palavra-chave. www.cnpq.br em 20/02/2008.

³ Há um debate em torno dos critérios brasileiros de classificação das áreas urbanas e rurais, cuja revisão, ao aproximar-se de parâmetros internacionais, tornaria o país menos urbanizado do que se acredita. Ver, nesse sentido, VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

⁴ Inúmeros exemplos atestam isso: a prioridade nos anos 1930 e 1940 ao tombamento de bens urbanos, de origem luso-católica, em detrimento de bens rurais, africanos e indígenas; o confronto do passado colonial com o presente e futuro como revela a aprovação do projeto de Oscar Niemeyer para o Grande Hotel, em estilo modernista, propositalmente destoando do conjunto do casario colonial no centro urbano de Ouro Preto (Cf. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: the first Vargas regime*. Durham and London: Duke University, 2001, pp. 89-134). Os critérios pouco exigentes que definem aglomerado urbano no Brasil (DUARTE, Ronaldo Goulart. *A cidade que lugar é esse?* São Paulo: Editora do Brasil, 2003, p. 35-37); e a retórica da construção, o estilo e a concepção de Brasília no governo JK, como retrato

preocuparam-se em refletir acerca do rural como *locus* privilegiado para o entendimento dos problemas nacionais. Teria sido essa a inflexão da chamada *geração de 1930*, com Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933), Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) e Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).⁵ Separados por quase trinta anos, Antonio Candido (1967) e Evaldo Cabral de Mello (1995) os reconheciam, apesar dos diferentes matizes teóricos, como pais fundadores de um pensamento social tipicamente nacional, ao romperem com as análises de cunho racista e biológico que marcavam a produção intelectual até então.⁶ Segundo Afrânio Garcia e Mario Grynszpan a *geração de 1930* voltou-se ao passado colonial, com o olhar para o mundo rural, mas com sua reflexão projetada para o futuro do país, ao conferir destaque a aspectos que auxiliariam no entendimento do Brasil a partir de “casas-grandes” e de “senzalas”, binômio formador de um regime escravista supostamente amenizado pelo “paternalismo”; do “patrimonialismo”, através da atuação dos “homens cordiais” na esfera pública na defesa dos seus interesses privados; da estruturação da “grande lavoura”, com seu “sentido” nos impulsos dos mercados internacionais e do papel do “latifúndio” no atraso.⁷

Da década de 1950 aos anos 1980, intelectuais dialogaram intensamente com os autores da *geração de 1930*, ao elegerem como centro de suas preocupações os temas da escravidão e da reforma agrária. Reagindo ao que consideravam um excessivo abrandamento da escravidão atribuído a *Casa Grande & Senzala* de Freyre, um grupo posteriormente chamado de *escola sociológica paulista*, com referencial no marxismo, se reuniu sob orientação de Florestan Fernandes, inseridos num grande projeto mundial financiado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e

do país moderno que se pretendia construir (GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed., 2002).

⁵ Respectivamente: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 22ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983 [1933]; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995 [1936]; e PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977 [1942].

⁶ Ver CÂNDIDO, Antônio. “O significado de *Raízes do Brasil*” [1967]; e MELLO, Evaldo Cabral de. “Posfácio: *Raízes do Brasil* e depois” [1995]. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995 [1936], respectivamente, pp. 9-21 e pp. 189-193.

⁷ Cf. GARCIA, Afrânio e GRYNSZPAN, Mario. “Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão.” In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, p. 311-348, 2002.

Cultura) de combate ao racismo.⁸ Dentre outros, Fernando Henrique Cardoso (1962), Octávio Ianni (1962) e Emilia Viotti da Costa (1966) buscaram no passado escravista as razões para o atraso econômico do Brasil.⁹ Sempre que possível, aqueles pesquisadores refutavam as conclusões do sociólogo pernambucano, demonstrando com isso, que o Brasil não seria um modelo para as relações inter-raciais, tal como a fama desfrutada pelo país nos meios internacionais.

Simultaneamente a esse debate, outro era travado no qual a reforma agrária se impunha como uma necessidade. Apesar da ausência de uma proposta consensual, para muitos tratava-se de superar um forte obstáculo ao desenvolvimento: o latifúndio. Moacir Palmeira (1971) percebeu, ao tomar como objeto o debate sobre a reforma agrária até os anos 1970, que nenhuma posição rejeitava e desqualificava em absoluto as críticas recebidas; os argumentos sempre deixavam margem para que posições opostas pudessem ser implementadas, ainda que parcialmente, o que evidenciaria a tentativa de somar forças contra o latifúndio.¹⁰

A transição da Ditadura Militar (1964-1985) para a Nova República teve uma rearticulação dos movimentos sociais e permitiu-lhes alcançar algumas reivindicações. O Movimento Negro organizado obteve com a Constituição de 1988 dispositivo que assegurou aos remanescentes de quilombo o acesso à terra por eles ocupada. A Fundação Cultural Palmares estimou em 2 milhões os possíveis beneficiários da medida legal.¹¹ Em 2003, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura da África, dos africanos e dos afro descendentes, temas até então negligenciados pelos

⁸ Sobre o projeto da Unesco e seu papel na formação do grupo paulista e das ciências sociais brasileiras, ver MAIO, Marcos Chor. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997. Especificamente sobre a posição assumida diante da obra de Freyre, do mesmo autor MAIO, Marcos Chor. “Tempo Controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco”. *Revista Tempo Social*. São Paulo: v. 11, p. 111-136, 1999.

⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec, 1962; COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1966.

¹⁰ PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme au Brésil: lecture critique d'un débat*. Thèse de doctorat. Paris: Paris V, 1971. Para a idéia de um consenso em torno de algum tipo de “reforma agrária”, apesar das mais conflitantes visões, LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 138-148.

¹¹ Constituição Federal de 1988, artigo 68, Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); VÉRAN Jean-François. “Quilombos and land rights in contemporary Brazil”. In: *Cultural Survival Quarterly*. Winter, 2002, pp. 20-25.

currículos brasileiros.¹² No mesmo ano, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi pioneira na adoção do sistema de cotas para acesso de afro-descendentes aos cursos de graduação, inspirada nas ações afirmativas dos EUA.¹³ Seguido por outras universidades e até por outras instituições públicas, o sistema de cotas gerou acalorado debate nos meios acadêmicos brasileiros. Alguns intelectuais se manifestaram contrários à medida, ao considerarem as condições socioeconômicas, mais do que étnicas ou raciais, como bases do debate nacional sobre cotas e ações afirmativas, alertando para o que seriam os “perigos” das políticas raciais.¹⁴

A redemocratização trouxe também a esperança de que a reforma agrária deslancharia junto com uma renovação das mobilizações no campo, tendo à frente um novo ator, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), surgido em 1984. As ocupações de propriedades e de prédios públicos chamaram atenção para a reforma agrária, apresentada como “uma luta de todos”. No entanto, passados vinte anos da “Constituição Cidadã”, antigos defensores tornaram-se alguns dos principais críticos da política de distribuição de terras e dos movimentos sociais que a reivindicam.¹⁵ Numa franca discordância diante das estratégias do MST, para tais críticos, a grande propriedade deixava de ser considerada responsável pelo atraso do país ao se assinalar as diferenças entre latifúndio improdutivo e produtivo. Este último era associado ao termo *agronegócio*, percebido como benéfico e necessário ao desenvolvimento nacional e inserção do Brasil no mundo globalizado através da agro-exportação. Posteriormente, os críticos afirmaram que, tal como concebido nos anos 1960, o latifúndio teria deixado de existir. Isso procurava descolar as chamadas empresas rurais, grandes propriedades,

¹² A lei 10639/2003 foi alterada pela lei 10645 de 10 de março de 2008 ao acrescentar a obrigatoriedade de temas referentes à cultura indígena. *Diário Oficial da União*, 11/03/2008, p. 1, coluna 2.

¹³ Sobre as ações afirmativas ver: UGÁ, Vivian Dominguez. “Ação Afirmativa.” In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2004, pp. 16-17.

¹⁴ Ver a coletânea: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; et alli (org.). *Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵ Na academia, José de Souza Martins parece ser o mais notório caso. Ver as posições do autor em dois momentos de sua trajetória: MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Hucitec: São Paulo, 1979; e MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. Esse movimento de alguns intelectuais havia sido notado em trabalho de fins da década de 1990 por Moacir Palmeira e Sergio Leite. PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sergio. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In. SANTOS, Raimundo & COSTA, Luís Flávio de Carvalho (orgs.) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

mecanizadas, com alta produtividade da categoria latifúndio, pelo conteúdo marcadamente político do último, vinculado à bandeira da reforma agrária.¹⁶

A mobilização social e a produção legal renovaram o interesse pelos estudos da escravidão e da questão agrária, com a produção acadêmica adquirindo, inegavelmente, uma dimensão política forte, seja de forma mais explícita através das posições públicas assumidas, seja pelo seu uso para legitimar ou criticar disposições legais, demandas ou estratégias, tanto do Movimento Negro, quanto dos movimentos rurais.¹⁷

No começo do século XXI, ao se pensar que tipo de cidadania se quer desenvolver na sociedade democrática em construção desde fins dos anos 1980, historiadores e cientistas sociais voltam, com insistência, a atenção para lutas e direitos.¹⁸ Há de se realçar que enveredam por esse mesmo caminho pesquisas abertas por uma historiografia recente da escravidão, com um renovado interesse pelo rural, que buscam, na reflexão diante da escravidão e do pós-emancipação no campo, elementos para melhor compreender a sociedade que se construiu no Brasil do século XX.¹⁹ Bem mais no campo das ciências sociais do que da história, os assentamentos rurais e suas

¹⁶ O “descolamento” é a posição assumida por GRAZIANO, Xico. “O Fantasma do Latifúndio”. In: *O carma da terra*. São Paulo: A Girafa, 2004, pp. 53-74. Opondo-se a essa perspectiva, Plínio de Arruda de Sampaio destaca o elevado custo social do modelo da grande propriedade agro-exportadora (cf. SAMPAIO, Plínio Arruda. “Os males da estrutura anacrônica”. In: *Folha de São Paulo*. 08/05/2004, p.3).

¹⁷ Sob o título de “Senzala geral” o historiador Manolo Florentino (UFRJ) afirmou que a “qualidade de vida de escravos e homens livres, ambos vivendo em condições precárias, pouco diferia na América Portuguesa”. Citando o trabalho da historiadora Cacilda Machado, demonstra como descendentes nascidos livres de uma família formada por um escravo e uma índia, ao contraírem matrimônio com escravas, viram seus filhos tornarem-se cativos, devido à transmissão da condição jurídica de escravo pela mãe. A explicação do autor para isso seria o cenário comum que atinge os grupos, onde “talvez tenha surgido ali – na pobreza, e não nos estatutos jurídicos ou nas etnias em particular – a ambigüidade que se tornou o outro nome do Brasil.” Leitura possível extraída dessas considerações é a do equívoco de políticas baseadas em critérios étnicos raciais e não socioeconômicos. FLORENTINO, Manolo. “Senzala Geral”. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 11/05/2008, p. 3. Outro exemplo é o debate sobre a luta pela reforma agrária através de argumentos que atribuem ao MST uma essência urbana – os “falsos sem-terras”, com o propósito de desqualificar a luta política (GRAZIANO, Xico. “A farsa dos sem terra”. In: *O Globo*, 28/10/2003); ou uma essência rural – “autênticos camponeses” – que querem reverter o êxodo rural, buscando legitimar as ações do movimento (FERNANDES, Bernardo Mançano. “O Grande Inquisidor”. In: *O Globo*, 10/11/2003).

¹⁸ São muitos os títulos. Por todos: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; e GOMES, Angela de Castro (Org.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹⁹ Diversas obras e coletâneas foram publicadas nos últimos anos. Em especial, ver RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; e GOMES, Flávio dos Santos; e CUNHA, Olívia Maria Gomes da (Org.). *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

dinâmicas interna e externa, a partir da chave de leitura da luta por direitos tornou-se tema de um conjunto de pesquisas que procuravam restabelecer a legitimidade política e a defesa da viabilidade econômica da reforma agrária.²⁰ Novamente, o estudo do mundo rural pode contribuir para elucidar questões relacionadas a direitos e cidadania que tem na escravidão e no latifúndio, no cativo e na reforma agrária, elementos articuladores.

b) Colonato: negociações e conflitos

A trajetória da fazenda Santo Inácio, na longa duração que vai da escravidão à desapropriação, pode contribuir para uma melhor compreensão do sistema do colonato. Seja no acesso familiar aos cultivos de subsistência, na memória sobre Vargas, na resistência contra a expulsão da terra, o que há em comum em tais práticas é que elas se fundamentam, em maior ou menor grau, em conceitos de justiça e injustiça, legitimidade e ilegitimidade, o que indicou a gestação de noções de direitos. Mais do que isso: tais práticas permitiram perceber, no curso da investigação, como homens e mulheres atuaram explorando brechas, margens e limites, valendo-se de circunstâncias históricas que lhes pareciam desfavoráveis, mas que foram operadas em seu favor.

Foi como solução para manutenção e expansão da atividade cafeeira que o colonato se desenvolveu após o fim da escravidão enquanto sistema de exploração que organizou a força de trabalho na fazenda, na região serrana fluminense e no sudeste cafeeiro.²¹ Tradicionalmente, se costuma associar o colonato a práticas e costumes que remetem a mão-de-obra imigrante de origem européia.²² O sistema baseava-se em três

²⁰ Ver os resultados da recente pesquisa: PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; CINTRÃO, Rosângela. (orgs.). *Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. 1ª ed. Brasília: NEAD/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

²¹ Sobre o colonato, destaca-se o trabalho pioneiro do norte-americano Stanley Stein, da década de 1950: STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; a pesquisa sobre o município paulista de Rio Claro: DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Hucitec: São Paulo, 1979, para quem o colonato não seria uma relação capitalista de produção; e o livro de STOLCKE, Verena. *Caféicultura - Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Para uma comparação do colonato com a morada, ver NEVES, Delma Pessanha. "Formas tuteladas de condição camponesa: Colonato e morada na agroindústria exportadora." In: NEVES, Delma Pessanha; MORAES, M. A., (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2008, v. 1, (no prelo).

²² Além da maior parte das obras anteriores, os verbetes "Colono" e "Colonato" realçam isso em recente obra de referência: MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

pilares. O primeiro é o controle da terra nas mãos dos fazendeiros, através da propriedade privada, reconhecida pelo Estado e por outros atores, dentre os quais, os colonos. A propriedade privada, mesmo quando obtida de forma escusa e por meios ilícitos, conferia aos fazendeiros o poder de império, isto é, dispor do uso da terra da maneira que julgassem adequada.²³ A história do colonato também poderia ser contada através das limitações impostas a esse poder, que não tem uma dimensão exclusivamente jurídica, ou econômica, mas também moral, por isso o proprietário além de “dono” era “patrão”. O segundo pilar do colonato foi o uso da mão-de-obra juridicamente livre que ao contrário da mão-de-obra cativa, teria como possibilidade tangível – embora não isenta de implicações – a opção pelo abandono da propriedade.²⁴ Por fim, as condições da agricultura em geral e da atividade cafeeira em particular que viabilizavam a manutenção e reprodução do sistema enquanto assegurasse retornos materiais e simbólicos considerados satisfatórios, tanto pelos proprietários de terras quanto pela mão-de-obra, mesmo que julgados em parâmetros diferentes.

A viabilidade econômica da produção com mercados compradores e condições naturais propícias à cafeicultura não dispensou a adaptação à força de trabalho livre. Isso não foi um processo sem conflitos e tensões, que teria engendrado automaticamente regras, combinações, obrigações recíprocas envolvendo proprietários e trabalhadores. As estipulações foram estabelecidas por meio de recuos e avanços, com negociações entre as partes envolvidas. Isto não quer dizer que os termos dessas negociações foram iguais para fazendeiros e colonos. A balança desigual de poder entre proprietários e não-proprietários impunha limites às negociações, moldando e definindo o colonato e, conseqüentemente, a própria identidade de colono. Mas havia uma margem entre os negociantes e por menor que possa ter sido, serviu para pactuar o que seria permitido dentro da relação.

Resulta dessa “margem” relevante implicação analítica: o colonato apresentava características gerais que foram compartilhadas em outros espaços e temporalidades no

²³ Não cabe aqui discutir a legitimidade da propriedade privada, nem os mecanismos de sua ampliação no século XIX. Ressalta-se apenas que trata-se de uma construção social e, por isso mesmo, é objeto de conflitos, políticos e jurídicos.

²⁴ Nesse sentido, STOLCKE, Verena; HALL, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*. n. 6. São Paulo: Marco Zero, 1983, pp. 80-120.

país; é o que lhe confere sua dimensão sistêmica enquanto modelo para exploração da mão-de-obra nas áreas cafeeiras de grande lavoura. No entanto, recebia e se moldava às especificidades e arranjos locais, que por sua vez, se readaptavam e contribuíam na configuração do sistema. Assim, as particularidades integrantes da relação de colonato não devem ser entendidas como elementos que a singularizam-na ao ponto de impedir comparações entre diferentes espaços como estados, regiões ou fazendas. Pelo contrário, as especificidades devem ser compreendidas como elementos de um mesmo sistema que permite flexibilidade em seus arranjos e pluralidade para combinações as mais variadas.

Nisso, teríamos o que Barrington Moore Jr chama de um “contrato social implícito”, no qual seriam “negociados” os alcances e os limites da dominação nas relações entre as partes. Isto não quer dizer em momento algum que esta seja uma negociação qualquer, muito menos, frisa-se novamente, que as condições de negociação sejam iguais para os envolvidos. A proposta de Moore Jr. serve para estudar as negociações entre fazendeiros e mão-de-obra nos termos integrantes do sistema de colonato. Trata-se de pensá-lo como um “contrato” que pode sofrer alterações ao longo do tempo, ser modificado ou rompido. O que se procura perceber é como se opera a elaboração e a ruptura dos termos desse “contrato”, ressalta-se, entre partes que não se percebem como iguais, mas que, em maior ou menor medida, dependeram e (precisaram) uma da outra.

É nesse sentido que a desapropriação parcial da antiga propriedade em 1987 vincula-se à ação dos colonos, o que remete ao tema da superação da dominação, das razões da revolta. Proliferaram no mundo ocidental trabalhos sobre mobilizações camponesas, após as revoluções sociais e lutas de libertação nacional que reanimaram a produção intelectual sobre o assunto. Isso evidenciou uma relação estreita, facilmente verificável, entre o aumento das mobilizações – e sua visibilidade – e a realização de estudos acadêmicos.²⁵

²⁵ A ampla bibliografia que contemplou parte dessas lutas foi examinada em trabalho anteriormente publicado. Cf. DEZEMONE, Marcus. “Revoluções Camponesas no século XX”. In TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2004a, p. 71-110. Convém apenas apontar, dentre variados matizes, algumas obras clássicas: na *tradição marxista*, a

Barrington Moore Jr, autor que havia se debruçado no estudo de lutas camponesas, chamou atenção que tão importante quanto as mobilizações e os motivos para a revolta é o entendimento das razões da obediência. Segundo o sociólogo norte-americano, a revolta e o levante seriam uma possibilidade quando determinados códigos morais que garantem a obediência são modificados, seja pelo desgaste, enfraquecendo-os, seja por alterações nos esquemas de percepção dos dominados, conduzindo-os à ruptura com a dominação tradicional.²⁶ As análises tradicionais sobre os movimentos camponeses atribuíram um destaque maior àquilo que seriam as “grandes mobilizações”, os conflitos mais abertos, no sentido de movimentos amplos, de caráter nacional, que teriam por objetivo alterar por completo o estado de coisas vigentes, substituindo poderes constituídos.²⁷ Tais abordagens deixariam de lado, numa posição secundária, ou até mesmo ignorada, as formas de mobilização e atuação mais comuns do campesinato: aquelas que autores como James Scott (1976) chamaram de “formas de resistência cotidiana”. Para olhar o cotidiano se atentou às formas de percepção dos próprios atores e grupos subordinados sobre as disputas nas quais estes estavam envolvidos, em oposição aos termos e parâmetros dos grupos dominantes, que minimizavam e desqualificavam as variadas formas de resistência.²⁸

história social britânica com HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 [1959]; o *marxismo indiano* com ALAVI, Hamza. “Revoluções no Campo”. In: *Problemas e perspectivas do Socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, pp. 299-351; e a *sociologia britânica* com SHANIN, Teodor. “Peasant as a political factor”. In: SHANIN, Teodor (ed.). *Peasants and Peasant Societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971. Outra linha é a da abordagem comparativa presente na *sociologia histórica norte-americana* com MOORE JR, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, [1966] 1983; e, SKOCPOL, Theda. *Estados e Revoluções Sociais: Análise comparativa de França, Rússia e China*. Lisboa, Editorial Imprensa, [1979] 1985. Ainda nos EUA, a *antropologia cultural* tem referência em WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*. 5 ed. México DF: Siglo Veintiuno, [1969] 1979.

²⁶ MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

²⁷ A este respeito, novamente, ver o trabalho citado de DEZEMONE, Marcus. “Revoluções Camponesas no século XX”. In TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2004a, p. 71-110.

²⁸ SCOTT, James. *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in South-east Asia*. New haven: 1976; e SCOTT, James. “Everyday forms of peasant resistance”. In *Journal of Peasant Studies*, volume 13, number 2, january, 1986, pp.5-35. Scott inspirou-se na noção de “economia moral” proposta por THOMPSON, Edward. “A Economia Moral da multidão Inglesa do século XVIII” In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 150-202. Em artigo posterior, Thompson comenta algumas das críticas formuladas contra seu conceito, além dos estudos influenciados e desenvolvidos a partir do seu ensaio original, entre eles, o livro de Scott. Cf. THOMPSON, Edward. “A Economia Moral revisitada”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 203-266.

Se as formas de resistência cotidiana forem colocadas em primeiro plano, as lutas mais abertas, recebedoras de destaque e visibilidade na esfera pública, que legaram vestígios mais perceptíveis através de jornais, da polícia e da justiça, deixariam de ser o principal – quando não o único – objeto de análise. Aquelas lutas, freqüentemente realçadas pelas interpretações clássicas, passariam a dividir a atenção do pesquisador com os momentos que tradicionalmente ficavam relegados a uma atenção secundária (na melhor das hipóteses): os períodos de desmobilização, de conflitos menos visíveis, que não aparecem nos jornais, não levam a registros policiais ou ações judiciais, mas que teriam, no entendimento aqui defendido, às vezes de forma pouco nítida, e num ritmo lento, através das resistências do dia-a-dia, contribuído para erodir bases há muito arraigadas da dominação tradicional.

As resistências do dia-a-dia devem ser valorizadas para melhor pensar conflitos no mundo rural, pois entre o sentimento de desconforto com alguma coisa e sua expressão individual ou coletiva há um longo percurso que não necessariamente desemboca numa disputa aberta. Procurou-se compreender a emergência e a transformação de disputas e como elas se tornam públicas ou não, tal como sugerido por William Felstiner, Richard Abel e Austin Sarat,²⁹ o que aponta para a permanência dos conflitos para além dos momentos de mobilização e das lutas mais trabalhadas pelos historiadores e cientistas sociais. No dizer de Moacir Palmeira, “o estudo dos conflitos em períodos de desmobilização é fundamental para entender o aparecimento ou desaparecimento de conflitos mais abertos”. Além disso, essa escolha permitiria, na ótica de Palmeira, propor um recorte dos fatos alternativo àquele comumente escolhido, pois, em muitas vezes, os recortes tradicionais das grandes explosões e movimentos contemplados nas análises clássicas “não é outro que não o dos interessados em esconder a existência de conflitos e tensões de longa data”.³⁰

²⁹ FELSTINER, William; ABEL, Richard; SARAT, Austin. “The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming...” *Law & Society Review*. Vol. 15, n. 3/4. Special Issue on dispute processing and Civil litigation, 1980-1981, pp. 631-654.

³⁰ A investigação de Palmeira refere-se à zona da mata pernambucana no período que vai do golpe de 1964 até os anos 1970: PALMEIRA, Moacir. “Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na Agro-Indústria Pernambucana.” In: *Revista de Cultura e Política*, CEDEC v.1, ago. 1979, pp.41-55, p. 41.

Compete o alerta que essa opção não significa considerar que desmobilização e mobilização seriam duas faces de uma mesma moeda, o que desembocaria, necessariamente, sempre em lutas e conflitos abertos de grandes proporções. Isso comprometeria a análise, que assumiria, mesmo sem admitir, uma postura teleológica, como se as lutas fossem um resultado inexorável, previamente definido. Trata-se de atentar à desmobilização e às formas de resistência cotidiana para melhor entender os momentos de lutas mais visíveis, abertas, mas também compreender o porquê da opção muito freqüente e comum de não lutar, de não resistir e aceitar a sujeição.

Isso implica em buscar o que estava em jogo para os atores, nos seus próprios termos, no que revelaria como percebem e lidam com as circunstâncias que os cercam, posicionando-se e efetuando escolhas. Os estruturalismos, de todos os matizes, do marxista ao braudeliano, passando pelo de Levi Strauss, produziram interpretações que muitas vezes minimizavam a importância das ações, sobretudo individuais, diante das determinantes sociais. Se procura pensar aqui, num sentido contrário, como indivíduos e grupos interagem, ampliando ou restringindo seus limites. Para Reinhart Koselleck, os agentes históricos enxergam ou constroem oportunidades em meio a um *espaço de experiência*, produzido a partir de suas visões de mundo, conformadas em relação a outros atores. Ao efetuarem escolhas, intencionalmente ou não, configuradas diante de certas possibilidades, indivíduos e grupos colhem resultados, previstos ou imprevistos, dentro de um *horizonte de expectativas*, que pode ser alargado.³¹ A consequência disso é romper com a idéia de um rumo pré-estabelecido, inescapável aos acontecimentos.

Têm-se aqui uma aproximação necessária através do diálogo com autores que, apesar das marcadas diferenças, compartilham as pretensões desnaturalizadoras do mundo social e das ações dos agentes que nele atuam. Essa perspectiva que tem se debruçado sobre os processos de conformação das representações sociais e sua consagração, vem sendo chamada, por alguns autores, de *construtivismo* ou *construcionismo*.³² Segue nessa direção a *sociologia alemã*, numa trilha aberta por Max

³¹ KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 305-327

³² Destacam-se aqui alguns autores norte-americanos. O substantivismo e o organicismo presentes nas ciências sociais e humanas foram criticados por SPECTOR, Malcolm e KITSUSE, John. *Constructing social problems*. New York: Aldine de Gruyter, 1987, pp. 23-96. Sobre a linguagem e a criação de “fatos

Weber e Karl Mannheim, com Norbert Elias e conceitos como sociogênese e interdependência.³³ A *tradição marxista*, muitas vezes identificada como evolucionista e etapista, tem ressaltado as mesmas preocupações, sobretudo, pela influência da obra de Edward Palmer Thompson. Ele entende a classe social, e por extensão os grupos, não como “uma ‘estrutura’, nem mesmo uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente”, valorizando a “experiência” dos homens e o “vivido”, numa abordagem relacional.³⁴ Poderiam ser citados outros autores, mas o que importa é marcar as críticas às perspectivas mecanicistas e essencialistas, adotando certos cuidados teóricos, ponto de partida para pensar os conflitos e a construção de noções de direitos.

Até aqui foram tecidas considerações iniciais atinentes ao campo intelectual marcado pela renovação do interesse nos temas que articulam a tese – escravidão e latifúndio – em boa medida relacionada à mobilização política e à ação de diversos atores. O estudo do colonato é o eixo que orienta uma análise preocupada em perceber a elaboração de noções de direitos em meio a momentos de conflitos abertos e mobilizações, mas também de acomodação e desmobilização, nos termos dos próprios atores. Cabe agora apresentar o recorte espacial que concentrou os investimentos empíricos da pesquisa: a região serrana fluminense e a fazenda Santo Inácio, cuja história que emergiu das memórias de atores nela referenciados, serviu de ponto de partida para lançar luz sobre questões que perpassam o mundo rural brasileiro.

institucionais”: SEARLE, John. *The construction of social reality*. New York: The Free Press, 1995, pp. 1-125. Para uma crítica ao excessivo número de trabalhos que, mesmo reproduzindo visões naturalizadoras, apresentam-se como reveladores de “construções sociais”, a referência é: HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge: Harvard University Press, 1999, pp. 1-124. Sobre o construtivismo e as identidades sociais: CALHOUN, Craig (ed.). *Social theory and the politics of identity*. Oxford: Blackwell, 1998.

³³ ELIAS, Norbert. “Sobre a sociogênese do Estado.” In: *O processo civilizador*. Vol 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, pp.87-190.

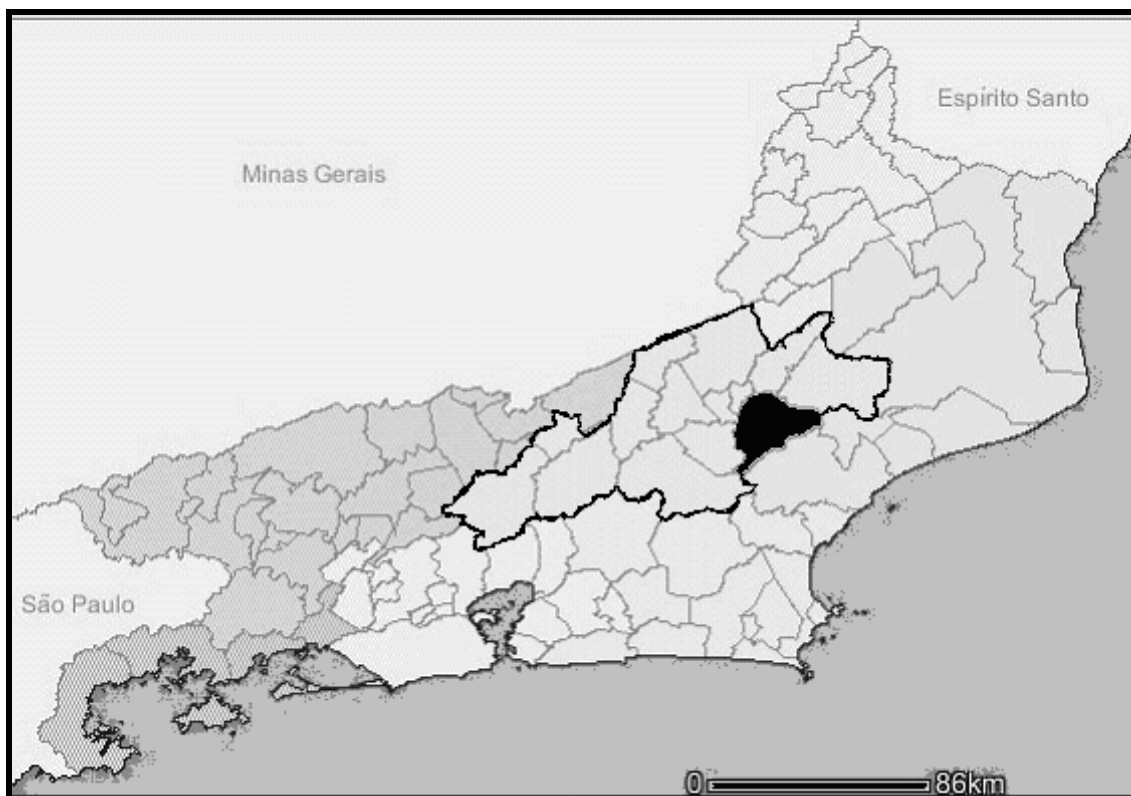
³⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária Inglesa*. 3 vol., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Citação no “Prefácio”, p. 10, vol I.

c) Região cafeeira, município e fazenda Santo Inácio: escalas e mundo rural

A área onde se localizam o município de Trajano de Moraes e a fazenda Santo Inácio é denominada, pelo governo estadual, como região serrana fluminense.³⁵

MAPA 01

Estado do Rio de Janeiro, região serrana e Trajano de Moraes



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir dos dados do CIDE-RJ, 2008.

Conforme o nome indica, a principal característica física da região serrana está no relevo montanhoso, com altitude das sedes municipais variando de 600 a 800 metros acima do nível do mar. Basicamente a região é formada pela Serra dos Órgãos e pela Serra de Macaé, com algumas partes planas e rochosas. A temperatura média anual oscila entre os 17° e 20° C, com um índice pluviométrico ligeiramente mais alto quando comparado ao restante do estado.³⁶

³⁵ A região é formada pelos municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. O IBGE utiliza uma classificação distinta daquela do governo estadual: o conceito de mesorregião geográfica. A fazenda Santo Inácio pertenceria à mesorregião centro-fluminense, que é sub-dividida em três microrregiões. Uma delas, a microrregião de Santa Maria Madalena, é formada pelo município do mesmo nome, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes (IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 18/01/2005).

³⁶ CIDE-RJ. Disponível em <http://www.cide.rj.gov.br>. Acesso em 20/02/2008.

A ocupação da região serrana remonta ao século XVIII. Ela teve, grosso modo, duas trajetórias que constituíram áreas bem distintas. A primeira, mais articulada à cidade do Rio de Janeiro, concentrou-se nos atuais municípios de Petrópolis, Teresópolis e São José do Vale do Rio Preto. Petrópolis era parte do Caminho Novo aberto no começo do século XVIII e autorizado pela Coroa Lusa para atingir as Minas a partir do Rio de Janeiro, atravessando a Serra dos Órgãos. A cidade chegou inclusive, no Segundo Reinado (1840-1889), durante os meses quentes de verão, a receber a corte. A segunda trajetória de ocupação da região começou no final do século XVIII, relacionada a garimpeiros portugueses e mineiros que, sem autorização da Coroa Portuguesa, tentavam encontrar ouro a norte e leste da Serra de Macaé. Em pequena quantidade, o cobiçado metal logo escasseou. Tropeiros em trânsito para as Minas se fixaram na região montanhosa. Chamada então de Sertões do Macacu, abrangia um território que ia das montanhas de Cachoeira de Macacu até Campos, no norte fluminense, limitado pelo rio Paraíba do Sul.³⁷

MAPA 02
Sertões de Macacu



Fonte: ERTHAL, Rui. “A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX”. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (34). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-34.htm>>

³⁷ Os Sertões de Macacu correspondem aos atuais municípios de Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Bom Jardim, Cordeiro, Cantagalo, Carmo, Duas Barras, Sumidouro, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes. Note-se que excluem Petrópolis, Teresópolis e São José do Vale do Rio Preto.

O principal núcleo de povoamento e sede das primeiras instituições políticas dos Sertões de Macacu foi Cantagalo, cuja denominação se conserva até hoje. Cantagalo foi o município do qual a maior parte dos seus vizinhos originaram-se através dos sucessivos desmembramentos. A ascensão dos preços do café no decurso do século XIX fez a lavoura cafeeira espalhar-se rapidamente a partir de 1840/1850, favorecida pelas chuvas e temperatura amena, estimulada pela terra ainda não cultivada e por isso bastante fértil com cobertura de floresta original. Somava-se às condições naturais o fato de muitas terras não possuírem proprietários reconhecidos.³⁸ Feito o pesado trabalho de derrubada da mata nativa, geralmente através de queimadas, plantada a primeira leva, os arbustos de café davam os primeiros frutos em torno de três anos. De cinco a seis anos acontecia uma colheita rentável que teria duração de cerca de quinze anos, dependendo do solo e das técnicas empregadas.³⁹ Após esse período, a área tornava-se um “cafezal velho”, ou como aparece nos inventários e escrituras do período, que descreviam com precisão a quantidade de “pés de cafés novos”, “pés de cafés maduros” e “pés de café velhos” de uma propriedade.

A cafeicultura é atividade que exaure bastante o solo. Se a terra não receber tratamento adequado, por melhor que seja sua qualidade, sementes ou mudas não cresceram novamente. Por suas características específicas, o café exige para plantio a incorporação contínua de novas áreas, o que o torna uma cultura itinerante que expande a fronteira agrícola. A província do Rio de Janeiro apresentava na segunda metade do século XIX diferentes ritmos de desenvolvimento do empreendimento cafeeiro e a região serrana era aquela que apresentava um quadro qualificado como de “prosperidade” em oposição à “crise” que o Vale do Paraíba atravessa no mesmo período.⁴⁰ De 1872 a 1890, a região de Cantagalo era a área da província fluminense cuja atividade cafeeira “estava em plena produção”, contrastando-se com o Vale do

³⁸ Ver FERREIRA, Marieta de Moraes e LEAL, Carlos Eduardo de Castro. *Cinco Séculos de Alianças*. Rio de Janeiro, mimeo, 2001, pp. 121-123.

³⁹ A esse respeito ver STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Sobre a história do cultivo e consumo do café, ver trabalho recente: MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 137-160.

⁴⁰ A idéia de crise generalizada da cafeicultura fluminense é relativizada, realçando seu viés político por TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “Abolição e crise na Província do Rio de Janeiro: um balanço das principais perspectivas de pesquisa.” *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Niterói, v.1, nº 1, 1988, 61-70.

Paraíba, região “onde a lavoura se encontrava em regressão”.⁴¹ A tabela abaixo apresenta os dados comparativos das regiões produtoras fluminenses de 1883 a 1920:

TABELA 01
Lavoura de café fluminense por pés de café (produzidos + novos)

Região Produtora	1883	% Estado	1920	% Estado	Taxa de Crescimento
Serrana do Vale Sul Paraíba	33.569.543	65	31.922.034	20	- 0,14%
Zona Serrana do Centro	10.568.000	20	35.105.720	23	3,30 %
Zona Litorânea ou da Baixada	1.503.000	3	3.487.435	2	2,30%
Zona Norte Fluminense	6.277.00	12	85.068.235	55	7,30%

Fonte: MELO, Hildete Pereira de. “O café e a economia fluminense: 1889/1920”. In: SILVA, Sergio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 1996, pp. 215-234, p.219.

A cafeicultura impulsionou a ocupação da “região serrana do centro”, em torno de Cantagalo e induziu seu desenvolvimento. Mas as sucessivas crises do setor no início do século XX levaram gradativamente à crescente diminuição da produtividade e queda nos lucros das lavouras até que nos anos 1930, os efeitos da crise de 1929 impulsionaram muitos fazendeiros a substituírem os velhos cafezais pela criação bovina. Isso foi amplamente difundido não só na região serrana, mas no estado do Rio de Janeiro, com o intuito, entre outros fatores, de assegurar a legitimidade da posse de grandes áreas pelos proprietários tradicionais. Os desdobramentos dessa prática desagregaram o sistema de colonato, pois muitos trabalhadores não foram absorvidos pela pecuária, que demandava menos mão-de-obra e mais áreas para pastagens.⁴² Esse processo foi acentuado entre 1930 e 1960 em Trajano de Moraes.

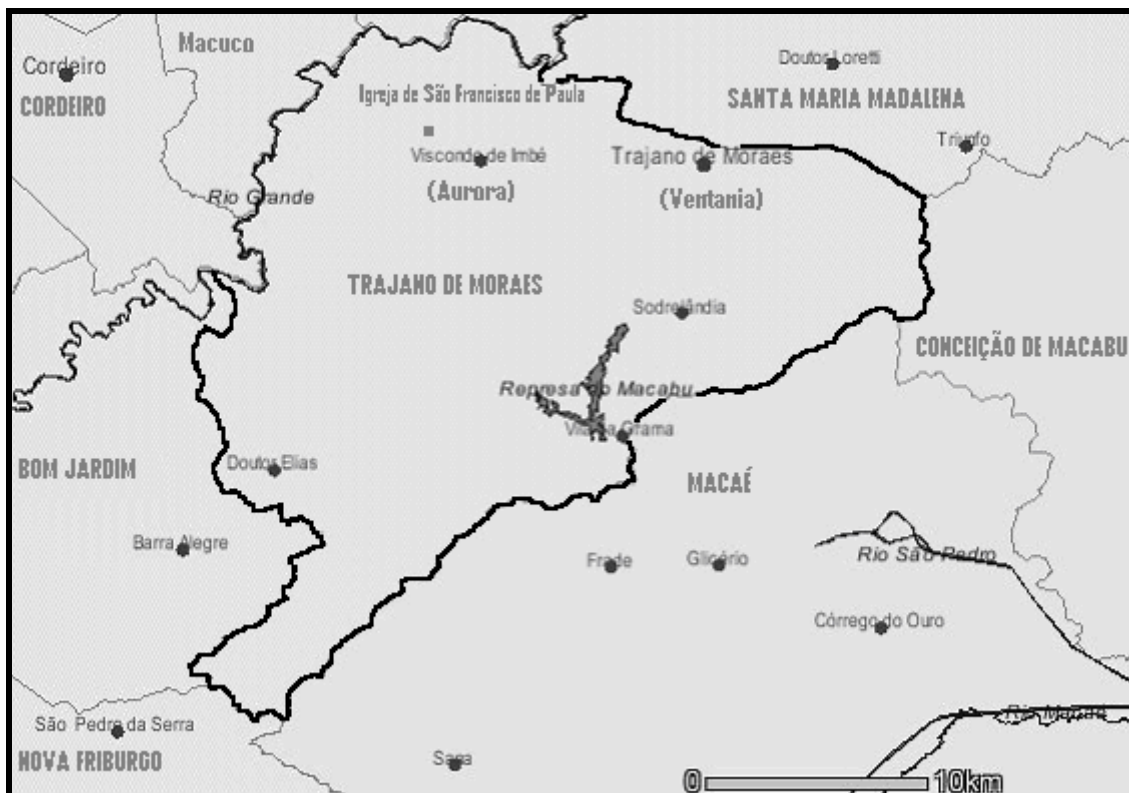
Trajano de Moraes foi topônimo adotado por São Francisco de Paula em 1938, numa homenagem ao fazendeiro e empresário filho do Visconde de Imbé (1821-1890), os dois fazendeiros e capitalistas na região. O município tem aproximadamente 590 km² de área, o que equivale a metade do município do Rio de Janeiro.⁴³

⁴¹ Sobre a diversidade das condições econômicas nas regiões cafezeiras fluminenses, ver MELO, Hildete Pereira de. “O café e a economia fluminense: 1889/1920”. In: SILVA, Sergio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 1996, pp. 215-234, p.218.

⁴² LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In: *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRS e UFRRJ - CPDA, 1998, pp. 117-160.

⁴³ Trajano de Moraes fica a cerca de 220 km da capital fluminense. É atingido pela rodovia RJ 116, a partir de Nova Friburgo ou pela rodovia BR 101, passando por Conceição de Macabu, com duração de

MAPA 03
Trajano de Moraes e distritos



Fonte: Mapa elaborado pelo autor com dados do CIDE-RJ, 2008.

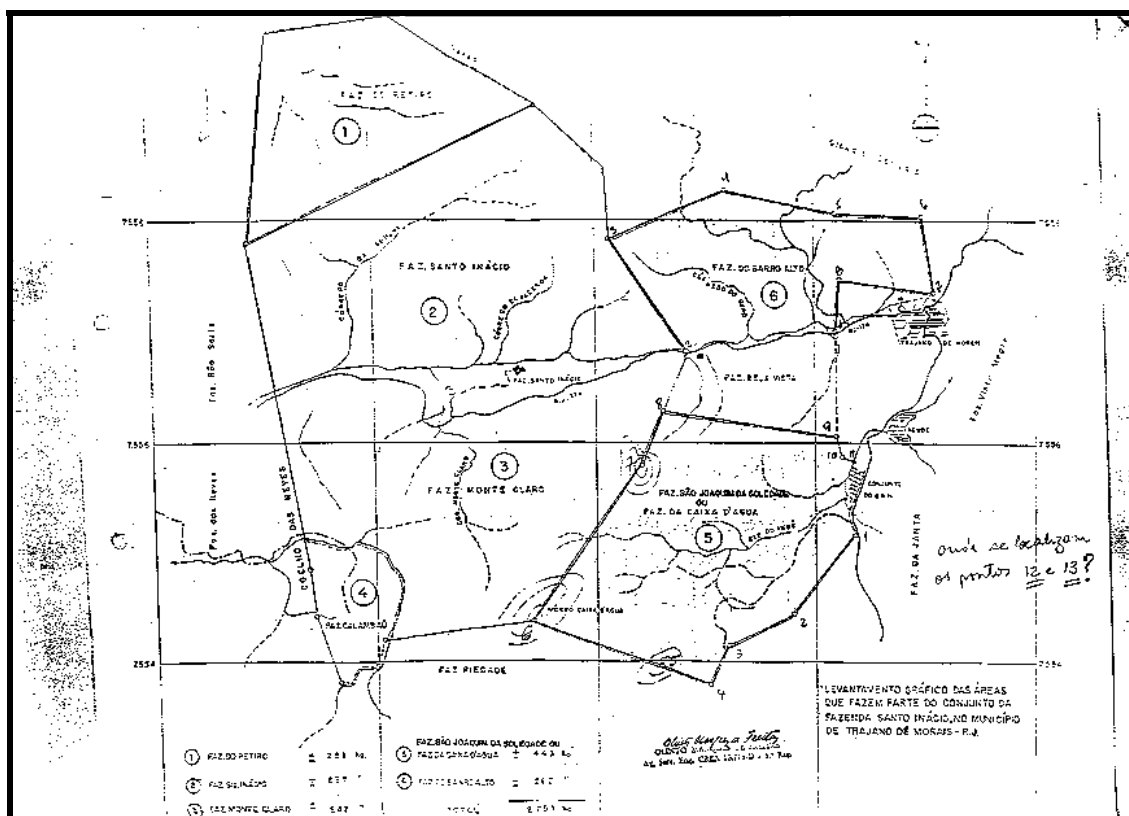
Em 2008, Trajano de Moraes era constituído pela sede de mesmo nome e pelos distritos de Visconde de Imbé, Doutor Elias, Ponte da Grama e Sodrelândia. Sua origem remonta à construção da capela de São Francisco de Paula, erguida por volta de 1840. Em 1846 o *curato* de São Francisco de Paula foi elevado à condição de freguesia, então parte do município de Cantagalo. Em 1861 a freguesia de São Francisco de Paula passou ao município de Santa Maria Madalena, onde permaneceu até emancipar-se em 1891, mantendo o nome da capela, curato e depois freguesia. Ocorreram várias disputas entre os grupos que ocupavam o poder local pela sede da prefeitura, constantemente transferida até 1923 quando um dos distritos, Ventania, elevado à categoria de vila, passou a se chamar Trajano de Moraes. Substituiu assim Aurora, atual distrito de Visconde de Imbé, tornando-se sede de São Francisco de Paula. Quinze anos depois o nome da nova sede designaria todo o município.⁴⁴

três a quatro horas numa viagem de carro a partir do município do Rio de Janeiro. O município faz divisa com Bom Jardim, Conceição de Macabu, Cordeiro, Macaé, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, e São Sebastião do Alto. CIDE-RJ. Disponível em <http://www.cide.rj.gov.br>. Acesso em 20/02/2008.

⁴⁴ Levantamento feito na pesquisa de mestrado: DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987). Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004.

A fazenda Santo Inácio pertenceu a Trajano de Moraes (1858-1911), que a herdou do pai, o Visconde de Imbé, em 1890. As terras originais estendiam-se da atual sede municipal até o distrito de Visconde de Imbé. Da propriedade do século XIX restaram seis áreas também chamadas de fazendas: 1) Retiro, 2) Santo Inácio – sede da casa de morada –, 3) Montes Claros, 4) Calambau, 5) Barro Alto e 6) São Joaquim da Soledad ou Caixa D’água, que juntas possuíam uma área total de 2251 hectares (22,51 Km²). Além delas, duas outras áreas fizeram parte da antiga propriedade cafeeira: a fazenda Bela Vista, situada entre Barro Alto e São Joaquim da Soledad, que foi desmembrada e vendida em separado; e uma área desapropriada pela prefeitura municipal em 1980, em acordo com os proprietários, para compor o centro urbano de Trajano de Moraes. As fazendas Barro Alto e São Joaquim da Soledad sofreram desapropriação conflituosa, determinada pelo governo federal em 1987, que originou o assentamento rural Santo Inácio. As duas áreas do assentamento são separadas por cerca de 5 km, onde antes havia a antiga fazenda Bela Vista.⁴⁵

MAPA 04
Fazenda Santo Inácio e subdivisões



Fonte: INCRA-RJ, Processo Administrativo da Fazenda Santo Inácio, 1986.

⁴⁵ As áreas das fazendas: Santo Inácio (637 ha); Monte Claro (547 ha); Calambau, (81 ha); Retiro, (281 ha); Barro Alto, (262 ha); e São Joaquim da Soledad ou Caixa d’água (443 ha). INCRA. Proposta de desapropriação. Rio de Janeiro: INCRA-RJ, 07/10/1986. Arquivo do INCRA-RJ.

A documentação sugere que a *casa de morada* foi erguida pelos novos proprietários. *Casa de morada* ou *casa de vivenda* eram expressões comuns para designar o que, no século XX, por difusão da obra de Gilberto Freyre, passou a ser mais conhecido como *casa-grande*, termo próprio da região açucareira do nordeste. No sudeste cafeeiro, *casa de morada* ou *casa de vivenda* figurava nas partilhas, inventários ou registros públicos da 2ª metade do século XIX.

IMAGEM 01

Casa de vivenda da fazenda Santo Inácio – vista do terreiro



Fonte: Acervo do autor, 23/04/2008.

A casa de vivenda da Santo Inácio – muito bem conservada pelos esforços dos descendentes – é atingida por uma escada de pedra. Construída numa elevação do terreno que realça a imponência da edificação de dois andares e porão, portas e janelas grandes e telhado com quatro águas, ficava ao fundo de um quadrilátero retangular formado pelo conjunto das construções que uniam moradia e produção. Das janelas e de seu quintal se tem uma boa visão do entorno. À frente da casa principal ficava o

terreiro, local de secagem do café após a lavagem da colheita; à esquerda, o *paiol* – abrigo dos instrumentos de trabalho – e à direita, a *senzala*, estábulos e currais.

O complexo produtivo seguia os padrões das propriedades cafeeiras do Império e os conselhos dos senhores para manter ao alcance da vista tudo que fosse importante, sobretudo a escravaria.⁴⁶

IMAGEM 02
Local da antiga senzala da fazenda Santo Inácio



Fonte: Acervo do autor, 23/04/2008.

Parte fundamental do complexo produtivo, a moradia dos escravos segue o padrão da “senzala-barracão”, construção comprida, com as paredes externas em alvenaria, coberta com telhas, telhado em duas águas, com várias portas e nenhuma janela. Pelo que a observação da parte interna sugere, a moradia dos escravos possuía divisórias de madeira formando cômodos maiores e outros menores. Isso indica que os escravos, independente do sexo e da idade, não ficavam todos aglomerados, mas que havia uma distribuição na ocupação das subdivisões da edificação.⁴⁷ Nas outras

⁴⁶ MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 137-160.

⁴⁷ A principal obra sobre as senzalas nas fazendas cafeeiras do sudeste demonstra que muitos elementos culturais africanos eram desenvolvidos naquele espaço. O olhar estrangeiro, sobretudo europeu, impediu,

fazendas da região visitadas, cujas senzalas não foram demolidas, variando o estado de conservação, constatou-se o mesmo modelo.

A abolição reorganizou a moradia da mão-de-obra. Os trabalhadores livres imigrantes de origem européia em São Paulo e no Sul do país, não ficavam numa única edificação, mas em colônias, com as casas separadas por famílias próximas umas das outras.⁴⁸ No entanto, não foram identificados indícios de uma colônia na fazenda Santo Inácio, mas de diversas casas, espalhadas pela propriedade, nas quais os colonos residiam com suas famílias, cada uma possuindo terreiros para cultivos próprios, conforme indicaram os depoimentos orais.

As construções internas ao quadrilátero formado pelo complexo produtivo e as moradias da fazenda estão muito bem conservadas. Elas se contrastam com o estado das edificações que se situam fora desse perímetro como as casas dos colonos, a estação de trem e a capela. A linha férrea foi empreendimento de Trajano de Moraes, construída nos anos 1890 e desativada na década de 1960, cuja estação de trem ficava a alguns metros da casa de morada. Hoje se encontra sem telhado e com portas e janelas retiradas. Próxima à estação fica a capela onde os livros da freguesia de São Francisco de Paula registraram matrimônios e batismos de colonos e membros da família proprietária, cuja aparência externa é melhor que a da antiga estação, embora do lado de dentro o telhado ameace desabar.

O procedimento de pesquisa adotado revelou-se próximo ao desenvolvido pela experiência da micro-história.⁴⁹ As questões investigadas não se esgotaram nos limites da fazenda, do município ou da região. A perspectiva assumida é de que o “micro” permite construir objetos complexos e revestidos das múltiplas dimensões sociais. Trata-se de pensar de forma comparativa a fim de entender como a Santo Inácio pode ao mesmo tempo evidenciar padrões no sistema do colonato, permitindo uma melhor

durante muito tempo, a percepção de uma cultura africana nas moradias. SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁴⁸ Sobre a imigração estrangeira ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴⁹ Ver o trabalho de LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. Ver também a coletânea organizada por REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 7-14.

compreensão dessa relação social e contribuir para repensar, a partir de suas particularidades, os modelos de análise existentes, muitos consagrados por uma historiografia tradicional. Casos específicos, aprofundados e bem estudados, podem fornecer indicações universais e contribuir para redefinir padrões e modelos interpretativos.

Tomando a fazenda como um ponto de partida, foi possível lançar luz sobre os conflitos que tiveram menor visibilidade na região e entender por que determinadas tensões não alcançaram a mesma amplitude daquelas dos anos 1960 e 1970 protagonizados na Santo Inácio. Ambos os casos estão inseridos no mesmo sistema que organiza as relações sociais: o colonato. A redução da escala de análise permitiu, ao estudar os conflitos na Santo Inácio, observar as alterações nas relações entre proprietários e mão-de-obra, na passagem de escravos a colonos e de colonos a posseiros. Estes processos são aspectos integrantes de problemas teóricos referentes a conflitos na gênese de identidades e construção de noções de direitos que envolvem quaisquer grupos sociais, o que permite que as possibilidades reflexivas não se esgotem no caso particular. Segundo Jacques Revel, no prefácio ao livro de Giovanni Levi, trata-se de “estudar o social não como um objeto dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação”.⁵⁰

Através dos procedimentos próprios da redução de escala, o caso particular de Trajano de Moraes pode ser relacionado aos processos mais amplos que se desenvolvem no mundo rural brasileiro, beneficiando-se de toda uma produção calcada em pesquisas monográficas. Não se trata de afirmar que a dimensão “micro” engendra a “macro” e por este motivo deve ser privilegiada na análise. O que se visa, por um lado, é repensar os modelos interpretativos existentes; e, por outro, contribuir para formular novos modelos analíticos, articulando o objeto à dimensão “macro” por meio de generalizações mais seguras e consistentes, tal como defendido por Bernard Lepetit.⁵¹

⁵⁰ REVEL, Jacques “Prefácio: A história ao rés-do-chão.” In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 7-52

⁵¹ LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história” In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, FGV, pp 77-102.

d) A história da memória da fazenda pelos porta-vozes autorizados

As identidades vinculadas ao sistema de colonato não foram produto exclusivo de relações econômicas. Identidades individuais e coletivas foram constituídas e redefinidas por tensões que envolveram obrigações morais, relações pessoais e elementos culturais que se mostraram constantes durante a existência do sistema que acompanhou a dedicação da fazenda Santo Inácio à cafeicultura. O objetivo dessa seção é reconstituir, a partir das recordações dos próprios atores, os aspectos considerados por eles relevantes para compreender a história da fazenda e das relações entre os diferentes grupos sociais. A reconstituição revelou a existência de conflitos entre proprietários e camponeses que teriam conformado identidades individuais e coletivas que contribuíram tanto para os momentos de maior acomodação e tensões menos evidentes quanto de mobilizações e luta política.

A literatura mais recente apresenta um grande ponto de convergência sobre construção de identidades: a de que elas são produzidas sempre em relação ao outro, seja enquanto indivíduo, seja enquanto grupo. A identidade é compreendida por Michael Pollak como o “que é sentido da imagem de si, para si e para os outros”.⁵² Alain Cabantous, ao estudar a profissão marítima na França do século XVII ao XIX, mapeou os múltiplos “olhares” que compõem as identidades: “os olhares oficiais”, “os olhares dos outros” e o “olhar sobre si”.⁵³ Uma segunda convergência é a de que as identidades são forjadas em conflitos inter-grupais e até mesmo intra-grupais. Fredrik Barth tratou das fronteiras identitárias e sua mobilidade na conformação de grupos étnicos. O antropólogo norueguês demonstrou que as identidades sociais são elaboradas numa perspectiva relacional, estando vinculadas às lutas políticas.⁵⁴ Norbert Elias

⁵² POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. vol 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

⁵³ CABANTOUS, Alain. *Les citoyens du large: les identités maritimes en France (XVIII^e siècle)*. Paris, Aubier, 1995. Especialmente os capítulos 1 e 2, pp. 9-76.

⁵⁴ BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1997. Barth é um dos autores com grande apropriação pela micro-história. Cf. ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’.” In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, FGV, pp. 151-172, 1998.

mostrou o papel das disputas endógenas, entre facções, na sociogênese da profissão naval inglesa.⁵⁵

Mesmo quando manifestadas com menor visibilidade, deixando de figurar em fontes tradicionais, os conflitos que conformam identidades coletivas deixam marcas. Tanto aqueles pouco evidentes, menos perceptíveis, mas que perduraram por mais tempo, quanto os conflitos que atingiram a esfera pública, com registros de mais fácil aferição, encontram-se articulados em processos vividos por pessoas comuns, com suas esperanças, temores, iniciativas e hesitações. Dessa maneira, enquanto representações de experiências compartilhadas, os conflitos deixariam vestígios que podem ser aferidos através de relatos da memória coletiva.

Segundo Michael Pollak, o sentimento de identidade tem como elemento constituinte a memória. Esta seria, antes de qualquer coisa, um fenômeno individual, mas submetido a construções coletivas.⁵⁶ As memórias das pessoas envolvidas com a fazenda Santo Inácio permitiriam pôr em evidência elementos marcantes da identidade de colono, dentre os quais os conflitos que a conformaram. Trata-se de reconstituir, nos termos sugeridos por Henri Rousso, uma história da memória da fazenda Santo Inácio. Para o autor “o próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa” a “oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender.” O objetivo, novamente, de acordo com Rousso, é “chegar mais perto de uma memória coletiva, ainda que por uma abordagem empírica”.⁵⁷ As relações entre memória e identidades ajudariam a compreender os vínculos entre desmobilização e luta política,

⁵⁵ ELIAS, Norbert. “Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavaleiros e tarpaulins”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 7, n. 1, pp. 89-116, abril de 2001.

⁵⁶ POLLAK, Michael. “Présentation” In: *L’expérience concentratiennaise*. Paris: Métailié, pp. 7-23, 1990. Para outras perspectivas sobre memória e identidades ver *Mémoires Collectives* [1950], estudo pioneiro de Maurice Halbwachs, um iniciador nessa linha de reflexão. HALLBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968; HALLBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*, La Haye: Mouton, 1976. Outra referência é Pierre Nora e os “lugares de memória”: NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, pp. 7-28, 1987; em especial pp. 24-26. Para o historiador Jacques Le Goff “a memória é um instrumento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades”, ver LE GOFF Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, pp.423-483, s/d.; pp. 476-477.

⁵⁷ ROUSSO, Henri. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, pp.93-101, 2001, p. 96-97.

na medida que tornaram conflitos mais perceptíveis à investigação, ao mesmo tempo, a história da memória forneceria indícios relevantes para entender questões mais amplas, que não se limitariam à fazenda ou à região.

Nessa tarefa recorreu-se à categoria de “porta-vozes autorizados”, construída a partir do conceito de “porta-vozes”, tal como trabalhado por Luc Boltanski. Os “porta-vozes” seriam pessoas que falam em nome de um grupo social, impondo sua representação aos demais.⁵⁸ Durante a realização da pesquisa Assentamento Rurais em 2001, que tinha como referencial a existência do assentamento Santo Inácio, foram identificados três grupos relevantes para a história da memória da fazenda: o dos proprietários; o dos camponeses assentados; e dos camponeses não-assentados, excluídos do recebimento de lotes por ocasião da desapropriação por motivos variados. Os grupos não são unidades monolíticas, mas possuem diferenciações internas sensíveis bem como comportam subgrupos. Por exemplo, entre os camponeses assentados é possível perceber distinções como aquelas entre ex-colonos, ex-empregados da fazenda e até mesmo assentados que não tinham envolvimento prévio com a antiga propriedade cafeeira. A ampliação de depoentes para além do grupo de beneficiários pela desapropriação, incluindo proprietários e camponeses não-assentados visava confrontar os relatos e mapear determinados padrões narrativos, que revelariam pontos-chave da história da memória da fazenda, do colonato e das identidades geradas em meio a conflitos.⁵⁹

O processo de reconhecimento da palavra autorizada do porta-voz não se faz apenas pelo seu grupo de origem, mas igualmente pelos outros grupos que também o reconheceriam. Exemplificando: quem teve legitimidade atribuída pelos assentados para retratar as experiências compartilhadas de vida, de trabalho e lutas – sobremaneira,

⁵⁸ Boltanski se inspirou em Pierre Bourdieu para estudar a gênese de um novo grupo social, os “executivos” na França. Cf. BOLTANSKI, Luc. *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982. Sobretudo o capítulo 2, pp. 155-236.

⁵⁹ Quando feita a escolha de pessoas para realização de entrevistas com o tema “história do assentamento Santo Inácio” para a pesquisa *Assentamentos Rurais*, alguns nomes de antigos colonos da fazenda, tanto assentados quanto não-assentados, foram indicados com frequência como as pessoas que “mais sabiam”, que “poderiam contar tudo”, que “acompanharam de perto”. Uma apresentação detalhada dos depoentes, bem como as condições de realização das entrevistas, roteiros, transcrições e metodologia podem ser encontrados em: DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, especialmente o capítulo 3 “Os depoentes”, pp. 65-83.

aquelas que envolveram os conflitos na década de 1960 –, foi reconhecido como liderança dos assentados, tanto por proprietários quanto pelos excluídos do assentamento. Estes últimos, por sua vez, foram igualmente reconhecidos pelos assentados como “porta-vozes autorizados” daqueles outros dois grupos, de proprietários e não assentados. Dito de outra forma, não basta que o próprio grupo autorize alguém a falar em seu nome; é preciso ser reconhecido e “autorizado” pelos demais grupos.⁶⁰ Pelos critérios adotados de reconhecimento recíproco foram três os “porta-vozes autorizados”, cujos depoimentos integram a tese.

O primeiro foi o Sr. Álvaro Pereira da Silva, mais conhecido como Álvaro “Roldão”, nascido em Itaocara, estado do Rio de Janeiro em 1916. Ele foi ex-colono da Santo Inácio e de outras fazendas da região. Sr. Roldão participou ativamente da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Trajano de Moraes nos anos 1960 e da resistência à expulsão da terra, o que lhe rendeu passagens pela polícia política. Com a desapropriação, tornou-se assentado na antiga fazenda Caixa D’água.⁶¹

O segundo depoente foi o Sr. Juscelino Cândido da Silva, apelidado de “Binó”. Nasceu em São Francisco de Paula, antigo nome de Trajano de Moraes, em data incerta, e faleceu em 2003. Sr. Binó foi empregado e colono em várias fazendas da região. Desde a década de 1960 morava na fazenda Santo Inácio, onde se aposentou como empregado. Faleceu, segundo relatos, com 115 anos, no que seria confirmado por um registro de batismo que aparenta ser seu. Sua mãe, de acordo com o registro, chamava-se Joana. Sua avó, segundo seu depoimento, era africana e escrava.⁶²

⁶⁰ Tais preocupações teóricas não nortearam a escolha dos entrevistados pela pesquisa *Assentamentos Rurais*. Elas surgiram *a posteriori* na reflexão para a tese, ao selecionar quais entrevistas seriam trabalhadas e por quê.

⁶¹ Foram realizadas duas entrevistas com o Sr. Álvaro Pereira da Silva. A primeira aconteceu em 01/07/2000 por Elizabeth Linhares, Luciano Nunes Padrão e Marcus Dezemone (90 min.). A segunda foi em 09/09/2001 por Afrânio Garcia e Marcus Dezemone (150 min.). Ambas estão disponíveis no CPDA-UFRRJ, pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”. Em 08/09/2007 o Sr. Álvaro foi novamente entrevistado pelo autor. Para a militância e prisão: APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário n. 34.129 de Álvaro Pereira da Silva.

⁶² A entrevista do Sr. Juscelino Cândido da Silva ocorreu em 10/09/2001 com Afrânio Garcia e Elizabeth Linhares (150 min.). Está disponível no CPDA-UFRRJ, pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”. Para o registro de batismo, ver: freguesia de São Francisco de Paula, Livro de Batismo n. 5, p. 22 v., 15/07/1888.

Por fim, falando em nome dos proprietários, o Sr. José Antonio Barbosa de Moraes, nascido em São Francisco de Paula em 1924. Conhecido como general Moraes, pela sua patente militar, é neto de Trajano de Moraes e um dos herdeiros da fazenda Santo Inácio. Foi escolhido pelos outros cinco irmãos para administrá-la em condomínio desde o falecimento da mãe na década de 1970.⁶³

O general Moraes era claramente reconhecido como proprietário da fazenda, embora ela tenha sido dividida entre os irmãos. Álvaro Roldão declarou a respeito do militar que “ele é dono da fazenda Santo Inácio”, sem mencionar nenhum outro herdeiro.⁶⁴ Sobre Roldão e o General, a revista *Isto É* os apresentou, respectivamente, como “antigo posseiro” e “proprietário da fazenda”, numa reportagem sobre a desapropriação em 1987.⁶⁵ Binó era um dos mais antigos moradores do município, possuindo extensa rede familiar. Ele residia na fazenda Santo Inácio, em uma casa da fazenda com a anuência dos proprietários. Quando perguntado a Binó sobre uma liderança do assentamento, ele declarou, sem hesitar, que “o chefe da Caixa D’água, da reforma agrária, é o Sr. Roldão.”⁶⁶ Este, por sua vez, em sua primeira entrevista, mencionou o “conhecimento” que o Sr. Binó teria da fazenda, na sua condição de empregado e antigo colono. Claramente, os porta-vozes são reconhecidos uns pelos outros como legitimados para falar em nome dos seus grupos.

Os porta-vozes autorizados fizeram referências a *tempos* diversos, que variam em seus referenciais, ênfases, cronologias e durações. A idéia de *tempo* usada pelos depoentes se aproxima daquela notada por Câmara Cascudo como “medida de duração das coisas, da época.” Segundo o folclorista, “diz-se sempre tomando-se um ponto de referência. Na linguagem popular usa-se no Tempo Antigo, no tempo dos Antigos, no Tempo do Rei Velho, referindo-se a El-Rei Dom João VI, especialmente em sua entrada

⁶³ A entrevista do general José Antonio Barbosa de Moraes foi concedida em 25/05/2001 a Elizabeth Linhares (60 min.). Está arquivada no CPDA-UFRRJ, pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁶⁴ Depoimento do Sr. Álvaro Pereira da Silva, Sr. Roldão, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁶⁵ Revista *Isto É*, em 29/07/1987, pp. 26-27.

⁶⁶ Depoimento do Sr. Juscelino Cândido da Silva, Sr. Binó, em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

no Brasil”.⁶⁷ Os *tempos* constituem aquilo que antropólogos como Lygia Sigaud chamam de categorias nativas, isto é, os termos forjados e operados pelos próprios atores envolvidos.⁶⁸ Sem necessariamente coincidir com o tempo cronológico ou marcos consagrados pelos historiadores, os *tempos* agrupam conjuntos de recordações em torno de pessoas e acontecimentos. Múltiplos *tempos* que inclusive se sobrepõe uns aos outros foram percebidos nos depoimentos como o “*tempo do café*” ou o “*tempo do trem*”, acionados geralmente como épocas de ouro, que enfatizam o período de duração do cultivo do café ou de existência da ferrovia que passava pelo município de Trajano de Moraes. Justapostas a essas duas temporalidades, outras três serão melhor exploradas nessa tese, pois aparecem nos relatos organizando os acontecimentos da história da fazenda e das relações entre proprietários e não-proprietários. Entender o porquê do emprego de certas palavras e expressões e não de outras, significa mergulhar na lógica, nos valores, nos sistemas de classificação e nas visões de mundo daqueles que se quer compreender.

O primeiro dos *tempos* que apareceram como a origem da fazenda foi para os ex-colonos o *tempo do cativo*, enquanto para o proprietário, o *tempo da escravidão*. A diferença está não apenas na palavra, mas no que ela representa. De um lado, a produção com o trabalho compulsório: “a fazenda é uma fazenda de café do *tempo da escravidão* e a mão-de-obra era de escravo.”⁶⁹ Do outro lado, o tratamento conferido à força de trabalho: “a fazenda é muito antiga, a fazenda deve ser do pai do Doutor Moraes. Herança dele. Tinha até um porão lá que botava os escravos. Era um cativo, essa fazenda era um cativo.”⁷⁰

O *tempo de Getúlio Vargas* foi outro que se impôs, de forma generalizada, nos relatos. Para o proprietário, o presidente relaciona-se a uma mudança familiar: “meu pai foi cassado pelo Getúlio porque ele era Washington Luís. E coincidiu em 30, 31 com a

⁶⁷ CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 5º ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, p. 745. *Apud*. PALMEIRA, Moacir. “Política e Tempo: Nota exploratória.” In: PEIRANO, Mariza Soares. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da política, pp. 171-177, 2002.

⁶⁸ Ver SIGAUD, Lygia. *A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios*. Boletim do Museu Nacional, série Antropologia. Rio de Janeiro, (30), dez. 1978.

⁶⁹ Depoimento do Sr. José Antonio Barbosa de Moraes, general Moraes, em 25/05/2001. Acervo do CPDA-UFRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁷⁰ Depoimento do Sr. Juscelino Cândido da Silva, Sr. Binó, em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

baixa do café. Aí nós fomos morar na fazenda e ficamos na fazenda esse tempo todo”.⁷¹ Para os ex-colonos, a imagem de Vargas aparece vinculada a outras recordações. “Essa lei que nós temos hoje, trabalhista, eu te confesso, que tudo nós devemos a Getúlio Vargas”, afirmou Álvaro Roldão.⁷² “Porque, eu acho se não fosse por ele [Getúlio], essas leis não tavam aí, não”, disse Sr. Binó.⁷³

A última temporalidade da fazenda Santo Inácio foi a do *tempo da reforma agrária*, referenciado, para os assentados, no processo de lutas que organiza a memória.⁷⁴ Foi assim que Álvaro Roldão ajudou o pesquisador a se localizar cronologicamente num determinado momento da entrevista quando falava das lutas dos anos 1960 e da prisão após o golpe de 1964: “isso já foi depois que eu fui preso e parti para a reforma agrária”, que a rigor, só ocorreu em 1987. Até os colonos e empregados que não se beneficiaram diretamente da desapropriação têm a mesma visão que mistura o resultado com o processo para atingi-lo: “[os que lutaram] foram presos mesmo e algemados e ia pra Ilha Grande. Mas com tudo que eles [os que foram presos] fizeram, ainda levaram vantagem na reforma agrária”, sentenciou. A medida de tempo no relato do porta-voz dos proprietários é o ato de desapropriação: “eu estou falando antes de ser desapropriado. Agora foi tudo desapropriado!”. A reforma agrária teve, dessa maneira, um significado bastante diferente, de reorganização de um modelo fundiário e não de lutas: “essa reforma agrária é uma mentira. Eu não estou falando porque eu sou proprietário não. Hoje em dia essa agricultura familiar não tem futuro! As fazendas têm que ser grandes com tecnologia para poder funcionar.”⁷⁵

⁷¹ Depoimento do Sr. José Antonio Barbosa de Moraes, general Moraes, em 25/05/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁷² Depoimento do Sr. Álvaro Pereira da Silva, Sr. Roldão, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁷³ Depoimento do Sr. Juscelino Cândido da Silva, Sr. Binó, em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁷⁴ Não há referência, segundo o porta-voz autorizado do grupo dos assentados, a um *tempo da posse*. A entrada na fazenda através da permissão do administrador, o reconhecimento do proprietário e da condição de “colono” aparecem no seu depoimento. Isso já havia sido demonstrado anteriormente, inclusive em outros depoimentos. DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, pp. 241-243.

⁷⁵ Depoimento do Sr. José Antonio Barbosa de Moraes, general Moraes, em 25/05/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

Mas um *tempo* específico na ótica da identidade de colono – seja do cativo, de Getúlio ou da reforma agrária – só fica claramente definido em relação à confrontação diante de outro *tempo*. Os relatos estabelecem dessa maneira aquilo que tem sido notado por diversos trabalhos, que denominam essa forma de selecionar e organizar as lembranças do passado como o *diálogo dos tempos*.⁷⁶ Para o porta-voz autorizado dos proprietários, os tempos dialogam nos termos do controle da terra por meio da propriedade, que resultava na ausência de conflitos: “no tempo que a fazenda era nossa, eles [os colonos] tinham tudo o que eles queriam, nunca colocamos ninguém para fora, eles tinham toda a terra que eles quisessem para plantar.”⁷⁷ Para assentados e não-assentados, o diálogo se deu em outras bases. Segundo Binó, “naquele tempo o pobre não tinha direito”.⁷⁸ Sr. Roldão é enfático: “direito é do patrão. Porque o trabalhador não tinha direito. Direito era quem era dono da terra”.⁷⁹ O *diálogo dos tempos* não se reduziu ao *tempo da reforma agrária*. Ele abarca outras temporalidades posto que explora, basicamente, continuidades e mudanças entre os tempos.

Na realidade, os porta-vozes tinham um marco fundamental: a posição ocupada antes, durante e depois do processo que teve como desfecho a desapropriação do imóvel em 1987. Este acontecimento determinava, em grande medida, a seleção, organização e sentidos atribuídos ao passado. Sabe-se que não é possível recordar todas as experiências vividas. Daí, a lógica de estruturação do passado e escolha do que vai ser lembrado ou esquecido passa por aquilo que Michael Pollak chamou de “seletividade da memória”.⁸⁰ Diversos autores compartilham a noção de seletividade, contudo, o aspecto central é explicar o mecanismo que a preside. Segundo Gilberto Velho, a seletividade da memória é pautada em critérios retrospectivos e prospectivos. Ao lembrar, quem o faz leva em conta a perspectiva do presente que, ao ser estendida ao passado, atribui

⁷⁶ A expressão foi usada por Karina Baptista no título de sua dissertação, que tratava da relação entre passado e presente, cativo e liberdade, nos relatos de descendentes de escravos. Nesta tese, a expressão aparece num sentido mais amplo, de comparação dos tempos que emergiram dos depoimentos. BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos: Memória da escravidão, história e identidade racial entre afro-brasileiros*. Dissertação de Mestrado Niterói: PPGH-UFF, 2002.

⁷⁷ Depoimento do Sr. José Antonio Barbosa de Moraes, general Moraes, em 25/05/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁷⁸ Depoimento do Sr. Juscelino Cândido da Silva, Sr. Binó, em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁷⁹ Depoimento do Sr. Álvaro Pereira da Silva, Sr. Roldão, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

⁸⁰ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

coerência, lógica e encadeamento onde geralmente não há. Ao voltar-se para o passado, quem lembra estende igualmente, junto com a perspectiva do presente, o que se almeja para o futuro, naquilo que Velho chamou de projeto.⁸¹

A comparação dos depoimentos dos ex-colonos com o do proprietário revelou visões sobre pessoas, acontecimentos e processos bastante distintas, constituindo memórias conflitantes. Mais do que isso: em outros casos ainda não apresentados e explorados os relatos dos ex-colonos sugeriam complementar recente produção historiográfica e até contrariar outra há muito consolidada. Tem-se da confrontação dos relatos entre si, e deles com a historiografia, o que pode ser considerada uma “memória dividida”. Segundo Alessandro Portelli:

quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.⁸²

A constatação de “memórias divididas” constitutivas de disputas entre atores envolvidos com a fazenda pela imposição de representações sobre seu passado, indica duas coisas. Primeiro, que conflitos entre as memórias de camponeses e proprietários apontam também para embates no campo simbólico. Este, por sua vez, não pode ser desqualificado em benefício do que supostamente seriam conflitos materiais, visto que as visões de mundo impelem pessoas à desmobilização ou a lutas. Segundo, simplesmente repetir os relatos de um dos grupos em prejuízo do outro significaria reproduzir acriticamente o jogo de qualificações e desqualificações que é típico da luta

⁸¹ Velho apropria-se da noção de “projeto” de Alfred Schutz como uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Esta categoria estaria imbricada na idéia de indivíduo-sujeito – aquele que faz projetos. VELHO, Gilberto. “Memória, Identidade e Projeto.” *Revista Tempo Brasileiro*. nº 95, out.-dez., pp. 119-126, 1988.

⁸² O conceito de ‘memória dividida’ é de Giovanni Contini, citado por Alessandro Portelli no seu conhecido estudo das memórias produzidas sobre o massacre alemão contra os cidadãos italianos da pequena cidade de Civitella Val di Chiana, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ver CONTINI, Giovanni. *La memoria divisa. Osservazioni sulle due memorie della strage del 29 giugno 1944 a Civitella Val di Chiana*, trabalho apresentado na conferência internacional *In Memory. For an European Memory on Nazi Crimes after the End of the Cold War*, Arezzo, 22-24 de junho de 1994. *Apud* PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, pp.103-130, respectivamente p.106.

política. Isso comprometeria o esforço teórico-reflexivo da tese para o entendimento do mundo rural, diminuindo-a enquanto trabalho científico. A solução estaria em estudar minuciosamente as condições de produção de visões divergentes, bem como as bases materiais e simbólicas sobre as quais elas se assentam.

Trata-se de compreender as “memórias divididas” que vieram à tona através da história da memória da fazenda pelos porta-vozes autorizados. Para tanto, os temas objeto de relatos conflituosos foram estudados através de *momentos analíticos*. Estes, construídos pelo próprio pesquisador, partiram das categorias nativas que produziram os referenciais dos *tempos* – do cativo, de Vargas e da reforma agrária. Contrapostos às fontes disponíveis e às questões historiográficas pertinentes, permitiriam ampliar o entendimento do sistema de colonato, da fazenda à região, ao concentrarem investimentos de pesquisa.⁸³ Seriam três os *momentos analíticos*:

- 1) A passagem da mão-de-obra escrava para a livre na origem do sistema do colonato, em fins do século XIX;
- 2) Os efeitos da “dupla crise” – a Crise de 1929 e a Revolução de 1930 – no campo, conduzindo a alterações no sistema;
- 3) A erosão da autoridade tradicional com o desgaste da relação fazendeiro-colono, que conduziu às lutas e à desapropriação parcial da fazenda Santo Inácio, dos anos 1970 até 1987.

Os dois primeiros momentos analíticos abordam processos comuns à região que se remetem, respectivamente, ao *tempo do cativo* e ao *tempo de Vargas*. O terceiro, até certo ponto, também esteve presente na região, enquanto a desapropriação foi exclusiva da fazenda Santo Inácio, vinculando-se ao *tempo da reforma agrária*. A atenção se volta agora a cada um dos *tempos*.

⁸³ A construção teórica já aparecia no projeto de doutorado apresentado à banca de seleção ao PPGH-UFF em 2004. No curso da pesquisa, ela foi redefinida devido à reflexão diante das evidências coletadas.

CAPÍTULO 1

TEMPO DO CATIVEIRO E GÊNESE DO COLONATO

“Minha avó veio da África. Ela viu o cativo. (...) Veio menina, já casou aqui as filhas, etc., e neto, ela foi morreu... devia estar com uns cento e poucos anos. Aí já não era mais cativo. Aí já era posse do colono. Aqui em Santo Inácio. Quer dizer, ela viveu esse tempo todo, a vida dela toda na fazenda Santo Inácio.”

Juscelino Cândido da Silva, Sr. Binó em 10/09/2001.

1.1. Visões da fazenda e do papel da escravidão

As representações acerca da origem da fazenda Santo Inácio e do papel da escravidão no negócio cafeeiro apresentam-se como memórias cristalizadas, grandes consensos em certas recordações da família proprietária, que encontrariam amparo numa parte da historiografia e no senso comum. Para o porta-voz dos proprietários, no papel ativo de construtor de sua própria imagem pública, é realçada a importância do avô, Trajano de Moraes e da sua fazenda para o município:

“A fazenda de Trajano de Moraes, a fazenda Santo Inácio que é uma das fazendas dele, foi comprada em 1872 e ia do atual Trajano [sede municipal] até [o distrito] Visconde de Imbé. Para fazer a cidade de Trajano de Moraes ele retirou da fazenda 50 alqueires [242 ha ou 2,42 Km²] e construiu uma cidade.”

Essa mesma representação foi encontrada em reportagem publicada pela Revista *Isto É*, em 1987. A matéria do periódico cobria a série de ocupações de terras e conflitos fundiários que aconteciam no país, inclusive aquele protagonizado na fazenda Santo Inácio. Na matéria a fazenda foi apresentada como “pertencente à família desde 1872, quando foi adquirida pelo avô [dos atuais proprietários], Trajano de Moraes”.¹

Quase dez anos após a desapropriação do imóvel, em carta remetida pelo general Moraes em 14 de junho de 1996 ao ministro Extraordinário da Política Agrária Raul Jungmann, a origem reaparecia. Em nome dos proprietários, o General reclama que o acordo celebrado com INCRA em 1988 sofreu um erro de aritmética no valor da indenização pela desapropriação, na conversão dos valores de cruzados novos para títulos da dívida agrária. O equívoco levou a uma indenização irrisória, fazendo com que nada tivesse sido pago a título da desapropriação, pois a família recusara-se a recebê-la em razão do problema. Na carta, providências do ministro Jungmann eram cobradas no sentido de cumprir portaria do antecessor dele no cargo, Íris Rezende. O General afirma ainda que, no processo administrativo de desapropriação do INCRA, se teria “ignorado os seguintes fatos”:

A fazenda Santo Inácio pertencente, em condomínio, aos cinco netos de Trajano de Moraes, que herdaram de seu avô, dela proprietário desde 1870. (...)

¹ Revista *Isto É*, 29/07/1987, p. 27.

A fazenda não fora dividida por razões sentimentais, já que os proprietários, com o condomínio, mantinham intacta uma propriedade tradicional que pertencera ao cidadão que, pelos seus méritos pessoais, dera nome ao município.²

Tais noções já haviam aparecido alguns anos antes. Em 1991, a prefeitura municipal de Trajano de Moraes editou obra comemorativa do centenário de criação do município, que se emancipou de Santa Maria Madalena, em 1891, com o nome, vale lembrar, de São Francisco de Paula. O livro da efeméride, *Cem anos de Trajano* foi escrito a partir das informações de fazendeiros e seus descendentes, coletadas por memorialistas locais, dedicados à história do município. A fazenda Santo Inácio teve lugar de destaque, ao lado de outras duas fazendas cafeeiras, a Olaria, maior fazenda da região e que pertencera ao Barão das Duas Barras, tio avô de Trajano de Moraes, e a São Lourenço. As três fazendas seriam das poucas “casas-grandes” do século XIX que teriam seu interior bem conservado, onde seria possível encontrar “louças, porcelanas, pratarias, cristais, quadros e mobílias da época”.³ A importância disso pode ser notada no depoimento do General quando o porta-voz dos proprietários fala que: “na fazenda só tenho um objetivo: preservar a tradição do meu avô e do meu pai. Porque se eu deixasse o INCRA tomar conta, invadia tudo”.⁴ Sede da fazenda e terras são pensadas como uma unidade.

A memória sobre a origem e importância da fazenda que apareceu em 2001 no depoimento do General, foi publicada na reportagem da Revista *Isto É* em 1987, no ano da desapropriação parcial do imóvel, figurou tanto na carta ao ministro, de 1996, quanto no livro comemorativo da prefeitura em 1991, é algo que não se explica somente pelo desejo de tentar deslegitimar a desapropriação. Não se trata de apresentá-la apenas como “equivoco” ou “injustiça” do INCRA na década de 1980. O propósito declarado de “preservar a tradição” molda, de maneira bastante peculiar, o modo pelo qual o descendente, recorta e seleciona – nos termos de Pollak – *enquadra* os fatos do passado

² Carta do general José Antônio Barbosa de Moraes ao Ministro Extraordinário a Política Fundiária Raul Jungmann, em 14/06/1996. Para a desapropriação ver decreto Nº 93.936/87. O acordo entre o general Moraes e o INCRA é a portaria MIRAD nº 067, 27/01/1988. O processo encontra-se na Superintendência Regional 07 do INCRA-RJ sob o número 1424/87.

³ MUNIZ, Ivan (Coord.). *Cem Anos de Trajano*. Rio de Janeiro: Assessor Comunicação Social Integrada/Ed. Lidador, 1991, p. 31.

⁴ Depoimento do general José Antônio Barbosa de Moraes, em 25/05/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*. Todas as falas atribuídas ao general Moraes que integram esse capítulo foram retiradas dessa entrevista.

relacionados à sua trajetória e a da fazenda, pois a propriedade tornara-se, na expressão clássica de Pierre Nora, um *lugar de memória*, depositário de lembranças e vestígios materiais.⁵ Seria mesmo para a família e para o município um *monumento histórico*, na definição de Françoise Choay, que “não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes”. Tal noção não se confunde com a de monumento “uma criação deliberada cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata”.⁶

A “tradição” atribuída à fazenda vem geralmente acompanhada de menção à “decadência” do café, descrita em 1991 no livro *Cem anos de Trajano*:

Durante cerca de meio século, fazendeiros e plantadores de café da região fizeram grandes fortunas. Mas com a Abolição da Escravatura, quase a totalidade da mão-de-obra, composta de braço negro escravizado, fugiu do lugar, em busca de novas terras e de uma vida mais digna.

As conseqüências da Lei Áurea marcaram o início da decadência de São Francisco de Paula.

Em 12 de março de 1891, o governo republicano tentou remediar o problema por decreto: elevou a freguesia à categoria de município.

Mas São Francisco de Paula já estava condenado irremediavelmente à derrocada.⁷

Há correspondência entre o livro e a memória da família proprietária. “Quando houve a [abolição da] escravidão, os escravos saíram”, disse o general Moraes em seu depoimento. O que prevalece tanto no registro familiar quanto na imagem pública é que o declínio da produção cafeeira está relacionado ao fim da escravidão.

A produção acadêmica tem sustentado um conjunto de teses clássicas a respeito do papel da escravidão na atividade cafeeira na província do Rio de Janeiro. Elas afirmam que o final do século XIX e início do XX correspondeu à “estagnação” e “declínio” da agricultura fluminense a partir da “crise do café” e do esvaziamento econômico das fazendas do Vale do Paraíba em benefício da região do Oeste Paulista.⁸

⁵ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, 1987, pp. 7-28, em especial pp. 24-26.

⁶ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp/Estação Liberdade, 2001.

⁷ MUNIZ, Ivan (Coord.). *Cem Anos de Trajano*. Rio de Janeiro: Assessor Comunicação Social Integrada/Ed. Lidador, 1991.

⁸ Referência fundamental nessa linha é a obra monumental, em 15 volumes, de TAUNAY, Afonso. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1943, 15. A generalização do trabalho pioneiro de

A descrição de Monteiro Lobato da passagem das “ondas verdes”, que transformou o ambiente social da antes próspera região fluminense em “cidades mortas”, ajudava a conformar e reforçar essas interpretações.⁹

A “decadência” estaria relacionada basicamente aos efeitos decorrentes da Lei Áurea de 1888, ao emancipar os escravos sem indenizações aos proprietários, o que teria levado à perda dos recursos imobilizados na aquisição da mão-de-obra. Além disso, essas leituras insistem que após 1888, a maior parte dos ex-escravos abandonou as fazendas fluminenses. Os poucos ex-escravos que permaneceram se tornaram colonos ou empregados e mais tarde, pequenos sitiantes ou peões do gado na atividade pecuária que substituiria os cafezais. Os proprietários rurais que insistiram na cafeicultura faliram. O excedente de mão-de-obra gerado na passagem da agricultura à criação bovina foi obrigado a migrar para as cidades.¹⁰

Numa outra direção, estudos sobre o campo fluminense desenvolvidos desde a década de 1970 abrem uma nova possibilidade investigativa: apesar dos trabalhos não falarem em um dinamismo da agricultura do estado do Rio de Janeiro, eles permitem apontar elementos que demonstram insuficiências na tese da “estagnação” e da “decadência”. Serão citados dois estudos que evidenciam esta afirmação. Analisando dados entre 1903 e 1914 no contexto da primeira política de valorização do café, Sônia Mendonça critica as “teses clássicas”, pois gêneros agrícolas distintos do café permitiram o auto-abastecimento nas fazendas e até mesmo sua comercialização no estado incentivada pelos setores dirigentes.¹¹ Contribuição importante é a de Ana Maria dos Santos. Analisando o discurso dos grupos de fazendeiros dominantes, a autora abre

Stanley Stein sobre Vassouras, publicado em Português em 1961 com o título de *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*, tradução de *Vassouras: a brazilian coffe county, 1850-1900*, serviu para difundir essa percepção para todo estado do Rio de Janeiro. Utilizo-me aqui da edição de 1985, ano de 1990: STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Ver ainda FAUSTO, Boris. “Expansão do Café e Crise Cafeeira”. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1986.

⁹ LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1919].

¹⁰ Sobre tais desdobramentos, ver CANO, Wilson. “Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)”. In: *Estudos Econômicos*. 15 (2), maio-agosto de 1985, pp. 291-306; e VERSIANI, Flávio Rabelo. “Escravos, Homens Livres e Imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920”. In: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996, pp. 189-213.

¹¹ MENDONÇA, Sônia. Regina de. *A Primeira Política de Valorização do Café e sua vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1977.

caminho para perceber que a idéia de “decadência” era produzida diante do declínio das condições materiais e políticas *dos* fazendeiros, não significando, necessariamente, a “decadência da agricultura e do estado do Rio”, conforme eles defendiam, na tentativa de atração de recursos e investimentos que lhes favorecessem.¹² É possível concluir que se as políticas de valorização da produção do café não atingiram os resultados esperados pelos fazendeiros fluminenses, isto se deve muito mais a condutas e estratégias escolhidas do que ao fardo do “problema da mão-de-obra”, com o abandono das propriedades pelos ex-escravos, alçado à categoria de chave explicativa pelos partidários da tese da “decadência”.

Para os proprietários rurais não bastava ter mão-de-obra. Os cafeicultores dependiam das condições de mercado, tais como preços e a competição com concorrentes, da disponibilidade e do acesso aos mercados compradores, e de fontes de financiamento da produção. Esses temas foram contemplados por trabalhos resultantes de pesquisas empíricas que tomaram a província e depois estado do Rio de Janeiro como objeto, cobrindo o período das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. As condições de mercado na Primeira República foram tratadas no mencionado trabalho de Sônia Regina de Mendonça.¹³ Marieta de Moraes Ferreira demonstrou o papel-chave na comercialização e financiamento da lavoura cafeeira desempenhado pelos comissários de café e suas Casas Comissárias, que funcionavam, no interior, como espécies de instituições bancárias.¹⁴ Melhorias foram introduzidas no beneficiamento e no transporte do café visando adiar uma crise que se desenhava, conforme salientou Humberto Machado, sobre o sul do Vale do Paraíba fluminense, de 1860 a 1888.¹⁵ Como parte das condições da atividade cafeeira, interferiram também a capacidade produtiva das terras, assunto realçado pela pesquisa monográfica de Stanley Stein, em *Vassouras: um município brasileiro do Café*.¹⁶ Esses trabalhos em seu conjunto indicam

¹² Para uma discussão mais fina ver a tese de SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural reform and the idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910*. Austin: University of Texas at Austin, 1984.

¹³ MENDONÇA, Sônia. Regina de. *A Primeira Política de Valorização do Café e sua vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1977.

¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1977.

¹⁵ MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da cafeicultura no Vale do Paraíba Fluminense (1860-1888)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1983.

¹⁶ STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

o reducionismo que é considerar a crise da cafeicultura como resultado exclusivo do abandono das fazendas pelos escravos libertados com o Treze de Maio.

É quase impossível identificar com precisão quantos ex-escravos abandonaram ou permaneceram nas fazendas da região serrana fluminense após o Treze de Maio. As séries históricas com os dados demográficos do município não ajudam. Estão disponíveis, cobrindo o período que vai da década de 1870 até a de 1920, no momento analítico da gênese do colonato, dados sobre os anos de 1872, 1890, 1892, 1900 e 1920. Porém os únicos indicadores comuns que permitem comparações na mesma base territorial são os da população presente, com número de habitantes e sexo.

TABELA 02
População residente por sexo na freguesia/ município de São Francisco de Paula (1872-1920)

Sexo	Ano					
	1872		1890	1892	1900	1920
	Livre	Escrava				
Homens	1460 21,03%	2899 41,77%	3030 53,96%	6195 55,20%	3988 52,34%	11729 52,78%
Mulheres	1120 16,14%	1462 21,06%	2585 46,04%	5028 44,80%	3632 47,66%	10492 47,22%
Total	2580 37,17%	4361 62,83%	5615	11223	7620	22221
	6941					

Fonte: CIDE-RJ, censos demográficos de 1872, 1890, 1892, 1900 e 1920.

Chama atenção a discrepância entre os dados de 1890 e 1892. Os números existentes sobre 1890 são decorrentes de dois censos: um estadual, realizado em 1º de agosto e outro nacional, realizado em 31 de dezembro. Ambos, no entanto, apresentaram problemas, ora na execução, ora na apuração dos resultados.¹⁷ Foram os protestos gerados pela extinção de municípios com base nos números de 1890 que levaram a realização de um novo censo estadual, em 1892. Os resultados desse censo, feito em um único dia, 30 de agosto de 1892, são considerados mais precisos que os de

¹⁷ O censo estadual de 1890 “foi habilmente preparado e executado com pequenos senões. Não foi porém apurado completamente por ter sido extinta a repartição (Diretoria de Estatística do Estado) em 21/06/1891.” NUNES, J. P. Favilla. *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro feito em 30 de agosto de 1892*. Rio de Janeiro, Companhia Typografica do Brazil, 1893. Sobre o censo nacional de 1890, o IBGE afirmou que foi “muito lenta a apuração dos resultados, em decorrência de fatores diversos, inclusive acontecimentos políticos observados nos primeiros anos da República (...) cinco anos depois de efetuado o Recenseamento, ainda não havia sequer um estado onde as apurações do censo estivessem definitivamente concluídas.” CIDE-RJ. *Evolução da População e da Malha Municipal do Estado do Rio de Janeiro*. CD-rom, 2004.

1890.¹⁸ Porém, um dos municípios extintos com base no censo de 1890 – São Sebastião do Alto – foi recenseado como distrito de São Francisco de Paula em 1892. Devido aos problemas na execução e apuração, o censo de 1890 não será considerado, adotando-se no seu lugar o de 1892, nos dados referentes apenas à freguesia e, depois de 1891, município de São Francisco de Paula, cujas dimensões territoriais foram as mesmas nos recenseamento anterior, o de 1872, e nos posteriores, 1900, 1920 e demais.¹⁹

Mesmo utilizando apenas os censos de 1872, 1892, 1900 e 1920, os indicadores referentes a cor da população, que seria dado relevante para aferir a permanência de escravos em São Francisco de Paula foram fornecidos apenas em 1872 e 1940, o que produziria intervalo muito extenso que inviabiliza comparações. Os relatórios dos presidentes de província, que apresentavam informações sobre o número de escravos por município, por sua vez, misturavam a freguesia de São Francisco de Paula com as demais do município de Santa Maria Madalena, revelando o conjunto de escravos matriculados, sem dar conta dos ritmos diferenciados de crescimento e diminuição dos cativos nas freguesias.²⁰

O indicador do sexo da população residente sugere, depois de 1872, crescimento percentual da quantidade de mulheres no município, que é ligeiramente reduzido de 1900 para 1920. Isso poderia indicar duas coisas: primeiro, que houve saída de homens, possivelmente das fazendas. Os percentuais, em segundo lugar, sugerem um equilíbrio de gênero causado pelo aumento de nascimentos.

Além da população residente e do sexo, o indicador da nacionalidade estava presente em três censos, o de 1872, 1892 e 1920.

¹⁸ “A apuração foi feita com a maior presteza, sobretudo dos municípios que haviam sido extintos, fornecendo à Assembléia Legislativa as informações que pediu, tanto que ela restaurou grande parte deles na mesma sessão em que votou a lei do recenseamento.” NUNES, J. P. *Favilla. Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro feito em 30 de agosto de 1892*. Rio de Janeiro, Companhia Typografica do Brazil, 1893. A Assembléia Legislativa restaurou sete municípios: Bom Jardim, Mangaratiba, Monte Verde (atual Cambuci), São Gonçalo, São Pedro d’Aldeia, São Sebastião do Alto e Sumidouro.

¹⁹ O censo de 1892 apresenta quatro distritos integrando São Francisco de Paula, o que elevou a população para 22.046 habitantes: a Vila de São Francisco de Paula, Ventania, São Sebastião do Alto e Valão do Barro. Os dois últimos se desmembraram em 1893 originando o município de São Sebastião do Alto. CIDE-RJ.

²⁰ APERJ, Fundo Presidentes de Província, Relatórios dos presidentes de província, diversos anos.

TABELA 03
População residente por nacionalidade na freguesia/ município de São Francisco de Paula (1872-1920)

Nacionalidade	Ano									
	1872				1892			1920		
	Livre		Escravos		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Brasileiros	1275	1068	2398	1337	6195	5028	10768	11186	10125	21311
	18,37%	15,39%	34,55%	19,26%	55,20%	44,80%	95,95%	50,34%	45,57%	95,90%
Brasileiros naturalizados								76	25	101
								0,34%	0,11%	0,45%
Estrangeiros	185	52	501	125	298	157	455	491	312	803
	2,67%	0,75%	7,22%	1,80%	2,66%	1,40%	4,05%	2,21	1,40	3,61%
Não-declarado								52	55	107
								0,23	0,25	0,48
Total	6941				11223			22221		

Fonte: CIDE-RJ, censos demográficos de 1872, 1892 e 1920. Os dados de 1892 não fazem distinção entre os distritos que, no ano seguinte, originaram o município de São Sebastião do Alto.

O censo de 1872 registrou na população residente 237 estrangeiros livres (homens + mulheres 3,02%) sem especificar cor e procedência, podendo ser portugueses e até mesmo africanos livres. No censo de 1892, São Francisco de Paula tinha 11.223 habitantes – mas não havia informação sobre quantos dos 455 estrangeiros (4,05%) viviam em cada um dos quatro distritos, inclusive os dois que se desmembraram originando São Sebastião do Alto no ano seguinte. O censo de 1920 dobrava a população para 22221 habitantes e praticamente a quantidade de estrangeiros que passava a 803 pessoas (3,61%). Contudo os percentuais de não-nacionais no conjunto da população quase não sofreram alteração, permanecendo pequenos.

Dos estrangeiros em 1892, 27 eram africanos, enquanto os outros grupos que apareciam com mais de três pessoas eram portugueses (297), italianos (101) e espanhóis (20). Não há nenhuma referência à “grande naturalização” estabelecida de forma automática pela Constituição de 1891 aos estrangeiros que não se manifestassem contrários, por isso, não se pode saber se muitos dos que constavam como brasileiros naquele censo eram, na realidade, naturalizados.²¹ O censo de 1900 sem indicadores de nacionalidade ou origem, apresentou brusca queda para 7.620 habitantes do município. Porém, em 1920 a população saltaria para 22.221, dos quais 803 estrangeiros. Os

²¹ “Grande naturalização” foi expressão que designou a naturalização tácita estabelecida pela Constituição de 1891 (art. 69, §4º) e reproduzida em várias constituições subseqüentes, segundo a qual são “*cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declarem, dentre em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem.*” Brasil. *Constituição de 1891*. Coleção Constituições Brasileiras. Vol. II. Brasília: Senado Federal, 1999.

italianos passavam a ser os mais numerosos (427), seguidos pelos portugueses (241) e espanhóis (83).²² Houve acentuado crescimento na população geral, mas o número de estrangeiros, entre 1900 e 1920, no conjunto, permanecia pequeno.

Estes dados podem ser confrontados ao final do século XIX, ponto de partida para observar as origens do colonato. O censo demográfico de 1872 no cruzamento dos indicadores da condição jurídica com a cor da população residente indica que, das 6.941 pessoas que moravam na freguesia de São Francisco de Paula, 4.361 eram escravas (62,83%) e 2.580 livres (37,17%). Destes, prevaleciam os brancos, com 2.062 pessoas (29,71%), seguidos pelos 380 pardos e 134 negros livres. Estes dois últimos grupos de cor somados, no conjunto da população, atingiam 7,4% dos habitantes.

Assim, pelos indicadores disponíveis, de 1872 a 1920, a freguesia e depois município de São Francisco de Paula nas duas últimas décadas do século XIX teve como principal alteração o aumento percentual do número de mulheres no conjunto da população, sem ter modificado profundamente a distribuição dos grupos de cor indicadas em 1872. Ainda que em seu surgimento, no final do século XIX, o colonato tivesse recebido indivíduos provenientes de diferentes origens sociais, com trajetórias de vida distintas, como homens livres pobres e imigrantes europeus, o perfil era o de uma população predominante de ex-escravos, pretos e pardos.

Esquecidos nos relatos dos porta-vozes autorizados, os homens livres pobres correspondiam na transição da mão-de-obra escrava para a livre, de acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco, a três quartos da população do país.²³ No mínimo, eram no começo do último quartel do século XIX metade da população da província fluminense.²⁴ Hebe Maria Mattos pesquisou a participação desse grupo e da pequena produção escravista agrícola em Capivary, atual Silva Jardim, na constituição de um

²² CIDE, Censos demográficos de 1872, 1892, 1900 e 1920. Para as origens dos estrangeiros disponíveis somente nos censos de 1892 e 1920.

²³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1978, p. 184.

²⁴ A população escrava da província correspondia a 32% no censo demográfico de 1872. Infere-se daí que os 68% restantes não poderiam ser apenas senhores abastados ou setores das classes médias. CIDE, *Censo Demográfico de 1872*.

mercado interno que gerava excedentes comercializáveis.²⁵ Nessa linha, Gelsom Rozentino de Almeida tratou de Cantagalo, município do qual a freguesia de São Francisco de Paula fez parte entre 1846 e 1861. O autor demonstrou a relevância da pequena e média propriedade e da mão-de-obra livre dedicada à produção de alimentos para o mercado local, de 1870 a 1888.²⁶ Noutro sentido, pesquisas indicaram que desde meados do século XIX, pequenos sitiantes perderam suas plantações num processo de expropriação diretamente relacionado à expansão da grande lavoura cafeeira, conforme constataram Stanley Stein, em Vassouras, e Célia Muniz, em Valença.²⁷ Márcia Motta apresentou processos judiciais de grandes proprietários contra pequenos sitiantes na região de Cantagalo na década de 1850, após a promulgação da Lei de Terras.²⁸ Diógenes Pinheiro afirmou ter ocorrido o mesmo em São Francisco de Paula.²⁹

A dinâmica da produção cafeeira intercalava meses com maior exigência de trabalho e mão-de-obra, com meses de menor necessidade. A colheita, secagem e armazenagem, por exemplo, que aconteciam entre maio e julho, e a semeadura, entre julho e outubro, eram períodos que nitidamente se encaixavam no primeiro caso. É possível que nessas ocasiões, conforme constatado em outras fazendas fluminenses, os proprietários contratassem homens livres pobres para ajudar.³⁰ As interpretações sugerem que nas décadas próximas à abolição, o colonato pode ter sido opção para homens livres pobres obterem acesso à terra e meio de sobrevivência para suas famílias, aproveitando-se das relações estabelecidas nos períodos de maior necessidade de

²⁵ MATTOS DE CASTRO, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores e pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁶ ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *Hoje é dia de branco: o trabalho livre na província fluminense – Valença e Cantagalo (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1995.

²⁷ STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, pp. 35-42. Sobre Valença, ver o artigo de MUNIZ, Célia Maria Loureiro. “A formação da fazenda de café em Valença: um estudo de processos jurídicos contra pequenos proprietários.” In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos de; MATTOS, Hebe Maria; e FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre História e Educação. Homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001, pp. 389-400.

²⁸ Para processos judiciais movidos por posseiros contra grandes fazendeiros, ver MOTTA, Márcia. “O conflito de 1858 revisitado.” In *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, pp. 190-222.

²⁹ PINHEIRO, Diógenes. *Sindicatos e Associações em Trajano de Moraes, Rio de Janeiro: um estudo sobre a diferenciação da representação política dos pequenos produtores nos anos 80*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1993.

³⁰ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “A Fazenda de Café e a reprodução anual.” In *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920) – um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 51-58.

braços. Mas a contribuição de homens livres pobres para o colonato pode não ter se limitado ao fornecimento de braços para a grande lavoura. Hebe Mattos sustenta que, no interior de uma sociedade hierarquizada e desigual, esse grupo serviu como uma “experiência de liberdade”, referência para moldar expectativas e projetos de escravos sob jugo do cativo, na idéia de acesso à terra, uma intensa mobilidade espacial, produção familiar na lavoura de subsistência, e chance de comercialização de excedentes.³¹

Quanto aos imigrantes de origem européia, segundo o depoimento do general Moraes, a entrada deles teria ocorrido quando “os ‘escravos’ saíram e houve uma importação de colonos italianos”. A iniciativa foi atribuída a Trajano de Moraes (1858-1911): “Quem importou foi meu avô. Foi Trajano. Meu pai recebeu já tudo pronto, tudo rico, direitinho.” O episódio foi percebido de forma positiva, com a lembrança dos nomes das famílias e sua permanência na região:

“Olivette era uma família italiana de colonos, que tem uma loja lá perto. Carmo, Carino, Rocco Carino, Viso, o Riguetti, que é uma família que ainda tem aqui em Trajano, tem carpinteiro em Trajano da família Riguetti que deve ser neto do Riguetti original. Sartori, Vasolli, Badalino. Tem até uma vendinha em Trajano que é gente da fazenda também. (...) Dollor e Cano eram famílias espanholas.”

José de Moraes, a exemplo do seu pai Trajano, procurou trazer europeus para colonizar terras no município:

“Meu pai era deputado federal. Ele tentou fazer uma colonização na Sodrelândia de austríacos. (...) Mas isso depois não prosperou, não conseguiram nada. Mas inclusive a Áustria mandou uma comenda para ele como agradecimento pelo esforço que ele fez pelo assentamento de austríacos.”

A tentativa frustrada de Juca de Moraes estabelecer uma colônia no distrito de Sodrelândia teria ocorrido na década de 1920, quando se elegeu deputado federal.³² Isso demonstra o movimento de expansão da lavoura cafeeira e a incorporação de novas

³¹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, especialmente a parte I, “Uma experiência de liberdade”, pp.25-104.

³² A comenda ofertada pelo governo da Áustria está na fazenda Santo Inácio.

áreas no município, que demandavam mais mão-de-obra. Por opção ou falta, ela foi buscada no estrangeiro.³³

A cultura dos grupos primeiros grupos que – italianos e espanhóis – não entrava em choque maior com a brasileira, sobretudo em função do idioma latino e do catolicismo.³⁴ Por isso, os nomes das famílias italianas – Olivetti, Carmo, Carino, Viso, Riguetti, Sartori, Vasoli, Badalino – e os dois de origem espanhola – Dollor e Cano – que apareceram no depoimento do General foram procurados nos índices dos livros de batismos (1880-1902) e dos livros de matrimônios (1880-1924). Foram encontrados 17 registros de casamento, dos quais dois de 1893 a 1900. O mais antigo, de 1893, foi a união de dois espanhóis, José Cani, que depois virou “Cano” e Dolores Fernandes.³⁵ Cinco casamentos de estrangeiros aconteceram de 1901 a 1910, sendo um de 1902 e os demais da segunda metade da década. Quatro matrimônios ocorreram entre 1911 e 1920; e seis de 1921 a 1924. Dos 17 enlases, 15 eram posteriores a 1900 e deste grupo, 10 foram realizados depois de 1911. O primeiro casamento entre filhos de imigrantes aconteceu em 1912, envolvendo o noivo João Peloi, de 22 anos, filho de João Peloi e Rosa Velvezo, e a noiva Isabel Cano Calmona (depois Carmona) filha de João Cano Fernandes e Maria dos Remédios Calmona.³⁶

Nos livros de batismos, o período pesquisado para os nomes das famílias foi de 1893 a 1902, com 11 assentamentos, dos quais 4 eram de filhos de imigrantes que casaram-se em 1912 (uma) e de 1921 a 1924 (três) com outros filhos de imigrantes, ou seja, nascidos no Brasil.³⁷ Os dados sugerem que a imigração para trabalho no colonato foi iniciada com um pequeno número de estrangeiros na década de 1890 e aumentou entre 1900 e 1910, mais para o final da década, período no qual provavelmente concentrou-se a chegada de europeus no município, de acordo com a quantidade de

³³ A esse respeito, ver a noção de branqueamento, processo seletivo de miscigenação através do qual, em quatro ou três gerações, faria surgir uma população branca: SEYFERTH, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.” In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCB, 1996, pp.41-58.

³⁴ Ver, OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p 62.

³⁵ Freguesia de São Francisco de Paula, Livro de Matrimônios n. 5, folha 184, em 01/01/1893.

³⁶ Freguesia de São Francisco de Paula, Livro de Matrimônios n. 5 (doravante LM), folha (f.) 5-v, em 28/07/1912.

³⁷ Livros de Batismos e Livros de Matrimônios da freguesia de São Francisco de Paula. A leitura dos assentamentos permitiu identificar o local de nascimento dos noivos, constatando que os filhos da primeira geração de imigrantes, se casavam principalmente com filhos de outros imigrantes, ou com estrangeiros recém chegados.

matrimônio de estrangeiros. Os filhos dos imigrantes europeus que nasceram no Brasil começam a se casar a partir de 1912, concentrando esse tipo de enlace na década de 1920, provavelmente com os filhos da segunda leva de imigrantes.

É possível concluir com base no cruzamento das fontes – dados censitários, registros de batismos e de matrimônio – que a saída de ex-cativos e a chegada de imigrantes não aconteceu de forma automática logo após a abolição. No mínimo, ela se estendeu lentamente de 1892 até 1900 quando o problema da mão-de-obra para a expansão da atividade cafeeira mostrou-se relevante, com um decréscimo de 22% da população residente. A intensificação da presença imigrante aconteceria após 1900, sobretudo, depois de 1910. Não parece, contudo, que os estrangeiros, por maior que tenha sido a taxa de fecundidade desse grupo, foram os únicos responsáveis pela recuperação demográfica sugerida pela confrontação dos censos de 1900 e 1920. Fica evidente que nacionais contribuíram para o aumento populacional.

Numa direção contrária àquela consagrada por parte da historiografia, mas que confere com as indicações dos dados demográficos, as lembranças dos mais antigos ex-colonos da fazenda Santo Inácio são bem diferentes no que se refere às origens da propriedade e ao papel da escravidão e de sua superação na atividade cafeeira. Sr. Binó afirmou que “a fazenda é muito antiga, a fazenda deve ser do pai do Doutor Moraes. Herança dele. Tinha até um porão lá que botava os escravos. Era um cativoeiro, essa fazenda era um cativoeiro.”³⁸ A expressão *cativoeiro* presente no relato é de uso generalizado no mundo rural brasileiro, possuindo, no entanto, múltiplos significados. José Sérgio Leite Lopes demonstra em *O vapor do Diabo* que *cativoeiro* para os operários das usinas de açúcar representaria a invasão da esfera doméstica dos trabalhadores pelos patrões ou por seus prepostos, como certos empregados.³⁹ Moacir Palmeira percebeu que na Zona da Mata de Pernambuco, *cativoeiro* não é associado diretamente à escravidão, mas sim às condições de trabalho nos engenhos, numa atividade específica: o trabalho remunerado por diária em *turmas* supervisionadas por

³⁸ Depoimento do Sr. Juscelino Cândido da Silva, Sr. Binó, em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*. Todas as falas atribuídas ao Sr. Binó que integram esse capítulo foram retiradas dessa entrevista.

³⁹ LEITE LOPES, José Sergio. *O vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

cabos. Assim, o sentido que a palavra assume em Pernambuco estaria vinculado aos desmandos dos *cabos*.⁴⁰ Eliane Cantarino O'Dwyer percebeu diante das dificuldades de lideranças sindicais para convencerem trabalhadores rurais a assinarem a Carteira de Trabalho, que os últimos consideravam que perderiam, ao formalizarem suas relações de trabalho, a facilidade de deslocamento e circulação, tornando-se “presos” a um único fazendeiro, naquilo que qualificavam como uma espécie de cativo.⁴¹ Otávio Guilherme Velho quando estudou a expansão da fronteira agrícola na década de 1970, durante o regime militar, notou que em Marabá, no Pará, trabalhadores egressos das mais variadas regiões teriam uma visão negativa do passado em contraposição a uma visão positiva do presente na qual “o passado é identificado como tempo em que havia a escravidão ou como dizem, o cativo, de que ouviram falar através dos mais velhos nos seus locais de origem”.⁴²

O sentido de “cativo” no relato do Sr. Binó se assemelha àquele identificado por Hebe Mattos, conforme empregado pelos descendentes de ex-escravos para retratar um tempo que não viveram, construído com base nas histórias que pais e avós contavam sobre o período da escravidão. A historiadora chama atenção que “juridicamente, “cativo” e “escravo” não eram sinônimos no império português e na monarquia brasileira. O cativo era aquele que havia sido capturado e a partir daí privado de sua liberdade.” Nas fontes escritas, o termo aparecia mais associado à escravidão indígena do que africana, em que pese o papel do tráfico atlântico na reprodução da escravidão no Brasil. Analisando um conjunto de 45 depoimentos orais recolhidos em pesquisas diferentes nas duas últimas décadas do século XX, a historiadora constatou que emergia um *tempo do cativo* que seria definido “nas narrativas, pela captura, perda da liberdade e sujeição ao arbítrio senhorial, realizadas basicamente através da violência sobre o corpo do escravo.”⁴³ É dessa maneira que o Sr. Binó fala da avó:

⁴⁰ PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional.” *Contraponto*. n. 2, pp. 103-114, dez. 1977.

⁴¹ O'DWYER, Eliane Cantarino. *Carteira assinada: tradicionalismo do desespero*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (mimeo.), 1984.

⁴² VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976, p. 235.

⁴³ MATTOS, Hebe. In: “Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro”. In: RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 35-143; p. 47.

“Minha avó veio da África. Ela viu o cativo. Ela veio da África com doze anos, uma menina nova. Só não trabalhou.”

“Então, eu sou um negro africano. Tenho descendência com africano. Então vinha novo, vinha velho, vinha tudo pra cá, sabe?”

Minha avó contava que na época do cativo que ela andou... ela andou três, dois meses, noite e dia, dentro do mar. Tinha dia, tinha, tinha lugar que ela só via céu e água.”

A referência à captura e ao tráfico atlântico vem acompanhada daquela à violência no tratamento da mão-de-obra. Quando o neto de escrava falou que “a fazenda era um cativo”, explicou em seguida que “é um lugar que naquele tempo botasse uma pessoa lá e fechasse a porta, que tinha um tampão aqui, que a... abre tampão aqui, camarada entra ali, fecha uma porta, a porta fica por cima do tampão. Aí pode gritar, pode fazer o que quiser, que ninguém ouve”. Indagado sobre o que a avó falava do *tempo do cativo*, o ex-colono disse que:

“Colheu muito café. Era uma viúva, tinha quatro filhos. Minha mãe e mais umas três. As duas trabalhavam na lavoura de café. Então ela colhia o café, lavava, etc., fazia aquele buraco no chão, jogava o café ali, tirando com a peneira, fumando sempre o cachimbo dela. E então ela colhia o café, secava, depois a tropa, o administrador mandava a tropa buscar lá no Retiro pra conduzir na usina.”

E prosseguiu sintetizando a trajetória de vida da avó:

“veio menina, já casou aqui as filhas, etc., e neto, ela foi morreu... devia estar com uns cento e poucos anos. Aí já não era mais cativo. Aí já era posse do colono. Aqui em Santo Inácio. Quer dizer, ela viveu esse tempo todo, a vida dela toda na fazenda Santo Inácio.”

Depois da emancipação, mãe e filhas teriam permanecido na fazenda Santo Inácio, dedicando-se ao cultivo do café nos sítios e nas terras da propriedade. Isso demonstraria que, pelo menos nesse grupo familiar, não houve o abandono da fazenda. A formação de uma família escrava e a permanência na terra após a abolição que emergem do relato do Sr. Binó vão ao encontro de parte da recente pesquisa historiográfica. A família escrava tornou-se tema de trabalhos que demonstraram a insuficiência das afirmações que apontavam sua superficialidade e fragilidade, tanto na

Colônia quanto no Império.⁴⁴ Quanto à permanência dos ex-escravos na fazenda após o Treze de Maio, Marieta de Moraes Ferreira registrou – revelando representações opostas àquelas do depoimento do General –, que parte dos descendentes do Barão tem “certo ‘orgulho’ presente na memória familiar quando hoje se diz que, nas fazendas dos Moraes, os escravos não foram embora quando veio a libertação”.⁴⁵ Stanley Stein afirmou que “a transição para a força de trabalho livre após o 13 de maio de 1888, levando-se tudo em consideração, foi notavelmente tranqüila em Vassouras e outras cidades do Vale. (...) a força de trabalho dos escravos libertos permaneceu virtualmente intacta, e, conseqüentemente, a produção de café quase não foi afetada.”⁴⁶ Eric Foner notou que após a emancipação nos Estados Unidos, a maioria dos ex-escravos continuou nas propriedades de origem, mas os que as abandonaram tiveram razões específicas por que “de todas as motivações para a mobilidade negra, nenhuma era tão sensível quanto o empenho em reunir famílias separadas durante a escravidão.”⁴⁷

Se a família foi fator motivador para abandonar uma região, ela poderia servir como fator responsável pela permanência. As conclusões de Hebe Maria Mattos vão ao encontro disso, pois inicialmente os libertos desejavam permanecer nas fazendas através de novas relações de trabalho. A tendência ao deslocamento ocorreu devido aos fracassos destas tentativas.⁴⁸

A visão presente no depoimento do General e consagrada em outras fontes é corroborada por parte da produção acadêmica que estabelece relação entre a

⁴⁴ Para a família escrava na Colônia, ver FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. No Império, são diversos os trabalhos explorados mais adiante. Parte das contribuições recentes pode ser encontrada em FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *Paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; com perspectivas diferentes, discordando em alguns pontos dos dois trabalhos anteriores, mas afirmando a relevância da família escrava, SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Por fim, ver RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁴⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, pp. 135-142.

⁴⁶ STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 21.

⁴⁷ FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade - a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

⁴⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 292.

“decadência” da fazenda e da região à “crise do café”, cuja explicação é atribuída ao “fim da escravidão”, que veio acompanhada da saída dos ex-cativos das propriedades. Essas representações conduzem a dois desdobramentos: o primeiro, potencializar a responsabilidade dos ex-escravos no declínio material dos proprietários rurais; o segundo, minimizar a participação dos libertados com a abolição nas origens do colonato. Contudo, as indicações provenientes das recordações do antigo ex-colono, neto de escrava e “porta-voz autorizado” de outros descendentes de ex-cativos encontram abrigo nas pesquisas acadêmicas, algumas das quais bem recentes, o que justificaria esforços para melhor entender as condições de aparecimento de famílias escravas e eventuais relações daquelas com a permanência de ex-cativos nas fazendas após a abolição. Isso remeteria ao estudo das ações de escravos e senhores nos anos finais da escravidão, que corresponde à aquisição da fazenda Santo Inácio no século XIX, a fim de observar as relações entre os dois grupos na transição do trabalho escravo para o livre, no processo de gênese do colonato.

1.2. Senhores e escravos na crise do escravismo

O século XIX é marcado por intensas transformações nas relações entre senhores e escravos, relacionadas a mudanças abrangentes articuladas a um quadro que ultrapassa as cercas da fazenda Santo Inácio. Ver como essas mudanças foram recepcionadas na fazenda, leva a acompanhar as ações de senhores e escravos, que nem sempre de forma intencional, lidaram com as condições objetivas de sua existência. Isso permitiria perceber as estratégias que indivíduos de carne e osso lograram utilizar diante de circunstâncias que muitas vezes escapavam ao seu controle, e cujos efeitos, não necessariamente lhes seriam favoráveis.⁴⁹ Trata-se de buscar relacionar à fazenda e à região elementos “externos” ao seu cotidiano, pensando-as inseridas nos quadros do escravismo, para compreender o *horizonte de expectativa* dos atores.⁵⁰

⁴⁹ Essa discussão remete a um tema clássico das ciências humanas, que é o da relação entre indivíduo e sociedade. Ver, para, tal, ELIAS, Norbet. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995; e LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

⁵⁰ KOSELLECK, R. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 305-327

Embora “escravidão” e “escravismo” sejam comumente tomados como sinônimo cabe efetuar uma diferenciação útil para entender melhor a dinâmica das relações sociais e as implicações das transformações de ambos na região serrana fluminense em fins do século XIX.⁵¹ Moses Finley, em trabalho clássico, definiu a escravidão como a transformação do produtor direto em propriedade de outrem.⁵² Na conceituação pouco rígida de Finley, a escravidão foi observada em diferentes temporalidades e espacialidades ao submeter os mais variados grupos étnicos e sociais. A Bíblia contribuiu para difundir no mundo ocidental passagens, metáforas e alegorias da escravidão dos hebreus no Antigo Egito.⁵³ Entre helenos (gregos) e romanos, sabe-se que a prática era generalizada, chegando a alcançar 1/3 dos membros daquelas sociedades, permitindo inclusive a escravidão de iguais em caso de dívidas, até a edição de leis que a impediram.⁵⁴ Mesmo com a derrocada do Império Romano, durante toda a Idade Média, a escravidão não foi banida da Europa.⁵⁵ Na América Colonial, tanto espanhola quanto portuguesa, ela esteve presente na conquista e submissão dos índios.⁵⁶ Na África, a escravidão era instituição conhecida e disseminada antes mesmo de uma presença européia mais efetiva.⁵⁷ Formalmente proibido, o trabalho escravo é uma triste realidade recorrente no mundo rural brasileiro contemporâneo.⁵⁸

Por sua vez o escravismo deve ser entendido como um sistema social e econômico que organiza a produção da América Portuguesa e, com a emancipação em 1822, do Império do Brasil. O escravismo vincula o espaço “brasileiro” a redes

⁵¹ Tal distinção é compartilhada por inúmeros autores, dentre os quais, SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001.

⁵² FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

⁵³ Embora não exista nenhuma outra fonte sobre o assunto que não seja o Antigo Testamento, enquanto representação a escravidão dos hebreus é uma visão consagrada.

⁵⁴ CARDOSO, Ciro. *Trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

⁵⁵ ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1982.

⁵⁶ Um resumo das formas de trabalho compulsório na América Espanhola pode ser encontrado em OSÓRIO, Helen. “Estruturas socioeconômicas coloniais.” In: WASSERMAN, Cláudia (org). *América: Cinco Séculos*. Ed. UFRGS, 1998, pp. 38-76. Para a escravidão indígena na América Portuguesa, ver MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵⁷ John Thornton destaca que por volta do século XV “os escravos eram utilizados há muito tempo nas sociedades africanas, que os sistemas políticos africanos davam muita importância à relação legal da escravidão para propósitos políticos, e que um número relativamente grande de pessoas havia sido escravizado em algum momento.” THORNTON, John. *África e africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003, p. 48-49.

⁵⁸ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

políticas, econômicas e culturais mais amplas integrando-o, dessa forma, a áreas como a Europa e a África, via Oceano Atlântico. É nesse sentido que autores falam do “mundo atlântico”, ou “economia sul-atlântica”, de uma “comunidade atlântica” e até uma “cultura atlântica”, todos conformados a partir da dinâmica e da interdependência entre escravidão e escravismo, ligando América e África.⁵⁹

Exemplo consistente dessa interdependência foi o das relações estabelecidas entre a América Portuguesa e a África, nas regiões próximas às cidades de São Paulo de Luanda e São Filipe de Benguela, do século XVII ao XIX. O velho ditado do século XVII “sem açúcar não há Brasil, sem escravos não há açúcar, sem Angola não há escravos”,⁶⁰ poderia ter muito bem o subproduto da cana substituído pelos metais preciosos ao referir-se ao XVIII ou pelo café, no XIX. Durante a ocupação holandesa do nordeste açucareiro (1630-1654), a companhia privada batava responsável pela empreitada americana tratou de garantir o controle sobre possessões portuguesas, porém, do outro lado do Atlântico: Luanda e Benguela (1641-1648).⁶¹ Enquanto forças luso-brasileiras lutavam para restaurar o nordeste, comerciantes do Rio de Janeiro, muitos dos quais, mercadores de escravos africanos, liderados por Salvador Correia de Sá e Benevides, uniram seus esforços para resgatar a possessão africana e entregá-la à Coroa Lusa.⁶² Pouco adiantava o controle da região produtora de cana-de-açúcar sem a região fornecedora de mão-de-obra, o que demonstraria a integração entre as duas regiões articuladas na lógica do escravismo. Em 1822, tão logo as notícias da

⁵⁹ Respectivamente THORNTON, John. *África e africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003; ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX*. Bahia: Corrupio, 1988; e FERREIRA, Roquinaldo. “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII e XIX.” In: *Tempo*. N. 20. Vol. 10. Jan. 2006, pp. 33-60. Os dois primeiros assumidamente inspirados na noção de “sistema-mundo” formulada pelo norte-americano Immanuel Wallerstein. Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. “Sistema-Mundo” In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 690-692

⁶⁰ MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988. Citado por SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira.” In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 21-88; p. 37.

⁶¹ Sobre a ocupação batava e sua expulsão do nordeste, bem como o imaginário dela construído ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

⁶² BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá e Benevides e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686*. São Paulo: Edusp, 1973.

emancipação política do Brasil atravessaram o oceano, as elites de Angola animaram-se para romper vínculos com os lusos e unirem-se ao nascente Império nos trópicos. Tamanho era o temor Português diante de uma separação angolana e incorporação ao Brasil que, por exigência lusa, o tratado de reconhecimento da independência brasileira (1825) incluía a recusa peremptória do Império à integração com quaisquer outras colônias portuguesas que a pleiteassem.⁶³

A interdependência Brasil-Angola aponta para o mecanismo que alimentava a escravidão africana nas Américas: o tráfico negreiro. Conhecido nos seus primórdios como “trato” ou “comércio de homens”, devido a sua legalidade, a migração forçada de africanos para o Brasil não é apenas uma consequência da escravidão, mas compõe a própria lógica do escravismo, pensado enquanto sistema.⁶⁴ A “diáspora africana” assumiria nas pesquisas recentes uma nova leitura, que retira uma suposta passividade do continente negro e o coloca como parte ativa do tráfico com a conivência das elites locais.⁶⁵ Paul Lovejoy revelou, dentre outros impactos, que ocorreu uma mudança na lógica dos conflitos que produziam escravos na África: a escravização passou de resultado, de consequência das guerras travadas por razões variadas, a objetivo primeiro, independente de quaisquer outras motivações. De prática costumeira imposta aos derrotados, com o escravismo, foram gerados conflitos movidos pela oportunidade de comerciar os perdedores no lucrativo “comércio de homens”.⁶⁶

O tráfico deixou profundas marcas nos dois continentes. Milhões de africanos foram levados para a América do século XVI ao XIX, dos quais, nos números mais modestos, 3 milhões e, nos mais exagerados, 8 milhões teriam chegado ao Brasil.⁶⁷ O

⁶³ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002, p.45.

⁶⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe. “O aprendizado da colonização” In: *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 11-43.

⁶⁵ Novamente, segundo John Thornton: “Os europeus não possuíam o poderio militar para forçar os africanos a participarem de nenhum tipo de comércio do qual seus líderes não desejassem se engajar. Portanto, todo o comércio da África com o Atlântico, inclusive o comércio de escravos, tinha de ser voluntário.” THORNTON, John. *África e africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003, p. 48.

⁶⁶ LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁶⁷ CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Não cabe discutir aqui os motivos responsáveis pela substituição da mão-de-obra indígena pela africana, nos primórdios do tráfico, apesar de ambas as formas de exploração terem coexistido na América Portuguesa por bastante tempo. Dentre outros fatores, Alencastro enumera: 1) a “falta de braços” gerada pela crise

fluxo de africanos foi constante na primeira metade do XIX porque, a partir da década de 1830 o país atravessou um período de grande expansão da atividade cafeeira, alcançando, em 1860, o primeiro superávit da sua balança comercial desde 1822, quando o café atingiu o patamar de 48 por cento das exportações brasileiras.⁶⁸ Esse período corresponde ao início da atuação de membros da família proprietária como fazendeiros de café. Para que a atividade cafeeira pudesse se desenvolver no modelo da grande plantação, o “comércio de homens” que abastecera as propriedades da América Portuguesa nos dois séculos anteriores atingia na primeira metade do último século da escravidão os patamares mais expressivos de importação de homens e mulheres: cerca de 1 milhão e meio de pessoas, num universo de 5,5 milhões, segundo as estimativas mais detalhadas produzidas por Robert Conrad.⁶⁹

Ao mesmo tempo em que alcançava seu ápice com uma crescente demanda para a grande lavoura cafeeira, o *trato atlântico* iniciava seu declínio. A aquisição de mão-de-obra africana para as grandes lavouras de café brasileiras esbarrava numa intensa pressão diplomática e militar da Inglaterra, potência hegemônica à época.⁷⁰ O

demográfica nas sociedades indígenas devido a “guerra bacteriológica” e fugas para o interior dos nativos; 2) a “escravidão natural” com a legitimidade que a instituição dispunha no Velho Mundo e na África, junto do status que conferia na América aos proprietários; 3) a lucratividade do “comércio de homens”, beneficiando jesuítas na África com as taxas de batismos, a Coroa Portuguesa com a cobrança de impostos e os traficantes; e 4) a vitória dos jesuítas contrários à escravidão dos “gentios” americanos por um lado, acompanhada, por outro, da justificativa do cativo para “salvar” “infiéis” e “pagãos” africanos. Ver, ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Índios, os escravos da terra” In: *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 117-154.

⁶⁸ GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006, pp. 80-81.

⁶⁹ CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁷⁰ As motivações da pressão inglesa contra o tráfico foram explicadas quase consensualmente pela historiografia brasileira, notadamente, aquela de viés marxista, por um prisma econômico, através da busca de mercados consumidores e até na transformação de eventuais ex-escravos em compradores dos produtos industrializados. Tais teses se enfraqueceram, dentre outras críticas: 1) a aprovação pelo Parlamento Inglês em 1807, do fim do tráfico para as colônias inglesas quando, segundo Bethell, “pelo menos metade desse tráfico estava em mãos britânicas” (BETHELL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 7); 2) a extinção do tráfico foi exigida mesmo por aqueles que teriam perdas nas exportações para os mercados africanos que trocavam escravos por produtos industriais (HOCHSCHILD, Adam. *Bury the Chains: Prophets and Rebels in the fight to free an Empire's Slave*. Boston: Houghton Mifflin, 2004, p. 5); 3) a constatação dos níveis de pobreza da população cativa e livre e seu incipiente potencial de consumo no Brasil (para a região das minas no XVIII, o trabalho de SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986). Daí, a historiografia nacional passou a encarar com mais seriedade as questões ideológicas, como as concepções do direito natural e o avanço das idéias liberais no abolicionismo inglês para a proibição do tráfico em 1807 e da escravidão nas suas colônias em 1833. A primeira medida gerou insatisfação dos colonos ingleses que pressionaram o Parlamento a fim de eliminar a suposta “vantagem” de brasileiros e cubanos na produção de açúcar. Pesou ainda na pressão inglesa a política interna, permeada por disputas e acusações, além das hesitações no processo de afirmação do

mecanismo que alimentava a escravidão via-se ameaçado, em face de um poder bélico superior ao do jovem Império, cujas elites procuravam resistir.⁷¹ Mas em 1850 o fim do tráfico intercontinental com a Lei Euzébio de Queirós produziria, de acordo com a historiografia brasileira, os mais significativos impactos na desestruturação do escravismo no país.

Longe de minimizar a ação dos escravos na sua própria emancipação, o que se pretende é perceber após 1850 como cativos aproveitaram condições, mas também souberam criá-las para encontrar um novo tipo de inserção social tanto sob o signo da escravidão, quanto da liberdade, que sem terem como saber viria para todos em 1888. Os escravos, contudo, não viviam isolados. Suas iniciativas nas grandes lavouras exportadoras de café guardam relação estreita com a dos senhores. De nada adiantaria estudar a ação dos escravos sem acompanhar como proprietários atravessaram o mesmo processo de crise do escravismo que lentamente se desenhava no século XIX.

1.3. Os “fazendeiros capitalistas”

A aquisição da fazenda Santo Inácio em 1872 foi consagrada em diferentes fontes como realizada por Trajano de Moraes. Na realidade, Trajano, nascido em 1858 tinha apenas 14 anos na data de compra do imóvel.⁷² Essa representação está associada por um lado, à exaltação do ascendente da família que hoje dá nome ao município e, por outro lado, ao esquecimento da compra da propriedade pela firma *Moraes & Sobrinho*, cuja existência, perdida por certo tempo na memória familiar, somente foi recuperada recentemente.

poderio britânico no mundo, além da percepção de uma contradição moral entre a retórica da liberdade e a prática do cativo no Novo e no Velho Mundo (BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1778-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.).

⁷¹ A premência da questão é tamanha a ponto de Luiz Felipe de Alencastro considerar que a unidade territorial da América Portuguesa, em oposição à fragmentação que prevaleceu na América Espanhola, foi mantida por que as elites locais enxergavam na coesão do Império um arranjo que lhes permitiria resistir à pressão britânica, descartando o separatismo, exceto nas regiões onde a escravidão e o tráfico não tinham o mesmo peso econômico: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “La Traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. *Revue Française d’histoire d’Outre-Mer*, 66, 1979, pp. 395-419. Num outro sentido, José Murilo de Carvalho explicaria a manutenção da integridade territorial através de uma elite política homogênea em termos de origem social e formação intelectual: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 24-92.

⁷² *Collectoria de Rendias Geraes de Cantagallo*, Imposto de transmissão de propriedade, 16/08/1872. Cópia disponível no INCRA-RJ.

A *Moraes & Sobrinho* foi fundada em 1849 numa sociedade que envolvia dois casais: os pais de Trajano de Moraes e seu tio-avô, que era ao mesmo tempo segundo marido de sua avó (ver apêndice 1).⁷³ O primeiro casal sócio do empreendimento era formado pelo Visconde e a Viscondessa de Imbé. Nascido José Antônio de Moraes (1821-1890), o futuro **Visconde de Imbé**, era pai de Trajano e bisavô do general Moraes. Ele obteve o título nobiliárquico em 1889, no último ano da monarquia, cinco anos depois de ter recebido o título de Barão de Imbé.⁷⁴ O segundo casal da sociedade era composto pelo Barão e pela Baronesa das Duas Barras. A baronesa, avó de Trajano, era Basília Rosa da Silva (1802-1884) que casou pela primeira vez com Antônio Rodrigues de Moraes (1793-1833). Tornado-se viúva ainda jovem, ela contraiu novamente núpcias com o irmão do primeiro marido, João Antônio de Moraes (1812-1883), 1º **Barão das Duas Barras** que assumiu a direção dos negócios familiares obtendo grande êxito como revela o baronato sem graduação alcançado em 1867.⁷⁵

O futuro Visconde de Imbé era segundo filho de Basília e Antônio Rodrigues de Moraes. Tornou-se sócio do tio-padrasto Barão das Duas Barras na empresa que tinha sede na fazenda das Neves, onde o jovem de 28 anos residiria até seu falecimento, aos 69 anos de idade, em 1890. Esta fazenda foi adquirida como parte do pagamento de uma dívida em 1845 de parentes de sua esposa e prima-irmã Leopoldina das Neves (?-1901). José Antônio começara a trabalhar desde cedo com o Barão das Duas Barras, aprendendo sobre o cultivo do café, as atividades de fazendeiro e de empresário. Vale lembrar que os títulos nobiliárquicos do Império não eram hereditários e para serem outorgados, exigiam solicitação formal do aspirante que deveria vir acompanhada de pagamento de elevada quantia ao Tesouro Imperial. Seria aberto um processo que

⁷³ Escritura da firma *Moraes & Sobrinho* 15/12/1849. Acervo da Fazenda Santo Inácio. Agradeço a Marieta de Moraes Ferreira que franqueou acesso a essa documentação em 2004. A autora havia utilizado esse material em trabalho anterior (FERREIRA, Marieta de Moraes e LEAL, Carlos Eduardo de Castro. *Cinco Séculos de Alianças*. Rio de Janeiro: mimeo, 2001) retomando-o em livro recente FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008. Optou-se por fazer remissões à autora sempre que as fontes primárias tivessem sido exploradas em uma dessas duas obras, mesmo que manuseadas pelo autor em 2004.

⁷⁴ Barão em 1882 (Dec. 13.09.1882) e Visconde em 1888 (Dec. 11.07.1888). Ver BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. CD-Rom, 1999. Sobre o Visconde de Imbé e a família, ver ainda FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, pp. 135-142.

⁷⁵ Título em 1867 (Dec. 08.07.1867) In: VEIGA, Judith de Moraes. *João Antônio de Moraes, 1º barão das Duas Barras*. Rio de Janeiro: s./Ed., 1948. Sobre o casal, FERREIRA, Marieta de Moraes. "O Barão e a Baronesa". *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, pp. 95-108.

apresentava justificativas e comprovações para análise do pedido de concessão da *carta de mercê*. Um título como o Baronato sem graduação certamente refletia uma ampliação do patrimônio e dos negócios, a ponto do interessado em comprá-lo precisar desembolsar cerca de 300\$000 (trezentos mil réis), em meados do II Reinado.⁷⁶

Para Marieta de Moraes Ferreira, as atividades da empresa *Moraes & Sobrinho* aproximavam seus sócios daquilo que João Fragoso e Ana Lugão Rios chamaram de “fazendeiro-capitalista”. O termo foi adotado para designar o Comendador Manoel de Aguiar Valim (1802-1876), fazendeiro com propriedades em São Paulo que se envolveu com práticas usurárias, sobretudo empréstimos a juros altos, além de se aproveitar de falências alheias. O Comendador seguia segundo Fragoso e Rios um padrão semelhante ao de outro “fazendeiro-capitalista”, Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo (1795-1869), em que “ambos pararam de adquirir escravos e terras e de investir em suas fazendas e passaram a investir em atividades não-agrícolas, algumas de caráter rentista e, inclusive, com uma lucratividade menor.”⁷⁷ Foi constatado através do *Almanak Laemmert* que a expressão “capitalista” era utilizada à época para identificar os fazendeiros que emprestavam dinheiro para outros fazendeiros. Dessa maneira, em 1867 apareciam no *Almanak*, na relação dos “Fazendeiros e Lavradores” da freguesia de São Francisco de Paula, município de Santa Maria Madalena, apenas quatro fazendeiros “capitalistas”: Capitão Felisberto Antonio de Moraes, Manoel Antonio de Moraes, Capitão José Antonio de Moraes (Visconde de Imbé em 1889) e o Tenente Coronel João Antonio de Moraes (Barão das Duas Barras em 1867). Isso quer dizer que “capitalista” era categoria de época que diferenciava o Barão e seus familiares dos demais fazendeiros.⁷⁸

A sociedade na firma que reuniu tio e sobrinho em dezembro de 1849 praticamente coincide com a extinção do tráfico intercontinental com a Lei Euzébio de

⁷⁶ TOSTES, Vera. *Títulos e brasões, sinais de nobreza: titulares brasonados do Império*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996. Ver ainda NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e MACHADO, Humberto. “Uma elite brasonada”. In *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 269-275. Tanto o processo de concessão do baronato a João Antônio de Moraes em 1867 quanto a José Antônio de Moraes em 1882 não foram localizados no Arquivo Nacional, depositário de processos para nobilitação.

⁷⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro e RIOS, Ana Lugão. “Um empresário brasileiro no oitocentos”. In: MATTOS, Hebe e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, pp. 197-224, p. 201.

⁷⁸ Biblioteca Nacional, *Almanak Laemmert*, 1867, “província”, p. 238 e 239. A indicação aparece nos anos seguintes.

Queiroz em setembro de 1850. O exame dos marcos legais – produzidos diante e em consequência de pressões internas e externas – pelas transformações e impactos que eles impingiram na esfera local contribui para delinear os limites do escravismo e vislumbrar oportunidades abertas aos escravos e senhores. Desde 1810 nos tratados firmados entre a Coroa Portuguesa transmigrada no Rio de Janeiro e a Inglaterra, havia o compromisso de extinção paulatina do tráfico.⁷⁹ O reconhecimento inglês da independência brasileira através do Tratado Anglo-Brasileiro de 1826 renovava as estipulações anteriores e previa, em três anos, a proibição do tráfico no Império. Com um ligeiro atraso, após a abdicação de D. Pedro I, em abril de 1831, foi aprovada em 7 de novembro a Lei Feijó. Ela estabelecia o fim do tráfico no Império, mas, pela sua inaplicabilidade, terminou popularmente conhecida como “lei para inglês ver”.⁸⁰ A questão aqui é por que isso aconteceu. A formação de uma frente que unia proprietários rurais e traficantes negreiros mostra-se como elemento mais plausível para compreender o incremento nos números do tráfico, mesmo após 1831. Os primeiros necessitavam da mão-de-obra africana para garantir a expansão cafeeira, numa lógica revelada na fórmula do “arcaísmo como projeto”, isto é, a acumulação para reverter em terras e escravos, evidenciando status e poder na mentalidade declinante do XIX, em face da ascensão dos valores liberais.⁸¹ Os últimos, pelos exacerbados lucros, ficaram conhecidos como “homens de grosso trato” ou “homens de grossa aventura”, título do livro de João Fragoso sobre a elite mercantil fluminense, dedicada ao “comércio de homens”.⁸²

A permanência do tráfico, acrescida, segundo alguns autores, da revogação de medidas fiscais que beneficiavam os ingleses em 1844, teria feito com que George Gordon, secretário do *Foreign Office*, conseguisse aprovar no Parlamento no ano seguinte a lei que ficaria conhecida pelo título nobiliárquico do então lorde: Lei Aberdeen ou *Bill Aberdeen*. Por essa medida, a Inglaterra se arvorava no direito de

⁷⁹ Para detalhes da campanha levada a cabo primeiro contra Portugal e depois contra o Império do Brasil ver a obra citada de BETHELL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976.

⁸⁰ Sobre essa conjuntura internacional ver CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 34-86.

⁸¹ FRAGOSO, João Luis Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro. 1790-1840*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁸² FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

capturar e afundar qualquer navio negreiro ou com equipamentos para o tráfico, inclusive em águas territoriais brasileiras. O “comércio de homens” era equiparado ao crime de pirataria, em conformidade com o Tratado Anglo-Brasileiro de 1826. A tripulação seria julgada por tribunais ingleses, o que causou temor entre os traficantes brasileiros.⁸³ Seguiu-se um crescimento vertiginoso da entrada de africanos, pois a torneira pela qual jorrava a mão-de-obra africana dava claros sinais que brevemente secaria.

O governo Imperial protestou veementemente contra o Bill Aberdeen considerando-o forte afronta à soberania do país.⁸⁴ Mas as queixas pouco surtiram efeito no curto prazo e a lei inglesa somente foi revogada em 1869 quando seus objetivos tinham sido plenamente atingidos. Cinco anos depois do Bill Aberdeen, pela iniciativa do conservador Ministro da Justiça do Império Euzébio de Queiroz, a Assembléia Geral aprovava em 4 de setembro com a quase unanimidade dos membros a Lei 581 que representou o fim do tráfico intercontinental, ao considerar ilegal a escravidão de africanos que desembarcassem no Império após sua promulgação, prevendo medidas fiscalizadoras e de julgamento, nos termos da Lei Feijó ou “para inglês ver” de 1831.⁸⁵ Quatorze dias depois, aprova-se outra medida que repercutiu na atividade cafeeira: a Lei 601, conhecida como Lei de Terras, que vedava a doação de terras devolutas, estabelecendo que a aquisição de terras no Império do Brasil se daria mediante a compra, transformando-as em mercadoria.⁸⁶

⁸³ BETHELL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976; p. 269.

⁸⁴ Ver o protesto do Ministério dos Negócios Estrangeiros contra o Bill Aberdeen de 22/10/1845 reproduzido em ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999, p. 214-216.

⁸⁵ Os argumentos utilizados por Queiroz para aprovação da lei baseavam-se no aumento do ingresso de africanos após o Bill Aberdeen, o que poderia levar a novas insurreições escravas, de acordo com a percepção dos senhores. Além disso, tratava-se de uma questão de afirmação da soberania brasileira ameaçada pelas incursões inglesas. Ver a esse respeito GRAHAM, Richard. “Brasil-Inglaterra (1831-1889)”. In HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ª ed. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1985, p. 143.

⁸⁶ É conhecida a interpretação consagrada sobre a Lei de Terras de que “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”, que contribuiu para aumentar a concentração fundiária, barrando o acesso à terra de imigrantes e eventuais ex-escravos. MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Hucitec: São Paulo, 1979, p. 32. Outra perspectiva pode ser encontrada em MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

Em que medida João Antônio de Moraes e seu sobrinho José Antônio de Moraes tiveram consciência desses acontecimentos que extrapolavam a freguesia de São Francisco de Paula criada em 1846? Seria-lhes possível antever os efeitos nocivos do fim do tráfico atlântico para a reprodução da lavoura cafeeira? Será que eles, após 1850 efetivamente se prepararam para a extinção do “elemento servil” (que só aconteceria 38 anos depois), num momento em que talvez ninguém no Império apostasse nisso? Mais do que atribuir clarividência aos dois fazendeiros capitalistas de São Francisco de Paula, certamente foi a amizade e os negócios com Antonio Clemente Pinto que contribuíram para o perfil diferenciado de tio e sobrinho.⁸⁷ A respeito de Clemente Pinto, Richard Graham afirmou tratar-se de “exemplo” do “casamento do comércio e da terra”:

“que chegou de Portugal ainda menino, sem um tostão no bolso, para começar a vida no Rio de Janeiro, como auxiliar de escritório. Mediante trabalho duro, grande tino comercial e sorte obteve sucesso no mundo dos negócios, primeiramente como comerciante de escravos e depois como comissário de café. Em seguida, comprou terras e por volta de 1850, era contado entre os maiores fazendeiros da província do Rio de Janeiro, recebendo em 1867 o título de Barão de Nova Friburgo.”

Foi ele quem construiu para sua residência na Corte o atual Museu da República – palácio presidencial até a transferência da Capital para Brasília em 1960.⁸⁸ Indiscutivelmente uma das maiores fortunas do Império,⁸⁹ foi fornecedor de escravos para as lavouras de café da região,⁹⁰ fazendeiro e capitalista, financiador de outros fazendeiros e primeiro a diversificar seus negócios com imóveis e comércio na Corte. O futuro Barão de Nova Friburgo de credor tornou-se sócio de João Antônio de Moraes que lhe cedeu metade dos bens que possuía em 1836, nos primeiros anos do

⁸⁷ ATHAYDE, José Botelho de. *Família Morais (de Trajano de Moraes)*. Manuscrito. S/d, p. 91-97. Agradeço a Darli Bertazzoni Barbosa pela referência e cópia do manuscrito original desse trabalho não publicado do conhecido genealogista fluminense nascido em 1916 e falecido em 1974, autor de diversos livros, que enfatiza e demonstra a boa relação entre João Antônio de Moraes e a família Clemente Pinto.

⁸⁸ GRAHAM, Richard. “O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai.” In BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: Da Independência até 1870*. São Paulo: EdUSP; Brasília: Imprensa Oficial do Estado/ Fundação Alexandre Gusmão, vol III, 2001, pp.771-825, as referências sobre Clemente Pinto estão nas páginas 792-793.

⁸⁹ FRAGOSO, João Luís. “O Império escravista e a República dos plantadores”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 144-187, p. 192.

⁹⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997, p. 256. Apud FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, p. 116.

empreendimento cafeeiro a frente da fazenda Santa Maria do Rio Grande.⁹¹ Como homem bem relacionado e informado sobre as questões do seu tempo, o Barão de Nova Friburgo e sua estratégia de diversificação de investimentos poderia ter influenciado João Antônio de Moraes a desconcentrar seus recursos das terras e de escravos – embora isso não tenha representado um abandono do empreendimento que lhe permitiu acumular fortuna, como se comprovará com as aquisições de terras e de escravos na década de 1870.

Para Caio Prado Jr. a proibição do tráfico atlântico criou expectativa de escassez do braço africano que se traduziu numa elevação do preço.⁹² Os valores de Warren Dean sobre Rio Claro são bastante reveladores. Na série de 1843 a 1847 o preço médio de um escravo em mil réis era de 550\$000 (550 mil réis); de 1848-1852, houve um ligeiro aumento para 649\$500 (649 mil e 500 réis). Contudo, após 1853 o preço dispara para 1:177\$500 (1 conto, 177 mil e 500 réis), até atingir em 1873 2:076\$862 (2 contos, 76 mil e 862 réis).⁹³ O que se sugere é que a empresa *Moraes & Sobrinho*, bem como seus sócios, teriam explorado as oportunidades de lucrarem com esse aumento dos custos de produção, fornecendo parte dos recursos que os fazendeiros da região precisavam para garantir o empreendimento cafeeiro.

Marieta de Moraes Ferreira apresentou inúmeras evidências que comprovam o endividamento dos fazendeiros vizinhos diante dos dois sócios. Em 1870 a fazendeira viúva D. Catarina Rosa de Macedo devia ao Barão a importância de 30 contos de réis, pois três anos antes havia contraído pouco menos de 22 contos de réis, um aumento de quase 1/3 do saldo devedor.⁹⁴ Foi esse também o caso dos fazendeiros de Cantagalo Joaquim José de Oliveira Dias e Luisa Souza de Oliveira Dias. O empréstimo contraído em 1866 quase dobrara cinco anos depois. Sem recursos para quitar o débito, o casal

⁹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, p. 119-120.

⁹² Para o autor “a supressão do tráfico teve por efeito encarecer de forma considerável a mão-de-obra servil, estancando como estancou sua principal fonte de abastecimento”. PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1933], p. 86.

⁹³ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁹⁴ Escritura de confissão de dívida 27/06/1870, Acervo da fazenda Santo Inácio. Citado por FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, p. 123.

hipotecou uma fazenda “com quase 100 mil pés de cafés de várias idades, benfeitorias e escravos e um sítio chamado Moinho, na vila de Nova Friburgo.”⁹⁵

A ampliação do patrimônio também se deu através da incorporação de terras, cujo registro tornara-se obrigatório em 1854. No ano seguinte, o Registro Paroquial de Terras revelava que as propriedades fundiárias em nome dos sócios eram poucas: João Antônio assegurava a propriedade integral das fazendas Santa Maria do Rio Grande⁹⁶ e Sobrado⁹⁷ e a fazenda das Neves na sociedade dele com José Antônio.⁹⁸ Menos de vinte anos depois, os dois adquiriam fazendas com relativa facilidade. Foi esse o caso da fazenda Santo Inácio comprada pela *Moraes & Sobrinho* diante de outra empresa, a *Miranda & Rios*. O valor da transação foi de 17:490\$000 (17 contos e 490 mil réis), com 1% do valor pago a título de imposto de transmissão de propriedade.⁹⁹ Além das terras a empresa pagava pelas benfeitorias, o que atesta que a propriedade já se dedicava ao empreendimento cafeeiro, com 4914 pés de cafés velhos, 16 mil pés de café de oito anos e 60 mil pés mais novos. A propriedade teria ainda potencial de expansão e cultivo em suas terras.

No mesmo ano da compra da fazenda Santo Inácio, o **Barão** e a **Baronesa das Duas Barras** efetuaram em vida a partilha de 2/3 de seus bens. O 1/3 restante dos bens, que ficou fora da partilha, seria dividido em duas partes iguais entre os cônjuges constando nos testamentos do ano seguinte. A determinação expressa era de que após a morte do último cônjuge todos os bens fossem vendidos e o total arrecadado convertido

⁹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, p. 122.

⁹⁶ APERJ; Registro Paroquial de Terras; Livro 30 1855-1856: São Francisco de Paula, p. 5, reg. 1. A fazenda Santa Maria do Rio Grande foi considerada pelo Barão o marco da acumulação de riquezas. No começo de suas atividades como fazendeiro e capitalista, ele tornou-se sócio do Barão de Nova Friburgo, e dividiu a propriedade da fazenda que, pelo registro, recuperava integralmente. Para a sociedade e importância simbólica da propriedade, ver FERREIRA, Marieta de Moraes. “O Barão e a Baronesa”. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, pp. 95-108.

⁹⁷ APERJ; Registro Paroquial de Terras; Livro 30 1855-1856 (5): São Francisco de Paula, p. 48, reg. 1.

⁹⁸ APERJ; Registro Paroquial de Terras; Livro 30 1855-1856: São Francisco de Paula, p. 4, reg. 4. Segundo Marieta Ferreira de Moraes, a fazenda foi comprada em 1845 pelo Barão e sobrinho e a maior parte do pagamento foi usada pelos vendedores para quitar dívidas com terceiros. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, p. 137, nota 2.

⁹⁹ *Collectoria de Rendias Geraes de Cantagallo*, Imposto de transmissão de propriedade, 16/08/1872. Cópia disponível no INCRA-RJ.

em títulos da dívida pública.¹⁰⁰ Marieta de Moraes Ferreira fez a análise do montante-mor de 4.359:769\$164 (4359 contos, 769 mil e 164 réis). Para que se tenha uma idéia da expressividade do valor à época, quando faleceu em 1878, o Comendador Valim, “fazendeiro-capitalista” tinha patrimônio 40% inferior ao do Barão (2.847 contos, 169 mil, 362 réis). De acordo com Marieta de Moraes Ferreira a partilha demonstraria uma diversificação dos investimentos do casal. Dos bens, constata-se que 1/3 correspondia a terras, escravos e pés de café; 1/3 a dívidas ativas dos empréstimos que concedia mediante juros aos cafeicultores da região através da firma *Moraes & Sobrinho*; e o 1/3 restante era formado por dinheiro em caixa em bancos ou Casas Comissárias. A distribuição se difere dos padrões dos testamentos e partilhas dos grandes fazendeiros fluminenses à época, com seus bens concentrados em terras e escravos.¹⁰¹ Mais importante é que a partilha revela, em conformidade com a historiadora, a intenção de repassar aos herdeiros a mesma distribuição de recursos acumulada pelo casal, pois cada um deles recebeu seu quinhão com 1/3 em terras, escravos e pés de café, 1/3 em dívidas ativas de cafeicultores acumuladas pela empresa, e 1/3 em dinheiro em caixa.¹⁰² Assim, atesta-se não somente a diversificação das atividades econômicas, mas a preocupação para que os descendentes não concentrassem excessivamente o patrimônio em terras e escravos.

A sociedade da firma foi desfeita amigavelmente em 1873 em razão da partilha dos bens do Barão e da Baronesa. O patrimônio da empresa havia saltado dos 12 contos iniciais em 1849 para 133 contos de réis na sua dissolução. Seus bens foram igualmente divididos entre os dois casais sócios (o Barão e a Baronesa, o Visconde e a Viscondessa) que possuíam o mesmo percentual de participação, competindo ao sobrinho do Barão, José Antônio de Moraes, futuro Visconde de Imbé a propriedade da

¹⁰⁰ Os títulos da dívida pública, embora menos rentáveis, eram considerados investimentos bastante seguros. Os títulos seriam divididos em duas partes iguais para os cônjuges, que por sua vez repartiriam entre seus filhos. Como Basília tinha ao todo 9 filhos, cinco do primeiro casamento e quatro do segundo com o Barão, ela teria sua parte dividida por 9 enquanto o Barão por 5, o que favoreceria os filhos dele que receberiam 1/5 da meação do pai somados a 1/4 da meação da mãe. Assim, os filhos do primeiro casamento da Baronesa, entre eles José Antônio de Moraes, o Visconde de Imbé, saíram prejudicados. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, pp. 124-125.

¹⁰¹ MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Fazendas de Café do Vale do Paraíba: o que os inventários contam*. In: ARAÚJO, Emanuel (coord.) *O Café*. Catálogo da Exposição *O Café*. São Paulo: Banco Real-ABN AMRO Bank, s/d.

¹⁰² FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, p. 120-123.

fazenda Santo Inácio.¹⁰³ José Antônio de Moraes não interrompeu suas atividades após a dissolução da sociedade com o tio em 1873. Ele atuaria como fazendeiro e manteria a dedicação ao empréstimo de dinheiro em São Francisco de Paula. O falecimento do Barão das Duas Barras em 1883, chefe da família Moraes e principal formulador das estratégias familiares coincide com a ascensão de José Antônio de Moraes, proprietário da fazenda Santo Inácio desde a dissolução da sociedade com o tio.

A análise do inventário do Visconde de 1890 demonstra que 82,4% de seu patrimônio estavam investidos no mercado de títulos, ações e dívidas. Apenas uma pequena parcela de 200:077\$600 (200 contos, 77 mil e 600 réis) correspondia a investimentos em terras num montante-mor de 2.661:300\$000 (2.661 contos, 300 mil réis).¹⁰⁴ Sem dúvida, alguma perda de patrimônio houve com o fim da escravidão sem indenizações em 1888. Mas ao que tudo indica o Visconde, influenciado e seguindo o exemplo de seu tio-padrasto Barão, teria diversificado seus investimentos, desconcentrando-os da cafeicultura e da escravidão. É exemplo disso a incorporação da fazenda Aurora, em São Francisco de Paula, junto de benfeitorias e 34 escravos, em abril de 1888, diante das dívidas acumuladas pelo fazendeiro José Joaquim Coelho de Magalhães junto a José Antônio de Moraes.¹⁰⁵ Pouco mais de um mês depois, o valor dos escravos viraria pó, no que certamente foi excelente negócio para o devedor José Joaquim Coelho de Magalhães. Mas novamente, recorrendo-se a Marieta de Moraes Ferreira, isto demonstraria os efeitos diferenciados da crise da agricultura e da escravidão nos fazendeiros fluminenses: enquanto um estava completamente falido, o outro poderia superar o impacto patrimonial da abolição com a perda dos recursos imobilizados em cativos e seguir com seus negócios.

A decisão de João Antônio, Barão das Duas Barras, de repassar a estratégia de diversificação aos descendentes por meio da partilha em vida em 1873 foi chave para José Antônio também se diferenciar dos demais fazendeiros da região e enriquecer com empréstimos, como fizera o tio e o Barão de Nova Friburgo. Com o falecimento do

¹⁰³ Escritura de Dissolução da Empresa Moraes & Sobrinho, 16/01/1873. Acervo da Fazenda Santo Inácio.

¹⁰⁴ Inventário dos bens do Visconde de Imbé, 1883. Acervo da Fazenda Santo Inácio.

¹⁰⁵ Escritura de aquisição da fazenda Aurora em 04/04/1888: Acervo da fazenda Santo Inácio. Citado por FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, p. 138.

Barão de Nova Friburgo em 1869, contatos e interesses comerciais foram mantidos com os filhos dele, o 2º Antônio Clemente Pinto, futuro Conde de São Clemente, e Bernardo Clemente Pinto, futuro Conde de Nova Friburgo, que a exemplo do pai, tinham excelente trânsito na Corte, administravam Casas Comissárias e emprestavam dinheiro mediante juros para os fazendeiros de menor porte.¹⁰⁶

1.4. Famílias escravas e a dinâmica dos grandes plantéis

O relato do Sr. Binó sobre a avó, mãe e tias que teriam vivido na fazenda Santo Inácio poderia ser considerado à primeira vista atípico, tanto pela existência de categorias de parentesco para além do 1º grau, quanto pela permanência na propriedade após o Treze de Maio, o que contraria representações consagradas. Partindo dessa memória e de uma historiografia recente que comprovou o desenvolvimento de famílias escravas durante o século XIX, a constituição de arranjos familiares de cativos em São Francisco de Paula mereceria ser estudada, na hipótese de que poderia ter influência nas opções de permanência ou saída de libertos de uma fazenda.

Entender o funcionamento da família escrava esbarra em inúmeras dificuldades. A escassez de fontes, sobretudo aquelas produzidas pelos próprios escravos, fizeram com que as informações se baseassem, muitas vezes, nos relatos de viajantes e abolicionistas, contribuindo para a imagem da família escrava frágil e anormal e no limite inexistente, sobretudo, quando o arranjo familiar era comparado ao modelo católico de família – nuclear, centrada no homem, extensa e multigeracional e a então classificação oficial dos filhos em legítimos e ilegítimos.

Alguns autores, numa clara contraposição ao modelo paternalista de Gilberto Freyre, chegaram a afirmar que a violência do cativo no Brasil acarretou sensível perda demográfica que inviabilizava famílias escravas.¹⁰⁷ Jacob Gorender relacionou a ausência de preocupação dos senhores com a saúde do escravo ao baixo custo e facilidade de reposição da mão-de-obra através do tráfico, que compensaria a intensa

¹⁰⁶ Tais relações são postas em relevo por José Botelho de Athayde. ATHAYDE, José Botelho de. *Família Morais (de Trajano de Morais)*. Manuscrito. S/d, pp. 7-8 e 91-97.

¹⁰⁷ Por exemplo: FERNADES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 volumes. São Paulo: Dominus/ Edusp, 1965, em especial vol. 1, p. 34-38, 71-102; e CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.

exploração e mortes pelos lucros obtidos.¹⁰⁸ Tais visões receberam críticas consistentes, dentre outros trabalhos, naquele de Manolo Florentino e José Roberto de Góes que destacaram a capacidade dos escravos constituírem família, tanto dentro quanto fora do casamento, o que proporcionava certa sensação de estabilidade social e paz. Os autores demonstram, por exemplo, que as possibilidades de constituição da família escrava passavam pela mãe, que é quem transmitia a condição jurídica de cativa. Assim, as escravas crioulas pariam entre 14 e 17 anos, muito mais jovens que as mulheres européias, porém, num padrão semelhante ao da África, naquilo que seria uma evidência do desejo de procriar e constituir família.¹⁰⁹

Há concordância entre os pesquisadores do tema que as características da família escrava poderiam se alterar dependendo do contexto histórico. É nesse sentido que Schwartz afirmou que “separar o estudo do funcionamento interno da comunidade escrava (escravidão) e de escravatura como sistema social e econômico (escravismo) está equivocado.”¹¹⁰ Modelos de organização familiar estariam relacionados à dinâmica dos plantéis, alterada por fatores como o tamanho da propriedade, o volume de ingresso de novos escravos neles e a balança de poder na relação senhor-escravo.

Cacilda Machado e Manolo Florentino mensuraram os diferentes graus de inserção no mercado de compra de escravos de três diferentes plantéis para o estudo da família escrava ao longo do século XIX. Os autores notaram que, mesmo em períodos e regiões de intensa dependência com o mercado de compra de escravos, com o fim do tráfico intercontinental em 1850, cessava a “contínua entrada de cativos desarraigados do ponto de vista parental”, isto é, escravos sem ligações prévias. Daí, “o abandono do mercado [de escravos] cria melhores condições para o aparecimento e afirmação do parentesco, e ainda quando não necessariamente assumam feições de grupos

¹⁰⁸ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁰⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *Paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Robert Slenes criticou essa interpretação a partir dos dados de Campinas. SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, especialmente no capítulo 2, “Companheiros de Escravidão: a demografia da família escrava em Campinas e no Sudeste”, pp. 69-130.

¹¹⁰ SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia.” In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 263-292, p. 292.

multigeracionais, os arranjos familiares indicam a plena consolidação destes grupos, da qual por certo derivam profundas conseqüências socioculturais.”¹¹¹

Antes de observar as mudanças causadas pela diminuição do ingresso de novos cativos com o fim do tráfico atlântico, é preciso compreender como os grandes plantéis das maiores propriedades e as famílias escravas funcionavam durante a vigência do tráfico intercontinental. Ana Lugão Rios sintetiza parte das contribuições das pesquisas nas últimas décadas:

A historiografia tem mostrado que as rivalidades entre as nações africanas eram reproduzidas no cotidiano das grandes fazendas brasileiras. Os africanos de nações diferentes não se casavam ou se ligavam por laços de compadrio. O contínuo afluxo de africanos de diferentes nações, que perdurou até meados do século XIX, mantinha vivas tais rivalidades, acentuadas ainda pela desproporção entre homens e mulheres.¹¹²

O ingresso constante de novos africanos antes de 1850 contribuiria para divisões existentes no seio da escravaria, composta por nações africanas, muitas das quais rivais. Mary Karasch, em trabalho sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro compilou dados dos navios negreiros capturados de 1830 a 1852. Eles permitiram visualizar o perfil sexo-etário almejado pelos compradores de escravos, naquele contexto, grandes plantadores. Dos 434 africanos e africanas apreendidos, apenas 108 eram mulheres, menos de 25% do total. Dos homens, 194 tinham entre 10 e 19 anos e 102, entre 20 e 29 anos, perfazendo, respectivamente, 44% e 23% do total.¹¹³ Para atender a demanda, os traficantes traziam principalmente homens jovens, considerados mais fortes e com maior vida útil para recuperar o ‘investimento’ dos senhores.

Da preferência por este perfil sexo-etário resultou, segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes, outra caracterização dos grandes plantéis de escravos: a de um modo geral, possuírem africanos de diferentes “nações”, com idiomas, hábitos culturais próprios e rivalidades prévias, transmigradas para o Brasil. Um breve exame dos Índices

¹¹¹ MACHADO, Cacilda; FLORENTINO, Manolo. “Famílias e Mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Século XIX)”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000, p. 69.

¹¹² RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo - Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005, p. 148.

¹¹³ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 69. Esse mesmo perfil é corroborado por FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997, pp.50-60.

dos Livros de Batismos da freguesia de São Francisco de Paula revela o qualificativo “nação” designando “mina”, “angola”, “benguela”, “cabinda”, “congo”, com muita frequência para as décadas de 1840 e 1850, diminuindo nas décadas de 1870 e 1880.¹¹⁴ Ainda em conformidade com Florentino e Góes, o predomínio de homens jovens num quadro de escassez de mulheres potencializava as tensões, elevando os riscos de conflitos. O conjunto da escravaria teria laços de solidariedade mais fracos; o grupo seria, pela sua heterogeneidade, menos coeso e propenso a divisões e hierarquias.¹¹⁵ O censo demográfico de 1872 indica que dos 4361 escravos da freguesia, 2899 eram homens (66,47%) e 1462 mulheres (33,52%), apesar de passados 32 anos da extinção do tráfico atlântico. Por si só, os registros dos Livros de Batismo e as informações censitárias de São Francisco de Paula não confirmam nem negam as teses de Florentino e Góes, mas são indicadores da presença africana e da desproporção entre homens e mulheres.

As características dos grandes plantéis do sudeste cafeeiro identificadas pela historiografia – forte presença africana, predomínio de escravos homens jovens e escassez de mulheres – resultariam, na chave interpretativa de Florentino e Goés, em rivalidades entre diferentes nações e laços de solidariedade mais tênues entre os cativos. É nesse quadro que, segundo os autores, o parentesco exerceria uma função “pacificadora”, aproximando indivíduos e grupos hostis. Robert Slenes, contudo, tem outra leitura das características dos grandes plantéis. Ele afirma que houve, a partir do tráfico atlântico, a geração de uma proto-identidade *bantu* no sudeste, ao reunir indivíduos com matrizes culturais semelhantes, como heranças lingüísticas e visões cosmológicas da África Central. Slenes questiona se as rivalidades prévias teriam sido fatores impeditivos de constituírem um senso comunitário, considerando que mesmo a disputa por recursos dentro do cativeiro, estimulada por senhores, inclusive com a intenção de dividir a escravaria, não levaria a descartar solidariedades anteriores ou solidariedades alternativas. Para Slenes, a família escrava seria “um campo de batalha, um dos palcos principais, aliás, em que se trava a luta entre escravo e senhor e se define

¹¹⁴ BARBOSA, Darli Bertazonni. *Índices dos Livros de Batismos da Freguesia de São Francisco de Paula (30/07/1843 a 28/12/1902)*. Igreja Matriz de Trajano de Moraes, Paróquia Sagrado Coração de Jesus: mimeo, 2006.

¹¹⁵ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *Paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

a própria estrutura e destino do escravismo.”¹¹⁶ As ênfases são diferentes: para Florentino e Góes, o papel da família na manutenção e reprodução do sistema é ressaltado; Slenes, destaca-o na superação do escravismo.

O fim do tráfico atlântico, a dificuldade de aquisição do perfil sexo-etário obtido facilmente até 1850, a permanência de cativos nas fazendas junto ao envelhecimento dos plantéis, acrescentam Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, partindo das conclusões de Florentino e Góes e recuperando argumento anterior da última, intensificariam o parentesco e os laços de amizade constituídos com o passar dos anos. Os laços familiares, do ponto de vista formal, aumentaram como o parentesco vertical (avô, avó, pai, mãe, filhos, netos), horizontal (irmãos), colateral (tios, tias, primos) e por afinidade (cunhado, cunhada, sogro, sogra, genro, nora). Ao mesmo tempo em que a constituição da família amenizaria insatisfações, teceria redes de solidariedade, que fortaleceriam a *comunidade escrava*.¹¹⁷ De todo modo, se num período anterior a 1850 as interpretações de Florentino e Góes, de um lado, e de Slenes, de outro, elaboradas diante das características dos grandes plantéis divergem, elas, por caminhos opostos, acabam se encontrando quando afirmam a centralidade da família e o fortalecimento da *comunidade escrava* na segunda metade do século XIX.

Esse processo não ocorreu de maneira automática, simplesmente por que a entrada de escravos nas fazendas terminou. Pelo contrário, houve intenso tráfico interno. Os próprios “fazendeiros-capitalistas” não deixariam de adquirir mais escravos, sobretudo após a incorporação de novas propriedades como a Santo Inácio em 1872. Em 20 de março de 1874, o Major José Antonio de Moraes, futuro Visconde de Imbé concedeu procuração a Feliciano José Henriques para aquisição de 12 escravos na Corte.¹¹⁸ Ao longo de 1876, o Barão das Duas Barras em pessoa, e representado em

¹¹⁶ O argumento aparece em SLENES, Robert. “ ‘Malungu, Ngoma vem!’ África encoberta e descoberta no Brasil.” Revista USP. N. 12, dez-jan-fev, 1991, pp. 48-67; sendo retomado e aprofundado em SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. A citação é da p. 49.

¹¹⁷ RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo - Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005. Em coletânea anterior, que cobria a segunda metade do século XIX, tais considerações foram desenvolvidas, inclusive em artigos de José Roberto Goés e Ana Lugão Rios; MATTOS, Hebe e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995; e ainda MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998,

¹¹⁸ Arquivo Nacional, documentação do 7º ofício de notas, Livro 01, f. 65 v.

outras três oportunidades por Francisco José Vieira, Elias Antônio de Moraes e Joaquim José da Silva, adquiriu 25 cativos.¹¹⁹ Somados, os escravos custaram 30:600\$000 (30 contos e 600 mil réis), uma média de 1.224\$000 (1 conto e 224 réis) por cativo, valores próximos aqueles calculados por Warren Dean em Rio Claro.¹²⁰ Quatro anos antes, a Santo Inácio custara pouco mais da metade: 17.490\$000 (17 contos e 490 mil réis).¹²¹ Naquele mesmo ano, outros membros da família Moraes compraram ao todo 37 escravos.¹²²

A documentação permitiu mapear a procedência dos novos escravos da família proprietária. Dos 12 comprados pelo Major José Antônio em 1874, 1 não tinha informação da procedência, 3 eram da corte e 8 vinham das “províncias do norte”: Lorena e Manoel eram do Maranhão; Luisa e Antonio, da cidade de Aracaju; Gonçalo, do Ceará; o 2º Manoel era de Pernambuco; e Benedita, do Pará. Dos 25 escravos comprados pelo Barão em 1876, 9 eram do Rio de Janeiro, sendo que 6, incluindo 3 meninas e a mãe, vieram de Araruama, no tráfico intraprovincial. Tal movimento no Rio de Janeiro concentrava os escravos nas mãos de poucos senhores nas áreas dedicadas à grande lavoura, tornando as regiões vendedoras de escravos cada vez mais voltadas ao abastecimento do mercado interno com a mão-de-obra composta por homens livres pobres.¹²³ De fora da província vinham os demais escravos. Dois eram de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Os 15 escravos restantes vieram das províncias do norte: 7 do Maranhão; 5 da Bahia – ao se incluir um escravo que era de Sergipe, parte da Bahia à época; 2 do Piauí, e 1 da Paraíba.

As origens dos escravos comprados demonstram um intenso *tráfico interno* cuja dinâmica intra e interprovincial supria a demanda da lavoura cafeeira em expansão na região serrana. O fluxo principal desse tráfico é facilmente perceptível. Os cativos saiam

¹¹⁹ APERJ, Fundo Presidentes de Província, Colectoria de Renda Geraes de Cantagallo, 1876, pacote 358, maço 6, respectivamente, 12/06/1876, 26/07/1876; e 24/08/1876.

¹²⁰ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹²¹ *Collectoria de Rendas Geraes de Cantagallo*, Imposto de transmissão de propriedade, 16/08/1872. Cópia disponível no INCRA-RJ.

¹²² APERJ, Fundo Presidentes de Província, Colectoria de Renda Geraes de Cantagallo, 1876, pacote 358, maço 6. Seguem os nomes e a quantidade de escravos que cada um comprou: Joaquim Antonio de Moraes (16); Elias Antônio de Moraes (7); Antônio Rodrigues de Moraes (6); Maria Nazareth de Moraes (3); Vicente Ferreira de Moraes (2); Ernesto Dutra de Moraes (2); Manoel Joaquim de Moraes (1).

¹²³ GRANER, Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama 1860-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1985.

das províncias do norte e nordeste devido aos preços mais altos pagos pelos senhores do sudeste que necessitavam de braços na lavoura cafeeira. Resultou disso uma *concentração espacial da propriedade escrava* nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, áreas do sudeste cafeeiro. Foi exatamente em 1875, de acordo com os dados de Robert Conrad, que se observou o número mais expressivo de escravos nessas três províncias.¹²⁴ A implicação dessa *concentração espacial*, segundo Hebe Mattos, teria sido a de uma perda do comprometimento do conjunto da população com a instituição escravista, visto que muitos pequenos plantéis foram desfeitos por causa das vendas.¹²⁵

A continuidade da entrada de escravos “crioulos” (nascidos no Brasil) no lugar de escravos “de nação” (africanos oriundos do tráfico intercontinental) é repleta de impactos nas relações internas aos plantéis e destes com os senhores. A comparação pelo escravo recém-chegado das condições do antigo cativo com o novo gerou expectativa dos mesmos comportamentos, concepções e benefícios por parte do novo senhor, o que se choca com as concessões que resultavam exclusivamente da vontade pessoal do proprietário.¹²⁶ Segundo Hebe Mattos:

Os escravos negociados no tráfico interno, ao propugnar a efetivação de práticas costumeiras, vigentes em suas regiões de origem, questionavam o poder de reinterpretar, como concessão seletiva do arbítrio senhorial o acesso a recursos que permitissem maior autonomia no cativo, como também perspectivas, mesmo que remotas, de acesso à liberdade. Ao fazê-lo, punham em xeque as bases da reprodução da dominação escravista.¹²⁷

¹²⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹²⁵ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, cap. 8, “Uma relação perigosa”, pp. 151-170.

¹²⁶ Sidney Chalhoub na Corte e Hebe Maria Mattos no meio rural identificaram noções como “cativo injusto” e de “mau senhor” nas alegações dos processos judiciais de escravos que cometiam crimes: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, cap. 2; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, em especial o cap. 9, “Sobre o poder moral dos senhores”, pp. 171-202.

¹²⁷ MATTOS DE CASTRO, Hebe. “Laços de família e direitos no final da escravidão.” In ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil. Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, vol 2, pp. 337-383, p. 356-57. A idéia na citação foi desenvolvida em MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, cap. 8, “Uma relação perigosa”, pp. 151-170. Novamente registra-se aqui a discordância de Robert Slenes para quem “o fato de que os poucos escravos brasileiros eram em boa parte filhos de Africanos [grifos de Slenes], tornam a hipótese de uma grande distância sócio-cultural entre os dois grupos, ou entre africanos novos e ladinos, algo problemático.” SLENES, Robert. *Na senzala, uma*

O que a autora qualifica como um “poder moral” dos novos senhores do sudeste sofreria questionamentos diante da idéia de “sonegação de direitos” dos cativos recém - chegados, acostumados com prerrogativas que desfrutavam no cativo anterior com o antigo senhor. Some-se a isso o rompimento de redes de solidariedade estabelecidas com outros escravos, vizinhos, amigos e familiares. Na freguesia de São Francisco de Paula, isso foi notado através de uma série de crimes de escravos contra feitores. De acordo com o Relatório do Chefe de Polícia da Província, em pelo menos duas oportunidades, após o assassinato, os responsáveis fugiam para os locais de onde tinham sido vendidos pelos antigos senhores. Foi isso que aconteceu em outubro de 1871 quando o feitor Valentim foi morto por Joaquim Crioulo e Manoel Joaquim, que “evadiram-se para o termo de Leopoldina, mas posteriormente foram presos”.¹²⁸ Outro escravo, também chamado Manoel Joaquim, em 1876, assassinou o feitor Joaquim Jacintho “e evadindo-se após esse facto, foi apresentar-se ao Delegado de Macahé que deu-lhe conveniente destino; e procedeu o do districto da culpa ao necessário inquérito policial.”¹²⁹ Numa ocasião, o crime não foi cometido contra o senhor ou feitor do novo cativo, mas do antigo: o escravo Antônio retornou a Macaé para matar o senhor Francisco Quintino que o havia vendido.

O Delegado (...) soube mais tarde que o dito Francisco Quintino tivera um escravo por nome Antonio, que não havia muito tempo tinha vendido a um fazendeiro de Santa Maria Magdalena, e que constava estar fugido e andar pelas imediações da situação do offendido, e nutrido suspeitas contra ele, deu as providências para ser capturado, o que effectuado, e interrogando-o, declarou o indicado preto que com effeito fora ele quem dera o tiro, e por isso o passou à disposição do mesmo Juiz Municipal para proceder na forma da lei.¹³⁰

flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 52. Evidências coletadas em São Francisco de Paula que serão expostas a seguir permitiram reforçar o argumento de Mattos.

¹²⁸ APERJ, Fundo Presidentes de Província, Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Relatório do Chefe de Polícia, 1872, p. A1-5.

¹²⁹ APERJ, Fundo Presidentes de Província, Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Relatório do Chefe de Polícia, 1876, p. S2-14.

¹³⁰ APERJ, Fundo Presidentes de Província, Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Relatório do Chefe de Polícia, 1876, p. S2-11.

As alegações para os crimes exigiriam exame acurado dos processos judiciais, mas é bastante provável que comparações com as condições anteriores estivessem em jogo para aqueles que os cometeram.¹³¹

Quanto ao perfil sexo-etário das aquisições feitas por José Antonio de Moraes e pelo Barão das Duas Barras, as fontes permitem comparação com aquele identificado por Mary Karasch nos navios negreiros apreendidos no Rio de Janeiro entre 1830 e 1852. Constata-se que a preferência por homens jovens foi mantida por José Antônio de Moraes em 1874: dos 12 escravos, 8 eram homens entre 12 e 19 anos (66,7%). Das 4 mulheres restantes, uma estava na mesma faixa etária e as outras duas, ligeiramente acima com 20 e 22 anos. A única exceção foi a preta Demiana, com 37 anos. Dois anos depois, a maioria dos 25 escravos adquiridos pelo Barão das Duas Barras era do sexo feminino, 14 (56%). O maior grupo sexo-etário era formado por 7 mulheres de 10 a 19 anos (28%). Só depois apareciam 6 homens entre 20 e 29 anos (24%). O Barão comprara 15 escravos cujo serviço declarado era “roça” ou “lavoura”, porém 8 eram mulheres enquanto os homens eram todos mais velhos que os comprados pelo seu sobrinho para a mesma atividade.¹³² A diferença diante do perfil desejado pelos compradores de escravos no Rio de Janeiro aferido por Mary Karasch e alcançado por José Antônio não se devia apenas a uma opção do Barão: o que as informações sobre os outros 37 escravos comprados pelos demais membros da família Moraes naquele mesmo ano revelam é que estava ficando cada vez mais difícil encontrar homens jovens entre 10 e 19 anos.¹³³

Outra informação chamou atenção nos 25 escravos comprados pelo Barão: 4 eram crianças abaixo dos 12 anos (três meninas e um menino) filhos de duas escravas. É claro que o Barão poderia não ter comprado as mães, mas uma vez optando pela aquisição, seria forçado a trazê-las levando junto seus filhos. Isso aconteceu por força da lei n. 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei Rio Branco – numa

¹³¹ A esse respeito, ver MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, cap. 9, “Sobre o poder moral dos senhores”, pp. 171-202.

¹³² APERJ, Fundo Presidentes de Província, Colectoria de Renda Geraes de Cantagallo, 1876, pacote 358, maço 6, folhas 130-154.

¹³³ APERJ, Fundo Presidentes de Província, Colectoria de Renda Geraes de Cantagallo, 1876, pacote 358, maço 6, folhas 288-490.

referência ao presidente do Conselho de Ministros do Império, o Visconde do Rio Branco –, consagrada pelos contemporâneos, tanto escravos quanto senhores, como Lei do Ventre-Livre. O artigo 4º, parágrafo 7º categoricamente afirmava que “em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe.”¹³⁴ Colocada em prática, a lei permitia a manutenção do convívio entre mãe e filhos menores, mesmo quando um fosse vendido.¹³⁵

Isso aponta para uma limitação da autoridade senhorial na relação senhor-escravo através da interferência direta do Estado. A aquisição pela família Moraes da fazenda Santo Inácio foi feita com pouco mais de dez meses de vigência da Lei do Ventre Livre. Tradicionalmente essa lei foi considerada por boa parte dos autores que fizeram eco a lideranças abolicionistas como medida que trouxe lentas mudanças efetivas na vida dos escravos. No entanto, sabe-se que os senhores manifestaram-se contrários ao projeto visto que ele restringiria a autoridade senhorial às mães, o que poderia tornar-se foco de tensões e medidas contestatórias por parte dos filhos.¹³⁶ Martha Abreu salientou, dentre as conseqüências da Lei do Ventre Livre sobre as escravas e seus filhos, que se operava mudança profunda: a perda do poder senhorial diante dos nascituros.¹³⁷

A historiografia tem destacado os efeitos da lei a partir dos quatro pontos que a estruturavam: ventre-livre, pecúlio, alforria forçada e matriculas dos escravos. O primeiro estabelecia que o filho de escrava nascido a partir da data de promulgação seria livre. Os nascidos deveriam permanecer sob os cuidados do senhor que teria “a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos”. Atingido oito anos, o senhor teria duas opções: a primeira, receber indenização do Estado no valor de

¹³⁴ Lei do Ventre Livre, 28/09/1871. In: ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 270.

¹³⁵ A idéia não era nova. Havia uma lei de 1869 que estabelecia algo semelhante, embora fossem comuns as queixas quanto ao seu descumprimento. Tem-se aqui ainda uma evidência clara de que as mudanças produzidas no escravismo não são conseqüências inevitáveis e inescapáveis das estruturas, mas resultam da ação de vários atores, como abolicionistas e os próprios escravos que protestavam contra a separação das famílias.

¹³⁶ Os debates parlamentares atestam isso. Cf. MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

¹³⁷ ABREU, Martha. “Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871” *Journal of Latin America Studies*, Cambridge, v. 28, n. 3, p. 567-580, 1996.

600\$000 (seiscentos mil réis) que ficaria com a guarda da criança. A segunda opção para o senhor era permanecer com o nascido até os vinte e um anos completos. O segundo ponto que embasa a lei – o pecúlio – permitia que os escravos acumulassem doações, legados, heranças e resultados auferidos pelo seu próprio trabalho, que poderia servir para comprar alforrias e legarem como herança para filhos e cônjuges. O terceiro elemento – a alforria forçada – criava um Fundo de Emancipação Provincial que comprava a liberdade de escravos até as quotas existentes, priorizando casados e com família, e tornava a alforria um direito do escravo, obrigando o arbitramento caso não houvesse acordo em relação ao valor. Por fim, a última novidade obrigava os senhores no artigo 8º a procederem com a matrícula dos escravos com dados como nome, sexo, estado, ofício e filiação quando conhecida. A pena para descumprimento da lei pelo senhor era severa: a libertação do escravo que não fosse matriculado.¹³⁸

O fim da entrada de africanos, a retirada da autoridade senhorial diante dos filhos e o impedimento da separação de escravos casados e crianças até 12 anos repercutiram dentro dos plantéis e escapavam ao controle dos senhores. Somados ao ingresso de escravos “brasileiros” e de mais mulheres nos plantéis tornaram-se algumas das cartas colocadas sobre a mesa que, combinadas pelos escravos, montaram os jogos das suas trajetórias individuais e coletivas para a constituição de laços familiares no último quartel do século XIX.

1.5. Comunidade escrava e compadrio

Como funcionaram os vínculos comunitários entre os escravos em São Francisco de Paula? Pesquisas empíricas desenvolvidas nas últimas duas décadas mostraram ser possível mergulhar na comunidade escrava através do estudo dos arranjos familiares nela estabelecidos, anotando os vínculos entre o plantel de uma propriedade e os escravos de uma localidade.¹³⁹ Para isso, os laços familiares não se restringiram aos

¹³⁸ A matrícula dos escravos da fazenda Santo Inácio foi exaustivamente procurada. Contudo, o documento não foi encontrado no acervo disponibilizado para pesquisa. Buscas no Arquivo Nacional e no APERJ também foram infrutíferas. É possível que aqui a seletividade da memória dos descendentes possa ter atuado ao preservar a documentação cartorial que reconhecia dívidas e escrituras de propriedades imóveis, mas não teve a mesma preocupação com os dados da escravaria.

¹³⁹ Entre outros, ver os trabalhos pioneiros de GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismos de escravos na Bahia do século XVIII” In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. RIOS, Ana Lugão. *Família e*

vínculos consangüíneos, mas também aqueles de origem religiosa que se fundamentam em relações pessoais, obrigações de natureza moral através dos laços de compadrio, ampliando dessa maneira a noção de família escrava – “abrindo a roda da família”, conforme título de conhecido artigo de Stuart Schwartz.¹⁴⁰

O historiador norte-americano afirma que havia desde a contra-reforma no século XVI atenção da Igreja Católica na adoção de medidas regulamentadoras do batismo, sacramento que leva ao ingresso do cristão na comunidade religiosa. O Concílio de Trento (1545-1563) estabelecia a proibição de que o batizado tivesse vários padrinhos ou que Nossa Senhora ou qualquer Santa Padroeira fossem escolhidas como madrinha. De igual modo, o padre também ficava impedido. Cada batizado deveria ter apenas um padrinho com mais de 14 anos e uma madrinha maior de 12 anos.¹⁴¹ Sheila de Castro Faria confirmou a recepção dessas idéias no Brasil Colonial quando em 1707, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinavam que o batismo, que exigia o compadrio, “era o primeiro de todos os sacramentos, significando a libertação do pecado original e abrindo o céu a todos os batizados”, ratificando as deliberações exaradas pelo Concílio.¹⁴²

A preocupação com o batizado dos escravos se materializou na legislação da monarquia portuguesa em 1603, quando as Ordenações Filipinas determinaram o confisco dos escravos que não recebessem o sacramento. Isso ocorria, conforme salienta Luiz Felipe de Alencastro, pois a salvação espiritual do africano era uma das justificativas morais da escravidão.¹⁴³ Nessa linha, segundo Schwartz, “no início do

Transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1870-1920. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1990. GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.* Vitória: Lineart, 1993.

¹⁴⁰ SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia.” In: *Escravos, roceiros e rebeldes.* Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 263-292.

¹⁴¹ SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia.” In: *Escravos, roceiros e rebeldes.* Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 263-292, p. 266.

¹⁴² FARIA, Sheila de Castro. “Compadrio”. In VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 126-127.

¹⁴³ ALENCASTRO, Luiz Felipe. “O aprendizado da colonização” In: *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 11-43.

século XIX, o batismo de escravos tornara-se costumeiro e tanto os senhores quanto os escravos exerciam pressão social para a prática do ato.”¹⁴⁴

A principal fonte utilizada para buscar entender a família escrava na comunidade foram os livros de batismos nº 3 e nº 4 da freguesia de São Francisco de Paula. Neles, foram pesquisados 2349 assentamentos de batizados de 1871 a 1888.¹⁴⁵ Na sua primeira página, o Livro nº 3 possuía colada uma cópia da Lei do Ventre Livre que no seu artigo 8º, parágrafo 5º, obrigava aos párocos a “ter livros especiais para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data dessa lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000” (100 mil réis).¹⁴⁶ Com raríssimas exceções, os assentamentos foram feitos pelo Vigário Colado Luís da França Machado, que esteve à frente da freguesia de setembro de 1865 a janeiro de 1897.¹⁴⁷ Eles permitiram identificar informações como a data do batismo, de nascimento e os nomes do batizado, dos pais, dos padrinhos e dos proprietários.

Os assentamentos apresentam ainda qualificações das pessoas mencionadas, como cor e condição jurídica. A categoria cor não se restringia à classificação oficial do Império em “branca”, “preta” e “parda”, mas também trazia “fula”, “crioula” e raramente “mulata”, “caboclo”, “cabra”. A condição jurídica era mais simples: “livre”, “escravo” e “liberto”, raramente “forro”. Ambos – cor e condição jurídica – estavam quase sempre presentes quando se referiam ao batizado e à mãe. Nas pouquíssimas vezes que o nome do pai aparecia, eram registradas, pois na maioria esmagadora dos assentamentos, o pai era “natural”, isto é, não identificado. Nenhuma das duas informações era mencionada sobre os senhores das mães. A condição jurídica se presumia pelo fato de ser proprietário, mas a cor era silenciada. Inferia-se a condição livre dos padrinhos quando nome completo ou algum traço de distinção aparecia como

¹⁴⁴ SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia.” In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 263-292, p. 266.

¹⁴⁵ Registro o auxílio de Fabio Frizzo e Camila Marques na digitalização dos Livros de Batismos e Matrimônio da freguesia de São Francisco de Paula e na alimentação do banco de dados. O amplo material será utilizado exclusivamente no interesse e objetivos da tese. Pretende-se retomá-lo em oportunidade futura devido às inúmeras possibilidades de exploração e contribuição para o campo da demografia histórica e o conhecimento das comunidades escravas.

¹⁴⁶ Para o texto integral da Lei do Ventre Livre, ver ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 270.

¹⁴⁷ BARBOSA, Darli Bertazonni. *Índices dos Livros de Batismos da Freguesia de São Francisco de Paula (30/07/1843 a 28/12/1902)*. Igreja Matriz de Trajano de Moraes, Paróquia Sagrado Coração de Jesus: mimeo, 2006.

“Doutor”, “Dona”, patente militar ou título nobiliárquico. A palavra “livre” foi escrita uma única vez em 2439 batismos para se referir a “parda” Leopoldina, única ocasião em que a cor de um padrinho livre apareceu.¹⁴⁸ Quando padrinho ou madrinha figuravam exclusivamente através do primeiro e único nome, certamente tratava-se de escravos, pois caso contrário quase todos os padrinhos nos livros seriam livres ou libertos. Na ausência de indicação do senhor do padrinho ou da madrinha escravos, ambos pertenciam ao mesmo proprietário da mãe.

Constatação relevante é a de que quem desempenhava as funções de padrinho e madrinha poucas vezes teve a condição jurídica escrita, excetuando quando libertos. Estes apareciam acompanhados quase sempre da referência à cor.¹⁴⁹ Nunca anotada nos registros de pais, senhores ou padrinhos, “branca” foi “cor inexistente”.¹⁵⁰ Associa-se o silêncio quanto à cor dos padrinhos nos assentamentos à igualdade do papel religioso por eles desempenhado, qual seja o de substituir os pais do cristão recém integrado à comunidade pelo sacramento.

Os assentamentos de batismo permitiriam conhecer melhor a última geração de filhos de escravas. Em 146 lançamentos (6,22%) a cor não foi mencionada. A maioria de ventre-livres batizados era do sexo feminino. Destas, 735 foram classificadas como “pretas” (31,29%), 258 pardas (10,98%) e 102 “fulas” (4,34%). A “paleta de cores” do Vigário era encerrada com 2 “pardas claras” (0,09%), uma “preta fula” (0,04%), uma “clara” (0,04%) e até a única vez que a cor “branca” (0,04%) apareceu em algum registro de batismo, referindo-se a Ambrosina, filha natural da escrava Aguida.¹⁵¹ A indecisão prevaleceu num único assentamento com “crioula ou preta” (0,04%). Os

¹⁴⁸ Leopoldina foi madrinha de Honório, filho de Alexandrina, que por sua vez era a única escrava que apareceu no período em nome de Francisco Antonio da Silva Valle, quem provavelmente por isso seria homem de poucos recursos: Livro de Batismos, n. 3, f. 104, em 09/12/1876. Daqui por diante, os livros serão referenciados apenas pelas iniciais LB (Livro de Batismos), com o número, folha (manuscrita/impressa) e data do registro. Quando não constar a freguesia, a notação se refere a São Francisco de Paula. Lançamentos de outra freguesias serão explicitados.

¹⁴⁹ Apenas 23 padrinhos tiveram a condição jurídica escrita, dos quais 18 escravos, 3 libertos e 2 “pretos forros”; das 25 madrinhas, 19 eram escravas, 5 libertas e 1 única livre.

¹⁵⁰ A referência é à tese de doutorado de Hebe Mattos que originou o livro “Das Cores do Silêncio”, sobre a ausência das indicações de cor nos processos judiciais do sudeste no imediato pós-emancipação. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, especialmente o cap. 5 “A cor inexistente”, pp. 93-104.

¹⁵¹ LB 3, f. 210, 07/07/1881.

percentuais das cores atribuídas às batizadas se aproximavam daqueles dos batizados. Eram “pretos” 737 (31,38%) – o maior percentual, seguido de 267 “pardos” (11,37%) e 91 “fulos” (3,87%), encerrando com 5 “pardos claros” (0,21%) e 2 “cabras” (0,09%). Por mais fluidos e imprecisos que tais critérios classificatórios sejam, as cores apontam, segundo a visão da época, para a miscigenação dos filhos da última geração de escravos que não foi exclusivamente negra: aproximadamente 2/3 de pretos e 1/3 de pardos, segundo o Vigário.

As alforrias batismais foram poucas: apenas 14 meninas (0,60%) e 15 meninos (0,64%). Os 106 primeiros assentamentos do livro constavam como batizados “livres”, quando a lei os qualificava como “ingênuos”, devido à opção facultada ao senhor de entregar a criança ao Estado quando completasse 8 anos ou permanecer com o batizado, explorando seus serviços até os 21 anos.¹⁵² Esse “equivoco” pode representar um pouco das incertezas diante da lei: o livro aberto em 1º de novembro de 1871 teve apenas dois lançamentos naquele ano, contrastando-se com os 75 de 1872 e os 155 de 1873.¹⁵³ Parece ter havido certa resistência ao batismo obrigatório nos termos legais. É provável que os senhores tenham aguardado, visto que algumas crianças nascidas em 1871 só foram batizadas em 1873. Foram os casos de Marta nascida em 19 de dezembro daquele ano, mas batizada apenas em 17 de abril de 1873 e Angelina, nascida em 5 de dezembro, recebendo o primeiro sacramento somente em 21 de abril de 1873.¹⁵⁴ Muitos batismos não aconteciam imediatamente. Em 48 assentamentos eles foram celebrados dois anos após o nascimento. Na maioria das vezes, as mães dessas crianças pertenciam aos maiores proprietários. Certos casos foram emblemáticos, como Dona Basília Rodrigues de Moraes que tinha 10 batizados naquelas circunstâncias.¹⁵⁵

A realização de batizados coletivos mostrou-se comum. Em 36 ocasiões, mais de 10 ingênuos cujas mães pertenciam ao mesmo senhor receberam o sacramento numa mesma cerimônia, totalizando 556 batismos. Os grandes proprietários preferiam essa modalidade. Em 15 de outubro de 1887 foram 34 filhos de escravas de Vicente Ferreira

¹⁵² Lei do Ventre Livre, ver ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 270.

¹⁵³ LB 3, f. 3, 01/11/1871.

¹⁵⁴ LB n. 3, respectivamente f. 27 (17/04/1873) e f. 28/14 (21/04/1873).

¹⁵⁵ Todos batizados no mesmo dia, em 01/07/1887. LB 3, fls. 388-392.

de Moraes que receberam os “santos óleos”, sendo que outros 20 já haviam recebido em 18 de dezembro de 1883. Em 8 de janeiro de 1884, os herdeiros do Barão das Duas Barras batizaram 25; Dona Basília Rodrigues de Moraes, 24 num mesmo dia.¹⁵⁶

As mães escravas foram identificadas com pelo menos nome, cor e senhor. Pouco mais se permitiu saber a respeito delas. Os pais foram identificados apenas em 27 assentamentos, dos quais 24 (1,04%) eram “filhos legítimos”, ou seja, dentro do matrimônio, sacramento recebido na Igreja. Totalizavam 20 casais diferentes, visto que alguns pais tiveram mais de um filho. Dos 27 pais reconhecidos, 2 eram livres, o do ingênuo Cassimiro, Manuel Antonio de Cussate, e o de Manoel, João Nunes da Rocha, mas sem serem casados com as mães.¹⁵⁷ Oito casais de escravos se uniram em matrimônio cristão realizado na Igreja Matriz de São Francisco de Paula, 5 na década de 1850 e 3 na década de 1860. O mais antigo dos casais se formou em 1852: Joaquim e Benedita, escravos de Luís Viera e pais de Roque, um dos únicos dois ingênuos dos 25 “filhos legítimos” que receberam a alforria batismal.¹⁵⁸ Os mais recentes casados eram escravos de Manoel Antonio de Moraes, Cipriano e sua esposa Romana, unidos em 1868, pais de quatro meninas Jovenilia, Juvelina e as gêmeas caçulas Jovina e Juveneta, certamente uma família escrava dentro do modelo do Concílio de Trento.¹⁵⁹ Não havia nenhum caso de casais escravos nos quais os pais pertenciam a senhores diferentes.¹⁶⁰

¹⁵⁶ Para Vicente Ferreira de Moraes LB 7, f. 5-7, 15/10/1887 e LB 3, f. 283/143-285/144, 18/12/1883; os herdeiros do Barão LB 3, f. 388-392, 8/01/1884; e Dona Basília, LB 03, f. 388-392, 01/07/1887. Não foi constatado nenhum padrão diferente nesses batismos, como, por exemplo, todos os padrinhos ou madrinhas serem escravos. As combinações das condições jurídicas foram condizentes com o padrão dos maiores plantéis conforme se verá a seguir.

¹⁵⁷ Respectivamente LB 3, f. 351/177, 05/03/1886 e LB 3, f. 143/73, 21/12/1878.

¹⁵⁸ Para o casamento ver Livro de Matrimônio n. 1, f. 15-v, 29/08/1852, doravante denominados LM. O batizado está em LB 3, f. 25, 15/01/1873.

¹⁵⁹ Respectivamente LM 2, f. 86, 11/05/1868, LB 3, f. 5, 28/04/1872, LB 3, f. 77, 18/07/1875 e LB 3, f. 148, 06/01/1879.

¹⁶⁰ Os demais casais eram Cipriano e Joana, ambos escravos de Felisberto Antonio de Moraes, casados desde 1854 (LM 1, f. 25-v, 22/08/1854), pais de Cipriano (LB 3, f. 58/29, 07/07/1874) e Ritta (LB 03, f. 6/3, 28/04/1872); Albino e Maria (LM 1, f. 23, 18/02/1854), escravos de Joaquim Rodrigues de Souza, pais de Fortunata (LB 03, f. 13, 25/08/1872); Januário e Teresa (LM, 1, f. 25-v, 22/08/1854), escravos de Felisberto Antonio de Moraes, pais de Ludovina, (LB 03, f. 27, 05/04/1873); Daniel e Sabina (LM 1, f. 42, 19/02/1857), cativos de Ricardo Antonio da Silva Freire, dono da empresa Ricardo Freire & Irmãos. Eles eram pais de Galdina (LB 3, f. 43, 27/09/1873); Floriano e Lucinda (LM 1, f. 60, 09/04/1861), pais de Leopoldo, que tinham como senhor Antonio Machado Botelho (LB 03, f. 49, 02/01/1874). Por fim, Roberto e Silvana (LM 1, f. 70-v, 28/01/1865), escravos de João Machado Botelho e pais de Paulo, (LB 03, f. 53, 04/04/1874).

Os poucos registros batismais com nomes de ambos os pais e a pequena quantidade de matrimônios escravos não significam que uniões estáveis inexistiam entre os cativos. Por ora, fica apenas a indicação de Arrigo de Zetirry, funcionário do governo italiano que produziu, de julho de 1894 a janeiro de 1895, uma série de 21 reportagens para o *Jornal do Comércio*. Intituladas “A Lavora no Estado do Rio”, ele descreveu suas visitas às fazendas da região norte fluminense, anotando minuciosamente características das propriedades no pós-abolição. Em Cordeiro, à época freguesia de Cantagalo e vizinha de São Francisco de Paula, entrevistou Francisco Constantino, liberto e colono. Constantino disse-lhe em janeiro de 1895 que “casei há três meses com a mulher que sempre viveu comigo, deu-me oito filhos e sempre foi muito direita e levou tudo muito em regra. Não posso queixar-me della.”¹⁶¹

Apesar disso, os filhos das escravas foram batizados em 98,89% dos casos (2323/2349) como “filhos naturais”. Na freguesia de São Paulo de Muriaé, em Minas Gerais, de 1852 a 1888, nos 952 assentamentos de batismos de filhos de escravas, 69,1% foram de “filhos naturais”, com 21,2% dos batizados “filhos legítimos”.¹⁶² O percentual de filhos naturais nos assentamentos batismais em São Francisco de Paula, exige, por tão expressivo, que suas condições sociais de produção sejam investigadas. Porém, por enquanto, a atenção continua com o compadrio.

Não parece que a escolha dos padrinhos fosse ato exclusivamente determinado pelo poder senhorial. O que a pluralidade de arranjos indica é um espaço para o exercício da opção pela mãe ou pelos pais. Embora não se possa estabelecer com exatidão os critérios para escolha dos padrinhos, é adequado considerar que pesariam aspectos mundanos, como a proteção e a capacidade de intervenção que um padrinho poderia ter numa situação de amparo ou conflito, bem como a substituição da mãe pela madrinha em caso de necessidade, aspectos salientados pela literatura dedicada ao assunto.¹⁶³ Como laço de natureza diferente daqueles consangüíneos, o compadrio se

¹⁶¹ Agradeço a Márcia Motta que gentilmente cedeu as reportagens datilografadas para consulta. *Jornal do Comércio*, “A Lavora no Estado do Rio de Janeiro XXI”, 14/01/1895.

¹⁶² ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1852-1888*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2006.

¹⁶³ Ver, por todos, GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismos de escravos na Bahia do século XVIII” In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

fundamenta precipuamente em atos de vontade, tanto na escolha dos padrinhos por alguém, quanto no aceite dos escolhidos. Isso permitiria identificar relações entre escravos e destes com o restante da comunidade, revelando ligações que unem o batizado aos padrinhos e estes com os pais.

O exame da condição jurídica de padrinhos e madrinhas poderia apontar os vínculos entre mães e as outras pessoas na freguesia que aceitaram o apadrinhamento. Stuart Schwartz destacou quatro arranjos em função da condição jurídica dos padrinhos, que prevaleceriam entre os filhos de escravas ao longo do século XIX. O primeiro, mais comum, era o de dois escravos para padrinhos; o segundo, padrinho e madrinha livres. Menos comum que as anteriores, a terceira possibilidade é a do padrinho livre e da madrinha escrava. Por fim, a mais rara combinação reuniu padrinho escravo e madrinha livre. A tabela apresenta o resultado das combinações das condições jurídicas de padrinhos e madrinhas cobrindo todo período de 1871 a 1888, e em dois períodos selecionados, o primeiro de 1871 a 1875; o segundo, de 1883 a 1888:

TABELA 04
Condição jurídica dos padrinhos de ventre-livres freguesia de São Francisco de Paula (1871-1888)

<i>Padrinho</i>	<i>Madrinha</i>	<i>1871-1888</i>		<i>1871-1875</i>		<i>1883-1888</i>	
		<i>n.</i>	<i>%</i>	<i>n.</i>	<i>%</i>	<i>n.</i>	<i>%</i>
escravo	escrava	1463	62,28%	266	57,58%	603	65,76%
livre	livre	489	20,82%	116	25,11%	181	19,74%
livre	escrava	217	9,24%	45	9,74%	66	7,20%
escravo	livre	51	2,17%	10	2,16%	25	2,73%
escravo	ausente	48	2,04%	8	1,73%	11	1,20%
livre	ausente	36	1,53%	8	1,73%	8	0,87%
ausente	ausente	17	0,72%	3	0,65%	8	0,87%
ausente	escrava	7	0,30%	3	0,33%	3	0,33%
escravo	Protetora	7	0,30%	2	0,43%	5	0,55%
escravo	liberta	3	0,13%	1	0,22%	2	0,22%
ausente	livre	2	0,09%			1	0,11%
liberto	escrava	2	0,09%				
liberto	liberta	2	0,09%			2	0,22%
Livre	liberta	2	0,09%	2	0,43%		
liberto	livre	1	0,04%			1	0,11%
Livre	não informado	1	0,04%			1	0,11%
São Roque	livre	1	0,04%	1	0,22%		
Total geral		2349	100,00%	462	100,00%	917	100,00%

Fonte: Livros de Batismos da freguesia de São Francisco de Paula. Livros n. 3 e n. 4 (1871-1888).

O período de 1871 a 1875 permite perceber como reagiram, num primeiro momento, escravos e senhores, no que se refere ao batismo de “ingênuos”, isto é, as crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre. Ele coincide com a aquisição da fazenda Santo Inácio em 1872 pela família proprietária e vai até o ano anterior da grande compra de cativos provenientes do tráfico interno por membros da família Moraes em 1876. O segundo período cobre os anos de 1883 até 1888. A escolha de 1883 se relaciona ao falecimento do Barão das Duas Barras, chefe da família Moraes e principal formulador das estratégias familiares em 1882. Ao mesmo tempo, equivale a ascensão de José Antônio de Moraes, proprietário da fazenda Santo Inácio desde a dissolução da empresa *Moraes & Sobrinho* em 1873, sobrinho e enteado do Barão das Duas Barras. As iniciativas de José Antônio fizeram com que ele alcançasse o título de Barão do Imbé em 1882. O recorte se justifica ainda pelo esforço de tentar perceber eventuais mudanças relacionadas à Lei Saraiva-Cotegipe, popularizada como Lei dos Sexagenários, nos anos anteriores e posteriores a sua promulgação. A Lei, cujos efeitos apenas recentemente foram melhor percebidos pela historiografia, emancipou os escravos maiores de 60 anos, três anos antes do fim da escravidão e proibiu o tráfico interno. Mas importante: a medida legal estabelecida uma data para o fim da escravidão.¹⁶⁴

Os percentuais totais da freguesia de São Francisco de Paula, de 1871 a 1888, se aproximam em parte daqueles de outras áreas cafeeiras da província do Rio de Janeiro, conforme pesquisa de Ana Lugão Rios. Do total de 2668 batizados realizados em Paraíba do Sul no mesmo período, 48,46% tinham ambos os padrinhos escravos, enquanto 23,65% dos casais eram formados por padrinhos e madrinhas livres. Em São Francisco de Paula, o percentual no mesmo período para ambos os padrinhos escravos é maior, com 62,28%. Em Paraíba do Sul o padrinho livre acompanhava madrinha escrava em 9,07% dos casos, e o padrinho escravo e madrinha livre foram constatados em 2,62%.¹⁶⁵ Esses dois últimos percentuais são bastante próximos daqueles da freguesia cafeeira da região serrana, 9,24% e 2,17%, respectivamente.

¹⁶⁴ Sobre a Lei dos Sexagenários, ver MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

¹⁶⁵ RIOS, Ana Lugão. *Família e Transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1870-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1990.

A historiografia afirma que após a Lei do Ventre Livre verificou-se um aumento nas proporções relativas de livres, libertos e escravos. Entre 1870 e os anos finais da escravidão, a tendência por padrinhos livres teria se intensificado porque simplesmente havia menos escravos para escolher. Em Curitiba, no Paraná, área afastada da grande lavoura de exportação em 1888, Stuart Schwartz constatou que quase 90% das crianças tinham padrinhos livres.¹⁶⁶ Em São Francisco de Paula, região de grande lavoura exportadora ocorreu precisamente o contrário: comparando-se os dois períodos recortados na série de 1871 a 1888, houve diminuição percentual nos casos em que um dos padrinhos era livre nos anos mais próximos à abolição. Em números absolutos, a quantidade é semelhante, apesar do aumento no número de batizados, de 462 entre 1871 e 1875, para 917, de 1883 a 1885. Porém, mais significativo foi o aumento em número de casos e de percentual dos batizados em que ambos os padrinhos eram escravos.

Essa variação se relaciona aos padrões distintos observados nos plantéis das grandes fazendas que concentravam os maiores percentuais de cativos. A concentração da propriedade escrava na freguesia poderia ser percebida contabilizando os senhores que constam nos livros batismais. Neles, de 1871 a 1888 foram listados 348 proprietários diferentes.¹⁶⁷ Os assentamentos revelam uma grande concentração da propriedade escrava quando se constata que dos 2349 batizados, apenas 29 senhores (8,33%) controlavam 1203 nascidos (51%), o que significa, no mínimo, propriedade das mães e em boa medida dos padrinhos, visto que, quando escravos, eles sempre eram do mesmo proprietário que a mãe, ou seja, em nenhum assentamento uniram-se através do compadrio escravos de diferentes senhores. A concentração da propriedade é tão espantosa que 132 (37,93%) de 348 senhores tinham apenas um único lançamento de ingênuo, perfazendo 5,41% dos 2439 batizados.

O maior proprietário da freguesia é o Coronel Vicente Ferreira de Moraes com 121 ingênuos, que teria, no mínimo, 194 escravos, número alcançado considerando exclusivamente nomes que aparecem uma única vez nos assentamentos, descartando

¹⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart. "Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia." In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 263-292, p. 282.

¹⁶⁷ Uma minuciosa pesquisa foi feita para comparar diferenças nas grafias dos nomes, abreviaturas, omissão de sobrenomes, escravos em nome de herdeiros e títulos nobiliárquicos obtidos durante o período a fim de dirimir quaisquer dúvidas quanto ao número de proprietários. Nove ingênuos foram batizados sem registro do proprietário das mães.

homônimos. Em segundo lugar, vem o Barão das Duas Barras, que até sua morte em 1882, figurava como maior proprietário com 94 ingênuos batizados. Depois do falecimento do Barão, ainda apareceram em nome dos “herdeiros do Barão das Duas Barras” 26 batizados. A esposa do Barão teria apenas dois ventre-livres, em nome dos “herdeiros da Baronesa das Duas Barras”, depois de 1883, ano em que ela morreu. Somados, Barão e Baronesa teriam 122 ingênuos e pelo menos 143 escravos. Manoel Antonio de Moraes, com 86 ingênuos vinha logo depois.¹⁶⁸ O Barão de Imbé aparece com dez ingênuos, todos a partir de 1883. É curioso que nenhuma escrava em nome de José Antonio de Moraes ou de sua esposa Leopoldina das Neves consta até 1885.

Para perceber mudanças nas combinações das condições jurídicas dos padrinhos em relação ao tamanho dos plantéis, os 348 senhores que apareciam nos livros de batismos foram agrupados de acordo com a quantidade de filhos nascidos das escravas das quais eram proprietários.¹⁶⁹ Essa aproximação embora não forneça o número exato dos cativos dos plantéis, permitiria boa noção da diferenciação entre os senhores da freguesia no que se refere à concentração da propriedade escrava. Os proprietários foram divididos em três faixas de plantéis.¹⁷⁰ A primeira faixa foi a dos *plantéis pequenos*, a dos senhores que tiveram menos de uma dezena de assentamentos de ventre-livres. Esta faixa foi subdividida em três grupos: o *grupo 1*, entre 1 e 3 batizados durante todo período, com 221 proprietários de 348 (63,51%) e 345 lançamentos em 2439 (14,69%); o *grupo 2*, de 3 a 6 ingênuos nos livros, com 43 senhores (12,36%) e 209 notações (8,9%); e o *grupo 3*, que reuniu 27 senhores (7,76%) com 215 registros (9,15%). A segunda faixa foi a dos *plantéis médios* para os senhores que tinham mais de uma dezena de batismos e menos de duas dezenas. Composta apenas pelo *grupo 4*, essa faixa teve 29 proprietários (8,33%) que apareceram em 387 (16,48%) registros. A

¹⁶⁸ Não foi possível mensurar com precisão a quantidade de cativos a partir dos registros, pois alguns nomes se repetiam sem que outros traços que permitissem a identificação fossem mencionados como cor, apelido, ou idade. Quando o mesmo nome aparecia em papéis diferentes, como o de mãe e madrinha, também não foi contado. No entanto, os registros nos livros dos escravos pertencentes ao Visconde de Imbé permitiram chegar a números bem mais precisos: mínimo de 26 e máximo de 27 escravos, com 10 ingênuos.

¹⁶⁹ Esse procedimento se inspira em grande medida naquele desenvolvido por Ana Lugão Rios. RIOS, Ana Lugão. “Família e comunidade”. In: *Família e Transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1870-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1990, pp. 47-63, especialmente a descrição da p. 62.

¹⁷⁰ As faixas seguem as quantidades adotadas pelos estudos recentes sobre escravidão, que usam a dezena como parâmetro, sobretudo quando comparam inventários post-mortem. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997, p. 256.

última faixa reuniu os maiores proprietários da freguesia, detentores dos *grandes plantéis*, acima de duas dezenas de ingênuos nascidos entre 1871 e 1888. Entre 20 e 29 lançamentos, 13 senhores (3,74%) possuíam 306 ingênuos (13,03%), integrando o *grupo 5*. Com mais de 30 batizados, 15 senhores (4,31%) dispunham de 878 ventrelivres (37,38%) nos registros batimais. Eles compuseram o *grupo 6*, sem dúvida, a elite local dos proprietários de escravos, aqueles que certamente possuíam as maiores plantações.

TABELA 05
Condição jurídica dos padrinhos por grupos de proprietários na freguesia de São Francisco de Paula (1871-1888)

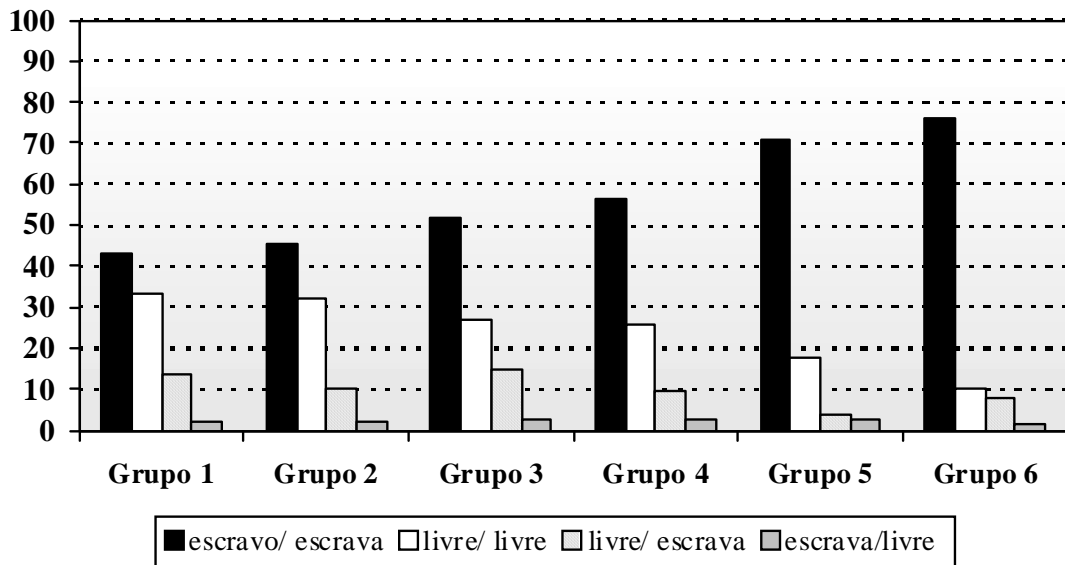
<i>Padrinho</i>	<i>Madrinha</i>	<i>Plantéis Pequenos</i>						<i>Médios</i>		<i>Plantéis Grandes</i>			
		<i>G1</i>		<i>G2</i>		<i>G3</i>		<i>G4</i>		<i>G5</i>		<i>G6</i>	
		<i>(1 a 3)</i>		<i>(4 a 6)</i>		<i>(7 a 9)</i>		<i>(10 a 19)</i>		<i>(20-29)</i>		<i>(acima 30)</i>	
		<i>N.</i>	<i>%</i>	<i>N.</i>	<i>%</i>	<i>N.</i>	<i>%</i>	<i>N.</i>	<i>%</i>	<i>N.</i>	<i>%</i>	<i>N.</i>	<i>%</i>
escravo	escrava	148	42,90	95	45,45	111	51,63	219	56,59	216	70,59	668	76,08
Livre	livre	116	33,62	67	32,06	58	26,98	100	25,84	55	17,97	91	10,36
Livre	escrava	47	13,62	21	10,05	32	14,88	37	9,56	12	3,92	67	7,63
escravo	livre	7	2,03	5	2,39	6	2,79	11	2,84	8	2,61	14	1,59
escravo	A	7	2,03	9	4,31	3	1,40	8	2,07	4	1,31	17	1,94
Livre	A	11	3,19	9	4,31	3	1,40	6	1,55	4	1,31	3	0,34
A	A	1	0,29					4	1,03	4	1,31	8	0,91
A	escrava			1	0,48	1	0,47			1	0,33	4	0,46
escravo	Protetora	2	0,58			1	0,47			1	0,33	3	0,34
escravo	liberta	1	0,29	1	0,48							1	0,11
A	livre							1	0,26			1	0,11
Liberto	escrava									1	0,33		
Liberto	liberta	2	0,58										
Livre	liberta	1	0,29									1	0,11
Liberto	livre			1	0,48								
Livre	ni							1	0,26				
São Roque	livre	1	0,29										
Total geral		345	100,00	209	100,00	215	100,00	387	100,00	306	100,00	878	100,00

Fonte: Livros de Batismos da freguesia de São Francisco de Paula. Livros 3 e 4 (1871-1888). 9 batizados não tinham indicação de senhor.

Transpostos para o gráfico os percentuais dos quatro arranjos mais comuns nos 6 grupos, tem-se:

GRÁFICO 01

Condição jurídica dos padrinhos por grupos de proprietários na freguesia de São Francisco de Paula (1871-1888)



Não há alteração na seqüência em que aparecem as combinações da condição jurídica dos casais de padrinhos (padrinho/ madrinha): 1º) escravo/ escrava; 2º) livre/ livre; 3º) livre/ escrava e 4º) escrava/livre; independente do tamanho do plantel. A ordem está em conformidade com o que a historiografia identificou para as áreas de grande lavoura exportadora. Apesar disso, a variação dos percentuais dos arranjos de um grupo a outro flutuam bastante. Quanto maior o tamanho do plantel, maior é o percentual de padrinhos e madrinhas escravos. Num sentido contrário, quanto menor o plantel, mais expressiva é a presença de padrinhos livres. Nesses casos, menores eram as chances de padrinhos com condição jurídica igual a da mãe, ou seja, escravos. Já no interior dos maiores plantéis era mais difícil encontrar padrinhos com condição jurídica livre ou liberta: 76,06% dos casais de padrinhos nos grandes plantéis eram formados por escravos pertencentes ao mesmo senhor. A implicação disso, no caso de São Francisco de Paula, seria o fortalecimento dos laços familiares, na perspectiva ampliada do compadrio, dentro dos grandes plantéis. Por seu turno, os escravos dos pequenos plantéis estariam mais sujeitos a serem vendidos, mais dependentes e com menores

vínculos familiares de primeiro grau e por afinidade, porém, melhor articulados na freguesia com redes que atingiam livres e libertos.

É preciso deixar claro que não foram desdobramentos impostos pela crise do escravismo após 1850 que de forma mecânica levaram aos arranjos estabelecidos. Por trás dos números, estão pessoas que, cotidianamente, tentaram e conseguiram tecer vínculos entre si – talvez a duras penas – utilizando o compadrio. Trata-se de pôr em evidência os *laços horizontais*, ou seja, o compadrio entre mães escravas e outros escravos, e os *laços verticais*, isto é, o compadrio estabelecido entre indivíduos de status e posição distinta na hierarquia social. Numa sociedade escravista, a característica que melhor expressava essa diferenciação era o compadrio entre pessoas de diferentes condições jurídicas.¹⁷¹

Um primeiro caso do estabelecimento dos *laços horizontais* de compadrio permitiria perceber a acolhida nos grandes plantéis dos egressos do tráfico interprovincial. A lista de escravos comprados por José Antonio de Moraes em 1874 poderia contribuir para lançar luz sobre essa questão. Dos 12 escravos adquiridos em 1874, nenhum se tornou padrinho ou pai legítimo de criança nascida de 1874 até 1888. Das quatro mulheres, Demiana, a preta de 37 anos que veio da Corte deve ter desenvolvido, depois de 11 anos de convívio, amizade com Francisca Fria, pois se tornou madrinha do filho dela, Tibúrcio.¹⁷² No mesmo dia, Benedita, a preta do Pará que chegara à freguesia de São Francisco de Paula aos 20 anos tornava-se aos 31, madrinha junto com o padrinho Militão, de Armanda, filha de Lorença. Não foi possível esclarecer se Luísa, que veio de Aracajú, em 1874, aos 16 anos, dera à luz a Adelina, ou se, junto com Agostinho, foram padrinhos de Helena, filha de Joana. Talvez tenha sido as duas coisas ao mesmo tempo, mãe de uma criança batizada e madrinha de outra. A listagem dos escravos comprados pelo Barão das Duas Barras em 1876 tem padrão semelhante no que se refere ao compadrio. Nenhum dos 10 homens se tornou padrinho

¹⁷¹ Valho-me aqui das obras anteriormente citadas sobre o compadrio de escravos e de reflexões relacionadas ao compadrio no mundo rural, na ótica da sociabilidade camponesa como BOUQUET, Mary & DE HAAN, Henk. “Kinship as na analytical category in Rural sociology: an introduction.” In *Sociologia Ruralis*. V. XXVII, n. 4, 1987, pp. 243-262; e ARANTES, Antonio Augusto. *Compadrio in Rural Brasil: structural analysis of a ritual institution*. Mimeo, s/d, textos disponíveis na biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ.

¹⁷² LB 3, f. 330, 17/06/1885.

de ingênuos ou foi reconhecido como pai. Quanto às 15 mulheres, das quais três eram crianças, as informações são menos precisas, pois há repetição de nomes. Apenas dois deles não apareceram nos livros antes de 1876, seja como mãe, madrinha ou ingênuo, o que seria forte indício de ingresso posterior. É o caso de Antônia e Sabina, que teriam sido mãe em 1881 e 1884. Outros três nomes de mulheres da listagem de 1876 aparecem como mães e outras duas como madrinhas, porém, não é possível garantir que eram as mesmas pessoas.¹⁷³ De qualquer modo, os assentamentos indicam que a integração das mulheres à comunidade escrava, não apenas através da maternidade, mas como madrinhas, foi mais fácil que a dos homens, quando ambos eram provenientes do tráfico interno. Essa “facilidade”, contudo, merece ser matizada, pois variou de acordo com o tamanho do plantel. A integração foi maior no menor plantel, o de José Antônio de Moraes.

O segundo caso de compadrio através de *laços horizontais* permitiria perceber distinções entre indivíduos na mesma condição jurídica, que teriam se diferenciado no interior das comunidades escravas. Os poucos escravos casados na Igreja, que tiveram filhos legítimos, todos pertencentes aos proprietários da faixa dos grandes plantéis, poderiam, em tese, serem bons candidatos ao compadrio. Contudo, dos oito casais, apenas dois apadrinharam um ingênuo cada. O casal Albino e Maria, escravos de Joaquim Rodrigues de Souza, tiveram como afilhada Claudina, filha natural de Romana. Cipriano e Romana, escravos de Manoel Antonio de Moraes, batizaram o preto Juvenário, filho natural de Martinha.¹⁷⁴ Nenhum dos cônjuges em separado batizou outra criança ao lado de outros escravos, libertos ou livres. No plantel de Manoel Antônio de Moraes, os escravos preferiram escolher para padrinhos de seus filhos outros escravos, mesmo sem uniões formais, como Laurinda e Valentim. Eles batizaram 4 ingênuos: Zacarias, filho de Rosa; Guido, filho de Aguida; Maria, filha de Francisca; além de Germana, filha de Juventina. Manoel e Roberta formavam outro casal com muitos afilhados, como João, filho de Ana, e Valentino, filho de Gertrudes. Até Romana

¹⁷³ Para Antônia e Sabina, LB 3, f. 109, 06/07/1886 e LB 3, f. 146, 08/01/1884. Os outros nomes sobre os quais pairam dúvidas são: Luiza, LB 3, f. 107, 06/07/1881; Rosa, LB 3, f. 110, 09/06/1879; LB 3, f. 109, 06/07/1881 e LB 3, f. 110v, 06/07/1881; e Sebastiana LB 3, f. 147, 08/04/1879; LB 3, f. 109, 06/07/1881; e LB 3, f. 107, 08/01/1884.

¹⁷⁴ Respectivamente, LB 3, f. 333/168, 24/06/1885; e LB 3, f. 80/40, 04/09/1875.

e Cipriano escolheram os dois para batizarem sua filha Juvelina.¹⁷⁵ Eles, que foram dos poucos escravos que celebraram matrimônio na Igreja, tiveram quatro filhas, das quais escolheram dois casais que aparentavam ter prestígio entre os demais escravos (o que se comprova pela quantidade de afilhados) para serem padrinhos das meninas. No plantel de 27 escravos de José Antônio de Moraes, também foram identificados casais escolhidos por mais de uma mãe para serem padrinhos e madrinhas dos seus filhos, como Tertuliano e Domingas, que batizaram Alberto, filho de Antônia, e Eugênio, filho de Julia.¹⁷⁶

Quanto aos *laços verticais*, isto é, o compadrio entre pessoas de diferentes condições sociais, deve-se olhar, em primeiro lugar, para os homens e mulheres livres. Com posses e melhor posicionados na hierarquia social, em tese, eles poderiam ser bons candidatos a padrinhos de um filho. É tema tradicional contemplado pela historiografia o do apadrinhamento de filhos de escravas pelos próprios senhores. Kátia Mattoso afirmou que isso era bastante comum com o propósito de reforçar o paternalismo e ligar o escravo ao senhor por meio de laços espirituais.¹⁷⁷ Obstando essa leitura, Schwartz, em estudo com Gudeman, afirmou não ter encontrado casos que comprovassem isso na Bahia no final do período colonial, defendendo a tese da incompatibilidade entre propriedade de escravos e paternidade espiritual exigida pelo compadrio, após terem investigado o significado do batismo para a Igreja.¹⁷⁸ Ana Lugão Rios reforça essa interpretação quando apresenta seus dados: diante de 2668 batismos em Paraíba do Sul, a historiadora constatou que em apenas 9 ocasiões os padrinhos eram senhores.¹⁷⁹ Na freguesia de São Francisco de Paula, 11 senhores, em 15 ocasiões, num universo de 2349 batizados, foram padrinhos dos filhos das suas escravas entre 1871 e 1888, mais do que em Paraíba do Sul. Dos 11 senhores-padrinhos, 8 pertenciam a faixa dos pequenos plantéis – o que demonstra que esse tipo de apadrinhamento, pelo menos na freguesia em tela, seria mais comum nas menores escravarias; um dos plantéis médios, enquanto que os 2 restantes, proprietários dos grandes plantéis.

¹⁷⁵ LB 3, f. 5, 28/04/1872

¹⁷⁶ LB 3, f. 331/167, 17/06/1885.

¹⁷⁷ MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁷⁸ GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismos de escravos na Bahia do século XVIII” In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁷⁹ RIOS, Ana Lugão. *Família e Transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1870-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1990, p. 60.

Dedicou-se uma pesquisa mais fina aos dois períodos selecionados, de 1871 a 1875, com os primeiros efeitos da Lei do Ventre-Livre e, de 1883 a 1888, anos finais da escravidão. Esse recorte cobriu 1379 batizados, o que corresponde a 56,53% dos assentamentos, e 283 senhores, ou seja, 81,32% dos 348 proprietários identificados. Nos dois períodos recortados 6 senhores apadrinharam os filhos das suas escravas, uma, a única proprietária que foi madrinha, Dona Preciliana Francisca Nunes, em 1884, e 5 senhores-padrinhos, depois de 1885.¹⁸⁰ Contudo, em pelo menos 10 vezes, naqueles anos selecionados, o padrinho era filho do proprietário, incluindo Trajano de Moraes. Nessas ocasiões, a madrinha sempre era livre.¹⁸¹ Assim, o apadrinhamento de ingênuos pelos filhos dos senhores era mais comum do que o apadrinhamento pelo próprio senhor. Em todos os casos as madrinhas eram livres, do mesmo status do padrinho do filho do proprietário.

Há ainda outra situação de compadrio envolvendo *laços verticais* entre senhores de escravos – aquela dos proprietários que se tornaram compadres de escravas pertencentes a outros senhores. Nessa condição encontravam-se 44 dos 330 padrinhos homens livres dos dois períodos selecionados, dos quais 37 estão nas duas menores faixas de plantéis – os médios e os pequenos. Estes últimos apadrinharam ao todo 62 ventre-livres, portanto foram padrinhos mais de uma vez de filhos de escravas de diferentes donos. Francisco Alves da Silva melhor exemplifica essa situação. Proprietário de uma única escrava nos livros, ele foi padrinho dos filhos de seis cativas

¹⁸⁰ São ao mesmo tempo padrinho e proprietário da mãe Elias Pereira de Moraes (7 batizados), do ingênuo Collecto, (LB 3, f. 346, 10/12/1885); Francisco Antônio de Moraes Coutinho (28 batizados), do ingênuo Antônio (LB 3, f. 354, 24/04/1886); e Francisco Genuncio (3 registros) por duas vezes, de Antônio (LB 3, f. 358, 04/07/1886) e também de Thereza (LB 3, f. 334, 28/06/1885); Cassiano Alves de Britto (1 única batizada) (LB 7, f. 7v, 21/10/1887) foi padrinho de Joanna. A única madrinha proprietária do grupo foi Dona Preciliana Francisca Nunes (9 batizados), LB 3, f. 309/156, 27/11/1884.

¹⁸¹ Segue a relação de proprietários, com a quantidade de ingênuos batizados e o registro em que o filho era padrinho. Foram 4 casos no período de 1871 a 1875: João Manoel Fernandes (7 batizados) / João Manoel Fernandes Junior (LB 3, f. 8/4, 26/05/1872); Manoel Antonio de Moraes (86 batizados) / Manoel Antonio de Moraes Junior (LB 3, f. 5, 28/04/1872); Manoel Rodrigues Correia (14 batizados), pai de João Rodrigues Correia, em LB 1-B, f. 247, 11/09/1860 (LB 3, f. 51, 22/01/1874); João Antonio Rodrigues de Abreu (2 batizados), pai de Antônio Rodrigues de Abreu, em LB 2, f. 9 v, 29/04/1850 (LB 3, f. 51, 22/01/1874). Os outros 6 aconteceram no período de 1883 a 1888: Antonio Marques da Fonseca (6 batizados) / Antonio Marques da Fonseca Junior (LB 3, f. 265/1340, 3/02/1883); João da Matta Lanes (49 batizados) / João da Matta Lanes Junior (LB 3, f. 293/148, 27/01/1884); Antônio Rodrigues de Moraes (14 batizados), pai de Manoel Antônio Rodrigues de Moraes em LB 1-B, f. 190, 25/06/1857 (LB 3, f. 291/147, 08/01/1884); Jose Tavares da Motta (9 batizados) / Jose Tavares da Motta Junior (LB 3, f. 383/193, 10/06/1887); Gabriel Rodrigues Campos (3 batizados), pai de João Rodrigues Campos em LB 4, f. 19-II, 27/05/1872 (LB 3, f. 4, 25/09/1887); Barão do Imbé (10 batizados) / Trajano Antonio de Moraes – Coronel (LB 7, f. 8v, 20/01/1888).

de diferentes donos, três, como ele, possuidores de apenas um único lançamento nos registros.¹⁸² A escolha de homens livres, donos de pequenos plantéis, por escravas que igualmente faziam parte de pequenos plantéis para apadrinhar seus filhos, revela a proximidade entre escravos e senhores desse pequeno grupo na freguesia.

Pela natureza do compadrio, os laços não se restringiriam ao batizado; alcançariam pais e até mesmo outros familiares do afilhado nas comunidades escravas com maiores plantéis. Talvez isso estivesse em jogo quando o Coronel Trajano Antônio de Moraes acompanhado de sua mãe, Dona Darcília Marques de Moraes apadrinharam Eliseu em 20 de janeiro de 1888. Filho da escrava Julia, do Barão do Imbé, pai de Trajano, segundo o registro, o “ingênuo” teria nascido em 15 de dezembro de 1866, antes da vigência da Lei do Ventre-Livre de 1871. É certo que o comparecimento de Trajano à Igreja naquele dia não teve outro motivo aparente: mais nenhum escravo ou pessoa livre da família teria sido batizada; nenhum matrimônio aconteceu naquele dia. Não foi só Eliseu que demorou mais de 20 anos para ser batizado: Sinforosa ficou quase o mesmo tempo, recebendo o sacramento um dia antes de Eliseu, em 19 de janeiro de 1888.¹⁸³

Tratavam-se de batizados especiais, num momento em que fugas em massa e alforrias coletivas começavam a varrer a província nos cinco meses seguintes, prenúncio do reconhecimento legal que chegaria com o Treze de Maio.¹⁸⁴ Dos 10 filhos de senhores que puderam ser identificados padrinhos de ventre-livres nos dois períodos, 3 o fizeram entre 1887 e 1888; dos 11 senhores padrinhos de ventre-livres cujas mães eram suas escravas, entre 1871 e 1888, 6 o foram após 1884, sendo que cinco, depois da Lei dos Sexagenários. Parece que, naquela conjuntura, não se sabe se por iniciativa dos senhores ou dos escravos, o compadrio através de laços verticais, apesar de em pequena quantidade, tornou-se mais comum em São Francisco de Paula. Independente de quem partiu a iniciativa para o apadrinhamento, se de senhores ou escravas, ela foi aceita.

¹⁸² Três dos quais da mesma família, possivelmente herdeiros: LB 3, f. 12/6, 11/08/1872; LB 3, f. 296, 11/02/1884; LB 3, f. 378, 21/03/1887, LB 3, f. 19, 15/12/1872; LB 3, f. 36/18, 07/08/1873 e LB 3, f. 66/33, 14/11/1874.

¹⁸³ LB n. 7, f. 8v, em 20/01/1888.

¹⁸⁴ A melhor descrição das iniciativas dos próprios escravos na luta pela sua emancipação na província do Rio de Janeiro naquela conjuntura pode ser encontrada em MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Comparando os dois períodos selecionados, fica a sugestão de que isso possa ter ocorrido a fim de estreitar as ligações verticais entre senhores e comunidade escrava, num momento em que nos grandes plantéis, menos homens livres e mais escravos tornavam-se padrinhos dos filhos dos cativos – fortalecendo os laços horizontais e comunitários.¹⁸⁵

1.6. Libertos e matrimônios coletivos

Apesar dos esforços de aproximação com os escravos através do compadrio, buscado por alguns donos de grandes plantéis, seja diretamente pelos senhores, seja por seus filhos, após 1885, seguramente houve saída de ex-escravos da região com a abolição. Através da confrontação dos indicadores extraídos dos censos demográficos, o caso de abandono dos homens foi notado, hipótese que ganha robustez quando se lembra que os homens jovens dentro dos grandes plantéis, muitos dos quais, oriundos do tráfico interno, possuíam dificuldade para estabelecerem laços de compadrio com os escravos e escravas mais antigos, conforme revelou o cruzamento da listagem de cativos comprados pelo Barão de Imbé, em 1874, e pelo Barão das Duas Barras, em 1876. Nenhum daqueles homens comprados no tráfico interno figurou como marido, pai ou padrinho nos livros de matrimônio e batismo entre 1871 e 1888. Também podem ter abandonado o município ex-escravos com menores vínculos familiares na região. A permanência de libertos de pequenos plantéis precisaria superar a concentração fundiária para o acesso à terra e à concorrência com outros libertos que teriam maiores chances de prosseguirem nas fazendas em que já estavam.

Os relatos do Sr. Binó sobre a avó e a família são reforçados por certas evidências que apontam, ora da parte de senhores, ora de ex-escravos, tanto intenções quanto continuidade efetiva nas terras das grandes fazendas da região antes e depois da abolição. Exemplo disso é a partilha em vida do Barão das Duas Barras, de 1873, na qual, segundo Marieta de Moraes Ferreira, o “fazendeiro capitalista” libertava os escravos mais antigos além de “lhes ter legado pés de café e terras – a ‘quarta parte de

¹⁸⁵ Haveria necessidade de mais pesquisas em outras áreas do Brasil, mas o que se sugere é que o apadrinhamento de escravos pelos senhores possa ter sido mais comum em fins do século XIX, na última década da escravidão do que no século XVIII. Isso poderia compatibilizar os dados de Gudeman e Schwartz sobre a Bahia com as afirmações de Kátia Matoso, devido às diferentes conjunturas.

uma sesmaria’ – em sua fazenda Santa Maria do Rio Grande.” Para a historiadora isto “parece indicar que, ao contrário de outros fazendeiros, [o Barão] acreditava na possibilidade de manter os ex-escravos nas suas fazendas após a abolição como trabalhadores rurais.”¹⁸⁶ Contudo, a memória local não registrou essa doação com clareza, tampouco se conseguiu localizar descendentes dos beneficiados ou registros imobiliários.¹⁸⁷ É possível, apesar do documento e do “bom relacionamento” que diversas fontes afirmaram possuir o Barão com sua escravaria, que a doação possa nunca ter se concretizado, não no sentido do acesso à terra, mas da titulação registrada em cartório, devido à impossibilidade de demarcar onde exatamente na extensa fazenda Santa Maria do Rio Grande ficaria a “quarta parte da sesmaria”. Essa imprecisão era comum nos registros fundiários do século XIX, o que comprovadamente contribuía para a concentração fundiária.¹⁸⁸

Sobre o pós-emancipação, o livro *Cem Anos de Trajano* menciona a banda “Pena de Ouro”, que existiu na virada do século XIX para o XX. Ela exemplifica o ‘orgulho’ e atesta a permanência nas fazendas: a banda era composta exclusivamente por músicos negros, cujas partituras, instrumentos e fotografias encontram-se disponíveis na sede da fazenda Olaria, de propriedade de João de Moraes Souza, descendente do casal Barão e Baronesa das Duas Barras.¹⁸⁹

Dado significativo apresentado pela economista Hildete Pereira de Melo em trabalho sobre a lavoura cafeeira no período é que a assinatura da Lei Áurea de 1888, no

¹⁸⁶ A autora se baseia na Biografia do Barão de Duas Barras por um seu amigo Dr. M.C. e testamento do Barão e Baronesa das Duas Barras. Rio de Janeiro, Tip. G. Leuzinger e Filhos, 1892. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008, p.124.

¹⁸⁷ Em entrevista ao autor em 24/04/2008, Maria Helena Natividade Pereira que é professora em Trajano de Moraes e descendente de escravos falou que “ouve falar num quilombo na região e que os negros eram enterrados em separado.” O livro *Cem Anos de Trajano* tem uma passagem curiosa, que menciona a existência de um quilombo. Embora utilize tom fantasioso, a obra fala da Cachoeira da Fumaça e uma memória a ela associada: “existiu um quilombo formado por africanos do Congo. Os escravos fugidos se comunicavam na língua nativa, recusando-se a falar o idioma dos colonizadores escravagistas. Ao serem descobertos, anos depois da abolição da escravatura, os sobreviventes só conseguiam articular uma palavra: caracongo. De olhos arregalados, numa linguagem estropiada eles só conseguiam repetir: Caracongo! Queriam dizer: “Quero Congo. Quero voltar para meu Congo!”. MUNIZ, Ivan (Coord.). *Cem Anos de Trajano de Moraes*. Rio de Janeiro: Assessor Comunicação Social Integrada/Ed. Lidador, 1991, p. 98. O suposto quilombo tentou ser localizado mas sem sucesso.

¹⁸⁸ MOTTA, Márcia. “O conflito de 1858 revisitado.” In *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

¹⁸⁹ MUNIZ, Ivan (Coord.). *Cem Anos de Trajano de Moraes*. Rio de Janeiro: Assessor Comunicação Social Integrada/Ed. Lidador, 1991, p. 51.

início da colheita de café, não desorganizou a produção cafeeira naquela região. De acordo com os números não houve quebra de safra, ao contrário do que aconteceu com a lavoura canavieira campista.¹⁹⁰ A trajetória da família proprietária no pós-abolição reforça isso ao sugerir estabilidade dos negócios cafeeiros. Após o falecimento do Visconde de Imbé em 1890, Trajano de Moraes herda a fazenda Santo Inácio, mas não reside nela mudando-se logo da região serrana para a cidade do Rio de Janeiro. No começo daquela década, Trajano participou de um empreendimento que facilitaria o escoamento da produção de café, ao lado de outros fazendeiros da região, sócios na construção da ferrovia Barão de Araruama. Vendida para a Estrada de Ferro Leopoldina, por motivos não esclarecidos, a opção pela construção revela uma aposta no negócio cafeeiro, com uma estação a poucos metros da sede da fazenda Santo Inácio (ver anexo 1). Apesar da diminuição dos lucros do café ter durado até a Primeira Valorização em 1906 a delegação do acompanhamento da fazenda a um administrador, sugere certa normalização do negócio cafeeiro no período, a ponto de lançar-se em outras atividades empresariais, de caráter urbano e afastar-se da propriedade. A dedicação do filho mais velho de Trajano, José de Moraes à política é outra evidência da estabilidade da atividade cafeeira e da relação com a mão-de-obra. Ele construiu exitosa carreira pública até ser interrompida pela Revolução de 1930, com sua base política em São Francisco de Paula, mas residência, assim como o pai, no Rio de Janeiro.¹⁹¹

Contudo a mais significativa evidência que aponta para intenção de permanência nas fazendas são os registros de cerimônias coletivas de matrimônio realizadas entre 1888 e 1892, envolvendo libertos. O vigário Luís da França Machado deve ter ficado surpreso quando em 19 de maio de 1888 verificou que “sem impedimento algum”, 9 libertos o procuraram para casar.¹⁹² Cinco dias depois, celebrou a união de outros 13.¹⁹³ Talvez tenha ficado bastante cansado quando em 8 de outubro de 1888, precisou escrever no livro 10 folhas completas, frente e verso, com todos os 33 assentamentos de matrimônio que uniram 66 libertos, mais num único dia do que em anos inteiros na

¹⁹⁰ MELO, Hildete Pereira de. “O café e a economia fluminense: 1889/1920”. In: SILVA, Sergio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 1996, pp. 215-234, p.230.

¹⁹¹ As informações sobre a trajetórias estão disponíveis em FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008. Para Trajano de Moraes, ver pp.175-178; para seu filho, pp. 181-182

¹⁹² LM 3, fls. 13 e seg., 19/05/1888.

¹⁹³ LM 3, fls. 15 e seg., 24/05/1888.

freguesia, onde havia chegado em 1865.¹⁹⁴ Se cansado estivesse, certamente não estaria surpreso. Entre 24 de maio e 8 de outubro daquele ano o Vigário celebrou 183 matrimônios de libertos em apenas 16 datas.¹⁹⁵ Na realidade, os casamentos coletivos tinham começado antes, em 1887, quando em 6 de maio, João Marques da Fonseca compareceu junto com parte de seus escravos e alguns libertos para serem testemunhas de 9 matrimônios entre cativos.¹⁹⁶

O período de 1888 a 1892 que vai da abolição até as vésperas do primeiro registro de casamento de imigrantes espanhóis em 1893, teve 42 cerimônias coletivas de matrimônio de libertos, com mais de 5 casamentos no mesmo dia, um seguido do outro, como revelam as mesmas testemunhas, muitas das quais, os ex-senhores.¹⁹⁷ Foi contabilizada a união de 800 libertos, cuja maioria pertenceu a senhores de grandes plantéis. As uniões se concentraram em 1888 quando aconteceram 30 dos 40 casamentos coletivos, reunindo 662 libertos.

Qual o significado das cerimônias coletivas de matrimônio para os libertos? O aumento no número de casamentos em 1889 no município fluminense de Paraíba do Sul foi interpretado por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, como uma evidência do que qualificaram como um “projeto camponês”, o desejo de permanência na terra dos ex-libertos como colonos e parceiros constituindo sua base no trabalho familiar, gestado a partir da “experiência de liberdade” fornecida pelo conhecimento e convívio com os homens livres pobres.¹⁹⁸ Os casamentos coletivos também foram observados no pós-abolição em Minas Gerais, na Zona da Mata e em Juiz de Fora. Nesta última localidade, o cruzamento com fontes judiciais forneceram outra indicação: os matrimônios teriam ocorrido, segundo Elione Silva Guimarães, numa reação ao argumento de “promiscuidade” das libertas utilizado por senhores para pleitear judicialmente a tutela dos filhos delas. O que os senhores pretendiam era assegurar o controle sobre a mão-de-

¹⁹⁴ LM 3, fls. 63v-73, 08/10/1888.

¹⁹⁵ LB 3, fls. 13-176v, de 19/05/1888 a 16/07/1892.

¹⁹⁶ LM 3, f. 1 e seguintes, 06/05/1887.

¹⁹⁷ Ocorreram vários casamentos com 3 e 4 casais no mesmo dia, mas esses não foram contabilizados por que geralmente envolviam como testemunhas senhores do grupo dos pequenos plantéis, de acordo com o número de ventre-livres batizados de 1871 a 1888.

¹⁹⁸ MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição.” In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Quase-cidadão histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 55-79.

obra, mesmo com o fim da escravidão. A fim de impedir a perda da guarda das crianças, as uniões no concubinato trataram de ser oficializadas na Igreja.¹⁹⁹ Esse temor, mesmo sem indicações de fontes qualitativas mais concretas, também poderia estar em jogo em São Francisco de Paula. Embora a ameaça da perda dos filhos das libertas e libertos para os senhores possa ter sido um dos aspectos para explicar os casamentos em Juiz de Fora, ele não explica o porquê da escassez deles em São Francisco de Paula entre 1871 e 1885, conforme constatado no estudo das relações entre comunidade escrava e compadrio.

Os assentamentos do ano de 1872 – ao mesmo tempo, aquisição da fazenda Santo Inácio e primeiros efeitos da lei do Ventre Livre na freguesia – tiveram 20 casamentos celebrados e nenhum envolveu escravos.²⁰⁰ Em anos anteriores, de 1866 a 1870 aconteceram 78 casamentos dos quais 9 (11,5%) uniram cativos. Esse percentual se aproxima daquele do relatório do Presidente de Província, em 1887, último ano que o estado civil dos escravos foi contabilizado: dos 162.421 escravos na província, 149.677 eram solteiros; 10.604 casados e 2140 viúvos.²⁰¹ Porém, de 1872 até a Lei dos Sexagenários, em 1885, foram 361 matrimônios na freguesia, dos quais apenas 2 entre cônjuges escravos.²⁰² Os números são espantosos e revelam que, por algum motivo, as uniões nesse período deixaram de ser oficializadas através do matrimônio católico na Igreja.

¹⁹⁹ GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós emancipação: Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006. O livro de Elione Guimarães resulta de sua tese de doutorado.

²⁰⁰ LM 2, f. 100/107 a 107-v, de 13/01/1872 até 24/11/1872.

²⁰¹ APERJ, Fundo Presidentes de Província. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima sexta legislatura em 12 de setembro de 1887 pelo presidente, dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1887, p. 40.

²⁰² O intervalo de 1º/01/1866 a 28/09/1885 foi pesquisado através do Índice dos Livros de Matrimônios que contém nomes dos noivos, data do casamento, livro e folha. Com base no índice, foi elaborada uma listagem de possíveis matrimônios de escravos a partir de indícios como apenas o primeiro nome, apenas nome composto ou único sobrenome de um dos cônjuges. Para 1866, 1868, 1870, 1872, 1876, 1878, 1882 e 1885 todos os casamentos daqueles anos foram checados nos livros. Nos demais anos, conferiu-se apenas os registros da listagem. Os cônjuges foram considerados escravos quando havia referência à condição jurídica ou a um senhor. Os dois casais reconhecidos entre 1870 e 1885 foram Hércules e Benedita, escravos de Manoel Antonio de Moraes (LM 2, f. 113, em 26/04/1874); e Veríssimo e Isabel, escravos de Felizarda Lopes de Moraes (LM 2, f. 131, em 18/06/1877). Em duas oportunidades, não foi possível garantir a condição jurídica dos nubentes: Januário de Souza e Joana Teresa (LM. 2, f. 160-v, em 24/09/1881); e Firmino Antônio de Moraes e Leôncia de Moraes (LM. 2f. 170-v, em 28/02/1883). Não foram contabilizados casamentos entre libertos, apesar de aparecerem algumas vezes.

Não se sabe se estimulado pelos senhores como uma benesse a certos escravos, ou conquista, o que é sabido, pode variar em função do referencial adotado, o do senhor ou do cativo, o matrimônio não era prática generalizada entre escravos. Poderia mesmo não ser percebido e nem considerado uma regra universal ao alcance de todos os cativos, ou seja, um *direito*. A alforria batismal concedida pelo senhor Luís Viera a Roque, filho dos escravos Joaquim e Benedita, casados em 1852 exprimem essa lógica: casamento e alforria num universo em que são raros.²⁰³ Embora com uma população menor, os matrimônios foram mais freqüentes nos 6 anos que antecederam 1872, do que nos 14 que se seguiram até 1885, mesmo diante do crescimento demográfico e de fecundidade atestado pelo aumento dos assentamentos nos livros de batismo e matrimônio.

Matrimônios de escravos em 1887 e nos primeiros anos de 1888, e de libertos, do Treze de Maio até 1892, produziram violento contraste quando comparados a quase ausência deles entre 1872 e 1885, e a prática limitada entre 1852 e 1871. Cabe indagar então por que isso aconteceu?

Uma primeira possibilidade explicativa seria a de que os poucos matrimônios na Igreja poderiam revelar a intencionalidade de construção de uma “comunidade”, no lugar de famílias nucleares, extensas e inter-geracionais, priorizando a exogamia à endogamia.²⁰⁴ Isto talvez possa ter sido verdadeiro até meados do século XIX, quando os plantéis tinham dinâmicas distintas daquelas observadas após o fim do tráfico atlântico. Contudo, o aumento de matrimônios de escravos em 1887 e 1888, antes do Treze de Maio constatado em São Francisco de Paula, e a explosão subsequente em algumas freguesias do sudeste, sugerem ser o matrimônio – reconhecimento oficial e social de uniões – um desejo dos cativos, que para não ser concretizado antes, poderia relacionar-se a algum tipo de impedimento dos senhores.

As variações bruscas não podem ser atribuídas ao acaso; elas estariam relacionadas e articuladas num mesmo processo, sobretudo quando se vê a *curta*

²⁰³ Para o casamento ver LM 1, f. 15-v, 29/08/1852); o batizado está em LB 3, f. 25, 15/01/1873.

²⁰⁴ Essa argumentação se aproximaria daquela defendida por Robert Slenes: SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, capítulo 2.

duração em que se sucederam, coincidindo com transformações no escravismo como o fim do tráfico em 1850, e as Leis de 1871, 1885 e de 1888. A promulgação desses dispositivos legais por si só não os tornaria capazes de produzirem efeitos automáticos e imediatos. Mas as leis não foram criadas subitamente, da noite para o dia: elas resultam de conjunturas e condições específicas, que contribuíram para aprová-las, fazendo com que grupos e indivíduos a elas se submetessem, as desrespeitassem ou se adaptassem, em conformidade com seus objetivos e interesses.

De tal maneira, se sugere que as variações na quantidade de matrimônios de escravos poderiam remeter-se aos impedimentos e pressões dos senhores numa reação à Lei do Ventre Livre de 1871. Não se trata de atribuir juízo de valor às ações dos proprietários, qualificando-os *a priori* como “maus”, mas entender como poderiam manipular em seu favor anseios perseguidos pelos cativos, como a família, e atingir direitos recentemente conquistados: a alforria forçada, que retirava do senhor a prerrogativa exclusiva que possuía para concedê-la, seja através do Fundo de Emancipação Provincial, seja pela compra pelo próprio cativo através da constituição de pecúlio e sucessão aos descendentes. Assegurado legalmente em 1871, o Fundo de Emancipação Provincial priorizava escravos casados, o que se comprovava pelo matrimônio na Igreja devido à fusão entre o registro eclesiástico e o registro civil. Pelo mesmo motivo, a sucessão do pecúlio legado ao cônjuge ou filho legítimo, dependia da exigência de matrimônio e lançamento batismal com o nome do cônjuge e do pai.

As condições sociais de produção do percentual de 98,89% de ventre-livres que, entre 1871 e 1888 foram batizados como “filhos naturais”, são compreendidas quando se combina o “dado” com o quase desaparecimento dos matrimônios de escravos no mesmo período. Do ponto de vista moral, inexistiria contradição para um senhor ou Vigário em assentar o registro do filho de uma cativa como “natural”, visto que a obrigação religiosa do batismo era cumprida, mesmo se o batizado fosse fruto de uma união conhecida, porém, não sacramentada pela Igreja. O mais relevante, contudo, era que isso permitia aos senhores acenarem com a possibilidade de separar pai de mulher e filhos, apesar da proibição expressa pela Lei de 1871, que impedia o afastamento dos menores de 12 anos dos pais, desde que, casados, o que, naquele contexto, significava matrimônio na Igreja. O italiano Arrigo de Zetirry teria percebido isso, em 1895,

quando falava das dificuldades de certos libertos lidarem com responsabilidades que não conheciam como filhos:

“Depois da Lei Rio Branco, que declarou livres os nascidos do ventre de escravo, forão pelo egoísmo de muitos senhores anualmente separados os escravos das mulheres com que vivião e procreavão. A vantagem de ter prole das próprias escravas tinha desaparecido ficando apenas os inconvenientes de ter constantemente na fazenda mulheres que além de não poderem trabalhar acarretavão ao senhor despesas de médico e remédios.”²⁰⁵

Como o sacramento batismal conferia legitimidade aos filhos fruto do casamento, a transmissão de pecúlio entre gerações ficava dificultada. A Lei de 1871 afirmava que “por morte do escravo, a metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma da lei civil. Na falta de herdeiros o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação”²⁰⁶ Talvez isso pudesse desestimular a própria acumulação pelo escravo num momento em que variadas estratégias familiares para a obtenção de alforria se desenvolviam.²⁰⁷

Reforça a proposta interpretativa aqui defendida o fato da quantidade de alforrias ter sido muito baixa para o município de Santa Maria Madalena, do qual a freguesia de São Francisco de Paula fazia parte, mas principalmente, era menor ainda a quantidade de alforrias adquiridas pelo Fundo de Emancipação Provincial e a título oneroso, pagas geralmente com recursos dos próprios cativos. Sabe-se que o relatório do presidente da província do Rio de Janeiro de 1885, com as informações sobre as alforrias, afirma que elas eram maiores em outras zonas cafeeiras fluminenses como o decadente Vale do Paraíba e o Norte fluminense em plena expansão. Não foi à toa que os principais críticos e atingidos pelas medidas abolicionistas vocalizaram suas insatisfações através da imprensa dessa última área, sobretudo através do jornal *Monitor Campista*.²⁰⁸ Em

²⁰⁵ *Jornal do Comércio*, A Lavoura no Estado do Rio de Janeiro V, 14 de julho de 1894.

²⁰⁶ Lei do Ventre Livre, 28/09/1871, artigo 4º, parágrafo 1º. In: ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 270.

²⁰⁷ A esse respeito ver CUNHA, Manuela Carneiro da. “Sobre os silêncios da lei – lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX.” In: *Antropologia do Brasil – mito, história, etnicidade*. São Paulo: Edusp/ Brasiliense, 1986, pp. 123-144. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, novamente o cap. 2, que demonstra o impacto da Lei do Ventre Livre e o direito do escravo ao pecúlio.

²⁰⁸ Esse periódico foi examinado por Hebe Mattos que também utilizou o mais importante jornal da região, o *Correio de Cantagalo*, dirigido até abril de 1888 por Paulino Soares José da Silva, o 2º Visconde do Uruguai, um dos maiores defensores do escravismo no Brasil. MATTOS, Hebe Maria. *Das*

Campos, os percentuais das manumissões originadas pelo Fundo de Emancipação, doação ou recursos próprios no total da escravaria eram superiores aos percentuais de alforriados do município de Santa Maria Madalena, que além de São Francisco de Paula tinha mais 4 freguesias.²⁰⁹ Isso demonstraria uma relação, entre consolidação de famílias escravas, não apenas de fato, mas de direito, e a efetuação dos direitos trazidos pela Lei do Ventre-Livre.

É mister reconhecer que a sugestão explicativa aqui formulada mereceria maior investimento empírico para sua generalização, sobretudo com fontes produzidas por senhores, párocos ou processos judiciais que, no caso estudado, não foram localizadas. Evidentemente, isto não significa que não existam, mas que poderiam ser buscadas em outras áreas que assistiram ao mesmo fenômeno dos casamentos coletivos no pós-emancipação.

Os significados da liberdade na freguesia de São Francisco de Paula e, pelo que parece, no sudeste cafeeiro, passavam pelo reconhecimento das uniões de libertos na Igreja. Os cronistas em seus relatos sobre a região em meio a tamanha ebulição política podem não ter atribuído destaque para isso. Pode ser também que a última geração de cativos de São Francisco de Paula não tivesse a oportunidade de registrar com suas próprias palavras exatamente o que pretendiam. Mas eles deixaram nos livros de casamento e de batismo indicações do quanto o matrimônio estava ao alcance de poucos escravos até 1872; foi prática raríssima até 1885 e um *direito* exercido em 1888, elemento relevante para o pós-abolição.

1.7. A “catinga do cativo”

Não foi apenas o matrimônio que de *privilégio* no cativo passou a ser visto como *direito* associado aos novos tempos após a abolição. Em que se destaquem

cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁰⁹ APERJ, Fundo Presidente de Província, Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima quinta legislatura em 8 de agosto de 1885 pelo presidente, José Cesario de Faria Aloim. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1885; respectivamente os percentuais para Campos e Santa Maria Madalena foram: 1) alforrias pelo Fundo de Emancipação (2,01% x 1,48%); por Liberdade Particular (7,49% x 4,05%); Por ato oneroso (1,27% x 0,58%). Sobre as estratégias familiares na obtenção de alforria, ver MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

mudanças, algumas permanências que ultrapassam o Treze de Maio foram notadas pelos depoimentos orais de ex-colonos. Mapeá-las é tarefa sobre a qual esta seção se deterá.

O exame da literatura indica que as relações de colonato estabelecidas com o fim da escravidão permitiram, sob bases renovadas, a manutenção do poder dos fazendeiros sobre a mão-de-obra, ex-escravos, homens livres pobres e imigrantes. Primeiro, na restrição do acesso à terra aos trabalhadores livres, independente de sua origem social, através do que José de Souza Martins denominou como o “cativeiro da terra”.²¹⁰ Segundo, na interferência na participação eleitoral, conforme palavras do Sr. Roldão: “eles [os fazendeiros] dominavam... você era colono, só podia votar onde eles mandassem... se não votasse, botava na rua”.²¹¹ Vitor Nunes Leal analisou tais práticas que integrariam o “coronelismo” relacionado ao poder do coronel, entendido não mais no sentido original de patente da Guarda Nacional (1831-1922), mas como grande proprietário rural. Sistema que perpassava todos os níveis político-administrativos (municipal, estadual e federal), através de práticas como “voto de cabresto” e “currais eleitorais”, o coronelismo era elo fundamental de uma cadeia que envolvia o sistema político na sua totalidade através do compromisso com o governo estadual, que somente se intrometeria na esfera local para beneficiar aliados.²¹²

No entanto, o *cativeiro da terra* e o *coronelismo* não permitiriam encarar o fim da escravidão como medida isenta de efeitos. Algumas análises que priorizaram a dimensão econômica, com ênfase nas relações capitalistas ou na escassez de mão-de-obra, chegaram a minorar os impactos políticos e simbólicos da emancipação.²¹³ Conforme salientou Stuart Schwartz a respeito da abolição, “o que veio depois nem sempre foi melhor para os ex-escravos e seus descendentes, mas foi diferente.”²¹⁴ Para compreender tais diferenças no que concerne ao sistema de colonato foi preciso

²¹⁰ MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. Hucitec: São Paulo, 1979.

²¹¹ Depoimento do Sr. Álvaro Roldão, 1ª entrevista, em 01/07/2000, fita 1, lado B. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

²¹² LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Alfa Ômega: São Paulo, [1948] 1975. Ver também CARVALHO, José Murilo de. “Coronelismo”. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; CPDOC/Finep, vol. II, 1984.

²¹³ Ver SAES, Flávio de. “O término do escravismo: uma nota sobre a historiografia”. *Estudos Econômicos*, n. 12, vol. 3, dezembro de 1982, pp. 29-40.

²¹⁴ SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira.” In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 21-88; p. 21.

mergulhar nos repertórios dos atores que viveram a relação, deixando que eles apontassem continuidades e mudanças, chegando-se aos termos e negociações do *contrato social implícito*.

Quem desejasse trabalhar numa fazenda só poderia se tornar colono com o aceite do administrador, que representava o fazendeiro. O colono não deve ser confundido com as outras atividades rurais desempenhadas por empregados como ‘campeiros’ (que ordenhavam as vacas); ‘troleiros’ (guiavam as tropas); ‘carreiros’ (conduziam o carro de boi) e ‘candeeiros’ (ajudantes de carreiros). Caso a permissão fosse concedida, o colono recebia uma casa para residir, plantar para si e para sua família. Isso era percebido pelo colono como uma concessão do fazendeiro, uma contrapartida inicial, que demandaria, e até mesmo exigiria obrigações.²¹⁵ O recebimento da casa trazia consigo a noção de que a condição da moradia estava associada à prestação de trabalho. Moacir Palmeira revelou que a mesma lógica unia moradia e trabalho nos engenhos do Nordeste.²¹⁶

O terreno ao redor da casa, independente do tamanho, teria usos variados, se recebido pelo colono ou se pelo empregado. Ambos poderiam plantar para subsistência, sem compromisso de entregar parte da produção ao fazendeiro, nas áreas denominadas terreiros. Isto não dependeria da vontade do fazendeiro, no que foi percebido como um direito dos colonos e dos empregados. As semelhanças entre os dois grupos de trabalhadores encerravam-se na obtenção da moradia e na permissão dos pequenos cultivos. Somente colonos possuiriam sítios, onde reuniam casa e terreiro. O direito de plantar e obter algum tipo de ganho com a comercialização de sua produção não seria exercido na mesma área do terreiro, e sim numa parte específica do sítio chamada de roça ou lavoura. A produção na roça seria repartida com a fazenda como uma das condições para o colonato, mas nunca tudo aquilo que nela fosse plantado, e sim

²¹⁵ Os termos e expressões que caracterizam o colonato na região foram levantados na dissertação de mestrado através do trabalho de campo, análise dos depoimentos e documentos disponíveis sobre a fazenda e a região: DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, pp. 80-84.

²¹⁶ PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional”. *Contraponto*. n. 2, pp. 103-114, dez. 1977.

produtos específicos, previamente combinados, integrando o contrato verbal ou escrito entre colono e fazendeiro.

Os espaços que integravam o sítio dos colonos – a casa, o terreiro e a roça, além do fato do empregado não receber sítio e sim casa com terreiro sem direito a roça, seriam, em linhas gerais, mantidos ao longo da trajetória do sistema de colonato do final do século XIX até os dias de hoje. Contudo, as “obrigações” prestadas pelo colono foram alteradas dependendo da conjuntura e das ações dos próprios colonos.

A primeira “obrigação” do colono era a meia, que correspondia à entrega ao fazendeiro de metade da colheita de café produzida no sítio. Nas palavras do Sr. Binó: “fizesse cinquenta safras, era vinte e cinco de cada um”. Mas o que o colono gastava para cultivar o café não era descontado: “ele [o fazendeiro] recebia aquela parte dele líquida. Quer dizer, camarada trabalhava pra ele à vontade, né? Bom, então ele pilava o café, etc., vendia, etc., quando ele teria que fazer pagamento pro pessoal.” O fazendeiro estocava toda produção recebida e a comercializava por um preço diferenciado, sempre superior àquele pago ao colono. Apenas o ganho líquido era dividido.

Outra “obrigação” era o trabalho nas terras e lavouras da fazenda através das turmas. Novamente, Sr. Binó explicou o significado:

“A turma era... aqui era a lavoura da fazenda. Por exemplo: aqui ele botava a turma que fazia aquela lavoura dele. Dez, quinze pessoas. Era dois dias: segunda e terça. Tinha que ir de qualquer maneira, porque ele [o colono] tivesse com medo ou não tivesse, ele tinha que representar. Toda segunda e terça. Era o dia.”

A *turma* era compulsória e não remunerada. O colono teria que, duas vezes por semana, contribuir com atividades de preparação, plantio, trato, colheita, transporte e secagem do café nas terras da fazenda, que não seriam terras do sítio. As turmas mostram-se bastante parecidas com o *cambão* da Zona da Mata de Pernambuco. Descrito em detalhes por Francisco Julião, o *cambão* consistia no trabalho gratuito e necessário do morador como condição para sua permanência num engenho de açúcar.²¹⁷ Ambos – *cambão* e *turmas* – compunham a lucratividade dos proprietários que dispunham de trabalho através de acordos sem ônus monetário.

²¹⁷ JULIÃO, Francisco. *Cambão, la face cachée du Brésil*. Paris: Maspero, 1968.

As *turmas* tinham grupos que variavam de quinze a vinte colonos, liderados por um chefe de turma. Este recebia suas instruções diretamente do administrador da fazenda. Os empregados deviam dois dias de trabalho não remunerado nas turmas. Trabalho excedente, além dos dias obrigatórios, seria pago através da diária que poderia servir para ganhos em momentos de necessidades.

A entrega da *meia* e o trabalho nas *turmas* eram acompanhados de perto pelo administrador, que prestava contas ao fazendeiro. Competia ao administrador verificar o cumprimento das obrigações dos colonos que seriam anotadas na caderneta, pois “cada colono tinha uma caderneta com a vida dele na fazenda”. A figura do administrador era tão importante para a fazenda que segundo o general Moraes, o administrador teria até participação nos lucros no final do século XIX: “Tem uma coisa interessante, eu mexendo em papéis achei um contrato do Trajano de Moraes, de 1890 por aí, com o antigo administrador com participação no lucro. Eu acho que naquele tempo nunca se tinha ouvido falar.” A figura do administrador é central na intermediação da relação entre proprietários e camponeses, atuando como representante dos primeiros e com poder inclusive para aceitar ou expulsar um colono, tal como Sr. Binó afirmou ter acontecido com seu padraсто.

A *renda* era mais uma “obrigação” do sistema. Nela, se entregava nas fazendas da região, variando produto e percentual, entre 10% e 20% dos demais cultivos. Na fazenda Santo Inácio as evidências sugerem que a renda não integrava as obrigações do colono após o fim da escravidão. De acordo com Binó, que associa “colono” a “pobre”, a renda não era cobrada sob a lavoura branca que era toda dos colonos:

“Plantava lavoura branca: milho, feijão, batata doce, batata inglesa, tinha sua cana. E isso aí era do pobre. Tudo era do pobre. Só tinha, se tivesse canavial, só tinha meia da cana. É, se moesse cana... Tinha meia da cana. Mas milho, feijão, etc., era só do pobre. Criação aqueles que podia criar, podia criar porco, etc. Isso tudo aí era do colono.”

Outro exemplo de que a lavoura de subsistência era exclusiva dos colonos que poderiam inclusive comercializá-la vem à tona com a memória da ferrovia, empreendimento de Trajano de Moraes na última década do século XIX. Forte recordação nos depoimentos, a ferrovia – com estação dentro da fazenda – teve papel

chave na comercialização da produção dos colonos. Sr. Binó, falando de sua infância, no *diálogo dos tempos*, afirmou que a ferrovia:

“Levava todos os mantimentos que tinha porque hoje ninguém trabalha, eu digo sempre, eu tenho saudade daquele tempo. Porque hoje, se não vier o mantimento de lá pra fora, de lá pra aqui. Antigamente saía daqui pra lá. No tempo da colheita, nessa estação que taí no lugar que é o banco hoje, ali era a estação. Na colheita você via, chegava, na calçada cheia, você via café, você via feijão, você via milho, você via saco de batata inglesa, saco de batata doce, tudo que saía pra fora. Isso aqui foi um lugar rico de mantimento. Às vezes, colheita de feijão [inaudível], colheita de feijão, era um lugar que plantava muito feijão, um tinha dois sacos, outro fulano tinha três, fulano tinha oito... aí vinha o comprador de lá, tratava com o negociante aqui pra comprar feijão dessa região toda que ele comprava. Aí o negociante comprava. Comprava meu, comprava do outro, comprava do outro, armazenava tudo lá. Depois vinha um trem especial buscar, enfim. Mas se não sair daqui, não vier de lá pra cá agora, camarada aqui morre de fome.”

Há certa nostalgia no depoimento do Sr. Binó que critica a pequena dedicação à agricultura.

A comparação do sistema do colonato com o sistema da morada na Zona da Mata de Pernambuco revela diferenças interessantes. Segundo Beatriz Heredia, a autorização para o morador plantar em seu sítio lavouras para a comercialização dependia diretamente da permissão do proprietário. Para isso, o morador “disputava” com outros moradores uma “competição” na qual procurava da melhor maneira cumprir suas obrigações na fazenda, como o cambão. Desse modo ele poderia receber o aval do administrador do engenho, que encaminharia sua vontade ao fazendeiro. No lugar de reduzir a dedicação do morador ao trabalho no engenho em benefício da concentração de esforços na sua própria lavoura, ocorria exatamente o contrário: após a permissão do patrão para tocar seu próprio sítio, o morador dedicava-se com mais afinco ao roçado nas terras do engenho, no que seria explicado pelo desejo do morador em “retribuir a confiança do patrão”.²¹⁸ Ao contrário, na região serrana fluminense, a possibilidade de plantio e comercialização das lavouras de subsistência no sítio foi um termo integrante da relação de colonato.

Vários indícios apontam que isso se relacione ao *tempo do cativo*, no direito a cultivos de subsistência, naquilo que Ciro Cardoso difundiu através da expressão

²¹⁸ HEREDIA, Beatriz. *Morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

“brecha camponesa” – o acesso dos escravos a lavouras alimentares para consumo próprio e até mesmo comercialização.²¹⁹ Para João José Reis e Eduardo Silva, a “brecha” seria “outro mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista”. Segundo os autores, “ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravatura numerosa, ao mesmo tempo em que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão.”²²⁰ Robert Slenes fez uma crítica à expressão, afirmando que ela pode reduzir a dimensão do conflito e da tensão entre escravos e senhores, preferindo entender que o acesso a cultivos de subsistência faz parte de uma “economia interna dos escravos”, termo que aparece na historiografia americana e que realça a disputa e luta para obtenção do plantio e comércio dos cultivos.²²¹

O desejo dos escravos de acesso a atividades de subsistência é bem antigo, como revela o conhecido documento apresentado por Stuart Schwartz em 1977, datado de 1789: *o tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados*, da fazenda Santana, em Ilhéus na Bahia. Nele, lê-se a reivindicação dos escravos revoltosos: “Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um desses dias por causa de dia Santo e para podermos viver nos há de dar uma rede, tarrafa e canoas.”²²² Outro documento conhecido, produzido pelo senhor Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Paty do Alferes é seu *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Em 1847, o Barão aconselhava:

"o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças, plantem o seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana etc. Não se deveria porém consentir que a colheita [dos escravos] seja vendida a outrem, e sim ao seu senhor, que deve fielmente pagarlhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de tabernas. (...) "Estas suas roças, e o produto que delas tiram, fazem-lhes adquirir um certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão e entreter o seu pequeno

²¹⁹ CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

²²⁰ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²²¹ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 197-208.

²²² In: ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999, p. 131.

direito de propriedade. (...) O extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal".²²³

Presente nas indicações fornecidas por escravos e senhores, em que pese a visão restritiva dos historiadores, a “brecha” teria sido alargada nos anos finais da escravidão e na passagem ao trabalho livre; a “economia interna dos escravos”, ampliada. Apesar do grande esforço de Arrigo de Zetirry em desqualificar o trabalho de libertos e de colonos de outras nacionalidades, como os chineses, mesmo quando proprietários fizeram elogios aos orientais ou nacionais, nascidos livres ou libertos, é possível constatar boa presença de libertos organizados em famílias na lavoura fluminense na região de Cantagalo.²²⁴ Hildete Pereira de Mello considera que “pelo relato de Zetirry, infere-se que 50% dos trabalhadores eram de famílias de libertos (...) o que devemos fixar foi que ex-escravos e roceiros pobres constituíram a massa de trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro.”²²⁵ Hebe Mattos, baseando-se no italiano, notou que a retribuição dos trabalhadores era associada à formação dos cafezais onde junto com suas famílias, moravam nas fazendas e podiam plantar milho e feijão entre os cafezais, tanto em terrenos separados quanto em fileiras intercaladas pelo café.²²⁶ A descrição coincide exatamente com as características do colonato na fazenda Santo Inácio, em conformidade com depoimentos orais. Uma das contrapartidas para a permanência nas fazendas passava pelo acesso aos cultivos de subsistência (milho e feijão) adotando o trabalho familiar. A doação pelo Barão das Duas Barras de terras e pés de café para escravos em 1873 pode estar muito mais relacionada a essa ‘brecha’ do que à titulação legal. O que Arrigo de Zetirry registrou poucos anos após a emancipação, e até hoje está presente nos depoimentos orais, são duas noções que caminharam juntas – família e cultivos de subsistência – *direitos* que acompanharam toda trajetória do colonato.

²²³ LACERDA WERNECK, Francisco Peixoto de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1985 [1847].

²²⁴ Em parte isso se explica pelo fato do material das reportagens do *Jornal do Comércio* ter sido utilizado por Zetirry para elaborar um livro, traduzido para o português, que descrevia ao imigrante italiano as condições do estado do Rio de Janeiro: ZETIRRY, Arrigo. *O estado do Rio de Janeiro (Brasil) – Manual do emigrante*. Roma: Typ. da Unione Cooperativa Editrice, 1897.

²²⁵ MELO, Hildete Pereira de. “O café e a economia fluminense: 1889/1920”. In: SILVA, Sergio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 1996, pp. 215-234, p.230.

²²⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, capítulos 16, 17 e 18, pp. 291-328.

Os depoimentos dos ex-colonos realçaram outros elementos de continuidade com o passado escravista, cuja fala do Sr. Binó melhor sintetiza: “o cativo quando acabou o fazendeiro ficou com aquela catinga do cativo ainda”. Indagado sobre o que era a “catinga do cativo”, Sr. Binó explicou:

“Sabe por quê? Camarada não tinha liberdade. Camarada segunda-feira não tivesse na turma – a turma era segunda e terça – camarada não tivesse na turma, se ele não fosse... Aí mandava chamar o coronel na fazenda. [faltava] bater no colono porque ele não faz pagar um dia de turma. Se fosse preciso faltar um dia de turma, ele [colono] ia na Casa [de morada, a casa-grande], tinha que vir na fazenda comunicar por que ele deixou de pagar aquele dia de turma.”

O tratamento conferido aos trabalhadores juridicamente livres em bases semelhantes ao *tempo do cativo* teria gerado conflitos. Nesse sentido, Sr. Binó contou um episódio com seu padraço na fazenda Santo Inácio: “eu era pequeno, meu padraço foi mandado embora da fazenda Santo Inácio, lá [da fazenda] do Retiro, com vinte e quatro horas, vinte e quatro horas.” Na continuação do seu relato sobre a “catinga do cativo”, quando solicitado a explicar o significado da expressão “vinte e quatro horas” presente em vários relatos, o porta-voz autorizado disse que:

“Era a lei deles [fazendeiros]. Se um camarada não desocupasse com vinte e quatro horas, amanhã ele mandava o cara vinha subir aqui, tirar a telha da casa que o camarada ficava no tempo de qualquer maneira. O fazendeiro mandava o cara vir tirar a telha da casa. Camarada sair mais depressa. Se não saísse com vinte e quatro horas. Mas então, naquele tempo, em qualquer fazenda você encontrava uma casa, qualquer fazenda. E o meu padraço foi despedido, com vinte e quatro horas, [inaudível] por onze horas da manhã, quando foi três horas da manhã, o carro [de boi] já tava no terreiro panhando a mudança.”

O motivo da expulsão é minimizado no relato em virtude da facilidade de obtenção de casa em outras fazendas pois “naquele tempo, em qualquer fazenda você encontrava uma casa”. A dispensa era algo comum no colonato. A “lei deles” seriam determinações particulares dos fazendeiros que, caso não aceitas, motivariam a expulsão em vinte e quatro horas da fazenda. Se o prazo exíguo não fosse obedecido, ocorreria a retirada das telhas da casa do colono. Segundo Binó, a expulsão do padraço foi resultado de uma discussão com o administrador:

“Porque ele [o padraço de Binó] saiu, foi em Visconde de Imbé buscar um sal pro almoço, e o café tava maduro. E chegou o administrador, o administrador, eu não falo quem é, não, chegou o administrador... (Risos) (...) Ele chegou lá e discutiu com meu padraço, etc., meu padraço já tava meio tocado, aí andou

falando uma besteira. Aí ele mandou desocupar a casa com vinte e quatro horas. Nós deixamos café maduro, colheita...”

“Podia, podia estar com a lavoura que fosse. Tinha que sair naquela hora... Largava pra trás. Não tinha direito de nada.”

“Então, quando foi de tarde, a carroça [da fazenda] das Neves já tava chegando lá pra apanhar nossa mudança.”

A expulsão com vinte e quatro horas significava, no relato, a prevalência do desejo do fazendeiro ou administrador, que aparentemente não era questionado pelo colono. As vinte e quatro horas e a retirada das telhas, comuns nas fazendas da região, encerravam o contrato social implícito, sem ressarcimento ou indenizações de qualquer natureza pelo trabalho e benfeitorias do colono. Essas práticas marcavam ainda, na ótica dos colonos, a permanência do *tempo do cativo* para além do marco legal da Lei Áurea, diferente dos marcos políticos tradicionais e da própria percepção do *tempo da escravidão* para o proprietário.

CAPÍTULO 2

TEMPO DE VARGAS

“Eu conheci vários governos. Conheci o Washington Luís, (...) Era o governo que mandava tirar das telhas da casa e botar o povo na estrada, era o governo que mandava tirar a mudança de dentro de casa jogar lá na estrada. Depois o Getúlio Vargas veio, pegou e criou essa lei trabalhista. Nós agradecemos muito e devemos ao Getúlio Vargas. A legislação trabalhista está sendo desmontada. Getúlio Vargas foi o rei, foi o homem que abriu o caminho de todos.”

Álvaro Pereira da Silva, Sr. Roldão em 09/09/2001.

2.1 Os efeitos da dupla crise

A década de 1930 foi uma época conturbada no mundo rural brasileiro, tanto para proprietários quanto para colonos. Eles viveram os desdobramentos da *dupla crise* – econômica com a Crise de 1929 e política com a Revolução de 1930 – que inaugurou sucessivas acomodações que se estenderam aos anos seguintes.

A crise de 1929 gerou acentuada queda no preço dos gêneros agrícolas em escala mundial.¹ No Brasil, as áreas voltadas à lavoura de exportação foram seriamente atingidas como a Zona da Mata Pernambucana, dedicada à produção canavieira. Nela, a brusca redução dos preços do açúcar levou vários engenhos a suspenderem o beneficiamento da cana, reduzindo-os à condição de engenhos de “fogo morto” – título de um romance de José Lins do Rego (1943).² Isto acarretou, por um lado, o aforamento – aluguel das terras pelos proprietários aos moradores mediante pagamento do foro, e por outro, migrações dos trabalhadores para os centros urbanos.³ O setor cafeeiro, responsável pelo principal produto de exportação do país, atravessou grave crise quando muitas fazendas foram à falência.⁴ Foi prática corriqueira a substituição dos antigos cafezais por pastos para a pecuária extensiva, que teve como principal efeito a redução da demanda por mão-de-obra nas fazendas, conduzindo a um intenso fluxo migratório na direção dos grandes centros urbanos.

As fazendas da região serrana tornaram-se cada vez menos rentáveis e produtivas. Em 1920 a produção de café do município de São Francisco de Paula era de 2.226 toneladas de café, despencando drasticamente para 1.481 toneladas em 1940, ou seja, uma redução de 34%. No mesmo período, a produção bovina aumentava de 7.980 cabeças de gado em 1920 para 11.591 em 1940, crescimento de 45%. Quando se compara a evolução das áreas ocupadas pela pecuária e pelas demais lavouras, incluindo

¹ Sobre a crise de 1929, cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. “A crise do capitalismo liberal”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (org.) *O Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-34.

² REGO, José Lins do. *Fogo morto*. 40ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992 [1943].

³ Para uma visão geral dos impactos da dupla crise no mundo rural, ver GARCIA, Afrânio e PALMEIRA, Moacir. “Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro”. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: Um século de Transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

⁴ Os desdobramentos econômicos da Crise de 1929 no setor cafeeiro podem ser vistos em BACHA, Edmar. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcellino Martins/ Johnson Exportadores, 1992.

a de café, entre os anos de 1940 e 1960, constata-se que 32% das áreas eram ocupadas pela pecuária em 1940; dez anos depois o percentual aumentava para 43%, chegando em 1960 a 45%. Enquanto isso, as áreas ocupadas por lavouras, que em 1940 correspondiam a 26% do total, diminuem para 20% em 1950 e 17% em 1960. É possível concluir que o aumento das áreas das terras voltadas à pecuária se deu com o avanço diante das áreas que se dedicavam aos demais cultivos, sobretudo o café, mas não exclusivamente: os cultivos alimentares também foram atingidos.⁵

Ao avanço da pecuária correspondeu uma diminuição da população total. Em 1920 a população do município era de 22.221 habitantes, passando para 16.771 em 1950. Somente entre 1940 e 1950, a população urbana do estado do Rio de Janeiro aumentou de 2.212.211 para 3.392.591, um crescimento nominal de quase 50%, enquanto a população rural diminuiu de 1.399.787 para 1.282.054. Destaca-se que o período abordado foi marcado por seguidos aumentos nas taxas médias anuais de crescimento da população e de fecundidade total, além da diminuição da mortalidade e envelhecimento da população.⁶

A Revolução de 1930, através das cassações de mandatos e nomeações de interventores estaduais, afastou do poder político federal e estadual parte dos antigos grupos oligárquicos dominantes. As profundas mudanças no panorama nacional após a Revolução levaram ao deslocamento do eixo político fluminense da região cafeeira para o norte do estado, com a perda da influência e prestígio dos cafeicultores em benefício dos grandes plantadores de cana-de-açúcar. Membros da família proprietária, aliados de políticos expressivos na Primeira República como Nilo Peçanha, foram cassados e acabaram por afastar-se da vida política estadual e nacional. A trajetória de José Antônio de Moraes (1886-1962), proprietário da fazenda Santo Inácio, pai dos atuais herdeiros, é um emblema desse processo: deputado federal eleito em 1924, 1927 e 1930, cassado com a Revolução, abandonou a política e a vida pública, dedicando-se às

⁵ A mensuração das áreas de pastagem só estava disponível a partir dos anos 1940. Essa foi a razão pela qual trabalhou-se apenas com o número de cabeças. *Censos Agropecuários*, IBGE, 1920; 1940, 1950 e 1960.

⁶ Ver para um quadro mais detalhado dos indicadores mencionados: BERQUÓ, Elza. “Evolução demográfica”. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: Um século de Transformações*. 1º Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, pp. 14-37.

atividades agrícolas até seu falecimento em 1962, o que aparece na memória do General como mudança relevante para a família associada ao *tempo de Getúlio*.

Os abalos sofridos a partir de 1930 na fazenda Santo Inácio não acabaram com a dedicação à grande plantação cafeeira, mas alteraram as bases do colonato, o que permitiu, para os proprietários, atravessar a dupla crise, com novo impulso para a manutenção do sistema por pelo menos mais 20 anos. Dentre as novas bases do contrato social implícito elaborado na fazenda Santo Inácio, os relatos mencionaram uma “venda” – depósito e armazém onde os colonos adquiriam produtos. A venda guarda semelhanças com o “barracão”, existente na Zona da Mata de Pernambuco, cuja lógica foi investigada por Moacir Palmeira.⁷ Através da venda os fazendeiros disponibilizavam aos colonos itens de primeira necessidade, instrumentos de trabalho, remédios e outros produtos que, pela distância, dificilmente poderiam ser adquiridos em outros lugares. No entanto, as compras não envolviam cédulas da moeda corrente, mas sim os “cupons” (no nordeste eram os “vales”) que registravam o nome do comprador, o produto e o preço. No acerto do pagamento dos colonos pela colheita do café, o fazendeiro ou o administrador abatia o total dos cupons de cada colono. Na prática, isso invertia a relação de pagamento, resultando no endividamento dos colonos diante dos fazendeiros.

Além da venda, outra mudança foi a introdução de novas obrigações tal como se percebe pelo “regulamento” dos colonos da fazenda, que constava na contra-capas das cadernetas dos anos 1930. O regulamento apresentava as “obrigações a que estão sujeitos os colonos das Fazendas: S. Inácio, Monte Claro, Barro Alto e Retiro”. Os depoimentos orais revelaram que junto da entrega da metade da produção de café, na meia, os cultivos de subsistência como o feijão e o milho passaram a constar nas obrigações do colono através da renda, no que encontrava respaldo no artigo 2º do regulamento: “da colheita de milho e feijão que o colono produzir, dará à fazenda a quota de 10%.” O direito aos cultivos alimentares para consumo e comercialização seria mantido, contudo com algumas limitações.

⁷ PALMEIRA, Moacir. *Feira e Mudança econômica*. Simpósio de Pesquisas do PPGAS. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1970, mimeo.

O regulamento trazia restrições que não foram mencionadas nos depoimentos. No seu artigo 4º constava que “Qualquer movimento de mercadorias do colono só poderá ser feito pelos carros ou tropa da fazenda”, numa clara medida para controlar a comercialização dos cultivos que passaram a integrar a renda. No artigo 10º havia o aviso da pretensão de aquisição pela fazenda de uma máquina de farinha de mandioca que, quando em funcionamento, “o colono não poderá fabricá-la em suas casas e nem em outras máquinas.”

As restrições constantes na caderneta apareciam quando se avisava que “o colono não poderá trabalhar fora da fazenda”, conforme artigo 8º, o que focaria a dependência diante da fazenda como única fonte de renda ao mesmo tempo em que garantia a disponibilidade da mão-de-obra quando fosse necessária. No artigo 7º, tinha-se que “o colono não poderá se negar a qualquer chamado para turma ou auxílio à fazenda”, no trabalho não-remunerado que o fazendeiro recebia. Mas talvez a medida que evidencia a maior tentativa de assegurar a sujeição dos trabalhadores diante do fazendeiro era a do artigo 5º, no qual “as benfeitorias, como cerca, paiol, galinheiro, etc., que o colono fizer, não poderão ser arrancadas ou destruídas por este, independente de indenização pela fazenda”. Até “imposto” seria devido, segundo o regulamento, no seu artigo 9º, no qual “o colono pagará por ano, a título de imposto, a quantia de 15\$000.”⁸

A leitura do regulamento sugere duas coisas. Primeiro: o desejo do proprietário na imposição de mecanismos de controle sobre os colonos, gerando aumento da dependência deles e da exploração numa conjuntura de crise. Segundo: se os colonos cumprissem todas as obrigações determinadas, não haveria necessidade de escrevê-las nas cadernetas. A fixação das normas permitiria inferir que tais estipulações orais deveriam ser burladas. Indicação nesse sentido é fornecida, por exemplo, pelo artigo que trata das benfeitorias. Nota-se que provavelmente colonos chegaram a arrancar ou destruir melhorias por eles feitas quando saíam da fazenda, voluntariamente ou diante de expulsão. É lícito sugerir que a regra fora explicitada para evitar e coibir tal comportamento.

⁸ Caderneta de Colono da década de 1930. Acervo da fazenda Santo Inácio.

As fazendas da região tiveram no período, em conformidade com os relatos, a saída de colonos antigos e entrada de colonos vindos de outras regiões em substituição às primeiras famílias – descendentes de ex-escravos, homens livres pobres e imigrantes. Essa foi uma ocasião na qual se observaram conflitos entre proprietários e mão-de-obra, com as expulsões nas vinte e quatro horas e no tirar as telhas, conforme os depoimentos dos ex-colonos porta-vozes autorizados. No entanto, tais conflitos não tiveram registros documentais, talvez porque não alcançaram maior visibilidade, o que lhes renderia projeção pública.

Trata-se de entender por que, aparentemente, os conflitos nas saídas das fazendas tiveram menor destaque. Um trecho que à primeira vista poderia ser considerado sem coerência ou sem relevância no depoimento do Sr. Binó, ao ser pensado com um pouco mais de cuidado, sugere a existência de um arranjo que teria permitido a menor visibilidade desses conflitos. A investigação deve incorporar a análise da lógica, das revelações explícitas e implícitas que compõem a produção de imagens nos relatos pelos depoentes, pois a elaboração destas imagens não acontece diante do vazio; elas são resultados de condições que podem ser apreendidas. Quando falou da expulsão de seu padrasto da fazenda Santo Inácio e ingresso na fazenda das Neves, Sr. Binó afirmou que “hoje não acontece isso, porque o governo deu muita liberdade pro pobre que estragou, porque o pobre hoje não acha uma casa pra morar.” Segundo Sr. Binó os “pobres” hoje estariam “por cima da carne seca”, numa situação bem melhor quando comparada à sua infância e juventude. A única ressalva foi que “naquela época o pobre achava casa pra morar”. À primeira vista, o significado desta expressão estaria relacionado ao sentido urbano atribuído ao verbo morar como sendo o mesmo que habitar. Contudo, morar para os colonos da região serrana associa trabalho e residência numa fazenda. Para o ex-colono, a catanga do cativo e as vinte e quatro horas situam-se numa época na qual “os pobres” encontravam “casa pra morar”, ou seja, trabalho e moradia combinados, o que não aconteceria hoje.

Sr. Binó afirmou que após a expulsão de seu pai da fazenda Santo Inácio, a família foi para a fazenda das Neves e “depois, eu me enjoei, saí da fazenda das Neves, da Piedade, fui pra fazenda das Neves. (...) Aí eu vim pra aqui [Santo Inácio], pedi uma

casa pra mim pro Antônio Cordeiro, o administrador que morreu há pouco tempo.”⁹ Sr. Roldão resume sua trajetória após a saída de Valão do Barro com a passagem pelo trabalho na lavoura da cana: “trabalhei na usina uns tempos mas depois saí. Depois eu quis voltar pra Valão do Barro pra tratar da lavoura. Então fui aonde estava o português. Eu fui pra lá e pedi a ele se ele me dava um lugarzinho pra fazer lavoura”, para somente depois seguir para Trajano de Moraes.¹⁰ O que se defende é que um dos fatores que contribuíram para a circunscrição dos conflitos e sua menor visibilidade, percebido através da reflexão diante dos depoimentos orais, foi a constatação de uma intensa circulação da mão-de-obra pelas fazendas da região.

Seja por motivo voluntário, seja pelas expulsões – através das vinte e quatro horas e do tirar as telhas –, quando saídos de uma propriedade, os camponeses encontravam abrigo noutra fazenda, recebendo obrigações (iguais ou com variações) e prestações de natureza pessoal diante de outro fazendeiro ou administrador. Deve ser enfatizado que não eram todos os colonos expulsos de uma fazenda que conseguiam entrada imediata em outra após a saída, embora os depoimentos orais coletados sempre afirmem isso. Esse tipo de representação deve ser encarado enquanto uma possibilidade de entrada nas fazendas. Este mecanismo de circulação nas fazendas da região mantinha estável o grupo de dependentes dos proprietários, assegurava clientela política aos últimos e permitia a reprodução de um modo de vida camponês.

A mobilidade do campesinato brasileiro não é nenhuma novidade. Ela foi identificada no período colonial como uma característica da população livre e pobre em *A colônia em movimento*, trabalho de Sheila de Castro Faria.¹¹ Maria Silvia de Carvalho Franco notou o mesmo em relação aos agregados em *Homens livres na ordem escravocrata*.¹² Imigrantes italianos nas fazendas de café de São Paulo demonstraram esse padrão ao término de contratos de parceria.¹³ Eles se assemelhavam assim à

⁹ Depoimento do Sr. Binó, em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

¹⁰ Depoimento do Sr. Álvaro Roldão, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

¹¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹² FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. Rio de Janeiro: Ática, 1976.

¹³ Para a mobilidade de colonos italianos em São Paulo, ver VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura*. São Paulo: Hucitec/ Instituto Italiano da Cultura/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991,

descrição das estratégias familiares no trabalho clássico de William Thomas e Florian Znaniecki que compara o comportamento dos camponeses poloneses em sua terra de origem àquele desenvolvido nos EUA, anotando mudanças e permanências de um modo de vida tradicional numa sociedade industrial.¹⁴ Ana Maria Lugão Rios e Hebe Mattos falaram de um “campesinato itinerante”, ao tratar de descendentes de escravos no pós-emancipação,¹⁵ o que talvez possa ter, na realidade, raízes mais profundas, a partir do argumento de Wolfgang Döpcke sobre os fluxos migratórios internos à África Ocidental, mesmo antes de uma presença européia mais efetiva.¹⁶

A circulação pelas fazendas da região ajudaria a compreender por que os conflitos naquela conjuntura não atingiram destaque e engendraram atos de resistência como na década de 1960. O que estava em jogo na estratégia dos colonos era manter o modo de vida camponês, afastando-os de alternativas mais traumáticas, como a do êxodo rural ou a resistência pública. Soma-se a isso a ausência de uma presença mais efetiva de militantes políticos que poderiam estimular enfrentamentos.

As narrativas das condições de entrada e saída de uma fazenda forneceram indicações preciosas. O ingresso dos colonos nas fazendas da região revelou-se próximo a um padrão. Na década de 1940, Álvaro Roldão falou de sua chegada em Trajano de Moraes, município que visitava nas suas viagens como tropeiro:

“Comprei isso aqui, dei seis contos na lavoura que tinha aí, não tinha muita coisa, não, mandei seis contos. A casa tinha toda caindo... aí eu comprei isso aqui. Aí eu falei com a mulher: nós vamos mudar pra lá. Se não der certo, a terra lá não é nossa. Bola pra frente. Aí vim pra aqui. Eu comprei só lavoura. A terra era do Moraes. Então eu morava aqui nesse terreno aqui.”

capítulo 4, citado por RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. “Filhos e netos da última geração de escravos e as diferentes trajetórias do campesinato negro”. In: *Memórias do Cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 191-230.

¹⁴ O trabalho em cinco volumes de William Issac Thomas e Florian Znaniecki é referência nos estudos sobre imigrações e cultura camponesa. Cf. THOMAS, William; ZINANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. 5 vol. New York: Octagon Books, 1974 [1918-1920]; especialmente “The peasant family”, pp. 87-117.

¹⁵ RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. “Filhos e netos da última geração de escravos e as diferentes trajetórias do campesinato negro”. In: *Memórias do Cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 191-230.

¹⁶ DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 42, n. 1, 1999, p. 77-109, p. 96.

A entrada era concretizada através da “compra dos direitos” do colono anterior, o que significava pagamento em dinheiro, referente às lavouras e benfeitorias existentes. Roldão prossegue, detalhando:

“Mas quando eu comprei o direito dele aqui [do antigo ocupante], eu fui na fazenda pra combinar e o homem [administrador] perguntou: ‘o senhor queria ficar como meeiro, ou como inquilino?’ Eu falei: ‘Não, eu quero ficar como meeiro’. Tratei com o administrador. Ele [o fazendeiro], o velho mesmo, não me conhecia.”¹⁷

A diferença entre “inquilino” e “meeiro” diz respeito à obrigação principal diante da fazenda. O meeiro “dava uma meia de café e dava dez por cento de milho ou feijão colhido” enquanto “o inquilino não fazia nada, só pagava o aluguel da casa” (...) “não tinha lavoura, ele tinha um quintal aqui em volta”. Isso revela outra estratégia adotada pelos fazendeiros: o aluguel de casas na fazenda.

Outro ponto relevante no depoimento foi que se configurou uma negociação direta com o administrador e não com o fazendeiro que sequer conhecia Roldão. O interessado chegava à fazenda, negociava a compra do uso do sítio com o colono anterior e, em seguida, era encaminhado ao administrador. A análise de outros depoimentos revelou que a “*compra de direitos*” não era uma exclusividade da fazenda Santo Inácio, do mesmo modo que a negociação entre os que desejavam entrar e administradores era prática comum na região.¹⁸ Apesar da negociação não envolver diretamente o fazendeiro (e sim o postulante à entrada, o colono que saía e o administrador), em nenhum dos depoimentos foi abandonada a idéia de que a terra pertenceria a um proprietário reconhecido como legítimo. Contudo, há a noção de que plantações e benfeitorias correspondem a um *direito* de quem as fez, e que este direito se materializa em dinheiro pago, no caso de compra (entrada), ou a ser recebido, no caso de venda (saída). Isso foi um elemento chave na conformação das identidades individuais e coletivas dos colonos.

¹⁷ Depoimento do Sr. Álvaro Roldão, 2ª entrevista, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

¹⁸ DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, capítulo 2, pp. 47-64.

Posteriormente, em conformidade com diversos relatos coletados, operou-se uma mudança na qual a fazenda passava a obter uma parte do valor negociado. Ela receberia uma porcentagem que variava, dependendo do relato, de 10% a 20% do valor da negociação. Dessa maneira estabelecia-se uma nova fonte de receita para o fazendeiro nos movimentos de entrada e saída da fazenda.¹⁹

2.2 Camponeses e direitos sociais: um paradoxo na memória?

O período dos anos 1930-1950, que poderia estar associado a perdas devido às novas obrigações e à tentativa de intensificar os mecanismos de controle, é marcado na memória coletiva dos ex-colonos com um lugar privilegiado para Getúlio Vargas e a legislação trabalhista, conforme sintetizado nas palavras de Álvaro Roldão que narra em detalhes episódio que teria ocorrido num município próximo envolvendo o italiano José Raposo, que seria colono de café.

“Lá em Laranjais tinha uma fazenda de café. (...) que tinham uns fazendeiros que tiravam as telhas dos colonos, e quando não tirava telha, pegava os esteios das pessoas, jogava na estrada. E lá morava um italiano, nessa fazenda, numa casa na beira da rua. (...) Então esse colono, um tal de José Raposo, o patrão implicou com ele lá e depois falou com ele: ‘você desocupa minha casa até amanhã, se você não sair eu vou tirar as telhas, vou te deixar no tempo’. O rapaz tinha família. Era um italiano. Aí quando foi no dia seguinte, ele não saiu, aí de tardinha chegou o fazendeiro com dois capangas, tirou as telhas do homem tudinho e jogou pela beira da estrada.

Que foi que ele fez? Encostou com a família embaixo de uma árvore de saboneteira que tinha, árvore grande, encostou, passou a noite ali. No dia seguinte teve alguém que instruiu ele, pra levar ele ao juiz em Itaocara e foi pra lá, levou aos caras lá de Itaocara, chegou lá, o juiz foi, mandou pro cônsul italiano, né, pra resolver isso, e esse cara [o fazendeiro] ficou quase pobre. Teve que indenizar essa família, comprar casa boa pra essa família e amparar, e ele gastou um dinheirão pra se defender, pra não ficar preso na cadeia.

A polícia chegou lá, como um trabalhador caçando emprego, pra pegar o fazendeiro. Chegou lá, pegou o cara, mandou chamar o cara lá, prendeu ele, levou ele pro Rio. Botou abaixo pra se defender lá, mas perdeu tudo da fazenda.

Já era do governo de Getúlio, da entrada já de Getúlio. Aí Getúlio começou a resolver... a criar aquela lei, a trazer o direito do trabalhador, que essa lei que nós temos hoje, trabalhista, eu te confesso, que tudo nós devemos a Getúlio Vargas. Tudo que nós temos hoje devemos a Getúlio Vargas. Até a

¹⁹ Ver DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, pp. 60-63.

aposentadoria. Foi tudo projeto dele. Então Getúlio foi um leão, foi um homem do maior respeito.”²⁰

Embora tenham sido mencionados outros atores – “alguém que instruiu” o colono, a Justiça, o cônsul italiano e a polícia –, a figura de destaque no relato foi Vargas, associado à coragem – “um leão” –, direitos, leis e benefícios para os colonos. Dependendo do grupo camponês e da região estudados, a presença de leis e direitos, ainda que marcante, é balizada em outras referências. É o caso da Zona da Mata de Pernambuco, onde os marcos fundamentais são o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e o governo João Goulart (1961-1964).²¹ Porém, recentes trabalhos, como a tese de doutorado de Christine Dabat, indicam papel relevante a Vargas naquela região, estabelecendo uma cronologia de direitos um pouco diferente daquela consagrada.²²

Com base na literatura, como seria tratada essa associação de Vargas e dos direitos sociais pelos camponeses? A produção acadêmica brasileira nas áreas de história e ciências sociais tem considerado, quase consensualmente, que o campesinato esteve afastado dos benefícios materiais e imateriais trazidos pelos direitos sociais integrantes da legislação produzida no primeiro governo Vargas (1930-1945). A esse respeito, realçando pequenas exceções conquistadas pelos trabalhadores do campo, Alcir Lenharo afirmou ser possível notar:

uma descontinuidade entre a legislação social aplicada ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural. Somente as legislações extensivas aos acidentes de trabalho e ao salário mínimo atingiram o trabalhador rural. Em outras palavras, a maior parte dos trabalhadores do país, 9 entre 12 milhões, aproximadamente, passaram a ser assistidos por uma legislação trabalhista simplesmente inconclusa. Assim é que o decreto-lei sobre a organização sindical não atingiu o trabalhador rural, que também não foi assistido pela lei básica sobre a duração do trabalho.²³

²⁰ Depoimento do Sr. Álvaro Roldão, 2ª entrevista, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa Assentamentos Rurais.

²¹ Ver por todos, SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

²² DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado. Recife: PPGH-UFPE, 2003.

²³ LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

Da exclusão formal dos camponeses dos aspectos chave da legislação trabalhista e sindical, identificada pela produção intelectual, derivam outros desdobramentos analíticos que merecem maior atenção. O primeiro deles diz respeito à afirmação da preservação das relações tradicionais no mundo rural. Boris Fausto fala da “intocabilidade sagrada das relações sociais no campo” no pós-1930 e em especial durante o Estado Novo (1937-1945), que seria expressão da difundida noção de “Estado de Compromisso”.²⁴ Utilizada pelo autor em sua obra clássica *A Revolução de 1930. Historiografia e História*, o Governo Provisório, que emerge da Revolução de 1930, foi entendido como representante de uma “transação no interior das classes dominantes”.²⁵ Para José Murilo de Carvalho, o “grande vazio na legislação indica com clareza o peso que ainda possuíam os proprietários rurais. O governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles a legislação protetora dos direitos dos trabalhadores”.²⁶ Os inúmeros entraves burocráticos e legais à sindicalização rural reforçariam o distanciamento entre trabalhadores do campo e da cidade; ao mesmo tempo que, atribuídos a uma política deliberada do Estado, apontariam para a intencionalidade da manutenção das relações tradicionais de dominação. Novamente, segundo Alcir Lenharo:

O descompasso agravou-se definitivamente quando do aparecimento da CLT [1943]. A rigor, a única conquista conseguida foi a extensão dos direitos trabalhistas do operário urbano para os trabalhadores das usinas, assim mesmo somente para aqueles que estivessem empregados em funções técnicas especializadas nas seções industriais das usinas, ficando fora, portanto, os trabalhadores agrícolas.²⁷

Um segundo desdobramento analítico vinculado à relação entre legislação trabalhista e campesinato é o uso do referencial do populismo como modelo explicativo para se pensar o período inaugurado com a Revolução de 1930 e que se estendeu até o golpe-civil militar de 1964. Boris Fausto e Fernando Devoto foram autores que recentemente defenderam a utilização desse conceito para pensar comparativamente

²⁴ A noção de “Estado de Compromisso” foi “formulada inicialmente” por Francisco Weffort.

²⁵ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Embora o próprio Boris Fausto já tenha abandonado esta categoria, ainda hoje o argumento que a fundamenta é mantido como será verificado a seguir.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 123.

²⁷ LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

Brasil e Argentina, respectivamente sob Vargas e Perón.²⁸ Mesmo reconhecendo que o conceito “tem servido para designar relações sociais e formas políticas tão diversas que seu uso se torna muitas vezes problemático”, no artigo *Duas faces do populismo* Fausto compara “a relação dos dois populismos com a gente do campo”, afirmando categoricamente que:

Embora sua base social estivesse essencialmente nas cidades, Perón lançou uma ponte em direção aos trabalhadores rurais, aos quais estendeu vários direitos. Vargas, pelo contrário, os ignorou praticamente, e isso num país caracterizado pelas miseráveis condições de vida das massas do campo e em que a reforma agrária sempre foi um tema sensível e concorrente.²⁹

Esta curta passagem sustenta uma tese corrente nos manuais de história: o afastamento dos camponeses do recebimento das “benesses populistas”, o qual se justificaria pela “opção do Estado” na manutenção “das bases sociais e econômicas da dominação” das oligarquias rurais.³⁰ Isso teria ocorrido em troca de “uma espécie de compromisso tácito entre elas [oligarquias rurais], o governo e a burguesia industrial”.³¹ Essa argumentação se aproxima da de Fausto: “a aliança abrangiu o Estado, a burguesia nacional e a classe trabalhadora, tendo como pólo articulador o primeiro”. O comportamento em relação aos trabalhadores do campo foi explicado pelo “desejo de manter boas relações com os grandes proprietários e o fato de não existirem, em sua época [a de Vargas], mobilizações significativas no campo”.³² O que se percebe aqui, novamente, é a idéia da manutenção das relações sociais tradicionais no campo como condição para implementar os direitos sociais na cidade e o projeto intervencionista promotor da industrialização, com um governo Vargas que “praticamente ignora” os camponeses. O argumento é retomado em recente biografia de Getúlio Vargas:

No que diz respeito aos laços entre Getúlio e setores agrários dominantes, vale lembrar que eles foram facilitados pelo fato de que o governo Vargas nunca

²⁸ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

²⁹ FAUSTO, Boris. “Duas Faces do Populismo.” *Caderno Mais! Folha de São Paulo*. São Paulo, 21/03/2004, p. 14.

³⁰ SOLA, Lourdes. “O golpe de 37 e o Estado Novo”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 277-278.

³¹ SOLA, Lourdes. “O golpe de 37 e o Estado Novo”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 277-278.

³² FAUSTO, Boris. “Duas Faces do Populismo.” *Caderno Mais! Folha de São Paulo*. São Paulo, 21/03/2004, p. 14.

promoveu a reforma agrária nem a extensão dos benefícios trabalhistas aos trabalhadores rurais – temas que, no discurso de Getúlio, aparecem em segundo plano, quase sempre contidos em expressões vagas como “promoção do homem do campo”. Esse comportamento tinha a ver com a pouca capacidade de mobilização dos trabalhadores ou pequenos proprietários rurais, combinada com a convivência do apoio das oligarquias regionais, com as asas devidamente cortadas. Tinha a ver também com o impulso à industrialização, que contou com mão-de-obra barata, atraída pelas oportunidades oferecidas pelos grandes centros urbanos, no quadro das migrações que, a partir de 1940, transformaram as linhas demográficas do país.³³

Um último desdobramento recorrente na historiografia que se fundamenta no alijamento dos camponeses dos ganhos do “arranjo populista”, é a análise da intensa mobilização observada em meados do século XX, nas décadas de 1950 e 1960, facilmente compreendida através do consagrado referencial. Conforme as palavras do já citado Boris Fausto, em outro manual de história do Brasil:

Ao iniciar-se o governo Jango, era claro o avanço dos movimentos sociais e o surgimento de novos atores. Os setores esquecidos do campo — verdadeiros órfãos da política populista – começam a se mobilizar. O pano de fundo dessas mobilizações encontra-se nas grandes mudanças estruturais ocorridas no Brasil entre 1950 e 1964, caracterizadas pelo crescimento urbano e uma rápida industrialização.³⁴

Nas grandes sínteses historiográficas, obras com olhares mais abrangentes sobre os temas do Brasil Republicano, nota-se a presença de um fosso separador dos direitos dos trabalhadores urbanos daqueles alcançados pelos rurais. Esse fosso além de ser tomado como um dado da realidade, pronto e acabado, sobre o qual não se aplica quase nenhuma relativização, ainda é utilizado como um elemento ratificador de esquemas explicativos tradicionais – como o que se baseia no conceito de populismo – sobre o Estado Novo e o período da Experiência Democrática (1945-1964). Nesses dois períodos históricos haveria em comum a manutenção da dominação tradicional no campo, que se apresenta como uma condição necessária à industrialização e ao projeto de modernização conduzida pelo Estado, como evidenciado pela legislação social no meio urbano. Essa historiografia mais geral assume tal afastamento como uma base segura através da qual se explicam as ações políticas dos camponeses, tanto de mobilização e lutas, quanto da sua ausência em momentos que seriam de passividade.

³³ FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p.56.

³⁴ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial, 2001. p. 244

Daí por que, nessas leituras, as lutas camponesas teriam significado uma tomada de posição coletiva para minorar esse distanciamento e alcançar os direitos trabalhistas urbanos. Até a produção acadêmica mais específica voltada para a questão agrária e a luta pela reforma agrária opera nessa mesma chave: parte dos mesmos supostos ao explicar a luta pela terra nos anos 1950 e 1960 em grande medida pelo *colapso do populismo*³⁵ e pela descontinuidade da extensão de direitos sociais ao mundo rural.³⁶

O aumento das mobilizações no campo nas décadas de 1950 e 1960 não pode ser atribuído somente à exclusão dos benefícios sociais. Tal exclusão não explicaria o porquê dos atores no campo terem se colocado em movimento, pois, no limite, existe a opção (muito comum – não somente para os camponeses, mas para qualquer outro grupo social), de não lutar ou não resistir. Tampouco as explicações poderiam ser reduzidas ao “pano de fundo” das “grandes transformações estruturais”, alçadas à condição de elemento central para entender os variados movimentos rurais observados, como se esses fossem conseqüências inescapáveis das estruturas. As transformações de ordem sócio-econômica, isoladamente, são incapazes de dar conta das formas de luta e de resistência empreendidas pelos setores camponeses.

Os depoimentos orais de camponeses que viveram as décadas de 1930 e 1940, fornecidos no último decênio se chocam com as leituras tradicionais constituindo um aparente paradoxo. O destaque a Vargas nos relatos, se pensado através do referencial do “populismo”, reitera entendimentos há muito consolidados nos meios acadêmicos nacionais e repletos de desdobramentos. O problema é que essa postura tomaria tais lembranças como dados que não mereceriam ser problematizados, abandonando a complexidade que está por trás da sua construção, sobretudo quando essa mesma historiografia afirma o afastamento dos camponeses de quaisquer benefícios durante os governos do ex-presidente.

³⁵ Como obra de referência para a noção de *colapso do populismo*, ver IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

³⁶ Para um balanço da produção acadêmica sobre a questão agrária e as relações entre direitos sociais e reforma agrária ver: GARCIA, Afrânio e GRZYNSZPAN, Mario. “Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão”. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré, Brasília: Capes, 2002, pp. 311-348.

Tanto o conceito de populismo quanto a tese do afastamento dos camponeses da legislação social têm sido relativizados por parte da produção historiográfica na última década. Alguns trabalhos efetuaram contundentes críticas ao conceito largamente utilizado por inúmeros cientistas sociais. As críticas centram-se no questionamento da relação de manipulação pura e simples das massas pelo líder carismático na cidade, o que atribuía uma excessiva passividade aos segmentos populares.³⁷ O afastamento dos camponeses do recebimento dos “ganhos populistas” foi abandonado enquanto suposto por Vanderlei Vazelesk Ribeiro, que se preocupou com a “voz tênue, porém audível” de trabalhadores rurais não sindicalizados que atuavam em processos administrativos durante o Estado Novo. Eles buscavam o apoio do Estado através do recurso à burocracia para manter o que julgavam ser seus direitos. O autor chega a sugerir a existência de um projeto da burocracia estado-novista de extensão dos direitos sociais para o campo, que esbarrava na oposição das oligarquias rurais.³⁸

A visão positiva de Vargas não pode ser naturalizada e merece receber tratamento aprofundado, pois as imagens acionadas pelas recordações constituem elementos que reaparecem nos relatos sobre as lutas nos anos 1960. Investigar as condições sociais de elaboração de tais referências a leis, direitos e contenção do arbítrio nos depoimentos poderia revelar o porquê do lugar privilegiado de Getúlio Vargas na memória de camponeses.

2.3 Era Vargas: impactos no mundo rural

Sob qualquer ponto de vista, os anos da chamada Era Vargas foram de inúmeros impactos políticos, jurídicos, econômicos e culturais no mundo rural brasileiro, cujo

³⁷ A clássica noção de populismo vem sendo criticada para pensar as relações entre Estado e classe trabalhadora no período. Fogem aos objetivos aqui delineados debater o conceito, seus limites e críticas. Para tal, ver FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Para uma visão que compartilha de parte dessas críticas, contudo discorda da posição assumida especialmente por Ferreira, ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

³⁸ RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a Roça: a questão agrária no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2001. O historiador retomou o tema em sua tese de doutorado, dessa vez, comparando a questão agrária no governo Vargas com o período de Perón na Argentina: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A roça y a La campana. A questão agrária sob o Varguismo e o Peronismo em perspectiva comparada*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

mapeamento tem sido realizado por uma produção historiográfica mais recente. Sem pretender negar de forma definitiva as contribuições historiográficas tradicionais, esse capítulo, ancorado em produção acadêmica ainda pouco divulgada e em pesquisa empírica inédita, procura relativizar as interpretações que insistem no afastamento e esquecimento do mundo rural durante a Era Vargas, sobretudo pelo Estado Novo.

A partir dos depoimentos de camponeses, busca-se confrontar as interpretações historiográficas consagradas a um conjunto que poderia auxiliar no entendimento do papel do campo e dos camponeses sob a ótica do regime autoritário, inseridos no seu projeto maior para a nação, através da análise da produção legislativa para o mundo rural e dos investimentos na sua divulgação por meio do rádio e de jornais. A análise concentra-se no material de duas regiões voltadas para a grande lavoura – o Sudeste cafeeiro com o sistema do colonato e o Nordeste canavieiro com o sistema da morada. Com isso, busca-se melhor identificar alguns dos impactos materiais e simbólicos da Era Vargas que poderiam ter contribuído para a construção de noções de direitos nessas áreas do mundo rural brasileiro, e analogamente, na região serrana fluminense, dedicada à cafeicultura e ladeada por canaviais da região Norte do estado.

O período que vai de 1930 até os anos finais do Estado Novo é geralmente pensado como uma época de compromisso do Estado com o atendimento das demandas e concessão de privilégios aos grandes proprietários rurais. Órgãos como o CNC (Conselho Nacional de Café), de 1931, e seu congênere no Nordeste, o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), de 1933, criados para atenuar ou debelar as sucessivas crises atravessadas pelo setor agrícola de exportação poderiam reforçar essa visão.³⁹ Em sentido contrário, através da legislação produzida pode-se perceber a existência de uma política para o mundo rural que desagradou em diversas oportunidades aos interesses dos grandes proprietários no campo.

Veja-se, por exemplo, a política agrária, com as inovações introduzidas pelo decreto 24.606 de 6 de julho de 1934. Por esse decreto do Governo Provisório (1930-

³⁹ Sobre a trajetória do CNC, depois IBC, e do IAA nas suas políticas setoriais e relações com os mercados internacionais, ver respectivamente, BACHA, Edmar. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcellino Martins/Johnson Exportadores, 1992; e SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil. 1930-1970*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

1934), o sistema de arrendamento de terras da União foi extinto, inclusive para ordens e instituições religiosas. Além disso, para legalizar a posse de terra considerada pública, exigia-se o título de propriedade. A medida autorizava também a desapropriação mediante o pagamento de quarenta vezes o valor do último foro pago.⁴⁰ O decreto utilizava ainda, em prejuízo dos proprietários rurais, as mesmas armas por eles manuseadas para seu benefício. Eram práticas corriqueiras dos proprietários os atrasos no pagamento de impostos e a sonegação de tributos através da manutenção de um baixo valor venal dos imóveis – base para cálculo dos impostos, tornando os valores devidos sempre inferiores ao real valor de mercado. Assim, atrelar a indenização ao último foro não foi apenas uma forma de coibir os atrasos e os baixos valores venais, mas de igualmente baratear o valor das indenizações por desapropriação.⁴¹

Uma forte oposição ao decreto 24.606 de 1934 foi observada nos anos seguintes, com constantes recursos judiciais impetrados por ocasião de sua aplicação. Isso levou à sua reformulação em 1941, durante o regime autoritário. Porém, a medida tornou-se ainda mais nociva aos interesses oligárquicos: o recurso ao Poder Judiciário diante de desapropriação foi proibido, competindo exclusivamente ao Poder Executivo a decisão sobre o imóvel que seria expropriado. Mais do que isso: o valor das indenizações foi reduzido de quarenta vezes o imposto pago para uma variação de dez a vinte vezes, em 1941.⁴²

Contra os obstáculos jurídicos criados por aqueles que se diziam proprietários de amplas parcelas de terras, foi promulgado pelo governo, em 8 de junho de 1944, o decreto-lei 6569, que tornava obrigatória a exibição do título de propriedade pelos ocupantes de terras que a União considerava como suas.⁴³ O contexto da época influenciou a postura do Estado em relação à questão fundiária. A década de 1930 foi marcada por expansionismos territoriais de potências industriais como o Japão diante da

⁴⁰ *Coleção de Leis do Brasil*. Brasil: Volume 4, 31/12/1934, p. 519.

⁴¹ Ver CAMARGO, Aspásia. “A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)”, p. 142, nota 45. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 3º Vol. São Paulo: Difel, 1981, pp. 120-224, e também LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 125-128.

⁴² Ver CAMARGO, Aspásia. “A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)”, p. 142, nota 45. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 3º Vol. São Paulo: Difel, 1981, pp. 120-224, e também LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 125-128.

⁴³ *Coleção de Leis do Brasil*. Brasil: Volume 3, 31/12/1944, p. 165.

China em 1931, o ataque italiano à Etiópia em 1935, e a partir de 1938, o avanço da Alemanha Nazista na Europa.⁴⁴ A ocupação do território nacional, com amplas parcelas desabitadas e sem integração, denominadas à época de “espaços vazios”, além de comunidades de imigrantes estrangeiros cuja origem remontava aos países expansionistas tornou-se um tema sensível ao governo. Em 1945 houve um avanço nesse tema com a proposta de distribuição de terras devolutas nos territórios federais com o decreto-lei 7916 de 30 de agosto.⁴⁵ Os decretos subjugavam o interesse de grandes proprietários tradicionais ao que seria encarado pela burocracia como um interesse nacional, não apenas econômico, mas de segurança.⁴⁶

Concomitante à produção dessa legislação agrária, múltiplas iniciativas alteravam visões sobre o campo no *imaginário social* em relação à Primeira República.⁴⁷ Nos anos 1930, os esforços de entendimento da sociedade brasileira caminhavam para a compreensão do peso do passado colonial e, por conseguinte, do mundo rural no estabelecimento dos rumos da nação. Foi essa a preocupação da geração de 1930. Afrânio Garcia e Mario Grynszpan chamam a atenção que os autores da geração de 1930 – Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. – estudaram as grandes plantações porque estavam interessados em falar sobre a nacionalidade brasileira. E falar sobre como a nação se formou significava, naquele momento, necessariamente, falar sobre as grandes plantações e o lugar do campo.⁴⁸ Esses esforços se aproximavam daqueles empreendidos por correntes do movimento modernista, que embora defendessem a urbanização e a industrialização, valorizaram a

⁴⁴ Sobre o contexto dos anos 1930 e o colapso dos sistemas de segurança com os expansionismos territoriais na Europa ver KEYLOR, William. “The Western World in the thirties: the illusions dispelled”. In *The Twentieth Century World: An International History*. 2nd edition. New York: Oxford University Press, 1992, pp. 128-175. Para o expansionismo japonês, na mesma obra, ver “The confirmation of Japan’s supremacy in East Asia”, pp.220-240.

⁴⁵ *Coleção de Leis do Brasil*. Brasil: Volume 4, 31/12/1945, p. 643.

⁴⁶ Ver nesse sentido VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976; e LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 125-128.

⁴⁷ Para o conceito de imaginário social, a obra de referência é a de BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332. No Brasil uma das principais referências que operacionalizou o conceito foi o trabalho de CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴⁸ GARCIA, Afrânio e GRYNSZPAN, Mario. “Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão.” In MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. 1 ed. São Paulo: Sumaré, p. 311-348, 2002.

exemplo de Freyre, a mestiçagem associada ao rural, passando a percebê-la como algo positivo.

Foram destinados pelo Estado Novo recursos na valorização do trabalho e do trabalhador que passava a ser percebido como fonte da grandeza nacional. São fartas as referências acadêmicas que falam de um novo lugar para o trabalhador urbano. Escassos são os trabalhos que comprovam as mesmas preocupações para o chamado *lavrador*, mesmo diante das fartas evidências. Composições populares do período como *Marcha para o Oeste* (1938) de João de Barro e Alberto Ribeiro, livros e poemas como os de Cassiano Ricardo, manifestações nas artes plásticas com o painel no prédio do MEC no Rio de Janeiro *O Café* (1936-1944) e a tela *O lavrador de café* (1939) ambos de Candido Portinari, demonstram que rádio, música popular e artes, mas também imprensa, teatro, cinema e literatura contribuíram naquilo que Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva chamaram de “dignificação autoritária do trabalho”, moldando um imaginário do rural.⁴⁹

Dois exemplos de esforços simbólicos de valorização do homem do campo – com resultados pouco substantivos para os camponeses que deles tomaram parte – foram a *Marcha para o Oeste* e a *Batalha da Borracha*. A retórica de ambos assentava-se na contribuição para o bem-estar da nação. A “Marcha para o Oeste” foi estimulada pelo governo em projetos de colonização das áreas da região central como Goiás e Mato Grosso e de parte da região amazônica, os “espaços vazios”, na lógica da segurança nacional e proteção à integridade territorial, no contexto de expansionismo de potências industriais. Contudo, a *Marcha* sofreu resistências, sobretudo no âmbito local, devido à proliferação de supostos donos das terras que seriam utilizadas para colonização.⁵⁰ A *Batalha da Borracha* foi “travada” na Amazônia e visava aumentar a extração de látex a partir de 1942 com o ingresso brasileiro no esforço bélico aliado durante a Segunda

⁴⁹ São inúmeros os exemplos arrolados pelos autores através de LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 115-125.

⁵⁰ Sobre a *Marcha para o Oeste* ver, entre outros, os trabalhos de ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras - análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1972; VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976; e LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986. Sobre os conflitos, numa abordagem inovadora, RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a Roça: a questão agrária no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 2001.

Guerra Mundial (1939-1945), mobilizando milhares de trabalhadores, sobretudo, nordestinos, os “soldados da borracha”.⁵¹

O processo de ampliação dos direitos sociais para o campo foi outra iniciativa que gerou resistências dos proprietários. Foi o caso dos usineiros no nordeste açucareiro com o Estatuto da Lavoura Canavieira que entrou em vigor através do decreto-lei n. 3855 de 21 de novembro de 1941.⁵² O decreto assinado por Vargas foi redigido por membros que integravam o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) durante a presidência de Barbosa Lima Sobrinho que contou, dentre outros colaboradores, com Miguel Arraes. Diminuiu inicialmente o peso político dos usineiros na condução do Instituto através da extinção do Conselho Consultivo e da redução das prerrogativas do Conselho Executivo, que passaria a ter mais membros indicados pelo governo. Além disso, regulava as relações entre fornecedores e usineiros e aumentava a fiscalização sobre os últimos na pesagem e demais etapas da produção, estipulando pagamento de multas e sanções diante de fraudes contra fornecedores.⁵³

O decreto-lei 6969 de 19 de outubro de 1944 complementou o Estatuto da Lavoura Canavieira com garantias de salário, moradia, assistência médica e educacional, além de indenização por demissão sem justa causa para os moradores, equiparados a fornecedores, desde que no sistema de colonato, parceria ou renda.⁵⁴ Mas a principal medida foi o estabelecimento do direito a uma área para cultivos de subsistência, sem ônus para os trabalhadores com mais de um ano de moradia no Engenho, no que Barbosa Lima Sobrinho chegou a qualificar em 1962 como uma “reforma agrária setorial”.⁵⁵

⁵¹ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

⁵² *Coleção de Leis do Brasil*. Brasil: Volume 7, 31/12/1941, p. 485, coluna 1.

⁵³ Sobre as estratégias dos usineiros, ver SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil. 1930-1970*. São Paulo: HUCITEC, 1979. Sobre o Estatuto da Lavoura Canavieira, ver ainda, BARBOSA, Rômulo Soares. *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese de Doutorado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2007, pp. 98-112.

⁵⁴ *Coleção de Leis do Brasil*. Brasil: Volume 7, 31/12/1944, p. 48, coluna 1.

⁵⁵ LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. “A experiência de uma reforma agrária setorial (Estatuto da Lavoura Canavieira) Revista Jurídica. Julho-Setembro de 1962. Citado por CAMARGO, Aspásia. “A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)”, p. 142, nota 45. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 3º Vol. São Paulo: Difel, 1981, pp. 120-224. A

As propostas para o campo se acentuaram nos anos finais do Estado Novo, junto com duas ações que diminuiriam o “descompasso” rural/urbano. A seguridade social foi ampliada ao campo, com a cobertura de acidentes de trabalho na agricultura e na pecuária, através do decreto-lei 18.809 de 5 de junho de 1945.⁵⁶ A principal iniciativa, todavia, foi a assinatura, no ano anterior, do decreto-lei 7.038, de 10 de novembro de 1944, que previa a extensão do direito de sindicalização ao campo. No capítulo 1, artigo 1º, parágrafo 1º, o decreto estabeleceu que:

Os sindicatos rurais serão organizados normalmente reunindo exercentes de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, podendo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio permitir, excepcionalmente, a organização de entidades congregando exercentes de atividades ou profissões rurais diferentes, comprovada a impossibilidade de serem organizadas entidades específicas.⁵⁷

O princípio do *monopólio da representação* presente na legislação voltada aos trabalhadores urbanos foi reproduzido. Ele determinava aos trabalhadores de uma mesma atividade profissional, independente de sindicalizados, ou seja, filiação e pagamento de mensalidade sindical, sua representação pelo sindicato daquela categoria profissional. Ficava a cargo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com sua burocracia, no que pesariam critérios afirmados como “técnicos”, que se mesclariam com outros critérios, mesmo quando não assumidos, inegavelmente “políticos”, avaliar a criação em termos excepcionais de entidades com “exercentes de atividades ou profissões rurais diferentes”.

O exame dos demais artigos do decreto-lei permite constatar que a extensão dos direitos sindicais ao campo foi formulada nos mesmos moldes da sindicalização dos trabalhadores urbanos, definida pelas leis de 1931 e 1939, sobretudo pela última, com a *unicidade sindical*, o *sindicato oficial*, e a *estrutura sindical verticalizada*.⁵⁸ A *unicidade sindical* é o princípio de um sindicato por categoria profissional na mesma base territorial, que represente em sua totalidade a profissão, mas com padrões e

autora qualifica a proposta de Barbosa Lima Sobrinho como utópica, no que tange à reforma agrária. Há, no entanto, uma forte memória positiva dessa medida entre os moradores de engenho.

⁵⁶ *Coleção de Leis do Brasil*. Brasil: Volume 5, 31/12/1945, coluna 2, p. 223.

⁵⁷ *Coleção de Leis do Brasil*. Brasil: Volume 7, 31/12/1944, p. 134.

⁵⁸ Esses princípios são praticamente consensuais na historiografia e na doutrina no campo jurídico sobre o tema da sindicalização dos trabalhadores urbanos nos anos 1930. Sobre a lei de sindicalização de 1939, ver VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 223-235.

empregados em entidades diferentes. Não deve ser confundida (apesar de muitos acadêmicos e até mesmo juristas o fazerem) com a *unidade sindical*, isto é, um único sindicato ou corporação reunindo patrões e empregados, numa mesma base territorial, que caracterizava, por exemplo, a legislação fascista italiana na *Carta Del Lavoro* de 1927 e outras por ela influenciadas.⁵⁹ O *sindicato oficial* (capítulo II, artigos 5º, 6º e 7º do decreto) exigia a apreciação do registro sindical pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dotando as entidades de personalidade jurídica de direito público, o que conferia ao Estado a capacidade regulatória dos sindicatos rurais, ao mesmo tempo em que possibilitaria a ampliação da organização sindical às varias categorias de trabalhadores no campo, de forma análoga ao processo observado na sindicalização urbana.⁶⁰ A *estrutura sindical verticalizada* (capítulo III, artigos 8º, 9º e 10) limitava o *sindicato* com a *unicidade sindical* a uma mesma base territorial que seria o município, com a *federação* no âmbito estadual, congregando diferentes sindicatos e a *confederação* no plano nacional, reunindo as federações, mas sempre de uma mesma categoria profissional, sem misturar trabalhadores de distintas profissões.⁶¹

Assim, pela Lei de sindicalização 1939, vários sindicatos em áreas rurais que existiam de fato, fundados por variadas categorias ao longo da década de 1930, deixaram de existir, porque não obtiveram o reconhecimento do Estado por não atenderem ao principio da *unicidade sindical*.⁶² Outros, porém, continuaram a existir em

⁵⁹ Rejeita-se aqui a leitura de que a CLT foi cópia da Carta Del Lavoro (1927), afirmação utilizada muito mais para desqualificar a CLT e conseqüentemente Vargas. Ver *Carta Del Lavoro* em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Lobo%20TN4.htm>, disponível em 05/10/2007. Um trabalho que explora a comparação entre as legislações brasileira e italiana, no que se refere a criação de uma justiça especial para temas laborais é o de SILVA, Fernando Teixeira da. *Justiça do Trabalho e Magistratura del Lavoro: apontamentos comparativos*. mimeo, no prelo, s/d. Agradeço ao professor pela gentil cessão de uma versão preliminar do artigo.

⁶⁰ Sobre as discussões envolvendo autonomia e tutela dos sindicatos nos anos 1930, ver GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, em especial pp. 25-26. A autora destaca que as lideranças sindicais urbanas reagiram de diferentes maneiras ao reconhecimento sindical pelo Estado: alguns rejeitaram, isolando-se politicamente, outros aderiram ao novo modelo, seja por concordância, seja por considerá-lo inevitável. Uma opinião que destaca a resistência ao sindicato oficial segundo percepção dos mesmos à época, inclusive recorrendo ao “discurso de barricada” comparando a legislação sindical à *Carta del Lavoro* pode ser encontrado em MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp. 12-16.

⁶¹ Note-se que a estrutura sindical verticalizada foi recuperada no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, no governo Goulart.

⁶² Comprova-se a existência de sindicatos rurais na década de 1930, sem reconhecimento do Estado, numa época em que a exigência não estava determinada em lei, pelas cartas enviadas por seus dirigentes ao presidente Vargas.

cumprimento às exigências legais, adequando-se à lei, como, por exemplo, o Sindicato dos Empregados Rurais da lavoura canavieira de Campos (RJ), fundado em 1930.⁶³

No discurso do 1º de maio de 1941 o tema da extensão dos direitos sociais ao campo apareceu quando Vargas se dirigiu a uma audiência composta por trabalhadores urbanos na Capital Federal. Na fala, o presidente procurou associar tais benefícios ao progresso associado à civilização, à contenção do êxodo rural, à ocupação das regiões desabitadas e ao sucesso da “campanha de valorização integral do homem brasileiro”:

Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se não o fizermos corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades - desequilíbrio de conseqüências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva.⁶⁴

Se o presidente diz que “devem ser ampliados”, implica em reconhecer que ainda não havia sido feito. Três anos depois as preocupações de 1941 reapareciam. Conforme palavras do próprio Vargas no Comício do 1º de maio de 1944, realizado pela primeira vez fora da Capital Federal, no estádio do Pacaembu em São Paulo:

Concluídos esses aperfeiçoamentos no sistema de auxílio e estímulo ao operário industrial, o Estado atacará com idêntico empenho outro aspecto relevante do problema da produção. Estão adiantados os estudos para a promulgação de uma lei definidora dos direitos e deveres dos trabalhadores rurais. A quinta parte da nossa população total trabalha e vive na lavoura e não é possível permitir, por mais tempo, a situação de insegurança existente para assalariados e empregadores. Torna-se inadiável estabelecer com clareza e força da lei as obrigações de cada um, o que virá certamente incrementar as atividades agrárias, vinculando o trabalhador ao solo e evitando a fuga do campo para a cidade, tão perniciosa à expansão da riqueza nacional.⁶⁵

O presidente prometia o mesmo empenho para os “trabalhadores rurais” que haviam sido destinados ao “operário industrial”. O discurso do presidente foi transmitido pelo rádio e publicado no dia seguinte nos jornais. Seus objetivos eram

⁶³ GRYNSZPAN, Mario. “Da Barbárie à Terra Prometida: o campo e as lutas sociais na história da República”. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 116-155.

⁶⁴ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1941. Estádio de São Januário, Rio de Janeiro. Transmitido ao vivo pelo rádio e publicado no jornal. Biblioteca Nacional. *A Manhã*, 02/05/1941, p. 1.

⁶⁵ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1944. Estádio do Pacaembu, São Paulo. Transmitido ao vivo pelo rádio e publicado no jornal. Biblioteca Nacional. *A Manhã*, 02/05/1944, p. 1.

claros: conter o êxodo rural necessário para assegurar a produção nacional de alimentos. Eles foram detalhados no material elaborado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do anteprojeto do decreto-lei de sindicalização rural submetido à apreciação do presidente em 1944. O documento arrolava os direitos ampliados ao homem do campo no sentido de equiparação com o trabalhador urbano, como o salário mínimo, as férias e a proteção contra acidentes de trabalho.⁶⁶

Diversos estudos chamaram atenção para as datas comemorativas do Estado Novo que divulgavam os valores e as diretrizes do regime e realçavam atributos da personalidade de Vargas através da construção de sua imagem pública.⁶⁷ De tal maneira, a data do decreto-lei de sindicalização rural não pode ser considerada coincidência: 10 de novembro, aniversário do regime instaurado em 1937. Marco de comemorações públicas, ao lado do 1º de maio, o 10 de novembro foi utilizado, sobretudo após 1942, para anúncio de medidas sociais de envergadura. Completava-se inclusive naquele dia um ano de vigência da CLT, anunciada no Dia do Trabalho, mas efetivada no aniversário do Estado Novo. Os mecanismos de controle como a censura e a propaganda articuladas pela máquina do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e a encampação de meios de comunicação de massa como a *Rádio Nacional* ou a intervenção no jornal *O Estado de São Paulo* contribuíram para amplificar as iniciativas dentro da ótica do regime, devido ao silêncio imposto aos opositores.⁶⁸

Foi no momento crítico, a partir da entrada na guerra, que o governo investiu mais pesadamente na associação da imagem do presidente aos direitos sociais. O regime buscava apoio e legitimação nas camadas populares. A máquina de propaganda se pautava na construção daquilo que Luiz Werneck Vianna denominou como *ideologia da outorga*, isto é, a noção de que o Estado antecipava-se aos conflitos sociais, concedendo

⁶⁶ CPDOC-FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1944.00.00/4.

⁶⁷ As principais datas comemorativas introduzidas pelo Estado Novo foram: 19 de abril, aniversário do presidente; 30 de maio, Dia da Raça, introduzido em 1939; e o 10 de novembro, aniversário do regime de 1937. Além disso, utilizava-se o 1º de maio, Dia do Trabalho, para divulgar feitos do regime. Para uma apresentação dos trabalhos que tratam das datas comemorativas e das estratégias da construção do que qualifica como “mito Vargas” através do rádio, da imprensa, do cinema e da fotografia, ver REIS, José Roberto Franco. “A sinfonia ideológica do Estado Novo” In: “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo.*” *Correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão.* Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2002, p. 33-65.

⁶⁸ Veja-se a seção “Controles repressivos e construção da imagem de Getúlio” na recente biografia de Vargas: FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso.* São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 115-128.

benefícios à classe trabalhadora, sem nenhuma pressão ou demanda anterior dos trabalhadores e do estabelecimento da Revolução de 1930 como marco na mudança de tratamento da ‘questão social’, que na República Velha seria “caso de polícia”.⁶⁹

O processo de emissão desse discurso oficial que insistia na clarividência do presidente foi finamente analisado por Angela de Castro Gomes no que a historiadora chamou de *invenção do trabalhismo*. As transmissões radiofônicas semanais do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que também acumulava a pasta da Justiça, Alexandre Marcondes Filho, em linguagem coloquial e direta, voltada para as massas trabalhadoras, apresentavam os feitos do governo e sua política social. Calcula-se que entre 1942 e 1945 tenham ocorrido cerca de 200 palestras. No dia seguinte, a palestra era transcrita no jornal oficial do regime, o periódico *A Manhã*, num claro propósito de fixação da mensagem. Contudo, mais do que a massificação de um discurso, segundo a autora, o regime pretendia valorizar o trabalho e o trabalhador, o governo buscava gratidão e esperava reciprocidade.⁷⁰

Com destaque, *A Manhã* anunciou na sua primeira página na edição de sexta-feira, 11 de novembro de 1944, ao lado das notícias sobre a Segunda Guerra Mundial: “Sindicalização das classes rurais. O Presidente da República baixou ontem importante decreto lei relativo aos que exercem atividade ou profissão rural – Reconhecimento e investidura sindical.”⁷¹ O decreto-lei foi publicado na íntegra.⁷² *O Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* tiveram o mesmo procedimento.⁷³ *O Correio da Manhã* destacava a percepção corrente de que “as associações ou agremiações que para tal fim se constituírem obedecerão aos mesmos moldes já estabelecidos para as demais profissões.”⁷⁴

⁶⁹ O autor entende que as conquistas da classe trabalhadora não podem ser pensadas como benesses concedidas pelo Estado visto que atendiam a lutas que antecediam a Revolução de 1930. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 31-32.

⁷⁰ É caso mesmo de “trocas simbólicas” entre Estado e classe trabalhadora. Ver GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005 [1988].

⁷¹ Biblioteca Nacional, *A Manhã*, 11/11/1944, p. 1.

⁷² Biblioteca Nacional, *A Manhã*, 11/11/1944, p. 7.

⁷³ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 11/11/1944, p. 1 e p.8; *O Estado de São Paulo*, 11/11/1944, p. 1. O periódico paulista deu ênfase maior a lei que regulamentava o trabalho dos jornalistas editada no mesmo dia da sindicalização rural. Nenhum periódico comunista circulava no período.

⁷⁴ Biblioteca Nacional, *Correio da Manhã*, 12/11/1944, p. 4.

Uma semana depois, em 17 de novembro, *A Manhã* e outros periódicos transcreviam a palestra do Ministro Marcondes Filho realizada à véspera no programa *Hora do Brasil*. A primeira referência foi a Vargas e ao discurso do 1º de maio no estádio do Pacaembu: “Foi em cumprimento dessas promessas que, em 10 de novembro, o Presidente decretou a lei de sindicalização rural, resultado feliz de uma tarefa difícil.” Didático, o ministro falava dos obstáculos, como a ausência de uma legislação internacional que servisse de modelo e explicava o princípio de organização dos sindicatos rurais:

Na lei cogita-se apenas de duas classes: empregados e empregadores, ou sejam os dois grupos tradicionais do binômio capital e trabalho. (...) Tudo gira, em último termo, sobre ser ou não possuidor de terra. Empregador é, nas classes rurais, aquele que tem o domínio ou a posse legal da terra. Empregado é o que trabalha em terra alheia ou por conta do dono desta, sem que tenha sua posse assegurada por um contrato de arrendamento.⁷⁵

Procura-se enquadrar a pluralidade de relações de trabalho no campo, reduzindo-a ao binômio capital-trabalho, que agruparia a diversidade do mundo rural na mesma lógica que definiu a sindicalização urbana, entre empregadores e empregados. A cidadania, portanto, só é estendida a quem possui emprego, tal como havia chamado atenção Wanderley Guilherme dos Santos.⁷⁶ E concluía suas considerações ao mostrar que a proposta de sindicalização tal como formulada se coadunava com o projeto de nação do Estado Novo:

A sindicalização rural completa a magnífica obra de organização das classes, estabelecida na Constituição e, através de suas entidades profissionais, elas viverão em íntima e leal convivência com o estado, colaborando diretamente para a grandeza do Brasil.⁷⁷

A produção da legislação social para o mundo rural, na proposta aqui defendida, compõe parte de uma estratégia que visava buscar legitimidade para um governo que se instaurou por meio de um golpe em 1937 e, desde então, proibiu os partidos políticos e mantinha fechadas todas as instituições representativas do Poder Legislativo eleitas por sufrágio. Some-se a isso o temor, após 1942, dos resultados da aproximação do país com os EUA e da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, processos que

⁷⁵ Biblioteca Nacional, *A Manhã*, 17/11/1944, p. 2.

⁷⁶ SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁷⁷ Biblioteca Nacional, *A Manhã*, 17/11/1944, p. 2.

poderiam acelerar o fim da ditadura estado-novista, segundo a percepção corrente à época no próprio governo. Em abril de 1945, o presidente cogitava tal desfecho, a ponto de redigir já naquela época, uma carta-testamento com a exposição de motivos que o levaria a cometer suicídio, caso fosse deposto por um golpe militar.⁷⁸ Setores do governo temiam que, no retorno da FEB (Força Expedicionária Brasileira) da campanha na Itália, ocorresse um golpe de Estado. Foi por isso que, ao contrário dos efetivos militares de outros países que participaram do conflito, a desmobilização das tropas brasileiras – no jargão militar, o recolhimento dos armamentos e extinção da unidade – ocorreu na Itália, antes do embarque de regresso, e não no Brasil, como de praxe entre as forças aliadas.⁷⁹

Em que pesem os esforços do regime para evitá-la, a deposição temida se concretizou em 29 de outubro de 1945. Os atos de redemocratização daquele ano como a anistia, o fim da censura, o pluripartidarismo e a divulgação do calendário eleitoral, não surtiram os efeitos desejados. A derrubada de Vargas, com uma renúncia forçada, foi seguida de eleições com voto direto universal (masculino e feminino, excluindo analfabetos) de uma Assembléia Nacional Constituinte.⁸⁰ Entre as várias correntes, a Assembléia contou com setores liberais, para os quais a legislação trabalhista e sindical, consagrada na CLT para os trabalhadores urbanos, era fascista. Apesar da forte campanha, os liberais não obtiveram sucesso nas suas reivindicações e a legislação alcunhada de “autoritária”, “fascista” e “corporativista” foi mantida.⁸¹ As conquistas dos

⁷⁸ CPDOC-FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.04.13/2, em 13/04/1945.

⁷⁹ Sobre a idéia de uma contradição na participação brasileira na guerra em aliança com as democracias liberais e a crítica ao Estado Novo, além do tema da desmobilização das tropas, entre outros, conferir SILVEIRA, Joel. *II Guerra: momentos críticos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995, pp. 190-192; e BRAYNER, Floriano de Lima. *A verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. O brasilianista Frank McCann Jr. frisa que a desmobilização servia tanto aos propósitos de Vargas quanto aos do Ministro da Guerra e candidato às eleições presidenciais de 1945, Eurico Gaspar Dutra, num quadro em que a maioria dos oficiais era contrária ao regime. Cf. McCANN Jr., Frank. “O fim de uma Era” In: *Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, pp. 347-378.

⁸⁰ Sobre o fim do Estado Novo, ver, entre outros, a perspectiva de PRESTES, Anita Leocádia. “O golpe de 29/10/1945: derrubada do Estado Novo ou tentativa de barrar o processo de democratização da sociedade brasileira?”. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos de; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre História e Educação. Homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001, pp.131-149.

⁸¹ Sobre esse tema, ver em especial a Introdução e o capítulo 1: “Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática”. In: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 9-95.

trabalhadores urbanos permaneceram inalteradas, tendo seu símbolo maior na manutenção da vigência da CLT. Por seu turno, o desfecho em relação à continuidade das medidas para o mundo rural foi diferente. Os instrumentos legais de sindicalização no campo produzidos no final do Estado Novo não foram regulamentados e tampouco integraram o novo ordenamento jurídico democrático.⁸² O decreto-lei da sindicalização rural, por exemplo, sofreu forte oposição da poderosa Sociedade Rural Brasileira que usava os mesmos adjetivos para desqualificar a medida considerada “fascista e autoritária”.⁸³

À primeira vista, os ataques ao decreto de sindicalização rural de 1944 alcançaram seus objetivos. Sabe-se que nos anos de 1950 existiam apenas cinco sindicatos rurais. Cabe, porém, indagar o porquê da quantidade tão reduzida. A dificuldade para institucionalização e legalidade de sindicatos camponeses foi mais resultado da oposição de atores políticos do que do uso instrumental do Estado pelos grandes proprietários rurais.

Durante o governo Dutra (1946-1951) o decreto de 1944 esbarrava na burocracia, ao depender do Ministério do Trabalho para reconhecer sindicatos de “exercentes de atividades rurais diferentes”. Como a legislação sindical urbana era pautada no princípio de um sindicato por categoria profissional, somente foram permitidos sindicatos no campo para a categoria dos “empregados rurais”, o que abraçou os trabalhadores da indústria canavieira, mas excluiu amplos contingentes não enquadrados nesta definição, tais como colonos, meeiros, foreiros, arrendatários, pequenos agricultores, posseiros, candieiros, campeiros, carreiros, etc. A pluralidade de relações de trabalho no campo foi um argumento em torno do qual proprietários rurais e suas associações de classe se reuniam para barrar a extensão dos direitos trabalhistas aos

⁸² Para os debates legislativos após o fim do Estado Novo, ver CAMARGO, Aspásia. “A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 3º Vol. São Paulo: Difel, 1981, pp. 120-224.

⁸³ WELCH, Clifford. *The Seed Was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. Penn State Press, 1999, Cap. 2, em especial, pp. 91-95.

trabalhadores rurais, tanto no final do Estado Novo quanto no período democrático que o sucedeu, como evidenciam os jornais e os debates no Congresso Nacional.⁸⁴

Havia, no entanto, outro aspecto para o pequeno número de sindicatos camponeses: a diferença de concepção a respeito da melhor maneira de organizar a luta. A criação das Ligas Camponesas em Pernambuco, a partir de 1955, no lugar de "sindicatos" camponeses, relaciona-se menos aos impedimentos legais do que ao entendimento de seu principal líder, o advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro Francisco Julião. Para Julião, os sindicatos rurais eram entidades inapropriadas à luta camponesa, esvaziando essa forma de organização em benefício de associações civis, modelo das Ligas, que não teriam a tutela e reconhecimento do Estado.⁸⁵ A mesma idéia da inadequação dos sindicatos como principais organizações para o campo foi adotada pelos comunistas que fundaram associações civis no seu curto período de legalidade.⁸⁶ As Ligas Comunistas existiram em outras regiões do país, como, por exemplo, no “sertão carioca”, antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro, na paulista Ribeirão Preto (SP) e no estado de Goiás, entre outras localidades. O estímulo à organização de sindicatos rurais foi retomado nos anos 1960, durante o governo João Goulart, como parte da estratégia de ampliação de sua base política, cuja expressão foi o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963.

Depreender diretamente a realidade social pela produção de leis é um equívoco. A legislação que versa sobre os direitos sociais é sistematicamente descumprida até hoje, como revela a permanência do trabalho análogo ao escravo, sobretudo no campo, exemplo mais flagrante e dramático do desrespeito a dispositivos legais desde muito promulgados.⁸⁷ No extremo oposto, seria reducionismo qualificar as medidas para o

⁸⁴ Ver CAMARGO, Aspásia. “A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 3º Vol. São Paulo: Difel, 1981, pp. 120-224. Segundo a autora o reaparecimento do projeto extensivo dos direitos ao campo foi um dos motivos que provocaram a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho em 1954 (pp. 147-148).

⁸⁵ O melhor registro dessa noção pode ser encontrado em JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

⁸⁶ SANTOS, Leonardo Soares dos. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). *Trocadero: Revista de historia moderna y contemporanea*. Espanha, nº 17, pp. 77-100, 2005; Ver ainda para as Ligas comunistas no Rio de Janeiro, SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2005.

⁸⁷ Sobre esse tema, ver FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

campo apenas como “lei para inglês ver” – na expressão comumente associada às leis que não “pegam” no Brasil desde 1831.⁸⁸

Não existem elementos que permitam considerar a legislação para o mundo rural um sinal de que Vargas se opunha de forma radical aos proprietários de terras, visto que práticas de dominação tradicional foram, na maior parte do Brasil, mantidas. Todavia, é apropriado considerar que os decretos e iniciativas mencionados colidiam em certas situações com os interesses dos grandes proprietários rurais. E indicam relevantes referenciais de análise para entender, em sua complexidade, o processo social que conduziu aos entraves à extensão da legislação trabalhista e sindical ao campo, é preciso pesquisar mais as disputas que envolveram atores díspares, como proprietários rurais, suas entidades representativas, a burocracia estatal, os camponeses. No lugar de reduzir o ente estatal a mero instrumento operado pelos grupos dominantes agrários ou reproduzir análises que repousam nesse entendimento, trata-se de compreender as bases do porquê do desrespeito e descumprimento a certas medidas e não a outras, e no caso, da manutenção de determinados dispositivos e supressão de outros referentes aos direitos sociais no campo.

Os esforços materiais e simbólicos do regime para elaboração e divulgação das medidas ao campo foram direcionados a brasileiros e não a “inglês”. Tomando um tema coberto por um sem-número de pesquisas, o da repressão do Estado Novo ao movimento sindical urbano, é mister reconhecer que a coerção a outras práticas sindicais mais autônomas coexistia com o estímulo ao modelo de sindicalismo que se inseria nos propósitos autoritários, isto é, os princípios da Lei de 1939. Analogamente, no que tange aos direitos sociais no universo rural, a lógica estado-novista embasava-se em princípios como a propalada harmonia das classes e o progresso, em objetivos como a ocupação dos “espaços vazios”, a “valorização do trabalhador nacional” e, destaca-se, com sua divulgação, a expectativa da reciprocidade dos beneficiários.

⁸⁸ A distância entre o ideal expresso na lei e a realidade de sua efetivação, o desrespeito empresarial sistemático à legislação trabalhista, a atuação parcial da Justiça do Trabalho, os obstáculos para sindicalização, e a CLT não como um referencial de conquista assegurada, mas de direitos sonogados é a perspectiva assumida por FRENCH, John D. *Afogados em Leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

Resta saber, nos objetivos dessa pesquisa, como os trabalhadores do campo receberam as iniciativas do regime, se atenderam ou não aos objetivos e às expectativas do governo, se agiram conforme os formuladores e divulgadores previam ou se ocorreram ações que escaparam de alguma forma ao controle e às intenções originais.

2.4 Usos da legislação social no campo

Em carta datada de 5 de agosto de 1942, João Bernardo, apresentando-se como “brasileiro, natural do Espírito Santo” residente no “Município e Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, casado, com uma prole de doze (12) filhos, todos menores, contando o mais velho apenas 18 anos, lavrador”, dirigia-se, diretamente, sem mecanismos tradicionais de representação política “ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelas (sic) Vargas, presidente da república”.⁸⁹

Antes de iniciar o assunto que o levava a escrever ao detentor do mais alto cargo do país, João Bernardo tece elogios ao presidente da República afirmando “que tem sentido do cantinho de sua morada os benéficos efeitos da administração de V. Excia.” E complementa na seqüência seu desejo de permanência do presidente à frente do governo, rogando que “Deus vos conserve por muito tempo na direção do nosso querido Brasil”.

Apesar de declarar sentir os “benéficos efeitos da administração”, não parece que a vida de João Bernardo estivesse tão boa assim. O lavrador, especificando ser “colono”, fala do “crescente aumento do custo da vida e desvalorização do café aqui no interior” ao destacar o “aumento especialmente que verifica (sic) nos utensílios de trabalho, está por isso em sérias dificuldades para viver, pois, vê com tristeza as suas ultimas enxadas se acabarem, sem que possa adquirir outras para tocar sua lavoura.” Como efeito da crise do café – que ao contrário do que afirmavam as organizações dos grandes cafeicultores da época, não a considerava responsabilidade do presidente –,

⁸⁹ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Agricultura, Processo 22060, lata 397, ano 1942. A ortografia e gramática originais das correspondências foram preservadas como forma de perceber o nível de alfabetização dos remetentes ou, pelo menos, daqueles que se encarregaram de redigir as cartas em nome dos missivistas.

João Bernardo apenas lamenta as dificuldades para poder comprar seus instrumentos de trabalho, sem procurar ou identificar culpados.

Só após apresentar a si e a sua família, exaltar as melhorias produzidas pelo governo e falar do quadro de dificuldade sem responsabilizar essa mesma administração, é que o lavrador faz seu pedido para “solicitar a boa vontade de V. Excia., no sentido de proporcionar-lhe os meios de aquisição dos utensílios de trabalho que necessita para si e seus filhos, visto que, valendo cada enxada 30\$000 aqui, é lhe impossível adquiri-las por este preço”.

De forma alguma João Bernardo considera que “vem importunar-vos com um pedido humilhante”, pelo contrário, ele reforça a necessidade do instrumento para que possa, com seu próprio labor, sustentar sua extensa prole. Mais importante ainda é quando o colono do Espírito Santo afirma que com seu trabalho não terá apenas ganhos familiares ou individuais, “pois como bom brasileiro deseja trabalhar, colaborar com seus irmãos para o progresso de sua Pátria.” Seus argumentos para alcançar o objetivo desejado são exatamente os mesmos divulgados pela propaganda oficial do Estado Novo para legitimar-se perante a sociedade.⁹⁰

O lavrador finaliza sua missiva esperando que as qualidades do presidente, “homem probo e que tantas demonstrações de bom brasileiro tem dado, homem que encarna a nossa única esperança no momento”, atenda seu pedido, e para tal, dá um passo adiante, criando um constrangimento moral, quase como que exigindo que “V. Excia. saiba fazer Justiça, atendendo a este apelo.”

Longe de constituir um caso isolado, essa carta se insere num processo de maior escala: o envio de correspondências ao presidente da República por pessoas de todo o Brasil. São funcionários públicos civis e militares, políticos, empresários, fazendeiros,

⁹⁰ Com perspectivas de análises e conclusões bastante distintas sobre o sentido do discurso oficial do Estado Novo, mas apresentando as estratégias e os meios utilizados como o rádio, imprensa, teatro, cinema e literatura, além das temáticas reiteradas, ver, entre outros: GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo – ideologia e propaganda política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982. pp. 221-236; GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990; e PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999. Ver ainda, com um tratamento que apresenta os aspectos do discurso oficial acionado na carta do colono João Bernardo, GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005 [1988].

mas também, em sua maioria, trabalhadores urbanos. Apesar de terem sido individualmente redigidas, as cartas permitem perceber o compartilhamento de experiências cotidianas, vivenciadas por esses grupos que compunham a sociedade brasileira, dando conta das estratégias adotadas pelos homens comuns para sobreviverem, na maioria das vezes, num quadro de adversidades.

Segundo o lingüista Roman Jakobson “qualquer discurso individual supõe uma troca. Não há emissor sem receptor”.⁹¹ A produção de um discurso não é uma atividade exclusivamente associada a um pólo ativo – o emissor, no caso o Estado Novo através do DIP, da burocracia, dos discursos oficiais dos mandatários – e um passivo – o receptor, a classe trabalhadora, urbana e rural. O processo de recepção de uma mensagem inclui também uma dimensão ativa, transformadora, não prevista por quem produz o discurso. Este tem seu conteúdo selecionado e reelaborado, afastando-se das intenções originais do emissor da mensagem, pela ação do receptor. É nesse sentido que autores como Michel De Certeau concebem o conceito de *apropriação*, como um processo de recepção ativa.⁹² As correspondências são uma fonte que permite perceber a *apropriação* do discurso oficial emitido pelo Estado Novo, adaptando sua lógica para atingir interesses e demandas, de forma ativa, ainda que dentro dos limites impostos pelo regime autoritário com seu aparelho repressivo. Produzidas durante a ditadura, as missivas são elucidativa das maneiras pelas quais os camponeses recepcionaram os investimentos do regime para o mundo rural.

O conjunto de fontes com as correspondências, merecedor de maior atenção, encontra-se disponível no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, no fundo *Gabinete Civil da Presidência da República*. Dois historiadores, em pesquisas de pós-graduação, refletiram sobre o acervo do fundo: Jorge Ferreira, no livro *Trabalhadores do Brasil*, pesquisou de forma pioneira a correspondência enviada a Vargas entre 1930 e 1945; e José Roberto Franco Reis revisitou o acervo em sua tese de doutorado, concentrando-se no período do Estado Novo. Os dois estudos revelaram que, por trás de aparente paternalismo, os trabalhadores brasileiros apropriaram-se do discurso oficial. No entanto, os dois trabalhos existentes priorizaram as correspondências dos

⁹¹ JAKOBSON, R. “A linguagem comum dos Lingüistas e Antropólogos”. In: *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultirx, (s/d) [1971], pp. 15-33. A citação é da p. 22.

⁹² De CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

trabalhadores urbanos, explorando menos as cartas remetidas pelos camponeses. O primeiro refletiu apenas sobre a missiva do colono José Dário, que se queixava em São Paulo dos abusos dos proprietários da fazenda; o segundo encontrou mais vestígios e dedicou uma curta seção da sua tese ao senso de justiça dos camponeses.⁹³

O material a seguir é uma síntese de algumas dezenas de missivas de camponeses remetidas ao presidente da República de 1937 a 1945, circunscritas ao sudeste cafeeiro e à região canavieira no nordeste. A pesquisa contemplou em levantamento preliminar um total de 4.385 cartas remetidas à Presidência da República de 1928 a 1947. Para este capítulo, foram utilizadas cartas referentes ao período do Estado Novo, com 3.877 missivas, isto é, 88% do total. Destas, foram selecionadas 116 cartas remetidas por pessoas que se apresentavam apenas como camponeses, colonos, moradores, posseiros e lavradores pobres das áreas em foco, o que compõe cerca de 3% do total de correspondências pesquisadas.⁹⁴

As correspondências revelam os contra-argumentos produzidos a partir da própria lógica do discurso oficial do Estado pelos camponeses. Autodenominados em muitas cartas como “os mais humildes”, “os pobres”, eles pleiteavam conquistas e melhorias em suas vidas. Mesmo escrevendo com dificuldades gramaticais e ortográficas, como parece ser o caso do colono João Bernardo, os camponeses – inclusive analfabetos – solicitavam a pessoas com conhecimento às vezes mínimos da escrita para redigirem as cartas em seus nomes. Excluindo os telegramas, que compõem quase 31% das correspondências e eram ditados ao funcionário da empresa postal, em cerca de 6% das cartas, tanto manuscritas quanto datilografadas, missivistas afirmaram ter recebido solicitação para escrever devido ao analfabetismo do signatário. Apenas em

⁹³ FERREIRA, Jorge. “José e os Sírios: opressão social e cultura política camponesa”. In: *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, pp. 57-66; e REIS, José Roberto Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo.” *Correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2002, pp. 269-289.

⁹⁴ A análise da documentação no Arquivo Nacional concentrou-se sobre duas séries do fundo Gabinete Civil da Presidência da República: “Ministérios” e “Governos Estaduais”. Na primeira série, foram trabalhadas as duas sub-séries referentes ao *Ministério da Agricultura* e ao *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Na segunda série foram escolhidos três governos estaduais – à época interventorias – para fins comparativos: *Rio de Janeiro* e *São Paulo* (áreas do Sudeste cafeeiro); e *Pernambuco* (região predominantemente canavieira). Registro o auxílio de Pedro Bogossian Porto, graduando em História pela UFF, na montagem do banco de dados que permitiu quantificar o material. As cartas permitem pensar questões que, embora relevantes, escapariam aos objetivos da tese. Pretende-se retomá-las em oportunidade futura.

2% das cartas o remetente afirma ter escrito de próprio punho. Em cerca de 60% do material, sobretudo nas cartas assinadas coletivamente, não é possível identificar se a pessoa ou pessoas que assinaram foram as mesmas que escreveram.

Tomando exclusivamente as cartas de camponeses, os anos de 1941, 1942 e 1943 equivalem a 73% do total de cartas remetidas no período de quase vinte anos analisado (1928-1947); ou a 82%, se consideradas apenas as missivas remetidas nos anos do Estado Novo. Percentuais muito próximos se verificam diante da totalidade das correspondências, independente do grupo social ao qual seu autor/autores se inserem (ver apêndice 2). Note-se que essa concentração de cartas em apenas três anos coincide com a intensificação da campanha de identificação da imagem do presidente aos direitos sociais, cujas duas grandes expressões foram o Salário Mínimo (1940) e a CLT (1943).⁹⁵

A carta do lavrador Manoel Dias de Menezes, de Itaguaí, Rio de Janeiro, que fala em nome de “11 patrícios na mesma situação” é um emblema da apropriação do discurso oficial do Estado Novo a favor dos camponeses, ao associar o regime autoritário a leis e justiça, enquanto períodos anteriores foram apresentados como de arbítrio e injustiça. Manoel Dias de Menezes considera que Vargas age para “amparar justamente os mais humildes” e fala claramente dos que ainda não conhecem “as Leis, que em tão boa hora V. Excia. criou para ampará-los.” Apesar da existência da legislação, ele considera que “é o verdadeiro contraste o que está se passando neste momento em algumas localidades aqui bem encostadas ao Distrito Federal.” Prossegue afirmando que “as injustiças que estão sofrendo estes nossos patrícios, exige uma investigação direta e imediata de V. Excia. Dirijo-me a V. Excia. porque tenho a certeza absoluta que resolverá tudo com presteza e justiça.” As qualidades do presidente são exaltadas para assegurar a “exigência” de resolver as injustiças apontadas por aquele que se apresenta como um “humilde patrício”.⁹⁶

⁹⁵ Os gráficos 1 e 2 demonstram o total de correspondências enviadas, processos gerados e material fichado.

⁹⁶ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Trabalho, Processo 2447, lata 281, ano 1941.

Tais injustiças estariam vinculadas às práticas por ele enquadradas no que chama de “tempo” ou “sistema da chibata”, remetendo-se à época do cativo, das agressões e dos castigos impetrados na vigência do sistema escravista. Embora não se declare em momento algum descendente de escravos ou negro, apesar das imagens constantes sobre a escravidão, Manoel frisa reiteradamente sua condição de brasileiro apresentando-se como “patrício” e “nacional”. O lavrador constrói as imagens de seus opositores como potenciais inimigos não apenas dele e de seus companheiros, mas do país e do regime: o primeiro é um “Árabe que se chama Moisés Abrahão”, e o outro, “se não me falha a memória, já foi um deputado nos tempos idos, de nome Adalberto Correia”, ou seja, da época anterior ao Estado Novo, quando ainda existiam eleições para o poder legislativo, suspensas após 1937.

Sobre Adalberto Correia o missivista faz uma interessante construção ao afirmar que:

Dizem que é proprietário de uma grande área de terras na Baixada Fluminense, um pouco acima de Pilar e das proximidades de Santa Cruz, na margem da Estrada Rio-Petrópolis, este sr. está fazendo grandes culturas de arroz e outros cereais e segundo dizem os empregados que trabalham de sol a sol o regime ali também é o da chibata! Segundo elles dizem, o referido Sr. Adalberto, se diz parente chegado de V. Excia., naturalmente para incutir melhor nos ouvidos dos pobres coitados que é este o regimen que V. Excia manda que se aplique.”

A julgar pela referência ao ex-deputado Adalberto Correia (1888-1954) que consta na carta, poderia se supor que ele usasse falsamente o nome e o prestígio do presidente para legitimar suas práticas abusivas. Pelo contrário, o gaúcho Correia foi um aliado de primeira hora de Vargas no movimento de 1930 e dirigia no Rio de Janeiro o jornal *O ruralista*.⁹⁷ Correia beneficiou-se da expulsão de lavradores de suas terras na região da Baixada Fluminense, conforme noticiado por jornais nos anos 1950, visto que era dono de propriedades em regiões atingidas por projetos estatais de saneamento.⁹⁸ Pode parecer curiosa (mas não rara) essa dissociação notada na carta de Manoel Dias de

⁹⁷ Adalberto Correia (1888-1954) foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1930, eleito novamente em 1934. Apoiou a Revolução de 1930 e desempenhou um papel fundamental na repressão aos comunistas após o Levante de 1935 e no ataque à minoria na Câmara dos Deputados que se opôs ao fim das imunidades parlamentares em maio de 1936. Ver ABREU, Alzira Alves e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2º Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 1602.

⁹⁸ Para a atuação de Correia na Baixada Fluminense, ver GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN, 1987.

Menezes, ao desvincular um político aliado de Vargas na esfera nacional e estadual, da imagem do presidente. Isto sugere que, sabendo-se da proximidade e dos vínculos políticos, o missivista retira do presidente qualquer responsabilidade no problema descrito, desde que ele intervenha. A não intromissão implicaria, no plano discursivo, na concordância com o referido “sistema da chibata”. Isto se configura como uma linguagem reivindicatória que constrange o presidente à ação, mais do que submissão e paternalismo no pedido.

Os lavradores de Itaguaí usam ainda as imagens de passividade caras aos camponeses para solicitar a intervenção de um poder maior ao daqueles que “se dizem proprietários” em conluio com as autoridades locais: “São tão pacatos estes pobres homens [os lavradores] que receiam dizer qualquer coisa sobre seus prejuízos, porque acham que há conivência das autoridades com o tal Árabe, enfim, eles contam com a proteção de V. Excia.”

Além das imagens sobre os camponeses que reverberam no imaginário da sociedade, o discurso oficial é acionado mesmo quando objetivamente não se vincula em bases mais concretas ao pedido. Esse foi o caso de Djalma Miranda, funcionário público aposentado, em seu telegrama de 20 de agosto de 1941, que decidiu tornar-se lavrador, “fazendo e procurando seguir a ‘marcha [para o] oeste’” ocupando terras no município fluminense de Santa Maria Madalena.⁹⁹ Apesar da referência ao programa governamental, o município escolhido por Djalma Miranda não tem absolutamente nenhuma relação com as áreas de fronteira localizadas na região central do país. Ele queixa-se da perseguição de “autoridades judiciais locais” e “do violento tenente Coraci” que teria “ordens terminantes” para “capturá-lo vivo ou morto.” Embora Djalma em momento algum forneça indicações dos motivos que o levaram a ser vítima de tal infortúnio, apelou ao “justo espírito [de] V.Ex. sentido cessar tais violências e arbítrios [da] autoridade judiciária local e garantias também para meus empregados presos sem a mínima culpa, afim poder voltar e continuar trabalho árduo.” Fica claro que Djalma embora se apresente como um “humilde lavrador” tinha até mesmo empregados. A fim de alcançar sua reivindicação ele apresenta uma imagem de si que o

⁹⁹ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Governos Estaduais, Sub-série Rio de Janeiro, Processo 22868, lata 327, 1941.

aproxima das noções correntes sobre os camponeses e ao mesmo tempo do discurso do regime.

As referências à legislação trabalhista são tão frequentes quanto as denúncias pelo que seria seu descumprimento, apesar de não terem sido estendidas formalmente ao campo. Os lavradores de Itaguaí queixavam-se contra os fazendeiros, pois estes “não aceitam empregados que tenham documentos do Ministério do Trabalho”.¹⁰⁰ José Viana Gonçalves Sobrinho, de Leopoldina, Minas Gerais, em 1940, fez uma “reclamação sobre a falta de execução da lei do ‘Salário Mínimo’”, realçando que “como é público e notório que V.Exc.^a tem a melhor boa vontade para com o trabalhador braçal e não iria decretar uma lei para ficar guardada no Ministério do Trabalho”.¹⁰¹ Indo além, ele desafia o presidente ao afirmar que:

“é crença geral no município que a lei do S.M. [salário mínimo] não será executada, pelo menos nesta zona, pelo fato histórico que peço licença para relatar e, com certeza, ignorado para V. Exc.^a. A maioria dos fazendeiros leopoldinenses pertence a uma única família, família de legítimos escravocratas.”

A construção retórica visa contrapor o poder pessoal dos fazendeiros descendentes de escravocratas ao poder do Estado, representado pelo presidente, quando o lavrador afirma: “Uma vez decretada qualquer lei que afete a referida família o chefe trata de neutralizá-la colocando na fiscalização funcionários peitados e que tudo relaxam até que a lei se torne letra morta.”

Um dos elementos mais fortes nas cartas é o apelo à “Justiça do presidente” que, embora qualificada como individual, sempre é acionada e identificada ao senso de justiça do missivista. Conforme salientaram Jorge Ferreira e José Roberto Franco Reis, em nenhum momento as cartas tinham algum tipo de crítica direta ao presidente ou usaram termos e qualificações pejorativas como chamá-lo de ditador.¹⁰² Pelo contrário, os elogios são frequentes como na carta assinada por Rosalvo Ferreira da Silva,

¹⁰⁰ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Trabalho, Processo 2447, lata 281, ano 1941.

¹⁰¹ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Trabalho, Processo 16071, lata 204, ano 1940.

¹⁰² FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997 e REIS, José Roberto Franco. “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo.*” *Correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2002.

Eduardo Rocha e José Domingues de Souza, todos de Gameleira, Pernambuco, que em 1942 exaltam “o majestoso edifício do Estado Novo de que V. Excia. foi o inspirado arquiteto, que tem por alicerce a unidade nacional”.¹⁰³

Não compete aqui julgar se os pedidos eram absurdos ou inapropriados. O ponto fundamental é que de alguma forma as pessoas se sentiam autorizadas a pedir.¹⁰⁴ As cartas acionavam o próprio discurso oficial do regime, que estimulava a comunicação direta entre povo e governo. Isso fazia com que, para não cair em contradição, fosse conferido tratamento às cartas recebidas, que geravam processos administrativos, cujo teor arrolava as medidas tomadas pela burocracia do Estado Novo. Embora não haja nenhuma garantia e que fosse pouquíssimo provável que o próprio Vargas as lesse, elas recebiam atenção da burocracia, que tomava medidas investigativas e as respondia em nome do presidente, chegando, em alguns casos, às mãos de interventores e ministros.

Os processos administrativos com o tratamento e encaminhamento conferidos pela burocracia são material rico para análise. Nas 116 cartas utilizadas na pesquisa, em torno de 90% geraram processos administrativos. A quantidade de processos disponíveis no fundo é maior que o número de cartas visto que muitos se referem a questões internas do funcionamento da burocracia. De qualquer modo, autoridades como ministros e interventores tomavam parte nos processos, conforme atesta, entre outras uma carta de lavradores de Itaperuna, Rio de Janeiro, em que o Interventor Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945) reportava-se ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio que acumulava a pasta da Justiça, Alexandre Marcondes Filho, expondo os motivos da recusa ao pedido de ajuda de lavradores que sofriam ameaça de despejo.¹⁰⁵

Djalma Miranda, o agricultor que “seguindo” a Marcha para o Oeste se instalou em Santa Maria Madalena, no Rio de Janeiro, recebeu em 26 de setembro de 1941, a resposta ao seu telegrama remetido no dia 20 do mês anterior. Assinado pelo oficial de

¹⁰³ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Agricultura, Processo 5408, lata 332, ano 1942.

¹⁰⁴ Com o objetivo de investigar as estratégias discursivas empregadas pelos remetentes no encaminhamento de suas reivindicações e entender aspectos que tornam legítimo o ato de pedir a uma autoridade, no caso, o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, ver: HEYMANN, Luciana Quillet. “Quem não tem padrinho morre pagão: fragmentos de um discurso sobre o poder.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, pp. 323-349, 1999.

¹⁰⁵ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Governos Estaduais, Sub-série Rio de Janeiro, Processo 7951, lata 327, 1941.

gabinete, o processo administrativo “informa que, tendo-vos sido concedido pelo Tribunal de Apelação habeas corpus, nenhum risco de prisão sofrereis, até vosso pronunciamento, caso isso aconteça, podendo voltar às vossas ocupações no município de Santa Maria Madalena”.¹⁰⁶

Quanto ao atendimento do pedido das enxadas solicitadas por João Bernardo, o que a documentação permitiu aferir foi o ofício com as armas da República datado de 15 de setembro de 1942, pouco mais de um mês após o envio da correspondência do lavrador. Nele Itamar Prudente Corrêa, Chefe da Seção de Fomento Agrícola, dirigindo-se ao lavrador assim se expressou:

“Tenho o prazer de passar às vossas mãos, em duas vias, a Guia de Remessa n. 113/42, referente à cessão do material, por vós solicitado ao Exmo. Sr. Presidente da República que, baseado nos elevados princípios que norteiam o Estado Nacional, examinou vosso pedido, com o carinho que lhe é peculiar, determinando que a atendesse, na medida do possível. A 2ª via da aludida Guia deverá ser devolvida a esta Seção, devidamente datada e assinada, pois servirá para atestar o recebimento do material que ora vos está sendo remetido”.¹⁰⁷

O que o processo administrativo não permitiu aferir com a mesma precisão foi como reagiram João Bernardo, sua família e seus vizinhos ao saberem que a solicitação foi atendida com o recebimento das enxadas.¹⁰⁸

Uma pista da reação dos camponeses ao perceberem a preocupação do presidente com seu caso pode ser percebida através do olhar do burocrata Nelson Vasquez, que visitou a localidade de Pakoerna no Rio de Janeiro à procura do lavrador Josias Bernardes da Silveira, em julho de 1941. Josias escreveu ao presidente em maio daquele ano definindo-se como “um humilde lavrador que, saindo da obscuridade em que sempre viveu, mas confiante na justiça de V. Excia” trataria de expor “um fato que merece uma medida protetora de V. Excia.” O lavrador queixava-se dos preços baixos –

¹⁰⁶ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Governos Estaduais, Sub-série Rio de Janeiro, Processo 22868, lata 327, 1941.

¹⁰⁷ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Agricultura, Processo 22060, lata 397, ano 1942.

¹⁰⁸ Santos Favaroni, colono em São Paulo, fez o mesmo pedido e obteve as enxadas. Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Agricultura, Processo 12157, lata 331, ano 1941. Esta carta também foi trabalhada por Vanderlei Vazelesk Ribeiro, juntamente com missivas do 2º governo Vargas (1951-1954): RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A roça y a La campana. A questão agrária sob o Varguismo e o Peronismo em perspectiva comparada*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

o que era uma queixa geral - praticados no mercado da cidade do Rio de Janeiro que inviabilizariam a comercialização de sua produção e o levariam a abandonar o cultivo da terra.¹⁰⁹

Ao desembarcar em Pakoerna, em seu relato ao superior, o servidor público falou da dificuldade de localizar o endereço de Josias. Por sorte, encontrou um guia que era sobrinho do suplicante. Este o teria conduzido a cavalo “como de costume no interior” até a moradia do lavrador, ficando, segundo o relato, muito surpreendido com a missão do burocrata. Finalmente ao encontrá-lo, Nelson Vasquez escreveu que:

“Sabedor do interesse despertado no Sr. Presidente pela sua humildíssima pessoa o agricultor mostrou-se confuso e aturdido, bem dizendo o desespero que o fez tomar a resolução de dirigir o seu apelo ao digníssimo Dr. Getulio Vargas que com essa demonstração de interesse pelo esforço de um trabalhador brasileiro tanto animo levava a seu coração.”

Segundo o funcionário público: “este cidadão mostrou-se satisfeitíssimo com o resultado de sua carta e em saber que Sua Excelência o Senhor Presidente da Republica demonstrou absoluto interesse na solução do seu caso.” Após descrever minuciosamente em quase três páginas as providências adotadas, afirmou que Josias aceitou a proposta de vender seus produtos num outro mercado em Niterói que pagaria valores superiores aos preços da capital “cooperando dessa forma, com os digníssimos superiores que tão bem compreendem e acatam a justa queixa de um humilde.” Por fim, ao despedir-se Nelson Vasquez relatou que “depois da reafirmação de sua alegria [de Josias]” o funcionário estava “confiante na gratidão do entrevistado.”

O caso de Josias é um exemplo de pedido individual em que não estava em jogo a legislação trabalhista ou o acesso à terra, mas a interferência direta e pessoal do presidente, visto como alguém capaz de solucionar problemas que atingem o mundo rural. Contudo, a maioria dos pedidos visava uma demanda coletiva cuja atenção dispensada via processo administrativo, poderia gerar o sentimento de reciprocidade salientado pelo burocrata que foi até Pakoerna.¹¹⁰

¹⁰⁹ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Agricultura, Processo 15983, lata 331, ano 1941.

¹¹⁰ Salienta-se que da base analisada, cerca de 60% dos pedidos eram referentes a demandas coletivas.

Os reflexos do atendimento de uma demanda poderiam levar a novas solicitações. Foi isso que ocorreu em 1938, quando os vários Sindicatos de Lages de Muriaé, em nome dos trabalhadores rurais e urbanos dos municípios adjacentes, se reuniram para solicitar auxílio do presidente na manutenção do hospital da cidade. O curioso foi o motivo pelo qual decidiram escrever ao ditador “ao tomarem conhecimento de uma carta dirigida a V. Excia. pelo trabalhador Theonilio pedindo recursos a V. Excia. para tratamento de sua saúde em que V. Excia. atendeu o humilde trabalhador deste município”.¹¹¹

Há ainda outras evidências que permitem perceber a apropriação da legislação social pelos camponeses nos anos imediatamente posteriores ao fim do Estado Novo. A literatura especializada reduziu a importância da CLT para o mundo rural, ancorada em grande medida no próprio texto legal que, em seu artigo 7º do Título I, afirma categoricamente sua inaplicabilidade:

aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classificam como industriais ou comerciais.

No entanto, o exame mais atento dos demais artigos da CLT permite identificar uma tensão entre essa exclusão e a inclusão dos trabalhadores rurais em alguns direitos. O artigo 13 do Título II torna a carteira de trabalho obrigatória para o exercício de qualquer atividade profissional, inclusive rural e de caráter temporário, fazendo referência direta ao proprietário rural e aos que trabalham em regime de economia familiar.¹¹²

Contrariando a historiografia que afirma uma separação insuperável entre a legislação social presente na CLT e os trabalhadores rurais, pesquisas que merecem maior divulgação têm demonstrado que ações judiciais de trabalhadores do campo contra seus patrões foram mais frequentes do que se pensava.¹¹³ É possível afirmar

¹¹¹ Arquivo Nacional-RJ, Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministérios, Sub-série Trabalho, Processo 23329, lata 125, ano 1938.

¹¹² Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Cf. *Diário Oficial da União*, 09/08/1943, p. 11937.

¹¹³ Ver a pesquisa inovadora do brasileiro Clifford Andrew Welch em Ribeirão Preto, São Paulo: WELCH, Clifford. *Rural Labor and the Brazilian Revolution in São Paulo, 1930-1964*. Ph.D.

sobre ações judiciais de lavradores baseadas na CLT é que o acolhimento dessas demandas pela Justiça, tanto pelas Varas Cíveis (Comum), quanto pela Justiça do Trabalho (Especial), se deveu à inexistência de vácuo jurídico no ordenamento brasileiro, isto é, na ausência da norma jurídica específica, o juiz tem autonomia para julgar baseando-se na jurisprudência, na analogia ou nos princípios gerais de direito. Em outras palavras, não era a inexistência de uma lei que versasse sobre a matéria que impedia o acesso dos trabalhadores rurais ao Poder Judiciário.

O impacto da CLT no mundo rural foi importante na solução jurídica de conflitos como atestam alguns trabalhos empíricos que demonstram desdobramentos que são expressão da Era Vargas em certas áreas rurais do país. A documentação referente a áreas cafeeiras de São Paulo apresenta casos como no município de Candido Mota, onde o proprietário da fazenda Santo Antônio foi um fazendeiro que precisou se submeter à reclamação trabalhista impetrada por Rodolfo Onofre da Silva. Esse alegava o rompimento em 1947 de um contrato verbal de trabalho iniciado em 1945, em que Silva tratava dos animais da fazenda e plantava nas terras da fazenda recebendo como pagamento o produto da roça por ele cultivada. A queixa era de que a exigência de trabalho era tão intensa que mal sobrava tempo para Silva dedicar-se ao seu roçado, além do proprietário ter colocado outra família na terra e permitido que seus animais destruíssem as plantações. Silva não apenas ganhou a causa, mas teve seu direito de férias reconhecido e foi indenizado em Cr\$ 500,00.¹¹⁴

dissertation, Department of History, Duke University, 1990. O trabalho de Welch teria inspirado o brasileiro Ângelo Piori a pesquisar processos semelhantes em Maringá no Paraná: PRIORI, Angelo. *Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963)*. Pós-História, Assis, v. 3, 1995, pp. 223-227. Com outras preocupações relacionadas aos usos do espaço, os processos judiciais baseados na CLT foram trabalhados por um geógrafo canadense: BRANNSTROM, Christian. "Brazilian County-Level Juridical Documents as Sources for Historical Geography: A Case Study from Western São Paulo". *Yearbook. Conference of Latin Americanist Geographers*, 23, 1997, pp. 41-50. Os dois primeiros trabalhos foram citados por LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 160-163, que tece relevantes considerações sobre os impactos da CLT no campo. Por fim o livro que é resultado da tese de doutorado do pioneiro pesquisador norte-americano: WELCH, Clifford. *The Seed Was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. Penn State Press, 1999. Há uma tradução para o português, editada em 2008, mas que não foi consultada para a tese: WELCH, Clifford. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

¹¹⁴ LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 160-163.

Christian Brannstrom pesquisou reclamações trabalhistas na comarca de Assis, em São Paulo, que reivindicavam pagamentos de dias de trabalho, férias anuais, demissão com aviso prévio e indenizações. Foi o caso de Benedito de Matos, de Echaporã, que em 1946 foi despedido e proibido de colher suas plantações pelo fazendeiro Luiz Penga. Matos entrou com um pedido de indenização contra o proprietário, que teria lhe ofertado na audiência de conciliação Cr\$ 600,00. O fazendeiro de café Luiz Penga deve ter sentido algo parecido ao proprietário de Candido Mota. Outro caso também da segunda metade dos anos 1940, foi da reclamação trabalhista de Pedro Fonsatti. Ele foi contratado pelo fazendeiro José Mucci para o plantio de 10.000 pés de café. Com autorização de Mucci, Fonsatti poderia cultivar milho e feijão, mas após a colheita o proprietário impôs restrições que não tinham sido combinadas. Fonsatti entrou na Justiça e conseguiu uma sentença favorável ao recebimento da indenização de Cr \$ 10.000.¹¹⁵

Até meados da década de 1950, segundo Brannstrom, a Justiça do Trabalho acolhia as ações, passando, em seguida, a enviar parte delas à Justiça Comum como ações ordinárias.¹¹⁶ Clifford Welch demonstrou que, de 1957 a 1964, quase um terço das ações trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento (Justiça do Trabalho) de Ribeirão Preto (SP) eram de trabalhadores rurais.¹¹⁷ Para Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva tais casos revelariam “evidente extrapolação legal capaz de dar conta da força que a CLT exerceu sobre as mentalidades coletivas, em especial dos trabalhadores – bastante bem informados – e de alguns funcionários da Justiça convencidos das possibilidades de extensão da lei.”¹¹⁸ De qualquer modo, é necessária a realização de mais pesquisas para melhor compreender os alcances e limites das leis trabalhistas no campo, pois apesar de uma parte dessa

¹¹⁵ BRANNSTROM, Christian. “Brazilian County-Level Juridical Documents as Sources for Historical Geography: A Case Study from Western São Paulo”. *Yearbook. Conference of Latin Americanist Geographers*, 23, 1997, pp. 41-50, p. 46.

¹¹⁶ BRANNSTROM, Christian. “Brazilian County-Level Juridical Documents as Sources for Historical Geography: A Case Study from Western São Paulo”. *Yearbook. Conference of Latin Americanist Geographers*, 23, 1997, pp. 41-50, p. 46.

¹¹⁷ WELCH, Clifford. *The Seed Was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. Penn State Press, 1999.

¹¹⁸ LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p 163.

documentação ter sido destruída, são inúmeras as possibilidades investigativas do material da Justiça do Trabalho.¹¹⁹

A decisão de demandar alguém judicialmente não é fácil, seja para o camponês ou para qualquer outro ator social. Esta se relaciona a aspectos que ultrapassam a lei, o conhecimento legal do autor de uma ação e suas possibilidades de acesso aos operadores do direito, como advogados e juízes. Questões morais, noções de reciprocidade e elementos culturais são aspectos que pesam na opção de uma demanda judicial.¹²⁰ Portanto, não é a existência de uma lei que determina acesso à Justiça e a busca do direito nos tribunais; é preciso observar outros elementos, de natureza simbólica, que contribuem para isso.

2.5 A persistência na memória

A assídua presença de Vargas no imaginário popular de trabalhadores urbanos tem sido ressaltada em trabalhos filiados à metodologia da história oral. De forma recorrente, tem-se que a memória produzida sobre o período Vargas revela representações construídas que associam a imagem do presidente ao combate do arbítrio e da injustiça no imaginário de diversas categorias profissionais e de seus descendentes nas cidades.¹²¹

No que concerne aos trabalhadores do campo, as décadas de 1930 e 1940 poderiam estar associadas a perdas e dificuldades nas suas recordações sobre a época de adversidades atravessada pelo mundo rural brasileiro, devido aos desdobramentos da *dupla crise* – os efeitos da crise de 1929 e da Revolução de 1930, com o afastamento de parte dos grupos políticos tradicionais do protagonismo político nacional e estadual.

¹¹⁹ Ver NEGRO, Antonio Luigi. “O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes e questões para a História Social.” *Politéia* (Vitória da Conquista), v. 6 n. 1, p. 193-209, 2006.

¹²⁰ Ver o trabalho de Lygia Sigaud, no qual a antropóloga chama atenção para a existência de comportamentos distintos em face da mesma norma jurídica, na escolha de acionamento ou não dos padrões que descumprem a legislação trabalhista na zona da mata pernambucana. SIGAUD, Lygia Maria. “Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenheiros”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996, pp. 361-388.

¹²¹ Veja-se, um dos primeiros nessa linha, JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O imaginário sobre Getúlio Vargas” *Revista da Associação brasileira de História Oral*, nº 1, junho de 1998, pp. 91-119.

Porém, as construções mnemônicas identificadas nos depoimentos orais de camponeses, de forma generalizada, associam o período Vargas a “direitos”, “liberdade”, “leis”, “justiça” e “coragem” enquanto as épocas anteriores foram percebidas como de ausência de direitos, arbítrio, “catinga do cativo” e “injustiça”, conforme salientado por trabalhos recentes, na metodologia da história oral, em áreas cafeeiras.¹²² Na Zona da Mata Pernambucana, área canavieira, “muitos dos [trabalhadores rurais] entrevistados por Christine Dabat fazem remontar à época de Getúlio Vargas e da legislação do trabalho que implantou (a CLT de 1943), o ponto de partida de suas conquistas enquanto trabalhadores”.¹²³ Os relatos orais possuem assim uma correspondência emblemática com as cartas de camponeses remetidas ao presidente no Estado Novo.

As palavras do Sr. Binó sintetizam bem essas considerações. Num padrão narrativo muito próximo ao de outros relatos:

“Porque naquele tempo [de Washington Luís], é como eu acabei de falar agora mesmo, o fazendeiro traz aquela catinga do cativo. Eles que mandavam. (...) alguns batiam no colono. Alguns batiam mesmo! Era a lei deles: se um camarada não desocupasse com vinte e quatro horas, amanhã ele mandava o cara vinha subir aqui, tirar a telha da casa (...).

Quer dizer, não tinha governo, não tinha nada. Quer dizer, isso taí, agradeço ao governador que morreu: Getúlio Vargas! Ele que deixou essa aventura. Porque antes dele morrer, ele deixou isso aqui. Ele fez um livro e deixou tudo isso escrito. Se falaram em Reforma Agrária, se falaram em salário mínimo, foi antes dele morrer. (...). Mas naquele tempo de [Washington Luís] o pobre não tinha direito.”¹²⁴

Sr. Binó fala de um *tempo de Vargas* que não é o tempo cronológico ou da periodização política tradicional, consagrados pela historiografia – Governo Provisório

¹²² GOMES, Angela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. “Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Nº 1, junho de 1998, pp. 121-143; DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café. Fazenda Santo Inácio – Trajano de Moraes – RJ (1888-1987)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2004; e RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹²³ DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 53.

¹²⁴ Depoimento do Sr. Binó, em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

(1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). O tempo de Vargas é associado a “direitos para o pobre” e “leis escritas”, contraposto ao tempo de Washington Luís, que não coincide estritamente ao período da presidência (1926-1930), mas a elementos como o ranço da escravidão na “catinga do cativo” e a “lei deles”, pessoal, dos fazendeiros. Construção semelhante foi notada nos depoimentos de descendentes de escravos em outras áreas do sudeste cafeeiro.¹²⁵ Alguns destes relatos, como atesta o do quilombola Manoel Seabra, da região de Valença, atribuem a liberdade e o fim do cativo mais a Getúlio do que a Princesa Isabel:

“Quem deu a liberdade foi a Princesa Isabel, mas contudo (...) não tinha força como Vargas. Ele (Getúlio) deu a Lei (...) só as palavras dele (...) Só a Lei dele que acabou com esse negócio de a pessoa ser cativo. Deu a liberdade (...) acabou o cativo.”¹²⁶

Outro camponês descendente de escravos, Cornélio Cancino, de Juiz de Fora, tem uma fala bastante semelhante à de Seabra:

“Getúlio foi tudo para o nosso povo, foi muito bom pro pessoal da lavoura (...) Antes de Getúlio não tinha lei. Nós éramos bicho. A Princesa Isabel só assinou, Getúlio é que libertou a gente do jugo da escravatura.”¹²⁷

A emancipação do cativo aparece em dois momentos que nos depoimentos evidenciam continuidade: o primeiro, da lei com a Princesa; o segundo, da sua efetivação, com Vargas. Foi assim que o ex-colono de café da fazenda Santo Inácio Jonas Costa, conhecido como Sr. Joanes, se referiu a Vargas: “Foi por ele que nós ganhamos a liberdade que nós temos”, complementado pela sua esposa, D. Maria Cordeiro Costa: “foi Getúlio que deu a liberdade.”¹²⁸

¹²⁵ Ver GOMES, Angela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. “Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Nº 1, junho de 1998, pp. 121-143. RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 126-130.

¹²⁶ Citado por RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 56.

¹²⁷ Citado por RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 56.

¹²⁸ Depoimento concedido ao autor em 23 de abril de 2008.

Além dos relatos de colonos e ex-colonos descendentes de escravos em áreas cafeeiras, ainda no sudeste, mas em regiões dedicadas à atividade canavieira, a presença de leis associadas a Vargas e à contenção do arbítrio foi igualmente notada. Álvaro Roldão, um dos fundadores do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes, narra um episódio ocorrido numa usina de açúcar que se recusava a cumprir a regulação da jornada de trabalho:

“Getúlio Vargas tomou posse e uns tempos depois começou a criar a lei trabalhista. Ele intimou o doutor Perck, o dono da Usina Central em Laranjais. A Usina do Engenho Central tinha quarenta fazendas, conheci elas todas... Quando Getúlio Vargas entrou no poder já o Engenho Central era um monumento muito bonito, muito monumento mesmo, que era muita gente. Mas então tinha aquele carracismo de horário. Era o que o patrão quisesse. Então Vargas quando anunciou o horário de trabalho, o doutor Perck não aceitou. Ele [Getúlio] mandou fiscalização no engenho. O doutor Perck disse que por vinte e quatro horas ia parar o movimento todo e deixar o povo todo com fome e deixar por conta do governo. Ameaçou parar. Eu me lembro como se fosse hoje. Então dias depois o governo mandou uma escolta no Engenho Central intimando ele e deu vinte e quatro horas a ele pra ele comparecer no Rio. Se não fosse mandava buscar ele preso. (...) não tinha estrada pra Valão do Barro, estrada boa, carro agarrava naqueles pântanos de barro, ele teve que sair com aquele temporal todo, com carrinho bacana, para comparecer lá embaixo, lá no Rio. Aí diz que Getúlio Vargas falou com ele: “o senhor vai obedecer às leis ou a usina vai funcionar por conta do governo, mas fechar, não vai fechar”. Getúlio era peitudo, hein!? Aí multou ele em quatrocentos contos na época. E a usina funcionou e teve que respeitar as leis.”¹²⁹

Sr. Roldão não fala numa noção de direito como algo universal e impessoal, diferindo-se a doutrina no campo jurídico que toma como modelo de direitos o das sociedades liberais contemporâneas, fundadas nas noções de igualdade jurídica e de Estado Democrático de Direito. É o descumprimento da lei que regula a jornada de trabalho – o “*carracismo do horário*” – pelo proprietário do Engenho Central que dispara as ações na narrativa.

O arbítrio e a injustiça presentes nos relatos nos quais os fazendeiros obrigavam colonos a abandonar as casas em vinte e quatro horas antes da retirada das telhas aparecem no depoimento associados à determinação do proprietário da Usina. A novidade é que nesse momento aparece um poder superior ao do proprietário, que lhe dá, segundo a construção narrativa, prazo rigorosamente igual àquele que os fazendeiros

¹²⁹ Depoimento do Sr. Álvaro Pereira da Silva, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

determinavam para seus colonos saírem de suas fazendas: as “vinte e quatro horas” para comparecer ao Rio de Janeiro. A sujeição do colono que comparece diante do fazendeiro é substituída pela sujeição do proprietário que precisa comparecer diante do presidente da república, no que é enfatizado na fala pelas inúmeras dificuldades no trajeto de deslocamento até a capital: a estrada, o barro, a chuva, etc...

A figura de Vargas tem um peso tão significativo que as ações lhe são atribuídas como se o presidente delas tivesse tomado parte pessoalmente. A intervenção do Estado, no relato, é personificada através do seu chefe que age no sentido de alcançar um determinado *senso de justiça*, sintetizado pela manutenção do funcionamento da usina e dos empregos gerados em “respeito” às leis.

O significado de direito que aparece no relato não é uma noção universal e impessoal. É muito mais o de uma condenação moral. Para compreender o fundamento do “direito” é preciso perceber que ele aparece para conter o que é considerado uma maldade ou arbítrio do patrão. O sentimento guarda relação com uma espécie de *economia moral*, ou seja, remete-se a um senso de justiça/ injustiça.¹³⁰ Isso não desmerece, minimiza ou desqualifica a presença de tais representações; apenas as historicizam, ao compreender suas condições sociais de elaboração.

Na Zona da Mata Pernambucana, a figura de Vargas nos depoimentos de moradores traz ligeiras diferenças em relação ao sudeste, conforme palavras do ex-morador de engenho Miguel José:

“Não tinha terra para plantar não. A terra que tinha era ali por volta da usina, porque foi Dr Getúlio Vargas que deu. Plantava em volta da usina, muitas pessoas. Quando foi depois que Agamenon foi governo, inventou que a terra era de cana. Aí condenaram e não deram mais terra à gente.”¹³¹

A “terra para plantar” que aparece no depoimento, “dada” por Getúlio, indica uma referência clara ao Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, cujo direito às

¹³⁰ Ver THOMPSON, Edward. “A Economia Moral da multidão Inglesa do século XVIII” In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 150-202; e THOMPSON, Edward. “A Economia Moral revisitada”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 203-266.

¹³¹ Citado por DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 563.

plantações de subsistência aos moradores foi acrescida pelo decreto-lei complementar de 1944. É curiosa a dissociação entre Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães (1893-1952). Homem de confiança do presidente, ele foi interventor em Pernambuco durante o Estado Novo, nomeado pelo ditador para a chefia do Ministério da Justiça em março de 1945. Retornou ao governo pernambucano em 1951, vindo a falecer no ano seguinte. A fala não permite identificar a qual período de Agamenon Magalhães à frente do governo estadual Miguel José se refere. É provável que a referência seja ao acordo efetuado no Estado Novo entre o interventor e os usineiros de Pernambuco que se comprometeram a reservar 5% das terras dos engenhos para ampliar os cultivos de subsistência.¹³² Num sentido contrário, segundo o relato, a medida teria reduzido os cultivos alimentares dos moradores.

Outro ex-morador, José Honorato dos Santos, referindo-se a “direitos” afirma: “Getúlio Vargas deixou assinado tudo isso, está tudo assinado por Getúlio Vargas”. No entanto, o que com frequência aparece nos depoimentos de moradores das usinas e engenhos de Pernambuco é que embora tenham sido desenvolvidos por Getúlio, esses direitos teriam permanecido ocultos, sendo revelados apenas no governo de Miguel Arraes (1963-1964). José Severo da Silva, de Igarassu, destaca que “ninguém sabia destes direitos, que Getúlio Vargas votou, mas eles encobriram! Quando Miguel chegou, aí foi descoberto. Esses direitos do povo. Foi tanto que eles ficam com raiva de Miguel Arraes, mode esses problemas que deu os direitos do povo”. Antônio da Silva, de Sirinhaém, complementa que “esses direitos haviam sido “encapado. Tava tudo encapado. Mas foi descoberto.”¹³³

No padrão narrativo presente na região canavieira, os “direitos” permaneceram escondidos e somente foram “revelados” anos após a morte do ex-presidente. Para Christine Dabat “nessa compreensão própria de eventos políticos tão determinantes para sua condição passada e atual, os entrevistados atribuem a Getúlio Vargas um mérito que

¹³² PANTOJA, Silvia. “Agamenon Magalhães”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2ª Ed. 5 Vols. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 3425-3430.

¹³³ Citado por DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 601-602.

talvez não mereça.”¹³⁴ Embora seja atribuído a Vargas um papel no caminho pela aquisição de tais direitos, do ponto de vista legal, e para muitos historiadores, trata-se de uma questão empírica: a legislação social só foi definitivamente estendida ao campo com o governo João Goulart (1961-1964) no Estatuto do Trabalhador Rural (1963)¹³⁵ e concluída no governo do general Emilio Garrastazu Medici (1969-1974), com a instituição da previdência social para o trabalhador rural através do FUNRURAL (1971). Embora as duas primeiras referências apareçam de maneira destacada nos depoimentos de moradores, ao lado do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, Vargas emerge como figura relevante.

A análise dos relatos sugere que a memória positiva de Vargas em Pernambuco pode ter sido construída no período de mobilizações durante o governo Arraes. Isto ajudaria a explicar, em parte, a contradição entre a visão positiva de Vargas e a negativa de Agamenon Magalhães, interventor do próprio Vargas durante o Estado Novo. Percebe-se que o “trabalho de enquadramento da memória”- isto é, segundo Michel Pollak, a seleção de uma visão específica sobre o passado em meio a outras possíveis leituras¹³⁶, pode resultar mais do momento das mobilizações nos anos 1960, do que dos esforços de propaganda do Estado Novo. Apesar de cronologicamente nele se referenciam, os relatos orais, independente de região, conforme salientado, falam de um *tempo de Vargas* e não de um *tempo do Estado Novo*.

Na região canavieira os relatos aparentam um padrão distinto daqueles do sudeste cafeeiro, no qual o *trabalho de enquadramento* indica se relacionar mais ao próprio governo Vargas do que a momentos posteriores, na medida em que outras referências são raras ao lado do presidente, exceto aquelas presentes no discurso oficial do Estado Novo, como a da Princesa Isabel.¹³⁷ Os depoimentos indicam, ainda, que a

¹³⁴ Citado por DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 601.

¹³⁵ Para a referência do governo Goulart e do o Estatuto do Trabalhador Rural entre *moradores* da zona da mata pernambucana do Nordeste açucareiro, ver SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

¹³⁶ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

¹³⁷ Ver DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café. Fazenda Santo Inácio – Trajano de Moraes – RJ (1888-1987)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-

força de Vargas varia de região para região, não sendo adequado generalizar tais conclusões para todo Brasil. É preciso matizá-las regionalmente. Conforme Christine Dabat chamou atenção, eles permitem relativizar a visão consagrada pela literatura especializada, que associa o referencial de direitos no nordeste canavieiro exclusivamente ao governo Goulart e à sua conjuntura de mobilizações.¹³⁸

Cabe indagar quais os motivos responsáveis pela organização e estruturação dessas leituras peculiares do passado por camponeses de regiões diferentes, com esse lugar marcante de Getúlio Vargas vinculado a noções de direitos e senso de justiça, em meio a outras leituras e maneiras de recordar o passado, como aquelas produzidas pela historiografia tradicional. Alessandro Portelli, estudioso dos processos de construção de diferentes memórias indica um caminho a ser seguido:

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem.¹³⁹

O que se extrai das contribuições de Portelli é o aviso de que não se deve desmerecer as “representações” da memória em benefício do que seriam “fatos”, mas sim buscar a interação de ambos. A memória de Vargas associado a leis aparece com frequência acompanhada da memória sobre o rádio. A historiografia do Estado Novo considera o rádio como o principal instrumento de integração nacional e formação de uma cultura de massas nas décadas de 1930 e 1940.¹⁴⁰ Meio de difusão de notícias, ele

Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2004; e RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Para o enquadramento da memória sobre a Princesa Isabel, ver GOMES, Angela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. “Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Nº 1, junho de 1998, pp. 121-143.

¹³⁸ DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 53.

¹³⁹ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.111.

¹⁴⁰ Segundo os dados de Maria Helena Rolim Capelato, em 1937 existiam 63 estações de rádio, aumentando para 111 em 1945. Quanto à quantidade de aparelhos receptores, quase dobrou de 1937 a 1942, saltando de 358 mil para aproximadamente 660 mil aparelhos. Cf. CAPELATO, Maria Helena

informava e ajudava na formação das visões de mundo da população brasileira, constituindo-se no principal veículo de divulgação do regime autoritário. Álvaro Roldão afirmou que “naquele tempo não se falava no estrangeiro. Quando acontecia alguma coisa no estrangeiro, a gente levava seis meses para saber. O jornal levava seis meses para chegar ao Brasil para dar a notícia do que tinha acontecido lá. Não sabia na mesma hora. Mas Getúlio Vargas abriu o caminho”.¹⁴¹ Na zona da mata canavieira, o morador de Engenho Manoel Fernando de Souza, de Pernambuco, disse que “em maio de 40 foi quando Getúlio Vargas assinou o salário, que a gente teve uma reportagem desse salário da gente no rádio”,¹⁴² revelando um dos meios de contato com a legislação social.

As correspondências e depoimentos falam em “leis”. No entanto, a lei pode existir, mas é preciso, na lógica dos relatos, que alguém limite o arbítrio do proprietário. É nesse sentido que o nome de Vargas acompanha as referências à legislação. Ela não seria composta por normas universais autônomas que independem de pessoas; a lógica operada não é de que a lei existe e a partir disso todos devem obedecê-la.

As leis, para serem efetivadas, precisam de um “Vargas” que imponha seu cumprimento, garantindo que se alcance o resultado considerado justo. Conter o arbítrio do grande proprietário é o que está em jogo. É preciso contrapor o poder pessoal de alguém que é corajoso e forte ao poder pessoal do fazendeiro. A outra face dessa construção é a de que o trabalhador é fraco para recorrer sozinho à lei; é preciso alguém forte e poderoso o suficiente para auxiliá-lo. A literatura sobre as mobilizações camponesas, sobretudo na antropologia, chama atenção que muitas vezes é preciso ter um poder para se contrapor ao poder dos fazendeiros. Segundo Eric Wolf, isto faria o camponês sentir-se respaldado para se opor aos senhores de terras.¹⁴³

A “coragem” de Vargas emerge como atributo fundamental para enfrentar os fazendeiros. À primeira vista, essa leitura poderia sugerir uma visão *paternalista*. A

Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas: Fapesp; Papyrus, 1999, p. 76.

¹⁴¹ Depoimento do Sr. Álvaro Pereira da Silva, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

¹⁴² Citado por DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

¹⁴³ WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*. 5 ed. México DF: Siglo Veintiuno, [1969] 1979.

questão é não tomar a categoria explicativa paternalismo – que em momento algum foi utilizada pelos missivistas e depoentes – por uma via estreita, isto é, que qualifica mais do que explica práticas do mundo social. Entender *paternalismo* como algo pejorativo é esvaziar a mudança que se opera nas formas que essas pessoas enxergam e agem no mundo, o que minimiza ou até retira o conteúdo que permite considerar ações como resistências e lutas, conforme atesta a investigação de Edward Palmer Thompson na Inglaterra do século XVIII.¹⁴⁴ O problema do uso das categorias explicativas não reside na categoria em si, mas naquilo que elas nos impõem no sentido de limitar a percepção da realidade social.

Trata-se precisamente de perceber como se deu a apropriação do discurso oficial, da legislação social para a cidade e para o campo, dos esforços do regime. Uma vez que o presidente afirma “proteger” os mais pobres e humildes, é possível que, em certas condições, esse discurso possa impelir à ação, tanto aquela esperada pelos divulgadores legitimados como integrantes do governo, quanto aquela não prevista inicialmente. Dito de outra forma: o que as evidências permitem considerar é que os camponeses utilizam o discurso paternalista e a imagem do presidente poderoso e corajoso para reivindicar aquilo que interpretam como justo, seja remetendo cartas com pedidos a autoridade superior, entrando com ações judiciais na Justiça Comum ou na Justiça do Trabalho ou nas recordações de quase meio século sobre o *tempo de Vargas*.

2.6 Mediação política e “legalismo camponês”

O discurso oficial foi apropriado pelos camponeses – tendo no rádio seu veículo principal, mas não o único –, ao promoverem uma leitura original da mensagem estatal com base nas suas condições específicas de vida no mundo rural. Nesse processo, a ação de *mediadores* contribuiu para a imposição de certos esquemas particulares de percepção da realidade.¹⁴⁵ Atores como advogados, religiosos, militantes de esquerda,

¹⁴⁴ THOMPSON, E. P. “La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases?” In Tradición, *Revolución e Consciência de Classe*. 2 ed. Barcelona: Critica Editorial, 1984. pp. 13-61. THOMPSON, E. P. “Patrícios e Plebeus.” In *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 25-85.

¹⁴⁵ O papel do *mediador* nas mobilizações camponesas é destacado por Eric Wolf, no seu clássico estudo comparativo das guerras camponesas do século XX. O *mediador* ou *intermediário* (no original ‘broker’) seria o responsável, segundo Wolf, pela mediação e tradução das demandas locais de grupos camponeses no plano institucional. Sua função se relaciona à contribuição da transposição do conflito pessoal em conflito

técnicos, fazendeiros inimigos, se aproximavam dos camponeses e estabeleciam pontes para que esses atingissem seus objetivos. É um equívoco enxergar tais mediadores como seres todo-poderosos que manipulavam ou conduziam os camponeses por um rumo traçado. Seu discurso só foi bem sucedido ao ser percebido como algo que minimamente encontrava acolhida nas experiências efetivamente vividas pelas populações rurais. É nesse ponto que a apropriação das idéias e das noções referentes aos direitos sociais e sua circulação no meio rural através dos próprios camponeses, mas também pela ação dos mediadores, forneceu o combustível necessário para atitudes mais desafiadoras das formas tradicionais de dominação. Francisco Julião – um típico mediador – principal liderança das Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, em entrevista a Aspásia Camargo, em 1977, durante seu exílio no México, falava do início de sua trajetória junto aos camponeses de Pernambuco:

Foi um trabalho de muitos anos. Basta dizer que comecei essa coisa em 1940. Eu saí da faculdade em dezembro de 39 e em 40 comecei a visitar os camponeses. Era como uma andorinha buscando fazer verão. Eu ia pelo campo, por toda parte, buscando.¹⁴⁶

O principal objetivo de Julião relacionava-se, no seu entendimento, ao que considerava a conscientização das massas camponesas de suas condições para que pudessem atuar num projeto de mudança social. Para alcançar essa “consciência”, o jovem advogado pretendia construir ou despertar noções de direitos entre os camponeses, no que jamais seria bem sucedido através da imposição de elementos externos ao universo camponês.

“Tomei o meu Código Civil e fui para o campo. Eu partia da idéia de que era preciso criar uma consciência entre os camponeses, a consciência de seus direitos. E verifiquei que havia um verdadeiro choque entre o Código Civil, que a gente acabara de estudar na universidade, e uma espécie de código de lei consuetudinária que existia no campo. O Código Civil defendia a propriedade privada, mas defendia também o direito de salário e outras coisas. O Código falava, por exemplo, no direito do camponês que alugava uma terra, durante 30 ou 40 anos, à casa que construira, à cerca, ao poço, às árvores frutais que ele plantava. Não se pagava a indenização de nada disso, e o Código mandava pagar.”

coletivo, e no caso de Francisco Julião, para o plano jurídico. Ver WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*. 5ª ed. México DF, Siglo Veintiuno, [1969] 1979.

¹⁴⁶ JULIÃO, Francisco. *Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977, p. 9.

Eu achava que a gente devia fazer uma espécie de revolução burguesa ou Revolução Francesa, democrática, no campo. E nenhum instrumento era mais adequado do que o Código Civil. Ao invés de levar ao campo, digamos, O Capital, de Marx, levei o Código Civil, porque me pareceu que era o instrumento mais adequado para essa fase da luta, da organização, da tomada de consciência das massas camponesas.¹⁴⁷

Atento às condições de vida dos moradores de engenho, Julião afirma ter percebido queixas comuns compartilhadas pelos foreiros de Pernambuco:

Então verifiquei que esses moradores tinham muito ódio desses dias de trabalho. Eram poucos mas eles odiavam mais esses dias de trabalho do que, por exemplo, o aumento do foro. Todo ano o proprietário aumentava o foro, de forma arbitrária, a seu critério. O morador já sabia que ia ter um largo debate com o proprietário sobre o aumento do foro. Mas eles tinham mais ódio desse dia de trabalho, que eles chamavam de cambão. (...) O foreiro odiava sair com a enxada de manhã e regressar de noite sem nada para a família. (...) Esse homem odiava o foro. E eu parti daí.¹⁴⁸

Diante de tais queixas, ele explica sua atuação:

Com o Código na mão, fui buscar os foreiros. Eu dizia: “Por que é que você dá esse dia de trabalho de graça ao proprietário, quando a lei proíbe?”. O camponês é muito legalista. Ele sempre se preocupa em constatar e verificar se isso está de acordo com a lei. É claro que não é sua lei, mas é lei. De certo modo, ele se condiciona a essa legislação, que não foi feita para ele, senão contra ele.

Partindo dessa legalidade, eu dizia: “Você diz que está de acordo com a lei, mas a lei aqui proíbe: não se pode dar um dia de trabalho se não se recebe uma contraprestação ou se não se recebe um salário em dinheiro que corresponda a esse dia de trabalho. O Código Civil é que diz isso. E aqui está o Código Penal que pune.”¹⁴⁹

O Código Civil foi utilizado como instrumento de resistência, tanto às expulsões sem indenização feitas pelos proprietários, quanto ao *cambão*. Não remunerado, o cambão era qualificado pela militância como trabalho escravo e apropriado pelos moradores de tal forma. Isto permite constatar que em nenhuma hipótese acontece uma manipulação dos moradores; longe disso, se há um “uso”, ele é recíproco, pois através

¹⁴⁷ JULIÃO, Francisco. *Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977, p. 4-5.

¹⁴⁸ JULIÃO, Francisco. *Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977, p. 7.

¹⁴⁹ JULIÃO, Francisco. *Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977, p. 8.

do mediador Julião a demanda camponesa encontra um mecanismo de tradução que permitiria seu atendimento.

Julião afirma ir até o foreiro, insistindo num “legalismo camponês” que parece inato. O que se defende é que esse legalismo não é uma característica inerente ao campesinato, como parte de uma identidade primária, ancestral, mas algo da cultura camponesa que se construiu inclusive pela ação dos próprios mediadores. Essa visão do legalismo chocava-se inclusive com as percepções correntes sobre o campesinato brasileiro até os anos 1940, como atestam as representações sobre os movimentos de Canudos, Contestado, Juazeiro e o Cangaço, nas quais os camponeses eram retratados como selvagens, bárbaros, fanáticos, bandidos.¹⁵⁰ Foi durante as décadas de 1940 e 1950 que a percepção sobre o campesinato se alterou para considerá-lo um grupo revolucionário, para certos setores da esquerda brasileira. Em grande medida tal visão se consagrou pela difusão do livro do jornalista Rui Facó, “Cangaceiros e Fanáticos” de 1963, baseado em dois artigos publicados em fins dos anos 1950, na esteira do sucesso da Revolução Chinesa (1949) e da Revolução Cubana (1959).¹⁵¹ No extremo oposto, havia o eco nas cidades da passividade e ingenuidade de um Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato e das chanchadas.¹⁵² Abandonando a naturalização do “legalismo camponês”, é lícito considerar que a produção e difusão da legislação social exerceu naquele contexto um papel relevante no processo de construção desse elemento identitário.

Os inúmeros relatos orais apontam que a intimidação dos fazendeiros não funcionava quando o camponês se considerava moralmente amparado pela legalidade.

¹⁵⁰ HERMANN, Jacqueline. “Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.121-160.

¹⁵¹ Ver para essa visão FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 [1963]. As diferentes representações sobre as mobilizações camponesas ao longo da história republicana podem ser encontradas em GRYNSZPAN, Mario. “Da Barbárie à Terra Prometida: o campo e as lutas sociais na história da República”. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 116-155, 2002. Um debate sobre a presença de leituras que ora enfatizam o revolucionarismo, ora o conservadorismo camponês nas interpretações no século XX está disponível em DEZEMONE, Marcus. “Revoluções Camponesas”. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/Elvesier, 2004. p. 71-110.

¹⁵² Para as visões sobre o campo e o imaginário do mundo rural nas cidades, ver: LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 160-163.

Mesmo preso pelo delegado local, a lei mostrava-se favorável ao camponês com o recurso do *habeas corpus*. Ao recorrer à Justiça, a estratégia adotada era a da protelação do processo, o que contribuía para a erosão da autoridade tradicional, pois o proprietário não conseguia expulsar o camponês da terra, contribuindo para a noção de que a lei está acima do poder pessoal do proprietário rural. Segundo o líder das Ligas:

O proprietário esgotara os meios de coerção, de violência, e passara a levar o camponês para onde eu queria. A grande revolução que eu estava fazendo não era outra senão transferir o camponês da porta do delegado para a porta do juiz. Esse passo, para os camponeses era uma verdadeira revolução.

A circunstância de o camponês ir para o tribunal, no dia da audiência, se sentar frente ao proprietário, para ele camponês já era um passo tremendo. Muitos diziam: “Olhe, doutor, eu posso perder a causa, mas já estou satisfeito, porque vi o coronel fulano de tal na presença do juiz, na minha presença, na sua presença, mentindo.” Ele que é tão rico, nem sabe mentir. Eu, que sou pobre, fui lá e disse a verdade. Então, com essa coisa de ele mentir na minha presença, de ele se sentar ali e ser obrigado a mentir, eu já estou satisfeito, já ganhei a minha causa. Não importa que eu abandone a terra.¹⁵³

O depoimento de Francisco Julião desvela um elemento crucial: não se trata de considerar exclusivamente o sucesso ou fracasso de uma ação que teria corrido na justiça, tal como enfatizado por certas análises,¹⁵⁴ mas principalmente, a possibilidade aberta pelo despojamento de fazendeiros de suas prerrogativas tradicionais como réus em processos judiciais. É precisamente esse o papel desempenhado por Vargas nos depoimentos orais dos camponeses: o de se impor como força e poder superior ao dos fazendeiros.

Nota-se, no Sudeste, durante o mesmo período narrado por Julião, um padrão bastante próximo ao descrito, como sugerem os esparsos trabalhos sobre a atuação das ligas organizadas pelos comunistas no Sudeste no breve intervalo de legalidade do PCB entre 1945 e 1947. Leonardo Santos comparou a produção acadêmica sobre essas organizações. Em que pese a maior valorização das Ligas Pernambucanas pela literatura especializada, o historiador verificou o quanto se assemelham as estratégias dos

¹⁵³ JULIÃO, Francisco. *Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977, p. 22.

¹⁵⁴ A distância entre o ideal expresso na lei e a realidade de sua efetivação, o desrespeito empresarial sistemático à legislação trabalhista, a atuação parcial da Justiça do Trabalho, os obstáculos para sindicalização, e a CLT não como um referencial de conquista assegurada mas de direitos sonogados é a perspectiva assumida por FRENCH, John D. *Afogados em Leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

movimentos de Pernambuco e do Sudeste, embora com uma década de distanciamento. Da defesa da luta insurrecional nos anos 1930 – cuja maior expressão, indubitavelmente, foi o Levante Comunista de 1935 – o PCB passou a preconizar na redemocratização de 1945 a política de “união nacional para a democracia e o progresso”. Assim, associações no campo ligadas ao PCB deveriam optar pela “via legal”, com os esforços direcionados ao apoio jurídico irrestrito e à solução de conflitos. A linha indicada pelo movimento internacional era a de apoiar os governos que combateram o nazi-fascismo, o que no caso brasileiro, distanciava os comunistas do caminho revolucionário. Nessa opção pelo campo, pesou também o consenso de que uma das causas para o fracasso de 1935 foi a inexpressiva base camponesa, “elo fraco” da corrente comunista.¹⁵⁵

A ação de mediadores representada pela trajetória de Julião e dos comunistas, poderia contribuir tanto para a erosão da autoridade pessoal dos fazendeiros, quanto na elucidação do porquê da presença destacada de Vargas na memória de camponeses. A forte presença dos direitos sociais nos depoimentos orais revela a *circularidade* de informações ligadas às mudanças nos esquemas de percepção do mundo social pelos camponeses. O que se defende é que o papel de Getúlio Vargas na memória deles vincula-se à sua identificação direta como responsável pela limitação da autoridade e das formas de dominação dos grandes proprietários, que agora poderiam encontrar um obstáculo na força moral da imagem do presidente associado à lei. A lei, portanto, passa a ser um recurso acionado como forma de justificar demandas. Contudo, ela não pode ser considerada um recurso qualquer, possui especificidades que a diferenciam dos demais.¹⁵⁶ Tornou-se assim, de forma não prevista por seus formuladores, ponte que aproximava camponeses e mediadores, permitindo diálogo e simbolicamente, pelo exemplo de “coragem” do presidente, impelindo-os a ação.

A tentativa de ampliação dos direitos sociais aos trabalhadores rurais através da produção legislativa e sua difusão deve ser considerada um indicador revelador. Sua

¹⁵⁵ SANTOS, Leonardo Soares dos. “As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)”. Trocadero: *Revista de historia moderna y contemporanea*. España, nº 17, pp. 77-100, 2005a.

¹⁵⁶ A esse respeito ver BOURDIEU, Pierre.. “A força do Direito – elementos para uma sociologia do campo jurídico.” In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

existência não é, portanto, sem propósito ou sentido, ela se vincula a mudanças mais amplas nos esquemas de percepção acerca do lugar do mundo rural e se insere no projeto maior de nação defendido pelo regime estado-novista. A produção legal e divulgação devem ser entendidas como um projeto que, no mínimo, desagradava aos proprietários rurais. Em boa medida, ameaças utilizadas pelo Estado para controlá-los. Contextualizadas, revelam-se como mais uma iniciativa na busca de legitimação do governo autoritário perante as camadas populares do campo e da cidade. Apropriadas – segundo evidências produzidas pelos próprios camponeses e de forma não prevista pelos seus formuladores – teriam contribuído com elementos simbólicos e materiais para as mobilizações rurais das décadas de 1950 e 1960.

CAPÍTULO 3

TEMPO DA REFORMA AGRÁRIA

“Pelos anos que eu morava aqui, eu tinha direito ao usucapião. Mas chegando lá no sindicato, lá no Incra, fui no Incra pra, pra ser orientado lá, então eles falaram comigo: ‘vamos fazer o usucapião não, vamos fazer uma reforma agrária, porque a reforma agrária vai beneficiar mais gente, e assim vai ser só o senhor beneficiado’. E o Moraes tava botando tudo mundo aí pra fora, descolocando tudo.”

Álvaro Pereira da Silva, Sr. Roldão em 09/09/2001

3.1. A erosão da autoridade tradicional

O período que vai da década de 1960 até a desapropriação da fazenda Santo Inácio, em 1987, produziu duas das maiores especificidades da propriedade quando comparadas às demais unidades cafeeiras da região serrana fluminense. A primeira se refere ao protagonismo dos colonos da fazenda na década de 1960 em conflitos públicos que tiveram visibilidade, documentados pela imprensa comunista, pelos registros da polícia política e destacados pelos depoimentos orais dos trabalhadores rurais.¹

A segunda particularidade, considerada pelos envolvidos como desdobramento da anterior, foi que a Santo Inácio tornou-se a primeira propriedade da região e única da “galáxia de fazendas” – na expressão de um descendente sobre as mais de 22 fazendas da família Moraes adquiridas no século XIX – parcialmente desapropriada para fins de reforma agrária.² As duas especificidades observadas – mobilizações na década de 1960 e desapropriação na de 1980 – guardariam relação estreita com uma erosão da autoridade pessoal dos fazendeiros e prepostos.

O desgaste da dominação tradicional aparece nos depoimentos orais dos porta-vozes autorizados nas inúmeras referências a faltas nos dias de *turma*, boicotes no pagamento da *meia* ou da *renda* e à intensificação do plantio de produtos dela excluídos, cuja comercialização era rentável apenas aos colonos. Sr. Roldão fala do abandono do café o que

¹ Dos periódicos comunistas, ver *Novos Rumos*, editado pelo PCB, edições de 21/08/59, 15/11/63 e 27/03/64; e *Voz Operária*, edições de outubro de 1966 e julho de 1968. Para a documentação produzida pela Polícia Política, os melhores registros são os prontuários de Álvaro Pereira da Silva (n. 34.129), Júlio Joaquim de Oliveira (n. 21.134) e Acácio Fernandes dos Santos (n. 33.634), inclusive com recortes de jornais e panfletos, todos disponíveis no Fundo “Polícias Políticas no Rio de Janeiro”, no APERJ. Além dos depoimentos orais dos porta-vozes, outras entrevistas retrataram as mobilizações, dentre as quais a do Sr. Paulo César Mendonça (junho de 2000); Sr. Antônio Rodrigues (maio de 2001); Sr. Nilo Peçanha (maio de 2001); Sr. Antônio Ferreira (maio de 2001), todas disponíveis no Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

² Sobre o fato de ser a primeira fazenda desapropriada na região ver o levantamento de conflitos rurais no Rio de Janeiro de 1950 a 2000: ALENTEJANO, Paulo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2003. A expressão “galáxia de fazendas” é de Roberto Grey, descendente da família proprietária, para o conjunto formado pelas fazendas pertencentes ao Barão de Duas Barras, aumentado pelo Visconde de Imbé. Além da fazenda Santo Inácio, incluía as fazendas Barra, Bonança, Boa Esperança, Canteiro, Coqueiro, Córrego Alto, Engenho da Serra, Engenho Velho, Freijão, Glória, Grama, Monte Café, Neves, Olaria, Paraíso, Ribeirão, Dourado, Rio São João (em Minas Gerais), Sant’Alda, Santa Maria do Rio Grande, São Lorenzo e Sobrado. FERREIRA, Marieta de Moraes e LEAL, Carlos Eduardo de Castro. “Os barões do Café”. In: *Cinco Séculos de Alianças*. Rio de Janeiro, mimeo, 2001, p. 147.

o levou a deixar de pagar a *meia*, atribuindo aos fazendeiros a responsabilidade por fraudes que justificariam sua opção:

“Dava cinquenta, mas o homem [o administrador] levava tudo lá pra fazenda. Ele... ele ficava com a meia dele, comprava a parte da gente. Só que tem que eles enrolavam os pagamentos da gente. Então no primeiro ano que eu mandei café pra lá pra fazenda, uma porção do café que eu colhi aí, mandei pra lá, ele foi e levou. Quando no ano seguinte, quando o café, o outro café tava maduro, foi que ele pagou aquela colheita, num envelope com sessenta mil-réis. Não explicou quanto que deu o café, quanto valeu. Falei: “ih, é assim? Não vou plantar café não.” Aí deixava café, dava, assim, dez por cento do que eu colhi mesmo, o café eu largava pra lá.”³

O *regulamento* que constava na caderneta dos colonos, na década de 1930, trazia no artigo 3º e no artigo 11º dos cuidados que o colono deveria dispensar com sua própria terra de café, onde “o colono obrigatoriamente dará, pelo menos, duas capinas em suas lavouras de café” e “o colono replantarás suas lavouras de café e nelas não poderá deixar brotos”.⁴ O excesso de brotos diminuiria o tamanho e a qualidade dos frutos e das sementes de café. Para impedi-lo, cuidados constantes do colono no replantio eram exigidos. Ora, se a obrigação está fixada no regulamento, é plausível que já naquela ocasião os colonos estivessem negligenciando os cuidados diante das plantações, indício reforçado pelo relato de Roldão. Mas há outro aspecto aqui. A formalização do contrato impõe constrangimentos aos proprietários e administradores para exigirem novas obrigações para além das estipuladas.

A demora da fazenda em quitar o pagamento da *meia* aos colonos foi retrada pelo Sr. Binó quando disse que “custava a fazer o acerto da conta.”⁵ O que as recordações e o regulamento permitem afirmar é que as atitudes dos proprietários também contribuiriam para o abandono do café. Isso não figurou no depoimento do general Moraes que sintetizou a trajetória das obrigações e do descumprimento delas pelos colonos:

“No tempo do café havia a meia do café. E não havia nenhuma contribuição do colono pela lavoura branca. Acontece que o café acabou e ficou só a lavoura branca. E aí meu pai chegou para eles e disse: ‘— então vamos fazer o seguinte, já que vocês estão plantando milho, que 20% do milho seja para a fazenda.’

³ Depoimento do Sr. Álvaro Pereira da Silva, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*. Todas as falas atribuídas ao Sr. Roldão que integram esse capítulo foram retiradas dessa entrevista.

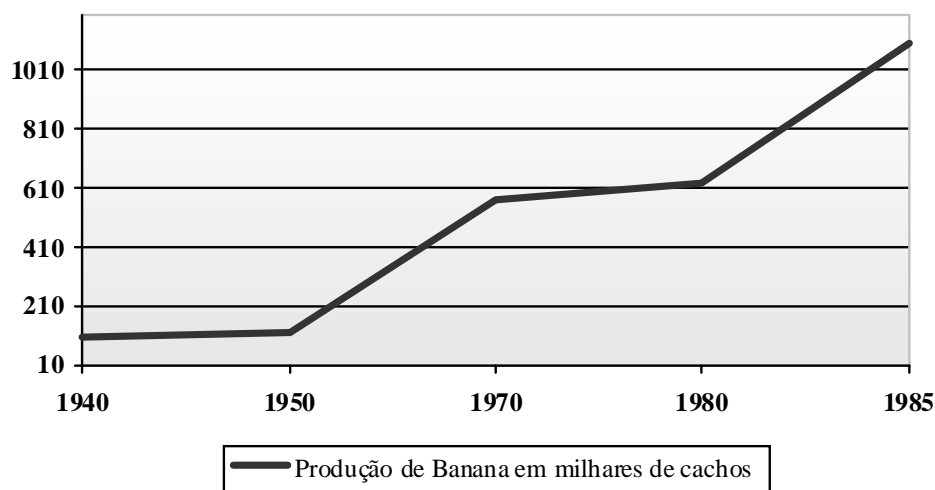
⁴ Caderneta de Colono da década de 1930. Acervo da fazenda Santo Inácio.

⁵ Depoimento do Sr. Juscelino Cândido da Silva, Sr. Binó, em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*. Todas as falas atribuídas ao Sr. Binó que integram esse capítulo foram retiradas dessa entrevista.

Algum tempo deram, depois pararam de dar. E como a banana não estava na combinação, todo mundo passou a só plantar banana”.⁶

O depoimento afirma que os colonos intensificaram o plantio de banana para comercialização pelo fato de ser um produto excluído da *renda*. O plantio da banana foi justificado das mais variadas formas dependendo do entrevistado. Para as lideranças sindicais, o mais importante era assegurar indenização em caso de expulsão da terra, visto que a banana era definida legalmente como “bem de raiz”, o que aumentava os valores das indenizações por benfeitorias em caso de despejo, conforme estipulado pelo Código Civil de 1916. Para os colonos menos envolvidos com a política, prevaleceu o valor de comercialização e o intervalo de corte, em geral bastante curto, variando de 30 a 40 dias.⁷ De qualquer modo, o crescimento da produção de banana no município é espantoso: em 1950 correspondia a 121.718 cachos, saltando para 570.433 em 1970, num aumento de mais de 460%. De 1980 a 1985, anos em que antecederam a desapropriação o aumento foi mais assombroso.

GRÁFICO 02
Produção de Banana em Trajano de Moraes (1940-1985)



Fonte: Censos agropecuários do IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1985. O Censo de 1920 não informavam os dados da produção de banana.

⁶ Depoimento do general José Antônio Barbosa de Moraes, em 25/05/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*. Todas as falas atribuídas ao general Moraes que integram esse capítulo foram retiradas dessa entrevista.

⁷ DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, pp. 181-183.

As iniciativas relatadas pelos depoentes poderiam ser consideradas *formas de resistência cotidiana* que, de acordo com James Scott seriam as principais manifestações da ação política de camponeses.⁸ O que se defende é que essas ações expressam e ao mesmo tempo contribuem para enfraquecer as bases da dominação pessoal do fazendeiro. A análise do gráfico, dos depoimentos, inclusive o do proprietário, permite afirmar que o plantio de banana e sua intensificação ocorreram por iniciativa dos próprios colonos, antes de indícios de uma atuação mais efetiva da militância política. A julgar pelos depoimentos, os boicotes parecem ter sido relativamente tolerados no começo, no que funcionaria como um teste da autoridade tradicional. À medida que os boicotes extrapolavam o nível individual, tornando-se ações coletivas, as tensões entre colonos e proprietários se avolumaram a tal ponto que Juca de Moraes teria chamado todos os colonos no escritório. A conversa, segundo o Sr. Roldão, teria ocorrido nos seguintes termos:

“Ele [Juca de Moraes] foi, chegou pra mim, falou assim: “por causa de que você não dá a turma?” Eu falei: ‘Doutor, não devo turma’.

– “Mas não deve?”

Eu: ‘Não, senhor’.

Ele falou: “Antônio [o administrador], vem cá. Roldão não deve turma?”.

– “Não.”

– “Ué?!”

– “Ele paga a turma dele adiantado. Doutor, é esse que não deve turma.”

– “Ah, pra que chamou ele aqui?”

Então falou comigo: “de agora em diante, você não dá turma, não, mais não. Você só atende a fazenda e num [inaudível] qualquer que for preciso aí, chamar”.

Aí fiquei livre de tudo agora, né? (...) depois, o Velho [Juca de Moraes] morreu. Daí uns anos o Velho morreu.”

Independente de o diálogo ter ocorrido, Roldão passava a não reconhecer a legitimidade do pagamento da turma aos herdeiros, pois fora Juca de Moraes em pessoa que lhe teria conferido a prerrogativa pessoal de abdicar da prestação. Isso aponta para a importância que o falecimento do proprietário em 1962, no mesmo ano da morte do administrador Antônio Cordeiro, teve para as relações entre mão-de-obra e família proprietária. Ambos eram reconhecidos pelos colonos como atores que possuíam autoridade pessoal e legitimidade superior à dos herdeiros conforme exemplificam as lembranças dos porta-vozes dos ex-colonos. Das três pessoas que teriam presenciado o

⁸ SCOTT, James. “Everyday forms of peasant resistance”. In *Journal of Peasant Studies*, volume 13, number 2, january, 1986, pp.5-35.

diálogo que o desobrigou a pagar a turma – Roldão, Juca de Moraes e o administrador – só uma – o próprio Roldão – poderia confirmar. O que se sugere é a elaboração de uma justificava moral para desconhecer a autoridade dos herdeiros.⁹

Não foi apenas a autoridade dos proprietários que se viu erodir na década de 1960. O delegado José Columbano Coutinho de Moraes, da Polícia Civil de Trajano de Moraes, em relatório datado de 11 de fevereiro de 1969, destinado ao Departamento de Polícia Política e Social (DPPS)¹⁰, afirmava que na época que o Sindicato de Trabalhadores Rurais no município “estava em plena atividade, isto é, antes da revolução de 1964, não respeitavam as autoridades policiais e judiciais do município, nem acolhiam suas determinações e solicitações.”¹¹ As resistências cotidianas e a postura diante dos herdeiros podem ter contribuído para a participação dos colonos da fazenda na criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes (STR).¹² As ações do sindicalismo rural em Trajano no começo dos anos 1960 enfrentaram forte oposição. A divulgação dos direitos dos trabalhadores rurais contrariava os fazendeiros e “a coisa era tão feia, tão braba, que a polícia era contra”, disse Roldão, membro da primeira diretoria do STR. Os trabalhadores rurais participavam de atos públicos nas grandes cidades, conforme narrativa do ex-colono: “eu reuni o povo, que a gente ia no Rio, voltava; ia em Niterói, voltava”.

Um trecho do depoimento do Sr. Roldão permite desvelar algumas das conexões que contribuíram para a organização e as mobilizações do STR no começo dos anos 1960:

⁹ Só a condição absenteísta dos herdeiros não explicaria o reconhecimento menor da autoridade deles pelos colonos, mas é possível que, de alguma forma ela tenha contribuído. Para uma discussão que rejeita o absenteísmo como causa principal de mobilizações a partir de casos concretos, MOORE JR, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, [1966] 1983, p. 448.

¹⁰ Segundo Carlos Fico, a polícia política faz parte de uma estrutura repressiva ao lado de outras bases de regimes autoritários, como a espionagem, a censura e a propaganda. As referências que serão feitas daqui por diante à Polícia Política tratam apenas do DPPS (Departamento de Polícia Política e Social), órgão estadual, da Polícia Civil, que não se confunde com as estruturas militares montadas após o AI-5 como, por exemplo, os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) Ver FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹¹ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, “A rota da subversão”, prontuário de Acácio Fernandes dos Santos, pp. 160-161.

¹² Ato Histórico de fundação do Sindicato Rural de Trajano de Moraes, gestão 2001, disponível na sede do STR de Trajano de Moraes.

“Nós estávamos reunidos ali, no alto de Trajano, ali numa casa de um ferroviário que fazia parte conosco, [um] tal de Antônio, Antônio Lopes (...). Nos uníamos com eles aqui, então nós tínhamos muita força, advogado, tinha tudo, nós reuníamos com eles. (...) na casa desse Antônio Lopes, tinha sessenta lavrador. Tava João da Mira, tava eu, que nós era o chefe, né, e o Júlio tava dentro da casa do Antônio Lopes.”

O depoimento destacou a ligação do STR com “um ferroviário”. Tratava-se, como se verá, de liderança do atuante Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina. Além da presença deles, há referência a outro colono da fazenda, “João da Mira”, e a “Júlio” que teria papel chave nas mobilizações. Foi, segundo Roldão, “Júlio que apareceu aí na época com o negócio de sindicato, eu não sabia o que é sindicato, na época não tinha por aqui.” O delegado Columbano no seu relatório de 1969 se referiu a Júlio como “um individuo vindo de fora e que pela atuação ganhou o vulgo de ‘Julião’, cujo nome completo é Júlio Joaquim de Oliveira” e “apesar da sua pouca instrução é altamente politizado, oferecendo perigo”¹³ Contatou-se nos arquivos da Polícia Política que Júlio Joaquim de Oliveira era membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e atuou na organização da sindicalização rural de Trajano de Moraes, tornado-se o primeiro presidente do STR.¹⁴ Júlio possuía na Polícia Política referências ao lado de outros fundadores do Sindicato como Roldão, João Cândido Peçanha, o João da Mira; Manoel Fortunato, José Viana, Manoel Marques e Miguel Francisco, todos colonos da fazenda Santo Inácio.¹⁵

3.2. Esquerdas: descobertas e redescobertas do campo

Explicar a presença de ferroviários e comunistas em Trajano de Moraes, no início dos anos 1960, é tarefa mais complexa do que uma aproximação preliminar poderia supor, visto que os dois grupos são portadores de discursos e representações caras nos depoimentos orais, sobretudo no de Álvaro Roldão, como aqueles que legitimam lutas e a defesa do direito de acesso à terra. A apropriação pelos colonos da fazenda Santo Inácio dessa retórica não pode ser naturalizada, pois resulta, em grande medida, de um processo mais amplo, que é o da alteração de esquemas de percepção sobre o campo brasileiro e seus habitantes, identificando problemas, constituindo demandas e encaminhando

¹³ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuário de Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634.

¹⁴ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuário de Júlio Joaquim de Oliveira n. 21.134;

¹⁵ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, Fichas e Prontuários.

soluções. Para Federico Neiburg “os problemas sociais nada têm a ver com a natureza das coisas, são construídos e consagrados como tais por agentes sociais que, assim fazendo, procuram impor seus próprios interesses, construindo para si mesmos um lugar no mundo que descrevem”.¹⁶ Assim, ações e discursos de ferroviários e comunistas se inserem numa verdadeira descoberta do campo pelas esquerdas que teriam ajudado a romper com concepções que prevaleciam *no e sobre* o mundo rural.¹⁷

Ainda hoje, as interpretações sobre rural e suas populações são permeadas por preconceitos urbanos compartilhados por inúmeros intelectuais. As raízes dessas posturas estão fincadas no pensamento Ilustrado do século XVIII. Apesar de ser um movimento apresentado como símbolo do avanço da razão, da ciência e da defesa da liberdade de expressão, o Iluminismo reiterou algumas das diferenciações no âmbito do Antigo Regime, reafirmando a superioridade das elites letradas “civilizadas” das cidades diante de camponeses considerados “selvagens” que quando não considerados irracionais, eram vistos como dotados de uma racionalidade distinta, muitas vezes incompreendida. Ao longo do século XIX, um conjunto de análises enfatizou, em menor ou maior intensidade, o *conservadorismo* e o *reacionarismo* do campo e dos seus habitantes em condição subordinada, os camponeses, avessos à mudança e transformação social. Destacam-se nessa linha os estudos na *tradição marxista*, inspirados nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, e na “sentença de morte” de Karl Kautsky que preconizava a extinção do campesinato através do avanço da industrialização.¹⁸

¹⁶ NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos sobre Antropologia Social e Cultural*. São Paulo: EDUSP, 1997, pp. 83-84.

¹⁷ Utiliza-se “esquerdas” e não “esquerda” por entender que variadas concepções estão em jogo para os atores que se situam nesse campo político. Este é num sentido amplo, como aquele proposto por Norberto Bobbio para designar as forças políticas referenciadas, em maior ou menor medida, na idéia de igualdade. Comprometidas com a mudança, as esquerdas assumiriam, grosso modo, duas vias: a revolucionária, recorrendo-se ao uso das armas e à violência; e a reformista, que atua por dentro das instituições e nos limites da legalidade. Ver FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. “Apresentação” In: *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, pp. 9-17. Do mesmo modo, não seria adequado pensar uma direita no singular, mas aplicar a mesma pluralidade constatada nas esquerdas, falando assim em direitas. A respeito dessa diversidade, ver TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (org.). *Dicionário crítico do pensamento de direita*. Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad, 2000.

¹⁸ Para um balanço dessas interpretações sobre o rural e os camponeses ver DEZEMONE, Marcus. “Revoluções Camponesas no século XX”. In TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2004a, pp. 71-110.

No Brasil de fins do século XIX a nascente república brasileira, tributária do pensamento ilustrado e do cientificismo, procurou apresentar-se como o regime que asseguraria a manutenção da ordem e alcançaria o progresso. Mas antes de completar uma década o regime sofreria violentas contestações como na Revolta da Armada (1893-1894) e na Revolução Federalista (1893-1895).¹⁹ Foi nesse clima de ameaça que as notícias sobre Antônio Conselheiro e o arraial de Canudos foram recepcionadas na Capital Federal. A resistência implacável levada a cabo pelos homens do campo – os “sertanejos de Conselheiro”, “bárbaros”, “ignorantes” e “fanáticos”, foi usada pela imprensa e pelo Estado para justificar a expedição com mais de 10 mil militares que dizimou a comunidade, estimada pelo Exército em 25 mil pessoas.²⁰

Como já referido, a produção e a difusão das obras dos autores da “geração de 1930”, se não romperam em definitivo com as noções tradicionais sobre o rural, contribuíram para alterar quais seriam as causas de suas mazelas. O campo continuou a ser lugar por excelência do atraso, por oposição às cidades, desenvolvidas e industrializadas, porém, se deixava de responsabilizar à natureza, elementos geográficos e climáticos, ou à composição biológica das populações rurais, o peso da maior responsabilidade. O atraso decorria de causas econômicas e sociais.²¹ Para intelectuais como Nelson Werneck Sodré a principal seria a concentração histórica da propriedade da terra no Brasil.²² Amplas extensões de terras nas mãos de grandes proprietários ou daqueles que se apresentavam como tais, tornaram “latifúndio” e “latifundiários”, categorias que reportavam ao acúmulo de poder econômico, social e político. Ao mesmo tempo, a existência do latifúndio resultava em exclusão e dependência que geravam miséria, fome, más condições de vida, de saúde e de educação. Foi esse acúmulo de poder

¹⁹ FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso.” In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do Liberalismo Excludente*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 45-88, 2003.

²⁰ HERMANN, Jacqueline. “Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.121-160, 2003.

²¹ GARCIA, Afrânio e GRYNSZPAN, Mario. “Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão”. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré, Brasília: Capes, 2002, pp. 311-348.

²² Sobre Nelson Werneck Sodré, ver GRESPAN, Jorge Luís da Silva. “Nelson Werneck Sodré, intelectual engajado”. Papel nesse debate exerceu também o ISEB: ABREU, Alzira Alves de. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)”. Ambos encontram-se In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, respectivamente, pp. 195-208 e pp. 409-431.

e de privilégio, e a luta pela sua manutenção que passaram a ser vistos como causas mais profundas das condições adversas existentes não somente no campo, mas no país.²³ Apesar do debate ter sido travado em termos marxistas, que entendiam o passado brasileiro como atrelado ao feudalismo,²⁴ referência que só seria rompida de modo mais claro na década de 1960, com Caio Prado Jr.,²⁵ era aquela a questão principal, o *leitmotiv* das discussões.

Na verdade, na visão que se afirmou, o atraso do campo, decorrência do latifúndio, operava como uma barreira que, caso não fosse transposta, impediria o desenvolvimento do país, tornando-o vulnerável aos “interesses imperialistas”, que se aliavam aos dos “latifundiários”. As populações rurais, relegadas à pobreza e ao isolamento, com o latifúndio ficariam impedidas de contribuir para ampliação do mercado interno, com reflexos prejudiciais ao processo de industrialização. Os latifundiários, ao terem sob controle as populações rurais, submetidas aos mais variados mecanismos de sujeição, conservavam intactas as bases de poder que lhes garantiam influência nas tomadas de decisão e na implementação de ações políticas.²⁶ Para uma grande parte do espectro político, o desenvolvimento nacional, questão chave na década de 1950, em termos principalmente econômicos, mas também políticos e sociais, passou a ser associado à eliminação do latifúndio. O instrumento apontado para tanto era a “reforma agrária” que, inicialmente defendida por setores das esquerdas, foi ganhando legitimidade crescente. Leonilde Sérvalo de Medeiros demonstra que se chegou ao ponto em que mesmo alguns grupos contrários à medida se viam constrangidos a defendê-la, ainda que buscando esvaziá-la de seu sentido redistributivo e que atacasse a propriedade privada.²⁷ A constituição de 1946, ao prever a desapropriação mediante indenização prévia e em dinheiro era expressão disso. Para tais grupos, a real reforma

²³ GRZYNSZPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p. 209-236, 2007.

²⁴ A publicação do livro *Quatro séculos de latifúndio*, de Alberto Passos Guimarães, reafirmava, em 1963, a idéia da superação do latifúndio como condição *sine qua non* para alcançar o desenvolvimento, rompendo as raízes históricas do atraso de origem feudal: GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

²⁵ PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

²⁶ Para o debate, ver PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme au Brésil: lecture critique d'un débat*. Thèse de doctorat. Paris: Paris V, 1971.

²⁷ MEDEIROS, Leonilde. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLC/USP, 1982.

agrária viria da melhoria das condições de vida das populações rurais, elevando a sua renda e o seu acesso à educação e a serviços de saúde.²⁸

Propondo-se ou não a redistribuição da propriedade da terra, o que vinha se afirmando era a visão de que as populações rurais viviam uma situação insustentável, que deveria e exigia ser modificada. Firmava-se a convicção de que às mudanças necessárias no mundo rural associavam-se ao destino da própria nação. Fundando essas visões, impuseram-se novas categorias de referência ao mundo rural, marcadas por significados distintos das até então utilizadas. No lugar da ignorância, do barbarismo, da selvageria, da irracionalidade e do fanatismo, caros nas interpretações sobre os movimentos rurais na Primeira República na caracterização de seus participantes, tidos como hostis ao progresso e incapazes de sozinhos perceberem os benefícios da civilização, era a luta política contra uma situação social considerada injusta, que produzia indignação²⁹ e principalmente, cujo desfecho se atrelava ao desenvolvimento da nação, que marcava as imagens que se impuseram sobre o rural.³⁰ “Campo” foi aos poucos substituindo “sertão”, palavra que desde o período colonial designava o “interior”. “Sertanejo”, “rurícola” e outros tantos termos de uso corrente, alguns consolidados localmente, foram perdendo espaço para “camponês”. Foi assim que esse termo tornou-se uma novidade na cena política brasileira, nos debates intelectuais e nas discussões parlamentares a partir dos anos 1940 e, sobretudo, na década de 1950 e início da de 1960.³¹

Contribuíram também para que as percepções sobre o rural se alterassem no Brasil, sobretudo, nos segmentos urbanos intelectualizados, simpáticos ou engajados com as visões das esquerdas, devido às revoluções bem sucedidas que tiveram participação de camponeses na primeira metade do século XX, na Revolução Mexicana

²⁸ Veja-se, por exemplo, a posição do patronato em torno do Serviço Social Rural: BARBOSA, Rômulo Soares. *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese de Doutorado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2007, pp. 113-130.

²⁹ Para refletir sobre a indignação, é interessante pensar no seu oposto, a indiferença. A esse respeito ver HERZFELD, Michael. *The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1993, especialmente capítulos 1, 2, 3 e 4, pp. 1-126.

³⁰ A ligação dos rumos da nação aos percursos e percalços do campo aparece identificada em GARCIA, Afrânio e GRZYNSZPAN, Mario. “Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão”. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré, Brasília: Capes, 2002, pp. 311-348.

³¹ MEDEIROS, Leonilde. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

(1911), na Revolução Russa (1917) e na Revolução Chinesa (1949).³² Desde os anos 1940, como visto no capítulo anterior, militantes das esquerdas investiram no campo, como os advogados, caso de Francisco Julião em Pernambuco, e os comunistas que fundaram Ligas em diversos estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Goiás. Isso contribuiu para que no curso da década de 1950, inúmeros conflitos ganhassem dimensão pública. São os casos, por exemplo, do embate entre posseiros e grileiros das revoltas de Trombas e Formoso em Goiás. Ao norte do Paraná, em 1951, a revolta de Porecatú, que contou com o auxílio de militantes do PCB. No sudoeste daquele estado, ocorreram as ocupações de Pato Branco e de Francisco Beltrão, em 1957. No nordeste, em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco, houve o emblemático conflito entre foreiros e proprietário do Engenho Galiléia, que resultou na sua desapropriação, em 1959, na gênese das Ligas Camponesas lideradas por Julião. Naquela década, no sudeste, a Baixada Fluminense seria “território conflagrado” pelas resistências contra os despejos. Tratava-se mesmo da construção da categoria “posseiro” associada à luta política.³³

As mobilizações aconteciam e recebiam visibilidade justamente porque o mundo rural brasileiro atravessava profundas transformações. Origens, formas e ritmos eram bastante diferentes nas várias regiões do país. Em comum, as mudanças produziram e expressaram impactos significativos sobre as relações tradicionais de dominação, criando condições para a sua ilegitimação, além de acompanharem, como uma de suas marcas, uma expulsão generalizada de camponeses das terras onde viviam, sobretudo no interior

³² Sobre tais movimentos e seus impactos na produção intelectual, ver DEZEMONE, Marcus. “Revoluções Camponesas no século XX”. In TEIXEIDA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, p. 71-110, 2004a

³³ Sobre os movimentos enumerados, ver, respectivamente: ESTEVES, Carlos Leandro Silva. *Nas Trincheiras. Lutas pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1950-1964). Uma resistência ampliada*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2007. PRIORI, Ângelo. *A Revolta camponesa de Porecatú. A luta pela posse da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro no campo (1942-1952)*. Tese de doutorado. Assis, FCL/UNESP, 2000. Sobre Pato Branco e Francisco Beltrão há GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. 3ª. ed. Curitiba: Criar Edições Ltda, 2005, que resulta de dissertação de mestrado defendida pela autora na USP. A desapropriação do Engenho Galiléia está detalhada em CAMARGO, Aspásia. *Brasil nord-est: mouvement paysan et crise populiste*. Tèse de doctorat. Paris: Université de Paris, 1973. Para a sessão que aprovou o decreto legislativo, ver PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. “Narrativas sobre o perigo: a desapropriação do Engenho Galiléia e as Ligas Camponesas (1959-1964).” In: *Perseu. História, Memória e Política: Revista do Centro de Estudos Sergio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo. Ano 1, n. 1, 2007, pp. 206-232. Por fim, para os posseiros no Rio de Janeiro, ver GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN, 1987.

das grandes propriedades.³⁴ As cidades, *grosso modo*, foram “invadidas” pelas populações rurais, em modalidades diversas, com sentidos e desdobramentos distintos. A primeira, por aqueles que buscavam inserção no meio urbano com as migrações através do êxodo rural: o migrante que abandonava o campo em busca de emprego nas grandes cidades, percebido na sua dimensão negativa, no inchaço urbano, na periferização e na favelização.³⁵ A segunda, a daqueles que, embora passando a viver em periferias, continuava a trabalhar para as grandes propriedades das quais haviam saído, mas sob novas bases.³⁶ A última, que também passou a se tornar freqüente, foi a dos que reagiam contra esses processos, que procuravam permanecer na terra, resistindo contra expulsões e o arbítrio dos proprietários, que vinham para as cidades pressionar autoridades e buscar o apoio dos segmentos urbanos, realizando manifestações de protesto e reivindicando.³⁷

As demandas dos movimentos camponeses receberiam maior visibilidade se expressas no espaço urbano, entendido, conforme Max Weber, como *locus* de poder e sede das instituições políticas com capacidade de intervenção.³⁸ Entre diversas ações, destacaram-se as ocupações de terras no campo e de prédios públicos nas cidades, já nos anos 1960, que deixaram registros nas notícias de jornais da época, como aquelas no estado do Rio de Janeiro, muitas das quais, lideradas por José Pureza.³⁹ As cidades emergiam como espaço privilegiado para as manifestações camponesas que consagravam a reforma agrária não apenas como a reivindicação principal desse grupo, mas pela noção de que ela era necessária ao progresso da nação, ao considerar o

³⁴ Ver GARCIA, Afrânio e PALMEIRA, Moacir. “Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro”. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: Um século de Transformações*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

³⁵ É interessante constatar que alguns estudiosos afirmam que a lógica dos fluxos migratórios nordestinos, o principal entre 1940 e 1980, embutia o desejo do retorno ao campo após a acumulação de recursos na cidade. Essa visão foi revelada argutamente na idéia de que o *sul era o caminho do roçado*, ou seja, do retorno em melhores condições e posição social ao modo de vida camponês após uma “passagem” na cidade. Embora na maior parte das vezes esse retorno não se concretizasse, enquanto expectativa, ele configurava um elemento decisivo para a opção do deslocamento: GARCIA JR, Afrânio. *O sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero/ UnB/ CNPq, 1990.

³⁶ Na década de 1970 esse grupo ficaria conhecido como bóia-fria. Ver: INCAO, Maria da Conceição d’. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

³⁷ GRZYNSZPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, pp. 209-236.

³⁸ WEBER, Max. “Conceitos e Categorias da Cidade.” In: VELHO Otavio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp.73-96.

³⁹ PUREZA, José. *Memória camponesa*. Organizado por Eliane Cantarino O’Dwyer. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.

latifúndio um óbice ao desenvolvimento nacional. Configurava-se assim, para alguns setores das esquerdas, uma nova visão do campo: a chave para o desenvolvimento, desde que a reforma agrária fosse empreendida.

Foi-se criando, através da chegada mais intensa das populações rurais nas cidades, buscando trabalho, residindo ou manifestando-se, um volumoso contingente sobre o qual o controle tradicional deixava de incidir plenamente. Sua organização e representação passaram a ser objeto de disputa entre agentes que pretendiam se apresentar e serem reconhecidos como porta-vozes, nos termos de Boltanski.⁴⁰ Concorreram agentes diversos como partidos, políticos, religiosos, advogados, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. Uma das formas pelas quais se deu essa disputa foi a criação de organizações que congregavam e pretendiam liderar os camponeses em lutas e reivindicações.

Dentre outros, três agentes atuaram nessa competição: as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica. Atento a isso, o governo João Goulart (1961-1964) não ficou afastado e procurou aproximação dos movimentos camponeses, estabelecendo os termos através dos quais se daria a própria disputa. Um primeiro esforço, que reconhecia a relevância da questão, foi a presença do presidente Goulart (PTB), de Tancredo Neves (PSD), então primeiro ministro, e do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), dentre outros importantes políticos, no I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, conhecido como “Congresso Camponês de Belo Horizonte” ou “Congresso das Ligas Camponesas”, que acabou difundindo o lema: "reforma agrária na lei ou na marra". Um intenso esforço legislativo se traduziu em medidas que reconheciam e estimulavam sindicatos rurais, que proliferaram rapidamente no início dos anos 1960. Foi nesse quadro que os *camponeses* – categoria associada ao atraso e a passividade – agruparam-se, segundo Leonilde de Medeiros, em torno de uma identidade nova – a de *trabalhador rural* – noção cuja associação à defesa de direitos foi reconhecida e consagrada por um documento legal, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963.⁴¹

⁴⁰ BOLTANSKI, Luc. *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982.

⁴¹ MEDEIROS, Leonilde. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989. As medidas do governo Goulart serão retomadas na sua modulação na micro escala de Trajano de Moraes.

A maioria dos mais de quatrocentos sindicatos rurais que surgiram no governo Goulart estava vinculada aos militantes do PCB e a setores da Igreja Católica.⁴² Para os comunistas, a questão chave era estender os direitos sociais ao campo, enquanto os católicos conservadores preocupavam-se em afastar os camponeses das esquerdas e, posteriormente, os católicos radicais atuavam para estimular as mobilizações.⁴³

Apesar da pluralidade de forças em disputa, a visão que se impôs sobre os movimentos rurais no período atribui hegemonia ao grupo que, isolado, mais radicalizou suas ações – as Ligas Camponesas.⁴⁴ Segundo Leonilde Medeiros, as Ligas passaram a figurar no “imaginário sociológico” como um verdadeiro marco de ruptura, a partir do qual era possível proceder à distinção entre movimentos “revolucionários” e “reformistas”.⁴⁵ Depois da Liga do Engenho Galiléia, rapidamente o modelo expandiu-se por vários municípios, chegando a estabelecer núcleos em outros estados. Sua atuação mais intensa, porém, se deu no Nordeste, sobretudo em Pernambuco e na Paraíba, onde se localizava a maior das Ligas, a de Sapé, à frente da qual esteve João Pedro Teixeira, assassinado em 1962.

Um dos principais focos de sua ação foi a luta contra o *cambão*. Prática comum havia muitos anos, ele passou a ser visto como um problema quando os proprietários começaram a cobrar mais dias, intensificando a exploração sobre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que se generalizavam as expulsões. De fato, o aumento do *cambão* operava como uma forma de pressão sobre os *moradores* para que saíssem das grandes propriedades. As expulsões foram também um alvo fundamental das lutas das Ligas. Uma importante dimensão, assinalada pelo próprio Julião, vista no capítulo anterior, era o recurso ao Judiciário, quando advogados, procuravam estender legalmente a permanência nas propriedades ou, em caso de impossibilidade, forçar o proprietário ao pagamento de

⁴² Sobre a quantidade de sindicatos, ver BARBOSA, Rômulo Soares. *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese de Doutorado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2007, p. 192.

⁴³ Por todos, para a atuação da Igreja Católica no campo, ver o clássico da década de 1970, apenas agora traduzido para o português: De KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007 [1970].

⁴⁴ Veja-se como parte desse esforço de consagração JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962; AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984; e o filme *Cabra marcado para morrer*, dirigido por Eduardo Coutinho, documentário, 120 min., 1984.

⁴⁵ MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1995.

uma indenização. Como as expulsões vinham se dando em massa, as indenizações poderiam alcançar tal monta que começariam a operar como um freio às investidas dos proprietários.⁴⁶

Foi também bastante propícia para a afirmação das Ligas a conjuntura em Pernambuco naquele momento. Antônio Torres Montenegro e Tarciana Mendonça dos Santos demonstraram como a eleição para a Prefeitura de Recife, em 1955, de Pelópidas Silveira, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), deslocou do poder os grupos que tradicionalmente controlavam a política local, identificados com o Partido Social Democrático (PSD). Em 1958, a vitória de Cid Sampaio para o Governo estadual, por uma aliança de centro-esquerda reunindo a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o PSB e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) mesmo clandestino. Na eleição seguinte, em 1962, Miguel Arraes foi eleito para o Governo do estado. Identificado com as esquerdas, Arraes abriu mais espaço para os movimentos sociais.⁴⁷

Processo do qual participaram múltiplos atores, à esquerda e à direita, produção da percepção do peso e relevância maior das Ligas à frente das lutas no período não se circunscreve a temporalidade curta da existência daquelas entidades. Um primeiro aspecto para entender essa percepção da hegemonia das Ligas, foi a retomada do interesse intelectual pelas mobilizações rurais do começo da década de 1960, quando, no início dos anos 1980, ocorria a “abertura lenta, gradual e segura do regime autoritário”, em meio a um novo quadro de mobilizações, nas cidades e no campo.⁴⁸ Resultaram disso, trabalhos acadêmicos como o de Fernando Azevedo, de 1982, e Elide Rugai Bastos, de 1984, que separados por dois anos, tinham o mesmo título: *As Ligas Camponesas*.⁴⁹ Essas obras dedicavam pouca ou quase nenhuma atenção a outras

⁴⁶ JULIÃO, Francisco. *Cambão, la face cachée du Brésil*. Paris: Maspero, 1968.

⁴⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres e SANTOS, Tarciana Mendonça dos. “Lutas políticas em Pernambuco... A frente do Recife chega ao poder (1955-1964).” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, pp. 451-488. Ver também CAMARGO, Aspásia. *Brésil nord-est: mouvement paysan et crise populiste*. Tese de doctorat. Paris: Université de Paris, 1973.

⁴⁸ Algumas dessas mobilizações estão listadas em GRYNSZPAN, Mario. “A questão Agrária no Brasil pós-1964 e o MST”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.315-348.

⁴⁹ AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; e BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984.

organizações como as Ligas Comunistas nos anos 1940, fechadas quando da ilegalidade do PCB, consideradas “incipientes”, “frágeis”, “apêndices da estrutura centralizada” conforme revela e critica o historiador Leonardo Santos, que estudou as ações daquelas organizações.⁵⁰ Na realidade, a imagem da reduzida importância das Ligas Comunistas, aumentava e enfatizava o papel e a novidade das “Ligas de Julião”. O próprio termo “Liga” foi adotado pela imprensa conservadora de Pernambuco para remeter o movimento dos anos 1950, às Ligas Comunistas dos anos 1940.⁵¹

O filme *Cabra marcado para morrer*, também de 1984, talvez seja o melhor exemplo da articulação entre a descoberta do campo pelas esquerdas e uma espécie de “redescoberta” nos anos 1980. Envolvido com as atividades do CPC, Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), o então jovem cineasta Eduardo Coutinho participou, no início dos anos 1960, de um projeto itinerante, a UNE-Volante, cujo objetivo era documentar e divulgar a cultura popular no Brasil. Foi passando pela localidade de Sapé, na Paraíba, onde se realizava um protesto contra a morte de João Pedro Teixeira, que o cineasta conheceu a viúva Elizabete Teixeira.⁵² Coutinho resolveu iniciar o filme, abordando a trajetória do líder assassinado, da luta contra o latifúndio, da presença da reforma agrária. Interrompida devido ao golpe, a película só foi retomada na década de 1980, aproveitando-se do material anterior, tratando também da trajetória da viúva e da separação da família, confrontando as duas conjunturas: aquela das esperanças da redemocratização e mobilizações nos anos 1980, com a dos anos 1960, atribuindo destaque maior às Ligas Camponesas.⁵³

⁵⁰ Sobre as Ligas Comunistas, ver SANTOS, Leonardo Soares dos. “As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)”. Trocadero: *Revista de historia moderna y contemporanea*. España, nº 17, pp. 77-100, 2005a.

⁵¹ O nome da organização era “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco” – SAPP. Do conteúdo pejorativo inicialmente atribuído, o termo “Liga” acabou incorporado e difundido pelo movimento: CAMARGO, Aspásia. “Ligas Camponesas”. In: ABREU, Alzira Alves e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2º Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 3122-3124.

⁵² RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000, em especial capítulos I, II e III.

⁵³ A análise do filme de Coutinho articulando os dois momentos aparece em GRZYNSZPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, pp. 209-236.

Há ainda um segundo aspecto que merece ser observado na gênese da idéia de hegemonia das Ligas: o processo combinado, no qual ao mesmo tempo em que se naturalizava sua ação, se construía a idéia de *nordeste* em substituição ao *norte* – denominação da região desde a Colônia e o Império –, que se tornava símbolo do atraso e região-problema do Brasil. Durval Albuquerque Jr. mostra como, de principal pólo da economia colonial, o nordeste consagrou-se durante a República numa área que demandava recursos e investimentos públicos, cuja maior expressão foi a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961),⁵⁴ respondendo à comoção causada quando Antonio Callado publicou uma série de reportagens sobre a “indústria da seca”.⁵⁵

A percepção da preponderância e do poder das Ligas não foi exclusivamente produzida a *posteriori* ou somente pela ação de outros atores. Ela resulta da vitória do lema por elas defendido, “reforma agrária na lei ou na marra”, no Congresso Camponês de Belo Horizonte, de 1961. Foram as Ligas que deram o tom do Congresso, ainda que seus delegados estivessem ali em menor número. A responsável pela realização do evento foi a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), de presença nacional mais efetiva e à qual se vinculava a maioria dos representantes camponeses.⁵⁶ O Congresso de Belo Horizonte foi palco de disputas entre as Ligas e a ULTAB, forças políticas que buscavam consolidar e afirmar a representatividade do campesinato. Na proclamação final do Congresso, fizeram constar:

“As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm, por meio desta Declaração, manifestar sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo

⁵⁴ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN/ ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

⁵⁵ As reportagens de Callado foram publicadas no Diário da Manhã, jornal da Capital Federal, entre setembro e dezembro daquele ano, transformando-se, posteriormente, em livro: CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

⁵⁶ A ULTAB foi criada em 1954, sob influência do PCB. Um de seus principais dirigentes foi Lyndolpho Silva, alfaiate membro do partido que, desde a segunda metade da década de 1940, passou a trabalhar junto aos camponeses do então chamado Sertão Carioca, zona rural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de Lyndolpho Silva guarda semelhança com as de outros militantes do PCB que, atuando junto ao operariado urbano, começaram a ser deslocados para o trabalho político no campo naquele mesmo período. Em seu Pleno de janeiro de 1946 o partido acentuava a importância daquele deslocamento para a organização dos camponeses para a luta política por seus direitos. SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2005b.

objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir as e organizar as forças nacionais que desejem o bem estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil.⁵⁷

O Congresso coincidia com a vinda em massa de nordestinos de origem rural para as cidades do Sudeste, o que tornava os problemas do campo ainda mais perceptíveis e próximos. Por essa via, fortaleceu-se também a noção de que, na base desse êxodo rural estava o latifúndio. Assim, a mobilização camponesa e a ação das Ligas foram vistas, naquela época e nos anos 1980, como decorrências naturais, conseqüências inevitáveis e legítimas da situação existente no campo brasileiro, gerada pelo latifúndio, que se não fosse resolvida através da reforma agrária “na lei”, levaria à radicalização “na marra”.

Se as Ligas foram ator importante na construção dessas visões, principalmente, por sua ação no Congresso Camponês de Belo Horizonte, suas próprias escolhas foram condições para a diminuição da presença efetiva diante de comunistas e católicos. Como já visto, o entendimento de Julião, seu principal líder, era de que os sindicatos rurais seriam entidades inapropriadas à luta camponesa, esvaziando essa forma de organização em benefício de associações civis, modelo das Ligas, que não teriam a tutela e reconhecimento do Estado.⁵⁸ Comunistas e católicos souberam aproveitar as conseqüências dessa opção para ampliar suas bases. Em Pernambuco, por exemplo, nascedouro das Ligas, os sindicatos católicos respondiam por 200.000 filiados enquanto as Ligas Camponesas possuíam 40.000 membros.⁵⁹

Resultantes das próprias mobilizações, no Brasil e no mundo, na primeira metade da década de 1960, algumas análises passaram a destacar uma capacidade de luta e *revolucionarismo* que seriam inerentes ao campesinato. Essa era a tese defendida por Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra* (1961) e expectativa que levou Che Guevara à morte na selva boliviana, em 1967. Editado em vários países com prefácio de

⁵⁷ *Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: abril de 1962, vol. III, nº 12, pp. 433-437. In ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999, p. 546.

⁵⁸ JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Cadernos do Povo Brasileiro n. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

⁵⁹ É evidente que isso não quer dizer que a quantidade de filiados, resulte, automaticamente, em maior ou menor mobilização, mas sim, de que a maioria se afasta das propostas e concepções das Ligas, além de conferir maior reconhecimento e legitimidade política à força que agrega mais membros. Os números são de WILKIE, Mary. *A report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil*. 2. rev. ed. Madison: Wisconsin University., (mimeo).oct. 1967

Jean Paul Sartre, o livro de Fanon teve grande relevância política ao afirmar que os camponeses seriam *a classe revolucionária* no Terceiro Mundo.⁶⁰ Tudo isso se refletiu nas escolhas de alguns líderes das Ligas e na produção de intelectuais no Brasil. Ao mesmo tempo, naquele ano, o jornalista Rui Facó com *Cangaceiros e Fanáticos*, trouxe uma revisão das interpretações sobre movimentos como Canudos, que passou a ser visto de forma positiva.⁶¹ O livro de Facó baseava-se em dois artigos publicados em fins dos anos 1950, na esteira da consolidação da Revolução Chinesa e do maoísmo bem como o sucesso da Revolução Cubana (1959) e do castrismo-guevarismo.

Esse quadro inspirou membros das Ligas Camponesas a criar o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em 1962, no qual defendiam o recurso às armas.⁶² A radicalização não foi exclusiva deles. Marcelo Ridenti destacou a influência do maoísmo e do guevarismo, que idealizavam o homem do campo, apostando na sua mobilização armada como o caminho para a transformação social no que era chamado de “Revolução Brasileira”, nacionalista e anti-imperialista.⁶³ Desde 1961, uma pequena parte das esquerdas brasileiras passava a considerar a opção pela luta armada no campo. Segundo Denise Rollemberg, tratava-se de duas etapas a serem desenvolvidas. A primeira seria pela arregimentação de quadros e recursos materiais nas cidades, cujo objetivo era a preparação da segunda etapa, de organização da guerrilha rural.⁶⁴ A radicalização política reduziu ainda mais a capacidade de agregação de trabalhadores rurais pelas Ligas.

⁶⁰ Para as repercussões políticas e intelectuais, ver DEZEMONE, Marcus. “Revoluções Camponesas no século XX”. In TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, p. 71-110, 2004a.

⁶¹ Para as diferentes representações sobre Canudos e o papel do livro de Facó, ver GRYNSPAN, Mario. “Da Barbárie à Terra Prometida: o campo e as lutas sociais na história da República”. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, pp. 116-155.

⁶² Na década de 1970 esse nome será retomado por outros militantes, numa alusão à cisão das Ligas em 1962.

⁶³ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁶⁴ ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 43-91. Essa concepção, que informava o debate político para parte das esquerdas naquele período, considerava que os camponeses apoiariam a luta armada, o que implicou na estratégia adotada pelo PCdoB, influenciada pelo maoísmo e pelo foquismo guevarista, no envio desde 1966 de militantes para a região do Bico do Papagaio (PA, MA e atual TO) na Guerrilha do Araguaia que acabaria derrotada. GASPARI, Elio. “A floresta dos homens sem alma”. In: *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, pp. 399-464.

Tudo isso contribuía para percepção de um caráter revolucionário latente no campo brasileiro, com potencial explosivo, que poderia e estava sendo explorado pelas esquerdas, e deveria ser contido pelas direitas. Utilizando politicamente a retórica radicalizada de parte das esquerdas, setores conservadores a instrumentalizaram como parcela dos argumentos para justificar o golpe civil-militar de 1964, impondo a representação de que um golpe das esquerdas estaria a caminho, o que justificaria uma “intervenção pontual” na defesa da “legalidade”.⁶⁵ Rasgariam a constituição e desrespeitariam as instituições sob o argumento de defendê-las.

3.3. A “rota da subversão”

O delegado Columbano escolheu um título curioso para seu relatório apresentado ao DPPS em 1969: *A rota da subversão*. O documento aludia às condições geográficas de Trajano de Moraes que “é uma região montanhosa que facilita a luta de guerrilhas.” Além do mais, dela, segundo Columbano, pode-se atingir várias localidades próximas, inclusive o estado de Minas Gerais e o mar através das “praias desertas” de Macaé. Os vários municípios que poderiam ser alcançados pelas matas a partir de Trajano seriam a “rota”. O município serrano teria ainda a hidrelétrica de Tapera que “fornece energia elétrica a todo norte do estado” e que, em razão disso, tornaria o tema da “irradiação da subversão” relevante, “interessando por isso mesmo a Segurança Nacional.” Para o delegado, a chegada de Julio Joaquim de Oliveira no começo dos anos 1960 estaria relacionada a tudo isso.

Há no documento uma “lógica de serviço secreto”, isto é, uma ameaça inflada para justificar e legitimar recursos para debelá-la. O que o delegado desejava eram mais homens, armas e sistema de comunicação, todos descritos como muito precários e insuficientes para fazer frente a tal ameaça que poderia reaparecer. Mas o documento permite, em várias passagens, compreender um pouco das conexões que se estabeleceram entre diferentes atores políticos em Trajano de Moraes, sobretudo antes do golpe, quando seu autor lista e comprova algumas das ocorrências. Nele, sabe-se que

⁶⁵ Embora não trabalhe com termos de representação, mais sim de um golpe iminente, a afirmação é tributária do trabalho de FERRERA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe-civil militar de 1964.” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Esse argumento utilizado pelas “direitas” já aparecia em DREYFUSS, René. *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

o “município nos idos de 1963/64 foi palco de grande agitação no meio rural, agitação esta promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.”⁶⁶ Apesar do delegado localizar o começo da “subversão” no município à fundação do STR, ela, na realidade, é um pouco anterior.

O depoimento de Álvaro Roldão forneceu inúmeras indicações sobre o processo de fundação do sindicato:

“Então nós enfrentamos tudo aí. Aí, por isto, eu reuni o povo, que a gente ia no Rio, voltava, ia em Niterói, voltava, nós tinha muito apoio do doutor Ari..., Ari... Era um magrinho, né? Ele tinha, nós trazia ele aqui em Trajano, ele dava a maior força a nós, né? A superintendência...Ele era da super... da superintendência, então nós movimentamos muito aquilo lá.”

Roldão faz duas referências: a primeira é ao “doutor Ari...” e a segunda à “superintendência”. A última trata-se da SUPRA (Superintendência de Política Agrária), criada e regulamentada em dezembro de 1962 pelo governo Goulart, no bojo de uma sucessão de decretos e portarias relativos à sindicalização rural que foram aprovados juntamente com a emissão de recomendações explícitas para desobstrução dos canais de reconhecimento das entidades pelo Ministério do Trabalho. A SUPRA, por meio do seu Departamento de Promoção e Organização Rural (DEPROR), teve uma forte presença nesse processo. Sua função era, ao lado do Ministério do Trabalho, dar apoio institucional à criação de sindicatos, propiciar-lhes condições de funcionamento e facilitar o seu reconhecimento. Dentre as atribuições principais da SUPRA, incluía-se ainda a implementação da desapropriação por interesse social. Para justificar as desapropriações, entre outros aspectos, a existência de litígios mostrava-se fundamental. Daí que, as ações no campo foram assumindo um caráter de enfrentamento mais claro, com resistências muitas vezes armadas e, principalmente, ocupações de terras. Explicitava-se o litígio social para que se obtivesse a desapropriação.⁶⁷

O “Ari...” mencionado pelo Sr. Roldão foi o deputado do PTB, na realidade membro do clandestino PCB, Aristóteles de Miranda. Em 1962, ele e um grupo de

⁶⁶ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, “A rota da subversão”, prontuário n. 33.634, pp. 160-161.

⁶⁷ Para a SUPRA, ver MEDEIROS, Leonilde Servolo e ARAÚJO, Brás José de. Superintendência da Política Agrária. In: ABREU, Alzira Alves e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2º Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 5616.

políticos comunistas romperam com a orientação da direção nacional do Partidão, que consistia no apoio ao candidato do PTB Badger da Silveira ao governo do estado do Rio de Janeiro, para apoiarem a candidatura de Tenório Cavalcante pelo PST (Partido Social Trabalhista). Este, por sua vez, tinha estreitas ligações com posseiros na Baixada Fluminense. Tenório, dono do jornal *Luta Democrática*, celebrizado pela sua “Lurdinha”, a metralhadora que carregava, procurava ampliar sua base política, tornando-se político estimado no período. O periódico editado pelo PCB, *Novos Rumos* chegou a publicar com grande destaque uma listagem de candidatos “apoiados pelos comunistas no estado do Rio”, em setembro de 1962, Aristóteles Miranda, como “líder ferroviário da E. F. Leopoldina”; Demisthoclides Baptista, igualmente “líder ferroviário da E. F. Leopoldina”; Afonso Celso N. Monteiro, “advogado trabalhista”; Elzio Ramalho, “líder do funcionalismo público”; e Adão Pereira Nunes.⁶⁸ Embora o candidato do PST tivesse sido derrotado por Badger da Silveira nas eleições de 1962, os comunistas elegeram três deputados estaduais – o próprio Aristóteles Miranda, Afonso Celso Nogueira Monteiro e Elzio Ramalho – e dois deputados federais – Demisthoclides Baptista e Adão Pereira Nunes, exatamente os mesmos nomes que tiveram destaque na publicação. Mario Grynszpan considerou que o apoio a Tenório Cavalcante e a atuação do grupo eleito de parlamentares nas resistências aos despejos na Baixada Fluminense teriam contribuído para a vitória nas eleições.⁶⁹ A presença de Aristóteles Miranda na memória de Roldão demonstra que sua ação era geograficamente um pouco mais abrangente.

Prosseguindo no relato, Roldão falou que

“Então um dia nós em Niterói, nós estávamos reunidos lá, quando foi de... de tarde nós subimos. Depois nós fomos ao ministro do trabalho, eu, Júlio, né. E então, aí, menino, tinha dezoito lavradores que nós levamos daqui pra eles conhecer a força que tinha porque o povo tinha medo, então tu levava eles pra mostrar que eles tinham direito, que eles não acreditavam muito assim, na gente, né?”

A criação do sindicato era apresentada aos demais lavradores como um direito assegurado pela lei. Por outro lado, foi incentivada a presença de outros “lavradores”

⁶⁸ *Novos Rumos*, 27/09/1962, p. 9.

⁶⁹ Sobre o grupo e a trajetória dos cinco políticos, ver GRYSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1987, Vol. 2, pp. 247-248.

para assistir as reuniões no Rio e em Niterói. Isto demonstraria, para os demais envolvidos, a legalidade do movimento. Esta teria a capacidade de conferir legitimidade a sindicalização. Esse cálculo pressupõe a expectativa de que aqueles que tivessem participado das reuniões, comentariam com os outros camponeses, ainda receosos de ingressarem no Sindicato. Seria então um dos aspectos que possibilitariam, de acordo com a reflexão diante do depoimento do Sr. Roldão, convencer os demais colonos da validade e das intenções corretas daqueles que buscavam a sindicalização. Seria também a demonstração de que uma autoridade importante, o Ministro do Trabalho, com capacidade de enfrentar e quebrar a poder tradicional, estava ao lado deles, fornecendo-lhes apoio e suporte.

No estado do Rio de Janeiro se verificou de modo recorrente que os sindicatos rurais se originaram de antigas associações civis. No relato do Sr. Roldão a existência de uma associação anterior ao sindicato foi enfaticamente negada. Apesar de não acionar essa memória, ela não corresponde às evidências empíricas localizadas, que revelam a existência da Associação Municipal dos Lavradores de Trajano de Moraes. Essa Associação participou, junto de outras seis associações fluminenses, da criação da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) em julho de 1960.⁷⁰ A FLERJ não se confunde com a FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro). Enquanto a última foi criada na década de 1950 e tinha presença de militantes comunistas, a FLERJ era orientada basicamente pelos setores conservadores da Igreja Católica no campo, ligados aos Círculos Operários Católicos. Na Baixada Fluminense foi comprovada no mesmo período as disputas e competições entre essas organizações pela representação de camponeses. Ao não se lembrar da existência da Associação Municipal, Roldão provavelmente estaria valorizando as ações do seu grupo, mais próximo ao PCB, na criação do Sindicato, apagando a participação dos

⁷⁰ Registro da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro. Registro nº 5.785, Livro A-1 de Pessoas Jurídicas, número de ordem 183. Cartório do 12º Ofício de Niterói. A saber as demais entidades fundadoras: Associação dos Lavradores de Japeri, Associação dos Lavradores de Macaé, Associação dos Lavradores de Virgem Santa, Associação dos Lavradores de Itaguaí, Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados de Vassouras. Este documento foi localizado por GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1987.

católicos. Isto indicaria a presença da Igreja Católica entre os camponeses de Trajano de Moraes em fins dos anos 1950.⁷¹

Novos Rumos revelou, em 1959, que já havia presença comunista em Trajano ao lado dos católicos. O título era “Com a ajuda dos operários os lavradores preparam sua conferência”, numa referência ao encontro de lavradores do qual resultou a FLERJ. A matéria evidencia um efetivo apoio das organizações urbanas às rurais. Nela, dentre os lavradores que haviam se reunido constam os “das fazendas Cantagalo e Rio das Ostras (...) Movimentam-se os lavradores de Macaé, Valença, A. dos Reis, Vassouras, Trajano de Morais e outras localidades para trazerem suas representações à Conferência Estadual.”⁷² Até 1960, conforme comprovado pela fundação da FLERJ com participação da Associação de Trajano, certamente havia presença dos católicos. O apoio de militantes do PCB foi também efetivo, mesmo sem Roldão ter mencionado em seu depoimento. Ele próprio acabou duas vezes preso pelo delegado de Trajano: a primeira, em outubro de 1958; a segunda, em fevereiro de 1959. Em ambas as ocasiões o motivo foi o mesmo. Álvaro Pereira da Silva foi “registrado no artigo 2º, item IV e 9º da lei 1802”.⁷³ A Lei, de 5 de janeiro de 1953, produzida durante o 2º governo Vargas “Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências.” No parágrafo IV do artigo 2º, lia-se “subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo;” enquanto o artigo 9º “Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso.” Claramente, Roldão se envolveu com o “Partidão”, que defendia a “ditadura do proletariado”, declarado ilegal em 1947.

⁷¹ Sobre FLERJ e FALERJ ver GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1987. Ver ainda BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação Sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2008, capítulo 1.

⁷² *Novos Rumos*, 21/08/1959, p. 5.

⁷³ APERJ, Fundo “Polícias Políticas no Rio de Janeiro”, Prontuário de Álvaro Pereira da Silva, n. 34.129, f. 2.

Na entrevista em 2001, Roldão prosseguiu com a narrativa das atividades para fundação do Sindicato:

“Então nós fomos, aí nós... partimos pra lá, pro doutor João Pinheiro Neto. Dezoito lavrador, levamos lá. Lá eles ficaram na sala de espera, e a gente comunicou diretamente com o Ministro do Trabalho, ainda consegui a viagem especial pra eles, recursos pra eles comerem, pra voltarem. Quando subimos, atendeu a gente muito bem.”

João Pinheiro Neto (1928-*) foi Ministro do Trabalho de setembro até dezembro de 1962, durante a fase parlamentarista do Governo Goulart (agosto de 1961 - janeiro de 1963). Destituído em consequência de declarações contrárias ao que considerava a dependência brasileira diante do FMI e dos EUA, estimulada por funcionários e entidades do governo, foi substituído por Benjamim Eurico, seu colaborador próximo e com aceitação entre os dirigentes sindicais. Em julho de 1963, já sob o presidencialismo, João Pinheiro Neto foi nomeado presidente da SUPRA. Sua gestão à frente do órgão foi marcada por uma política agressiva de estímulo à reforma agrária e à sindicalização rural, evidenciada pela criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir), presidida por Sergio Veloso, em convênio com o Ministério do Trabalho e a SUPRA.⁷⁴ A partir de dezembro de 1963, foi criado um grande impasse parlamentar envolvendo a questão agrária. Pinheiro Neto se posicionou na defesa da emenda à Constituição de 1946, substituindo o texto que previa o pagamento das indenizações em dinheiro para os proprietários de terras desapropriadas pelo pagamento em títulos da dívida pública, o que aceleraria as desapropriações. Por esse motivo, a alteração do texto constitucional sofria forte oposição dos setores mais conservadores.⁷⁵

A “viagem especial” para o Rio de Janeiro, mencionada por Roldão, não aconteceu de carro ou ônibus, mas de trem. A mobilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano teria ocorrido em conjunto com o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, um dos mais freqüentes protagonistas de greves no período

⁷⁴ Sobre mais detalhes do homem público João Pinheiro Neto e sua passagem no Ministério do Trabalho e na SUPRA, ver KORNIS, Mônica. “Pinheiro Neto, João.” In: ABREU, Alzira Alves e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2º Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 4646-4648.

⁷⁵ Um detalhado acompanhamento dessas discussões no Congresso Nacional pode ser encontrado no trabalho de CAMARGO, Aspásia. “A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3º Vol. São Paulo: Difel, 1986.

1946-1964.⁷⁶ Em *Novos Rumos* de 21 e julho de 1961, a principal notícia daquela edição foi a “Política de Jânio ameaça marítimos e Ferroviários com desemprego em massa”. Ali se avisava que “a Rede Ferroviária Federal, enquadrada no plano de ‘austeridade’ pretende extinguir algumas empresas ferroviárias e inúmeros ramais considerados deficitários.” Na página seguinte, com destaque, se afirmava que “a tarefa dos Ferroviários é a de procurar mobilizar imediatamente as massas camponesas e as populações ameaçadas para a luta contra a extinção das ferrovias e dos ramais, fazendo de tudo para que medida tão prejudicial ao povo não venha a ser concretizada”.⁷⁷ O Programa de Extinção dos chamados “ramais antieconômicos” foi desenvolvido pelo governo de 1955 a 1977. Para que se tenha uma idéia da sua intensidade, somente no período de 1961-1970 a malha ferroviária nacional foi reduzida a 17,6% do que possuía em 1960.⁷⁸

A Polícia Política acompanhava de perto a mobilização do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, que buscava articular sua luta com outros sindicatos. Numa dessas manifestações, o setor de “informes reservados” da polícia apresentou um Manifesto dos Ferroviários contra a erradicação dos ramais da Leopoldina. Assinaram o manifesto Gil Correa de Assis, presidente; o 1º vice-presidente Antonio Lopes Wanderley da Silva; e o 2º vice Antonio Britto de Vasconcelos. O 1º vice, conhecido como Antônio Lopes, fichado e com prontuário no DOPS, é o homem mencionado por Roldão como militante que freqüentava Trajano de Moraes, apoiando o processo de Sindicalização Rural no município.⁷⁹

A presença e ação de ferroviários junto com a do comunista Julio de Oliveira não teria sido coincidência. Ela aconteceu num dos atos mais importantes do sindicato na memória dos envolvidos com a Santo Inácio: o episódio da “prisão do trem”,

⁷⁶ Sobre a ação do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, sobretudo na Greve da Paridade em 1960 e na Greve da Legalidade pela posse de João Goulart em 1961 ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, em especial capítulo IV, pp. 139-148.

⁷⁷ *Novos Rumos*, 21/07/1961, p. 1 e 2.

⁷⁸ DOURADO, Anísio Brasileiro de F. “Aspectos sócio-econômicos da expansão e decadência das ferrovias no Brasil.” *Ciência e Cultura*. São Paulo, v.36, n. 5, p. 734, maio de 1984. Apud. PAULA, Dilma Andrade de. *Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2000, p. 127, trabalho que é referência sobre o programa de extinção dos ramais da Estrada de Ferro Leopoldina.

⁷⁹ APERJ, Fundo Polícias Políticas, Informes reservados, DESP, DPPS, N - 131 de 19 de agosto de 1963.

tentativa de barrar o avanço do programa de erradicação dos ramais deficitários, que incluiria a remoção da ferrovia que passava por Trajano. Nas palavras de Roldão: “quando eles começaram a arrancar a linha, arrancar lá de [Santa Maria] Madalena, a riscar de Visconde de Imbé, chegou aqui (...) prendemos o trem e tacamos dentro do barracão, botamos uma bandeira brasileira pregada na porta. Respeitando a lei, não é?”.⁸⁰ É curiosa a referência à bandeira como símbolo de respeito à lei estabelecida pelas palavras de Roldão. Ela tornaria um ato ilegal – o seqüestro do trem – legítimo.

O periódico *Novos Rumos* demonstra claramente, em diversas matérias, que as articulações entre comunistas, ferroviários e camponeses tornaram-se freqüentes. A partir de março de 1962, “os comunistas têm participação ativa em todos os congressos em que se vem exigindo uma reforma agrária radical.”⁸¹ A publicação trouxe na íntegra a portaria de Sindicalização Rural e as freqüentes reportagens que a apregoavam indicam que o Partido Comunista tinha real interesse em figurar à frente das lutas.⁸² Nas páginas, os deputados Adão Pereira Nunes e Afonso Celso Nogueira Monteiro apóiam e dão suporte aos enfrentamentos contra as expulsões na Baixada Fluminense.⁸³ A desapropriação da área do Imbé, distrito de Campos, aparece como grande vitória dos camponeses, respaldados pela ULTAB e pelo deputado federal Adão Pereira Nunes sobre os grileiros, assim como o ferroviário Batistinha.⁸⁴ A desapropriação da fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeira de Macacu, mesmo com presença menos evidente de comunistas e ferroviários é apresentada como mais uma conquista dos lavradores que se relacionaria ao PCB.⁸⁵ Manchetes semelhantes se multiplicam num curto espaço de tempo. Apenas no mês de junho, se lê: “Camponeses ocupam terras devolutas em Paracambi (R.J.)”; “Reforma Agrária nas terras griladas de Magé”⁸⁶; “Camponeses derrotam ordens de despejo encomendadas por grileiros”⁸⁷ “Capivari:

⁸⁰ Para outras narrativas dessas mobilizações, ver os depoimentos e indicações coletados em DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987). Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, pp. 141-188.

⁸¹ *Novos Rumos*, 23/03/1962, p. 4.

⁸² *Novos Rumos*, 30/11/1962, e diversos números entre fevereiro e março de 1963.

⁸³ *Novos Rumos*, 1º/02/63, p. 7

⁸⁴ *Novos Rumos*, 19/04/63, p. 7

⁸⁵ *Novos Rumos*, 26/04/63, p. 6

⁸⁶ *Novos Rumos*, 07/06/63, p. 6

⁸⁷ *Novos Rumos*, 21/06/63, p. 6

vitória dos camponeses foi contra grileiros e provocadores.”⁸⁸ A maioria dos conflitos, sem dúvida, acontece na Baixada Fluminense.⁸⁹ Fora dessa região, o eixo Baixada-Campos é o território privilegiado das disputas.⁹⁰ O que há em comum em todos esses casos e que as vitórias coincidem com estações da Estrada de Ferro Leopoldina.

Para o delegado Columbano, o processo de sindicalização rural, na articulação entre comunistas, ferroviários e camponeses, o desrespeito às autoridades e aos fazendeiros era a “subversão” instalada em Trajano de Moraes em 1963 e 1964. O que ele não percebeu é que a verdadeira “rota” não passava pelas matas fechadas da serra ou áreas desabitadas, mas pelos trilhos da Leopoldina (ver anexo 1).

Essa mobilização se insere no processo de produção legislativa e esforços que estimulavam a criação de sindicatos no campo. A promulgação pelo governo Goulart do Estatuto do Trabalhador Rural, em 2 de março de 1963, mais do que estender direitos sociais ao campo, contemplava também a criação de entidades sindicais de grau superior, isto é, federações estaduais e uma confederação nacional. Surge em janeiro de 1964, conforme previsão do Estatuto, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) formada com forte apoio das lideranças da ULTAB, fundada em 1954, de forte presença comunista e com católicos radicais.⁹¹ Recuperava-se aqui a *estrutura sindical verticalizada*, o *sindicato oficial*, o *monopólio da representação* e a *unicidade sindical*, características do decreto de sindicalização rural do Estado Novo, de 10 de novembro de 1944. Dasquelas, a que teve maior dificuldade de ser regulamentada foi a *unicidade sindical*, devido à pluralidade de relações de trabalho no campo, como meeiros, colonos, moradores, posseiros, arrendatários e outras. A solução veio através da categoria “trabalhador rural”, flexível e ampla, definida pela

⁸⁸ *Novos Rumos*, 28/06/63, p. 7

⁸⁹ GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1987, Vol. 2, pp. 247-248.

⁹⁰ Ver ainda o levantamento feito por ALENTEJANO, Paulo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2003.

⁹¹ Ver os verbetes CONTAG e ULTAB. In: ABREU, Alzira Alves e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2ª Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, respectivamente pp. 1512-1513 e p. 5845. Ver ainda GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1987.

prestação de serviço em troca de salário ou produto *in natura*, o que contemplava a multiplicidade de arranjos no mundo rural.⁹²

O significado da reprodução desses princípios é que o Governo impôs, a exemplo do que a Lei de Sindicalização de 1939 fizera com os trabalhadores urbanos, aquele que seria o principal espaço de concorrência entre as forças no campo, delimitando suas escolhas, forçando-as à interlocução. Católicos e comunistas se engajaram fortemente na disputa, criando novas organizações sindicais e transformando em sindicatos antigas entidades civis, como parece ter sido ocorrido com a Associação Municipal dos Lavradores de Trajano de Moraes. Foi assim que, de apenas 5 sindicatos rurais reconhecidos oficialmente em todo o país no começo dos anos 1950, mais de 200 foram constituídos em menos de dois anos. As Ligas Camponesas, conforme visto optaram, em nome da manutenção da autonomia, em não seguir o caminho da sindicalização oficial, o que acarretou perda de espaço para seus concorrentes.

O “herdeiro” político de Vargas se aproveitava do legado recebido para, novamente, tentar ampliá-lo, buscando os trabalhadores do campo. Caio Prado Jr., na época, chegou a afirmar que o Estatuto do Trabalhador Rural era “uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888”.⁹³ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, afirmaram que o primeiro passo em direção às reformas de base foi o Estatuto do Trabalhador Rural.⁹⁴ Defende-se aqui, que a extensão da legislação social ao campo, e principalmente, a organização sindical nos mesmos moldes Varguistas, visava ampliar a sustentação política de Goulart a fim de pressionar o Congresso Nacional para aprovar as reformas de base. Vale lembrar que o governo Goulart não possuía a maioria necessária no Congresso Nacional para reformar a constituição.⁹⁵ É por isso que as reformas de base nunca chegaram a ser enviadas ao

⁹² O Estatuto do Trabalhador Rural contava, no seu artigo 2º, que “Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro.” *Diário Oficial da União*, retificação, 22/03/1963, p. 3033, coluna 1.

⁹³ PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Citado por SANTOS, Leonardo dos. “Estatuto do Trabalhador Rural”. In MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 200-202.

⁹⁴ LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 138-148.

⁹⁵ Ver, LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

Congresso Nacional.⁹⁶ Tratava-se mesmo de criar as condições políticas para aprová-las, o que seria obtido através do estímulo à mobilização popular através de uma série de grandes comícios, cujo primeiro – e o único que aconteceu – foi realizado em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enquanto o último estava agendado para o 1º de maio, em São Paulo, impedido pelo golpe. O Comício na Central do Brasil é repleto de elementos simbólicos, como o fato de Goulart ter discursado no mesmo palanque de madeira usado por Vargas, além das faixas que pediam “legalização para o PCB”; “reforma agrária na lei ou na marra” e “13 de março não é agosto”, com o retrato de Vargas estampado. No velho palanque discursaram várias lideranças populares como Miguel Arraes e Leonel Brizola. A reforma agrária foi tema destacado pelos oradores, como na fala de Goulart, que a considerou “o complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria.”⁹⁷ Para que as palavras não se tornassem fórmulas vazias, numa operação que, assim como Vargas, procurava fazer coincidir o esforço de valorização simbólica com medidas que potencialmente poderiam ter alcances concretos, foi assinado o decreto de desapropriação das terras nas margens das rodovias federais, redigido por João Pinheiro Neto.⁹⁸

A radicalização das forças políticas, tanto das esquerdas quando das direitas culminaram no desfecho golpista. A polarização ideológica se expressou na pronta resposta ao Comício da Central do Brasil através da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, realizada em São Paulo no dia 19, numa iniciativa que se multiplicou pelo país.⁹⁹ Somadas aos atos encarados pelos militares de alta patente como inadmissíveis – a indisciplina e a quebra da hierarquia militar – na Revolta dos Marinheiros, em 23 de março de 1964, e posterior anistia dos rebelados pelo presidente, desequilibraram a

⁹⁶ Diverge-se aqui de Marco Antonio Villa para quem o fato de não ter enviado as reformas de base ao Congresso é considerado uma demonstração da falta de clareza quanto ao conteúdo e de empenho do governo para aprová-las. VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Globo, 2004.

⁹⁷ Discurso do presidente João Goulart no Comício de 13/03/1964. In ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999, p. 577.

⁹⁸ A melhor descrição do comício de 13/03/1964 pode ser encontrada em FERREIRA, Jorge. “O último ato: sexta feira 13 na central do Brasil.” In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 319-373.

⁹⁹ A Marcha paulista e as demais que aconteceram no Brasil foram estudadas por PRESSOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2004.

correlação de forças que Goulart considerava, senão favorável, capaz de fornecer o apoio necessário à consecução de seus objetivos.¹⁰⁰

3.4. “Perdemos a revolução”

As manifestações e reivindicações em torno da reforma agrária por um lado, e a ação revolucionária defendida por setores das esquerdas por outro, foram, em amplo sentido, alteradas após o golpe civil-militar de 1964. As esquerdas radicais no campo foram perseguidas e retiradas de cena. No entendimento do regime, a índole ordeira do campesinato – verdadeira essência da alma camponesa – era perturbada pela infiltração comunista, num único tom “vermelho”, sem perceber propostas conflitantes, suas nuances, diferenças de concepções em jogo. As mobilizações precisavam ser freadas. É nessa ótica que se entende a repressão combinada com o atendimento parcial de demandas, que criava o Estatuto da Terra, a lei 4504, de 30 de novembro de 1964.¹⁰¹

A articulação entre trabalhadores rurais, ferroviários e comunistas foi interrompida pelo golpe civil-militar de 1964, quando o STR foi fechado e suas lideranças presas. Nas palavras de Álvaro Roldão: “tava com o rádio em cima da minha mesa, vi a hora que a gente perdeu a revolução. Eu falei assim, olha... nós estamos perdidos!” O delegado Columbano no seu relatório disse que “na época da revolução foram indiciados em processos de subversão, os seguintes elementos Julio Joaquim de Oliveira (Julião), Joaquim Moreira Mattos; Álvaro Pereira da Silva (Roldão); e Teófilo

¹⁰⁰ Recusa-se aqui qualquer explicação estruturalista ou finalista para o golpe de 1964. Ver o trabalho inovador de FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. Ver ainda o instigante ensaio de REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 29-52. A queixa contra a quebra da hierarquia nos círculos militares era algo tão grave que permaneceu até mesmo 36 anos depois do golpe. Somente em 2001, 21 anos após a Lei de Anistia de 1979, os militares que participaram da Revolta dos Marinheiros, expulsos das forças armadas após 1964, foram anistiados, numa cerimônia cuja ausência do Ministro da Defesa e dos comandantes militares foi notada. *Folha de São Paulo*, 1/06/2001, p. A4. Várias obras recentes realçaram essa interpretação, ver GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, especialmente parte I, “A queda”, pp. 43-125. Para uma sistematização do debate, ver Fico, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n° 47, p. 29-60, 2004.

¹⁰¹ BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, 1995.

Marques (Tozinho).” Além desses, o delegado menciona uma extensa lista de “elementos que na mesma ocasião foram detidos para averiguação”.¹⁰²

Roldão narrou sua prisão e interrogatório em detalhes:

“Eu fiquei no meio da sala com meus dois filhos, e o major veio me interrogar. Aquilo pra mim é brincadeira, acostumado com movimento, né... Não fiquei nervoso (...)

Aí falou assim: – ‘você tá lá em Trajano dando instrução pro comunismo, de comunista!’ Não senhor, doutor, a gente só ensina o que a gente sabe. Eu não sei o que é isso, doutor, como é que eu podia ensinar? Ih! [Risos] (...)

[Major:] – ‘É, mas seu chefe já foi, já correu, que era o João Goulart’. Ué? Meu chefe correu, mas o outro que tá lá é meu chefe também, eu sou brasileiro, tenho que respeitar as ordens do presidente, né? E começou a fazer as perguntas, eu comecei enfrentar aquelas perguntas (...)

Imagens atribuídas aos camponeses, como passividade, ingenuidade e ignorância, foram, segundo o relato, utilizadas por Roldão para se defender e não ser incriminado no interrogatório. No prontuário dele não consta nenhuma informação sobre sua prisão naquela oportunidade. Ela só foi confirmada através de outros documentos da Polícia Política.¹⁰³ É possível que a ficha com as informações sobre suas prisões em 1958 e 1959 não estivesse com o condutor do interrogatório, visto que ela foi anexada ao seu prontuário somente em 1969. Patrick Champagne notou que camponeses franceses lucravam com encenações para turistas do que seria o dia-a-dia no campo, com práticas que em nada se assemelhavam ao cotidiano deles, mas que eram esperadas pelo público, que satisfeito com o atendimento de suas expectativas, retornava.¹⁰⁴ Na realidade, os camponeses franceses, tal como Roldão, usavam os estereótipos e imagens cidadinas para delas se beneficiarem.

¹⁰² Os nomes, envolvendo vários colonos e atuais assentados da Santo Inácio são: Elielson Pereira da Silva, Elias Pereira da Silva, João Candido Peçanha, vulgo “João da Mira”, Elias Vitoriano Vitorio (Rio), vulgo “Elias Bento”, Francisco Teixeira, vulgo “Chiro Iria”, Manoel Peixoto, vulgo “Peixotão”, Ataíde Alves, José Ramon Penavilla, Manoel Marques, Benedito Caetano, Elzo Machado Afilhado, Walter Ramos, Moyses Cesário, José Carneiro, João Apolinário Rocha, Virgílio de Melo, João Santoro, Armando Santoro, José dos Santos e Athayde de Medeiros.

¹⁰³ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. A prisão de Roldão aparece nos prontuários de Júlio Joaquim de Oliveira (n. 21.134) e Acácio Fernandes dos Santos (n. 33.634).

¹⁰⁴ CHAMPAGNE, Patrick. “La fête au village”. In: *Actes de La Recherche*, 17/18, mars. 1977, pp. 73-84.

As prisões após o golpe vieram acompanhadas de outras medidas que atingiram diretamente o cotidiano dos colonos. O fim da ferrovia seria uma recordação freqüentemente acionada nos depoimentos dos envolvidos com a fazenda cafeeira. A “retirada dos trilhos”, isto é, a extinção do ramal ferroviário que passava pelo município de Trajano de Moraes teve implicações profundas. Para o Sr. Binó: “no tempo do trem, a coisa era mais barata. O trem demorava mais a chegar com os mantimentos, mas já vinha mais barato. Depois que acabou o trem, veio tudo na base do petróleo, o petróleo foi subindo, etc., ficava tudo mais caro.”

As mudanças não produziram somente o desemprego de antigos funcionários da ferrovia, desativada em maio de 1967. Apesar de oficialmente qualificadas como “antieconômicas” e seu transporte “ineficiente”, a extinção do ramal levou os pequenos produtores da região à perda de um meio que permitia a comercialização direta da produção. A proposta do governo consistia em substituir a estrada de ferro por rodovias, cujos resultados práticos nos municípios de Miracema, Itaocara, Pádua e Portela, vizinhos de Trajano de Moraes, foram analisados pelo *Jornal do Brasil* em uma série de reportagens:

Os trens já foram retirados e em seu lugar o governo vai construir uma rodovia, quando? Ninguém sabe. O certo é que em dezenas de cidades, os trens foram suprimidos sem que as estradas de rodagem estivessem em condições de substituir as ferrovias. (...) Não há estradas e o trem não vem mais.¹⁰⁵

O balanço de Maria do Carmo Pereira Galvão sobre os efeitos na região serrana indicaria motivos para a constatação do *Jornal do Brasil*, em especial, no comentário sobre Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena:

Geradas pela cafeicultura e articuladas ao porto pela ferrovia, aquelas áreas “perderam seu chão” ao serem erradicados, nos anos sessenta, os ramais ferroviários antieconômicos que as mantinham ainda vivas. A decadência cafeeira não justificava, por sua vez, a implantação de rodovias substitutivas à linha férrea, explicando-se dessa forma, num esquema de acessibilidade rodoviária. Resulta a emergência desses bolsões depressionários, constituídos por municípios tais como Rio Claro, na porção ocidental do Estado; Rio das

¹⁰⁵ *Jornal do Brasil*, em 18 e 25 de outubro e 1º, 8 e 15 de novembro de 1964. O trecho é de 11/10/1964, 1º caderno, p. 17.

Flores, no Médio Paraíba; Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena, na Zona serrana oriental; Cambuci e Porciúncula no Noroeste do Estado.¹⁰⁶

O funcionamento da ferrovia permitia a compra de produtos e o escoamento da produção, tanto dos fazendeiros quanto dos colonos, que sofrem um duro golpe com a erradicação dos ramais pelo governo. Elemento presente desde a construção das relações de colonato no final do século XIX, a ferrovia ajudou na travessia da crise de 1929. Apesar de não integrar os termos do contrato de colonato, “o trem” era percebido pelos colonos como uma condição indispensável para sua reprodução social. Não foi à toa que uma das primeiras atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi lutar – e obter grande apoio – para mantê-la.

O golpe e a prisão de lideranças, a extinção da ferrovia, e o declínio acentuado do café parece ter impulsionado os proprietários da fazenda Santo Inácio a empreenderem, de forma mais incisiva, a substituição da produção cafeeira pela pecuária extensiva. A insistência no cultivo do café foi atribuída pelo general Moraes ao pai: “quando houve a crise do café, todo mundo lá [em Trajano de Moraes] ainda com dinheiro saiu do café e foi para o boi. E meu pai achou que o café ia voltar.” A introdução da pecuária em pequena escala teria sido feita “em [19]52, [19]53”, mas a decisão de intensificá-la competiu aos herdeiros: “aí nós começamos a transformar a fazenda em fazenda de gado. Por que antigamente só tinha pastagem na fazenda para os animais de serviço, de bois e burros da tropa. O resto tudo, tudo era café!” Estima-se que até o começo da década de 1960, moravam e trabalhavam mais de cem famílias de colonos na fazenda.¹⁰⁷

No curso do processo de substituição dos cafezais teria ocorrido um dos episódios mais marcantes para os entrevistados, referência em todos os depoimentos: a entrada do gado pertencente à fazenda em áreas que seriam, segundo os colonos, lavouras alimentares e comerciais de seus sítios. Para o general Moraes, os colonos

¹⁰⁶ GALVÃO, Maria do Carmo Pereira. *Contradições e ajustes de um espaço desigual*. Revista do Rio de Janeiro, Niterói-RJ, v.1, n.3, p. 95-109, 1986, pp. 101-102. Apud PAULA, Dilma Andrade de. *Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2000, p. 258.

¹⁰⁷ Depoimentos diversos, entre eles general José Antônio Barbosa de Moraes, em 25/05/2001; Sr. Paulo César Mendonça, 06/06/2000; Sr. Binó, em 10/09/2001; Sr. Nilo Peçanha, maio de 2001; Sr. Álvaro Roldão, 1º entrevista, em 01/07/2000, e 2º entrevista, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

foram avisados que o gado seria colocado nas terras, dando-lhes os meios necessários para a proteção dos cultivos:

“Aí eu cheguei e falei: “- Olha, aqui não pode continuar assim, vamos cercar a plantação de vocês e vamos colocar o gado”. Aí peguei arame, botei na casa de cada um e falei: “- Vamos ver se até o dia tal vocês cercam”. Aí eu cerquei o pasto, uma área grande que incluía tudo, era só eles cercarem a área de plantação, isolando essas áreas. Aí depois de muitas vezes eu perdi a paciência. Peguei o gado e botei no pasto.”

No entanto, para os ex-colonos prevalece que o gado foi intencionalmente colocado a mando do fazendeiro para pastar nas lavouras e com isso destruir seus cultivos em duas ocasiões. Segundo o Sr. Binó, que não participou das lutas e não se tornou assentado, o episódio é atribuído ao próprio Juca de Moraes: “o pai do seu José Antônio achou de botar boi aí na lavoura dos colonos. Cercar só a casa e o resto botar boi”. O gado, para Sr. Binó, não foi colocado para pastar na roça em outras áreas da propriedade: “foi só pra lá, só. Córrego de Ouro e Caixa d’Água. Porque, aí, eu não posso explicar, por causa de, porque queria acabar com uma série de colonos. Pra cá [Retiro], não, pra cá não.” A imputação ao proprietário, falecido em 1962, e não aos herdeiros, poderia estar relacionada a um menor desgaste e até mesmo ao reconhecimento da autoridade dos herdeiros, que não teria sofrido a mesma erosão constatada nas outras fazendas que formavam a Santo Inácio – Retiro, Santo Inácio, Montes Claros e Calambau. Mais do que isso, o que o depoimento sugere é uma relação entre a colocação do gado e as áreas de colonos mais mobilizados – Caixa D’Água e Córrego do Ouro.¹⁰⁸

A referência ao “gado na roça” não foi exclusiva da memória de colonos da fazenda Santo Inácio. A atividade cafeeira no Brasil no início da década de 1960 atravessava uma superprodução que teve como consequência a queda dos preços do café. Em resposta, o governo federal desenvolveu o “Programa de Erradicação de Cafeeiros” que estimulou fazendeiros a destruírem cafezais entre 1962 e 1967. A expectativa era de que a diminuição da oferta recuperasse os preços ao mesmo tempo em que ajudaria na conversão dos produtores rurais para outras atividades econômicas

¹⁰⁸ Complementando essa visão, em depoimento de outro não-assentado, foi afirmada uma provável relação entre a colocação do gado a mando do General e o fechamento do STR. Cf. DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, p. 203.

mais rentáveis. O programa foi diretamente responsável pela redução de 1,4 bilhões de cafeeiros, mesmo com duas suspensões, uma em fins de 1963, devido a geadas no Paraná, e outra, de 1964 a 1965, em consequência da crise política. Outros 600 milhões de cafeeiros foram eliminados no período espontaneamente pelos fazendeiros, na maioria das vezes, através da substituição dos cafezais pelas pastagens direcionadas à pecuária extensiva.¹⁰⁹

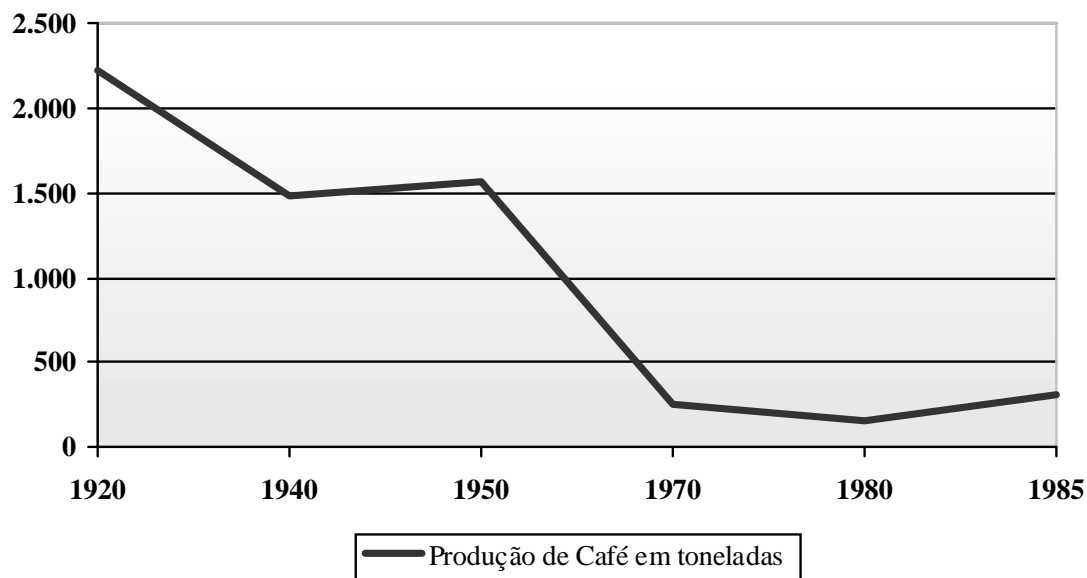
A produção de café no estado do Rio de Janeiro correspondia, no período, a menos de 1% do total nacional. Muitos fazendeiros fluminenses que se dedicavam ao cultivo do café optaram por trocá-lo pela pecuária. Segundo Leonilde Medeiros e Sérgio Leite a passagem dos cafezais a pastagens foi amplamente difundida nas grandes fazendas do estado, desde a década de 1930, diante dos efeitos da crise de 1929. Dentre outros propósitos, os grandes fazendeiros pretendiam assegurar a legitimidade da posse de vastas extensões de terra.¹¹⁰ Em Trajano de Moraes, a produção de café diminuiu de 1561 toneladas em 1950 para apenas 248 toneladas em 1970. A série histórica de 1920 a 1985 mostra o quanto a queda foi acentuada:

¹⁰⁹ Edmar Bacha considera que o programa foi resultado da superprodução observada desde 1957/58, que levou os países produtores a um acordo mundial com o objetivo de sustentar os preços em dólares, reduzindo o plantio e colheita do produto: “o programa de erradicação de 1962/1967 foi uma resposta ainda mais drástica à superprodução do que a queima espetacular de 78 milhões de sacas de café no período 1931/1944.” A queda foi tão brusca que a produção estacionou em 20 milhões de sacas por ano, deixando de cobrir o volume necessário para o consumo externo (17-19 milhões de sacas) e interno (6-8 milhões de sacas). Na década de 1970 o governo federal se viu obrigado a financiar o replantio. BACHA, Edmar. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcellino Martins/ Johnson Exportadores, 1992, pp.78-82.

¹¹⁰ LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. (Org.). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRS e UFRRJ/CPDA, 1998, pp. 117-160.

GRÁFICO 03

Produção de café em Trajano de Moraes (1920-1985)

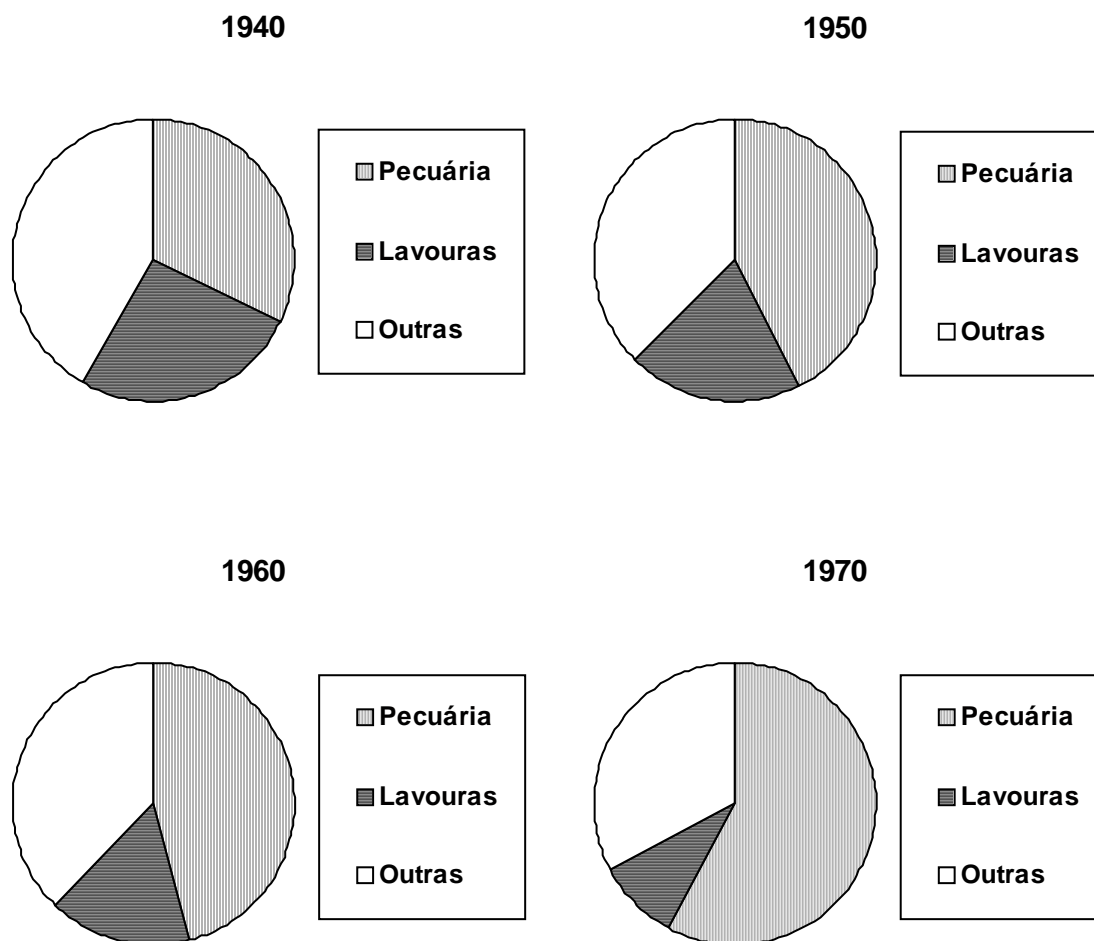


Fonte: Censos Agropecuários do IBGE, 1940, 1950, 1970 e 1980 e 1985. Os dados de 1960 foram disponibilizados por estado da federação.

Quanto à ocupação das terras, nota-se que a pecuária usava 45% das áreas agricultáveis em 1960 contra 17% dedicados à lavoura; em 1970, este percentual seria alterado para 58% contra apenas 9% de áreas de lavoura. A evolução das áreas ocupadas de 1940 a 1970 revela a intensificação do processo entre 1960 e 1970, num ritmo maior que entre 1940 e 1950.

GRÁFICO 04

Ocupação das terras em Trajano de Moraes (1940-1970)



Fonte: Censos Agropecuários do IBGE, 1940, 1950, 1960 e 1970.

Entre os desdobramentos da expansão da criação bovina diante das lavouras, Diógenes Pinheiro destacou a desagregação das relações de colonato, devido à grande quantidade de trabalhadores rurais que não foram absorvidos como mão-de-obra na pecuária.¹¹¹ Combinados, o fim da ferrovia e o avanço da pecuária reduziram a população do município, que em 1960 era de 15.821, para em 1970 chegar a 12.738 habitantes, num recuo de 19%, a maior queda percentual na série no século XX,

¹¹¹ PINHEIRO, Diógenes. *Sindicatos e Associações em Trajano de Moraes, Rio de Janeiro: um estudo sobre a diferenciação da representação política dos pequenos produtores nos anos 80*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1993.

atestando a intensidade do processo. A variável do crescimento da população residente no município foi a pior da região com 2,14% negativos. Este índice foi próximo ao dos municípios vizinhos, com perfil econômico semelhante, que atravessavam os mesmos problemas.¹¹² Os antigos colonos, desocupados em consequência da substituição dos cafezais pela pecuária, não mais conseguiam abrigo em outras fazendas, que também reduziam a necessidade de trabalhadores em virtude da criação bovina, conforme percebido pelos depoimentos orais. Desse modo, o que as evidências sugerem é que a alteração mais significativa no início da década de 1960, para colonos e fazendeiros, foi o fim da circulação pelas fazendas da região. Segundo Sr. Binó, não se “encontrava mais casa para morar”, isto é, residir e trabalhar numa propriedade. O leque de possibilidades para escolhas dos colonos se reduzia, pois a saída de uma fazenda seguida pela entrada em outra se viu eliminada. O ponto central é que era exatamente essa a alternativa que permitia a reprodução social dos colonos, que firmavam novos contratos com outros fazendeiros e permaneciam no campo. Com isso, restavam, grosso modo, poucas opções aos que se viam diante da expulsão iminente: migrar e buscar vida nova, tanto em áreas de fronteira agrícola quanto nas cidades ou permanecer nas fazendas, resistindo.

Comum nas fazendas da região, a colocação do gado para pastagem nas roças dos colonos os forçava a abandonarem as terras, aumentando as áreas dedicadas ao pasto e eliminando as plantações, provas materiais para pleitear pagamento de indenização. Mas esse movimento não foi isento de implicações para os proprietários. Ao expulsarem da terra os trabalhadores, eles, de forma não prevista, minavam suas próprias bases de sustentação e clientela política. Ajudaram, com a substituição dos cafezais e a saída da mão-de-obra, desde a década de 1930, a agravarem seu declínio político, eliminando aos poucos seus currais eleitorais.¹¹³

¹¹² Com variação positiva entre 1960 e 1970, em ordem decrescente: Nova Friburgo + 2,57%; Cordeiro +2,10%; Cantagalo + 0,69%; Sumidouro + 0,32%; Carmo + 0,14. Com variação negativa, após Trajano, todos municípios limítrofes: Duas Barras – 1,88%; Santa Maria Madalena – 1,68%; São Sebastião do Alto – 1,53%; e Bom Jardim –0,92%. A média do estado foi de + 2,97%. Dados do CIDE, *Taxa de crescimento da população residente segundo as regiões de governo e município* (1940-2000), 2004.

¹¹³ Essa questão foi tratada em outra ocasião, quando as trajetórias de fazendeiros da região foram comparadas com a de João de Moraes Souza, conhecido como Joãozinho de Moraes, quatro vezes prefeito do município. Apesar de ter substituído a cafeicultura pela pecuária, ele não expulsou os antigos colonos e empregados da sua fazenda, a Olaria. Pelo contrário, manteve a mão-de-obra nela, servindo

Ao contrário do que parecia ser a regra na época, a atitude feita geralmente a mando ou em nome dos fazendeiros, não foi aceita passivamente na fazenda Santo Inácio. Todos os relatos afirmam que os animais foram expulsos das áreas de cultivo dos colonos e colocados fora dos limites da propriedade. A reação dos colonos ao expulsarem o gado teria surpreendido o proprietário. Nas palavras do General:

“Eu cheguei lá, nunca pensei que aquele pessoal lá tivesse com tanta agressividade que eles estavam. Vieram para cima de mim, eu achei ruim com eles: “- então vamos para a polícia”. Aí fomos todos para a polícia, porque eles pegaram o meu gado e botaram na estrada. Aí fomos para a polícia, veio reforço de Macaé [do Forte do Exército em Macaé].”

A ação policial combinada com as forças do Exército resultou na prisão de alguns colonos, além do envio de dois deles para o DPPS – João Peçanha, o João da Mira e Manoel Fortunato.¹¹⁴

De acordo com o Sr. Binó, após a colocação do gado na lavoura “o pessoal da reforma, etc., do sindicato, bateu em cima” e “aí veio à reforma. (...) Aí, juntou o sindicato forte, etc., e entrou os homens da lei, a reforma entrou aqui.” A invasão do gado é considerada como o marco de uma trajetória cujo desfecho foi a desapropriação – na expressão nativa, a “reforma agrária”. Note-se que o “sindicato forte” e os “homens da lei” são apresentados como agentes com intromissão relevante para o desfecho.

Sr. Roldão realça seu papel no processo de resistência à invasão da lavoura, dando a seguinte “orientação” aos colonos: “corta tudo [a cerca] e bota o gado na rua, não deixa comer, esse gado comer lavoura de vocês, que vocês vão ficar sem nada, né? Vocês têm que enfrentar deixa vir o que vier.” Segundo o ex-dirigente sindical: “Eu comecei a defender o povo, comecei a enfrentar, orientar... Porque eu vim para cá bastante orientado. E comecei a falar para o povo: – Não é assim”.¹¹⁵

como base política e seus correligionários. DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004.

¹¹⁴ Na documentação consultada na Polícia Política somente foi encontrado o prontuário de João Cândido Peçanha, enquanto não havia nenhum tipo de referência a Manoel Fortunato. APERJ, fundo Polícia Política no Rio de Janeiro, Fichários e Prontuários.

¹¹⁵ Depoimento do Sr. Álvaro Roldão, 1º entrevista, em 01/07/2000. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

O que significaria “eu vim para cá bastante orientado”? Sr. Roldão, participou da fundação do STR, junto de Julio Oliveira, militante do PCB, e de membros do Sindicato dos Ferroviários. Além disso, o antigo colono possuía uma forte memória, comum na região, que associava leis e combate ao arbítrio a Getúlio Vargas. Mas o atributo acionado no seu relato que unifica as referências é outro:

“o povo aqui não tem coragem, não. E pra criar sindicato aqui, olha, eu sofri, sofri mesmo, porque o povo tinha medo, fazendeiro dominava isso aqui, o povo tinha medo, então você entrava como lavrador: eu falava; vocês deixa de ter medo, porque a coisa não é assim, não, vocês tem que ter coragem pra defender o que é de vocês.”

Além da “coragem”, é possível perceber no testemunho da liderança camponesa outros elementos que auxiliaram na resistência: “Aí eu fui, tinha avisar a Federação, doutor Acácio, que era um escuro, que morava em Brasília, que vivia muito aqui. Era um camarada bom à beça, né. Deu a maior força.” O relato registra a “maior força” de “doutor Acácio” da “Federação” que teria sido avisada por Roldão. Acácio Fernandes dos Santos ao contrário do que a qualificação de doutor sugere não era advogado. Ele foi presidente da FETAG-RJ (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro), prevista pelo Estatuto do Trabalhador Rural. Sua intervenção ajudou a ligar o conflito local à esfera estadual e até mesmo nacional, devido às conexões com a CONTAG, pois Acácio foi diretor da entidade e “vivia muito” em Trajano.

“Vivia” tanto em Trajano, que em 22 de agosto de 1968, Acácio Fernandes dos Santos, na condição de presidente da FETAG, participou de um “comício sobre ruralismo” realizado no município serrano. Naquela ocasião, Roldão foi mais uma vez preso, desta vez quando transportava panfletos convidando os trabalhadores rurais para a “grande reunião” que aconteceria na praça principal da cidade (ver Anexo 2). O material apreendido não aparentava possuir nada que possa qualificá-lo como “subversivo”, apenas convidava para a exibição de vídeos antigos, conforme conclusão posterior, em relatório do DPPS de Niterói.¹¹⁶ No seu depoimento, o colono da fazenda Santo Inácio afirmou que “não sabia nem ler nem escrever” e que “não era comunista” e, desde 1964, “nunca mais esteve envolvido com negócio de sindicato”. Teria falado

¹¹⁶ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuários, Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634, p. 57.

ainda que “recebeu o material de Jorcílio de Souza”, desconhecido, segundo consta no depoimento e não tinha idéia do conteúdo.¹¹⁷ Esse episódio teria motivado o delegado Columbano, responsável pela prisão e interrogatório, a enviar, no ano seguinte, o relatório “A rota da subversão” ao DPPS de Niterói. Ele havia constatado que no “comício” participaram “elementos que estiveram envolvidos com Julião [Júlio de Oliveira] e indiciados em processos de subversão, tais como Siqueira e Jorcelino de Souza, de Conceição de Macabu, e Roldão, de Trajano de Moraes.” O delegado imediatamente fez menção a “elementos” de “Glycério, distrito de Macaé” que “possui forte contingente de antigos empregados da Estrada de Ferro Leopoldina” que estiveram no comício.

Em “termo de declaração” realizado em Trajano de Moraes, datado de 25 de abril de 1969, o delegado Columbano respondeu as perguntas de Oscar de Lima e Cirne Filho, delegado do DPPS de Niterói, responsável pela sindicância que iria averiguar “A rota da subversão”. No depoimento tomado de Columbano, ele deixou transparecer seu verdadeiro temor com a “reunião” que chamara de “comício”, realizada no município em agosto de 1968, cuja apreensão de panfletos o levou a procurar Niterói com seu relatório. Ele afirmou ao superior que “ocorreram algumas divergências entre fazendeiros e lavradores por questões de pagamentos de salários e indenizações por benfeitorias, que os fazendeiros em sua maioria não desejam quando dispensam os colonos trabalhadores, indenizá-los na importância a que os mesmos se julgam por direito”. O delegado local disse ainda que geralmente é procurado por ambas as partes, resolvendo quando trata-se de “questão de polícia” ou encaminhando-os ao juízo quando de direito.¹¹⁸ O “termo de declaração” tinha ainda diversas passagens que diminuía o tamanho da ameaça, cuja mais significativa era a afirmação que a “subversão” já é fato “inteiramente superado e que ocorrera nos idos de 64, isto é, antes da revolução.” A “rota” de Columbano caía em total descrédito diante do enviado do DPPS.

¹¹⁷ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuários, Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634, p. 57.

¹¹⁸ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuários, Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634, p. 153.

A visita do delegado do DPPS de Niterói para verificar *in loco* o relatório de Columbano não foi a única que Trajano de Moraes teve em 1969: o “Comandante Miranda”, do SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão de espionagem, esteve no município para coletar dados sobre a FETAG e também diante da queixa de um “fazendeiro contra advogados da FETAG”, e que fora feita “diretamente àquele órgão”.¹¹⁹ Têm-se aqui evidência de resistências contra expulsões que, em conformidade com os depoimentos, devem-se ao gado que é colocado na lavoura. Têm-se ainda outra motivação para o delegado local procurar o DPPS: apresentar tais conflitos como questão de segurança nacional, o que traria (e de fato trouxe) atenção de órgãos repressivos superiores em Trajano de Moraes.

O que estava acontecendo na região serrana em 1968, numa conjuntura nacional marcada pelo aumento das oposições ao regime, era uma tentativa de reorganização do movimento sindical, aproveitando-se das redes estabelecidas no pré-1964, ao que parece, para resistir às expulsões, através das conexões entre Álvaro Roldão, ex-ferroviários e Acácio. Isto levou a FETAG a Trajano de Moraes, na virada da década de 1960 para 1970, coincidindo com o início do ápice da repressão do regime militar, inaugurado em 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº. 5.¹²⁰ É interessante que o AI-5 não aparece como referência marcada explicitamente pelos depoimentos orais. No entanto, depois dele, o volume de informações e pedidos produzido pela Polícia Política aumenta consideravelmente.

A repressão pós 1968 acompanhava de perto a FETAG, que passou a ser bem monitorada, como revela uma correspondência que consta nos arquivos da Polícia Política e ao que parece, foi entregue por um informante não identificado.¹²¹ No documento, com nome e assinatura de Acácio, datado de fevereiro de 1969, o líder camponês escrevia aos dirigentes dos sindicatos no campo fluminense, convocando-os

¹¹⁹ Depois verificou-se que o “Comandante Miranda”, era na realidade o “Sr. Miranda”, civil que aparece dessa maneira em outros documentos remetidos pelo SNI ao DPPS. APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuários, Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634, p. 151.

¹²⁰ O AI-5 autorizava o presidente a fechar o Congresso Nacional; restabelecia a cassação de mandatos eletivos, a suspensão de direitos políticos; cerceava o *habeas corpus*; assegurava a incomunicabilidade de presos por 10 dias; e tinha prazo indeterminado, dentre outras medidas atentatórias aos direitos civis e políticos.

¹²¹ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuários Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634, p. 51.

para uma reunião no mês seguinte, que pelos termos do AI-5, estaria proibida. Afirmando que “estamos fiscalizados por forças contrárias ao nosso Movimento de Federações e sindicatos, que querem nos amesquinhar e destruir completamente”, para o autor da missiva:

“existem elementos contrários que estão fazendo tudo para infiltrar-se nas federações e sindicatos a fim de provocarem agitações e tentarem comprometer nosso sagrado movimento! E ainda essas mesmas pessoas que aqui já tivemos comprovado um caso, estão deturpando ou dizemos o fazemos, informando os serviços e outros órgãos, coisas que não existem realmente para provocar o fechamento dos nossos organismos.”

As instruções seguintes eram claras: “o presente documento deverá ser inutilizado depois de lido e compreendido, para que esta luta fique a mais reservada possível, pois temos que ter muito cuidado com a milicada que anda solta por aí.”

O DPPS de Niterói solicitou um exame grafotécnico a fim de confirmar se a assinatura da carta era mesmo de Acácio, tendo o laudo afirmado que diferia daquela que constava nos registros de identificação, portanto, falsa. Pode ser que o presidente da FETAG desconfiasse da “infiltração”, e enviou a carta para confirmá-la, de modo a não se incriminar. O fato é que o responsável pela sindicância, novamente Oscar de Lima e Cirne Filho, o delegado do DPPS de Niterói que esteve em Trajano, escreveu em seu relatório final de 11 de dezembro de 1969 que “Acácio costuma comunicar a esta Delegacia a instalação dos Sindicatos, que lhe estão afetos, nos diferentes municípios.” E “a permanência do referido Acácio na presidência da Confederação [Federação] até a presente data leva-nos a crer que o mesmo não esteja envolvido em subversão, salvo prova em contrário.”¹²² A correspondência encontrada na documentação da Polícia Política demonstra quanto e como ela acompanhou de perto as ações no campo.

As preocupações de Acácio não eram infundadas. Em 16 de maio de 1969, o jornal fluminense a *Gazeta do Povo* estampou a seguinte manchete: “Inquérito ou intervenção para desmascarar “donos” da FETAG”. A medida extrema, segundo o periódico, se justificaria devido às “denúncias comprovadas” de corrupção e subversão envolvendo a Federação, mencionando dentre outras provas o comício ocorrido em

¹²² APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuários Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634.

Trajano de Moraes em agosto de 1968, junto da apreensão “em flagrante” pelo delegado Columbano que “interceptou material considerado subversivo” e que até aquela data não teriam sido apuradas.¹²³

As margens de ação política em Trajano de Moraes e para o sindicalismo rural fluminense foram sensivelmente estreitadas após o AI-5. Isso não quer dizer que a repressão fosse branda de 1964 a 1968, mas pelo exame da documentação, constata-se que ela se intensifica. Exemplifica isso a atenção sobre a FETAG e a apresentação dos conflitos pelo delegado Columbano como “questão de segurança nacional”, casos de “subversão”, valendo-se das condições gerais da época. O que isso permite concluir é que perseguições não eram impostas exclusivamente de cima para baixo, na estrutura das forças do Estado; na base, atores como Columbano agiram para colher benefícios. O comício e a apreensão de panfletos que aconteceram em agosto de 1968, só foram transformados no relatório “A rota da subversão”, enviado ao DPPS, depois do AI-5, em fevereiro de 1969. Apesar da sindicância do órgão ter desqualificado as teses do autor do relatório, que poderia levar ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional, a ameaça não estava afastada e as lideranças camponesas não tinham como saber do resultado dela. Se bem examinado, o período difícil inaugurado após o AI-5 para lutas e mobilizações mais abertas permitiria entender como entidades sindicais atuavam no campo fluminense diante da vigilância, com casos de informantes infiltrados e elevados riscos impostos pelo agravamento do autoritarismo.

3.5. As estratégias nas margens estreitas

O governo do general Emilio Garrastazu Medici (1969- 1973) é considerado o apogeu do regime militar. Por um lado, foi o ápice da repressão a indivíduos e aos grupos de oposição, classificados ora como “subversivos”, ora como “terroristas”, quando suas ações integravam o uso de armas, seqüestros e “expropriações”. Na ótica do Estado, abrir espaço para as oposições poderia ameaçar a Segurança Nacional – confundida, naquele contexto, como segurança e conservação do governo, e não do

¹²³ *Gazeta do Povo*, 16/05/1969.

Estado.¹²⁴ As oposições que insistiam em ações de maior mobilização e visibilidade, receberiam tratamento violento, com prisões arbitrárias, seqüestros, espancamento, tortura física e psicológica e outras violações de direitos civis, chegando-se inclusive a assassinatos.¹²⁵ As organizações qualificadas como “terroristas” foram desarticuladas, com seus membros presos, exilados ou mortos.¹²⁶ Por outro lado, o governo Medici corresponde ao período recente de maior crescimento econômico do país, com o Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973), do ufanismo da propaganda oficial, e talvez de maior adesão ao regime.¹²⁷

As ações das entidades sindicais rurais e de suas lideranças devem ser entendidas naquele momento do regime autoritário, no início da década de 1970, que estreitava o *horizonte de expectativas* dos militantes políticos. A luta efetiva nesse período será pensada através da análise das correspondências trocadas entre o STR, a FETAG e a CONTAG bem como as cartas e relatórios encaminhados por estas duas últimas entidades às autoridades.

Em 26 de julho de 1970, Jocílio de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição de Macabu, município vizinho de Trajano de Moraes escrevia, junto com o “futuro presidente” do STR de Trajano, João Cândido Peçanha, uma carta à CONTAG. Jocílio era conhecido da Polícia Política. Seu nome aparecia nos documentos também como Jorcílio ou Jocelino. Foi ele que entregou a Roldão os panfletos apreendidos no “comício sobre ruralismo” realizado em Trajano, em agosto de 1968, e que teria desencadeado atenção maior das forças repressivas como

¹²⁴ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do Liberalismo Excludente*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-42.

¹²⁵ Para que se tenha idéia, as denúncias de torturas em 1970 foram de 1206 com 30 óbitos; em 1971, 788 casos, com 30 mortos, sendo que 15 desapareceram nos grupos armados. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. vol 2. São Paulo: Cia das Letras, 2002, Parte II “A derrota”, pp. 139-221; os dados estão em pp. 470 e 472.

¹²⁶ As origens e a desarticulação dos grupos armados podem ser encontradas em REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 13

¹²⁷ Boa parte da literatura sobre o milagre é marcada pela intenção de desqualificá-lo, por conta, evidentemente, da repressão política. Centrado na sua dimensão econômica, ver CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. “A retomada do crescimento e as distorções do milagre”. In ABREU, Marcelo Paiva (org.) *A ordem no progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. As idéias de adesão e apoio, posteriormente silenciados, aparecem em REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

o DPPS e até mesmo o SNI. A CONTAG, conforme visto, funcionava de acordo com a *estrutura sindical verticalizada* estabelecida pelo governo Goulart para a organização do sindicalismo rural, com atuação nacional reunindo cada uma das Federações Estaduais. Na correspondência enviada pelo Sindicato de Conceição de Macabu é relatado que:

O sr. José Antônio de Moraes como empregador está cercando em volta das casas dos colonos e deichando (sic) as lavouras dos colonos em pastos certo que estes colonos pagam e sempre pagaram 20% (vinte por cento) ao referido empregador acima citado. E os que trabalham a dia ou seja diarista, com o salário de Cr\$ 2,50 (Dois cruzeiros e cinquenta centavos)

Certo que em Trajano de Moraes existe Sindicato, porém não está funcionando. Breve estará funcionando. Por este motivo de lá em Trajano – não existir Sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de C. de Macabu toma as providências encaminhadas a V. s.

Esclarecemos também a V. s. que são 25 famílias mais ou menos que estão sofrendo estas penalidades.

É bom frisar que estes colonos não tem para onde ir.¹²⁸

A categoria no documento para designar o então coronel Moraes é “empregador”, e não “fazendeiro”, “coronel” ou “grileiro”, referências comuns nas disputas anteriores, como naquelas de resistência aos despejos na década de 1960.¹²⁹ A escolha de “empregador” pode estar associada ao fato da região de Conceição de Macabu – onde a carta teria sido escrita – ser uma área predominante de usinas de açúcar, visto que os trabalhadores do sindicato local se reconheciam à época como “empregados” das usinas, logo, para eles, o patrão, seria o “empregador”.¹³⁰ Os camponeses são identificados por João Cândido Peçanha como “colonos” – enquanto ele se refere a si próprio na carta como “futuro presidente” e “lavrador”. A relação dos “colonos” com o “empregador” estava baseada na entrega de 20% da produção dos

¹²⁸ Carta do STR de Conceição de Macabu para o presidente da CONTAG. 26/07/1970. Cópia no acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*. Disponível também no INCRA-RJ.

¹²⁹ Para o uso dessas categorias na Baixada Fluminense, ver GRYNSPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRRJ, 1987.

¹³⁰ Ver nesse sentido PADRÃO, Luciano Nunes. “Capelinha, Conceição de Macabu”. In: LINHARES, Elizabete [et al.] *Conhecendo Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, 2002, pp. 77-120. Ver ainda LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. “Luta pela terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde (Orgs.) *A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRS e UFRRJ – CPDA, 1998, pp. 117-160.

primeiros ao último. Note-se que não mais se trata da *meia* do café e da *renda* de 10%. A quantidade de famílias também é outro dado significativo: talvez apenas tenham sido incluídas as famílias de Barro Alto, não as da totalidade da fazenda. Do mesmo modo, percebe-se a preocupação com os ‘diaristas’, cujo sentido parece corresponder ao da antiga classificação dos *empregados*.

O recurso ao Sindicato de Conceição de Macabu, que não apareceu na memória dos envolvidos, mostra que, antes da segunda invasão do gado, João da Mira procurou a instituição. A resposta da Confederação levaria menos de um mês. Assinada por José Francisco da Silva, presidente daquela entidade, e remetida a Jocílio de Souza, presidente do STR de Conceição de Macabu, a carta acusa o recebimento da correspondência anterior “comunicando da exploração do Sr. José Antônio de Moraes”, que mesmo com os “trabalhadores rurais” pagando “20% da diária no arrendamento, tem suas lavouras transformadas em pasto”. Informa que Walter da Silva, advogado da CONTAG, irá ao município encontrar-se com o presidente do STR de Trajano.¹³¹ O fazendeiro é o “proprietário”, o que reconhece sua condição de ocupante legítimo da terra; não é mencionado que se trata de um coronel ou militar. Por sua vez, os colonos são “trabalhadores rurais”, a identidade que segundo Leonilde Medeiros foi consagrada nas lutas pelas lideranças nos anos 1960 a partir do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, para designar a pluralidade de categorias e relações sociais existentes no campo brasileiro e que previa a existência da entidade.¹³²

Dois dias após o recebimento da resposta, em 20 de agosto de 1970, João Cândido Peçanha, “futuro presidente do STR Trajano”, segundo o documento “nomeado presidente no ano de 1968”, novamente escreve à CONTAG. Ele requer providências contra a fazenda Santo Inácio na “defesa dos colonos que nela são radicados”. “Os donatários da fazenda vem obrigando os colonos a abandoná-la, pois todos os colonos têm as suas residências fixas, plantações de canas, bananas, mandioca e frutas, entre ao todo de 5 a 30 anos que residem e cultivam dando às vezes serviços e também renda anual de 20% sobre o que colhem.” João da Mira assina como “brasileiro, casado, lavrador e residente neste município”, e despede-se afirmando que

¹³¹ Resposta da CONTAG ao STR de Conceição de Macabu. 18/08/1970. Cópia no acervo do CPDA-UFRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*. Disponível também no INCRA-RJ.

¹³² MEDEIROS, Leonilde. *História dos Movimentos Sociais no Campo*, Rio de Janeiro: Fase, 1989.

“valho-me deste apelar a essa Confederação defender os pequenos lavradores deste município”. As categorias utilizadas por João da Mira são as mesmas de sua carta anterior, salvo a referência aos “donatários” que teria o mesmo sentido de “proprietários”.¹³³

A resposta da CONTAG à segunda carta de João da Mira foi remetida 6 dias depois. Nela o presidente da Confederação, José Francisco da Silva acusa o recebimento da correspondência de 20 de agosto de 1970 e comenta as dificuldades com a transformação da lavoura em pasto atravessada pelos “rurícolas”. Ressalta que o episódio não é isolado, algo que acontece apenas no Rio de Janeiro, mas sim uma realidade dos demais estados do país e que a solução para o caso da fazenda Santo Inácio é solicitar providências “as autoridades no INCRA, antigo IBRA” Instituto Brasileiro da Reforma Agrária. Por fim, ele pede que se entre em contato com a Federação do Estado. A referência ao fazendeiro é “proprietário” e sua condição não é objeto de questionamento.¹³⁴

Cabe efetuar um balanço dessas quatro cartas, as duas que relatam e pedem providências diante do conflito e as duas respostas da CONTAG. Alain Cabantous que se propôs a entender como se elaborou a identidade marítima na França do século XVII ao XIX, cruzou fontes que revelam os múltiplos “olhares” que compõem as identidades: “os olhares oficiais”, “os olhares dos outros” e o “olhar sobre si”.¹³⁵ Tais “olhares dos outros” mostram, entre outras coisas, que as categorias usadas para se referir ao fazendeiro são: “empregador”, na primeira carta de João da Mira, “donatário”, e “proprietário” em todas as demais. Já os “olhares sobre si” nas cartas enviadas por João da Mira são os “colonos”, “lavradores” e ele fala ainda do grupo dos “*diaristas*”. As cartas da Confederação se referem aos “trabalhadores rurais” e “rurícolas”. É possível concluir que a autoridade (e legitimidade) do proprietário *sobre a terra* não está sendo posta em dúvida aqui. O mesmo não acontece com a autoridade *sobre os trabalhadores*: o que se reivindica são “direitos”, baseados no tipo de relação de trabalho descrita, com o

¹³³ Carta do presidente do STR de Trajano de Moraes para o presidente da CONTAG. 20/08/1970. Cópia no acervo do CPDA-UFRRJ. FETAG-RJ.

¹³⁴ Resposta da CONTAG ao STR de Trajano. 26/08/1970. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

¹³⁵ CABANTOUS, Alain. *Les citoyens du large: les identités maritimes en France (XVIII^e siècle)*. Paris, Aubier, 1995, Chapitre 1 e 2 pp. 9-76.

pagamento da *renda* de 20% – a única obrigação referente aos colonos que foi mencionada – e a indenização dos cultivos que são bens de raiz, em conformidade com o Código Civil de 1916.

Após a troca de correspondências entre João da Mira, em nome do STR de Trajano, e a CONTAG, a FETAG apresentaria, seis meses depois – portanto, em fevereiro de 1971 – as medidas tomadas, possivelmente depois de ter sido avisada pela Confederação. O presidente Acácio Fernandes dos Santos encaminhou para a CONTAG um ofício com um *relatório* de 4 páginas e mais cinco anexos, segundo ele, para “salvaguardar os interesses daqueles trabalhadores rurais lá residentes.” Este documento acompanhava a solicitação à CONTAG para que esta viesse a “interferir junto aos órgãos governamentais, a fim de que sejam tomadas medidas urgentes na implementação da reforma agrária em nosso país evitando desse modo que outros lavradores sejam obrigados a abandonar a terra em que trabalham há longos anos.” O pedido não era para a fazenda Santo Inácio e sim genérico. Os colonos eram chamados de “trabalhadores rurais” e “lavradores”, destacando o número de famílias envolvidas: 40. Este número incluía as famílias de Barro Alto e Caixa D’Água.¹³⁶ Em 12 de março a FETAG enviava à CONTAG uma relação das “autoridades competentes” científicas das “graves ocorrências”. Elas foram o Ministério do Trabalho e Previdência Social, o INCRA, e sua Delegacia Regional, além do Forte de Macaé, a 2º Brigada de Guarnições e Infantaria de Niterói e São Gonçalo.¹³⁷ As três últimas instituições, de caráter militar, compõe a estrutura repressiva do regime. Daí, avisá-las tem por objetivo diminuir o risco do conflito entre proprietário, que era militar e “trabalhadores rurais” e “lavradores” e ser considerado como subversão ou ameaça à segurança nacional.

Em 24 de março de 1971, a CONTAG notificava o Ministro do Trabalho e Previdência Social “Prof. Júlio Barata”; o Ministro da Agricultura “Dr. Luiz Fernando Cirne Lima”; o Major Saraíba no Ministério da Guerra – I Exército, cientificando Orlando Geisel; o Presidente do INCRA, José Francisco de Moura Cavalcante e o Presidente da República general Emílio Garrastazú Medici da situação em Trajano de

¹³⁶ FETAG-RJ, Ofício 65/DA/71 da FETAG. Niterói 25/02/1971. Além de Acácio assinam o documento o Secretário Nicanor Prezídio Brandt e Tesoureiro Eraldo Lírio de Azeredo.

¹³⁷ FETAG-RJ, Acácio Fernandes dos Santos- Presidente da FETAG-RJ para José Francisco da Silva – presidente da CONTAG. Cópia no acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

Moraes.¹³⁸ O que a CONTAG fez aqui foi reforçar a percepção que a FETAG pretendia impor junto às autoridades sobre a natureza do conflito.

A análise do relatório remetido às autoridades revela através do modo como o conflito é descrito, a estratégia de intervenção e a visão da FETAG diante dele. Ela procura moldar o “olhar oficial”. No documento os colonos são chamados de “humildes agricultores ali moradores” que seriam “trabalhadores rurais residentes na fazenda Santo Inácio os quais dizendo-se moradores há muitos anos estavam sendo vítimas, recentemente, de arbitrariedades, praticadas por José Antônio Barbosa de Moraes”. As obrigações segundo a FETAG seriam “um dia de trabalho e vinte por cento da produção a título de arrendamento” que teriam sido recusadas pelo proprietário, que “entendeu que a exploração era pequena”. A referência a “um dia de trabalho” é a das *turmas*, mas sem utilizar o termo, e com apenas um dia, não mais dois dias como era combinado na década de 1940. A *renda* também foi mencionada, mas agora, com 20% e não 10% sobre os demais cultivos.

Neste ponto, ao reportar o conflito, surge pela primeira vez, na forma escrita, o termo “posseiro” para designar os “colonos”. A substituição de termos através dos quais os atores se reconheciam, longe de significar mudanças aleatórias e sem sentido, correspondem à parte das estratégias de resistência, que não são estabelecidas, mas fazem parte do próprio processo de luta política. Pensando sobre a gênese dos *intellectuais*, Christophe Charle analisa como e por que os intelectuais aparecem como grupo, como esquema de percepção do mundo social e como categoria política na França de fins do século XIX. Para ele “l’usage d’un mot pour un autre n’est jamais innocent et est souvent plus révélateur des conceptions sociales d’un auteur que les longues analyses justificatives qu’il peut donner.”¹³⁹ “Posseiro” é utilizado exatamente para descrever os efeitos da colocação do gado lavouras: “Na localidade de Caixa d’Água aquela época haviam sido destruídos 8 sítios, todos plantados, tendo, seus posseiros, sido lançados na mais aviltante miséria, juntamente com seus familiares,

¹³⁸ CONTAG encaminha documentos da FETAG-RJ e solicita providências. 24/03/1971, FETAG-RJ. Cópia no acervo CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

¹³⁹ Traduzido livremente pelo autor: “o uso de uma palavra para um outro nunca é inocente e é frequentemente mais reveladora das concepções sociais de um autor do que as longamente analisadas justificativas que ele possa dar”. CHARLE, Christophe. *Naissance des ‘intellectuels’ 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990.

perfazendo um total de 40 pessoas.” O número de atingidos que antes chegava a 25 famílias sofreu grande redução.

A FETAG diz ter comunicado o então delegado do INCRA, general Demóstenes, mas, mesmo diante disso, as ameaças não teriam cessado. Este ofício, nos mesmos termos do *relatório*, é um dos cinco anexos remetidos às autoridades. Por meio de sua Assessoria Jurídica, a entidade ingressou em juízo com duas peças processuais assinadas pelo advogado Alberto Saavedra de Souza contra o proprietário da fazenda Santo Inácio, o “cidadão” José Antônio Barbosa de Moraes, em fevereiro de 1971: uma *ação de manutenção de posse cumulada com pedido de perdas e danos* e uma *vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam*. A primeira visava a garantir a continuidade da ocupação, alegando que “os suplicantes mantêm contrato verbal de parceria agrícola há longos anos”. Por este motivo, deveriam permanecer na terra visto que o contrato não havia sido rescindido. A indenização seria decorrente dos prejuízos causados pela invasão. Quanto à segunda, *vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam*, procurava indicar como perito o engenheiro agrônomo da FETAG Euclides da Silva Novô Jr, para estipular a monta dos prejuízos causados. Os autores da ação eram os colonos Manoel Fortunato, Diolinda Soares Pinto, Antonio Valdir da Silva, Irineu de Souza Gonçalves, José Carino, José Viana, Amaro Antonio da Rocha.¹⁴⁰ Além da permanência na terra, eles reivindicavam igualmente indenizações.

A FETAG afirma no *relatório* que cerca de 10 “posseiros” foram presos na delegacia local, e dois transferidos para o Forte do Exército de Macaé e de lá para o DPPS de Niterói, onde, ainda estariam detidos por terem retirado o gado de suas lavouras. Estes dois “posseiros” seriam João Peçanha e Francisco Fortunato. Segundo o documento “suspeita-se de um possível enquadramento nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, com a transferência dos presos para o DPPS em Niterói”. Os dirigentes disseram ter percorrido os locais conversando com as autoridades responsáveis que em muito pouco os auxiliaram. Esses acontecimentos correspondem nos depoimentos orais à segunda invasão do gado.

¹⁴⁰ FETAG-RJ, Petições iniciais da Ação de Manutenção de Posse cumulada com pedido de perdas e danos da *vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam* ambas de fevereiro de 1971. Cópia disponível no acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

Chama a atenção, no *relatório*, a estranheza com que a prisão efetuada pelo delegado local é considerada, pois, segundo a imagem que a FETAG quer impor:

os camponeses são homens pacatos, incapazes de um ato desabonador, humildes, dispostos tão somente ao impedimento de que suas lavouras sejam destruídas, desumana e arbitrariamente, para tanto, não empregaram a força, buscam tão só a Justiça. Contam inclusive com a simpatia da população local, preocupada com os fatos acontecidos. Convém salientar, entretanto, o fato de o Comandante do Forte desconhecer, segundo pronunciamento dele, qualquer ato de agitação ou tumulto em cuja área de jurisdição atua, que inclui o município de Trajano de Moraes.¹⁴¹

Percebe-se a preocupação com o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, o que representaria a transferência da questão judicial para os órgãos de repressão militar. A ação de delegados na região apoiando fazendeiros não teria sido exclusividade de Trajano de Moraes. É o que revela o caso do colono José Davino Knupp da fazenda Lavrinhas, em Cordeiro, município vizinho, na propriedade de Alexandre Ventura de Moraes. José Knupp pedia uma ação indenizatória contra o proprietário, discutiu com o delegado e acabou preso, acusando a autoridade policial de coação. Ele perdeu o julgamento na Comarca local sobre o pedido de *habeas corpus* preventivo, pois o delegado simplesmente alegou os fatos como inverídicos. Nessa situação, recorreu à FETAG, que saiu em seu auxílio em 1975.¹⁴²

Os termos utilizados no *relatório* para qualificar o Coronel, identificado como “proprietário” são “arbitrário”, “desumano”, “ganancioso”, “ávido por lucro fácil”. Já os termos de referência aos “colonos”, vítimas do Coronel, variam de acordo com a idéia que se pretende transmitir, procurando associá-los a certas noções: se a referência é ao trabalho na terra, destacando que dela retiram seu sustento são “trabalhadores rurais” ou “lavradores”. Quando expulsam o gado, são presos, transferidos do local de detenção, “na luta pelos seus direitos”, em resumo, atitudes de resistência à expulsão, os colonos são referidos como “posseiros”. Por fim quando sofrem arbitrariedades como a prisão, são apresentados como pessoas “de boa índole e de boa fé”, pois “os camponeses buscam o amparo na lei, por intermédio da FETAG”. O que a Federação pretende com

¹⁴¹ FETAG-RJ, Relatório, 15/02/1971. Cópia disponível no acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos Rurais*.

¹⁴² APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Assunto: FETAG; setor: DOPS; pasta 243; folha 99.

isso é aproveitar-se da imagem corrente da ingenuidade do camponês, desvinculando-os de ideários subversivos ao mesmo tempo que reforça a dimensão da arbitrariedade.¹⁴³ As imagens trabalhadas manipulam idéias como a inadmissibilidade de tais fatos no atual “estágio de desenvolvimento social do Brasil”. Destaca-se que em nenhum momento é usado o termo pelo qual eles, os atores envolvidos, se reconheciam nas primeiras cartas: “colonos”.

Mas a palavra colono aparece no Anexo 2 do *relatório*, escrito em setembro de 1970, portanto, seis meses antes da elaboração do relatório remetido às autoridades. O anexo 2 foi enviado ao Delegado do INCRA-RJ, general Demóstenes, assinado pelo presidente da FETAG Acácio Fernandes dos Santos. Dizia: “como é do conhecimento de vossa senhoria, o colono não conta com outro meio de subsistência, senão suas plantações e quando estas lhe são arrancadas violentamente, outros horizontes não lhes desapontam que não seja o da fome e do desespero”. O presidente da FETAG pedia em seguida para “evitar que aqueles humildes trabalhadores continuem a serem despejados ‘*manu militari*’ sem que lhes seja assegurado, pelo menos o direito à indenização, de suas benfeitorias”.¹⁴⁴ Para a FETAG alcançar esse objetivo, naquelas circunstâncias, implicaria numa mudança dos termos do próprio conflito: ele deveria ser transposto de sua forma tradicional, isto é, o uso da força pelo fazendeiro, para o *campo jurídico*, o que redefine, a partir de então, os termos através dos quais ele passa a ser travado, visto que, para sua própria legitimação, este campo busca a noção de igualdade jurídica dos litigantes diante da lei.¹⁴⁵

Em 30 de outubro de 1970, Alberto Saavedra de Souza, advogado da Federação escreve novamente para o delegado Regional do INCRA para relatar os eventos apresentando o proprietário como “autor de atos ilegais, raramente visto no município”,

¹⁴³ Esta postura lembra a descrita por Patrick Champagne na festa da vila camponesa e àquela que teria sido adotada por Roldão, segundo seu relato, no interrogatório após a prisão de 1964, ambas mencionadas. Ver CHAMPAGNE, “La fête au village”, In: *Actes de La Recherche*, 17/18, mars. 1977, pp. 73-84.

¹⁴⁴ Anexo 2, Ofício nº156/DA/1970 da FETAG, em 18/09/1970. FETAG-RJ, cópia disponível no acervo do CPDA/UFRRJ, pesquisa Assentamentos Rurais.

¹⁴⁵ A noção de campo jurídico é apropriada de Pierre Bourdieu, para quem “é o lugar de concorrência pelo monopólio do poder de fazer direito (...) no qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica, que consiste na capacidade reconhecida de interpretar (...) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social”. BOURDIEU, Pierre. “A força do Direito – elementos para uma sociologia do campo jurídico.” In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

na “fazenda administrada por Antônio Cordeiro. O “direito dos colonos” seria salvaguardado através das ações mencionadas, nas quais, posteriormente, ingressaram como litisconsortes ativos João Cândido Peçanha e Francisco Fortunato. O advogado explica a relação entre proprietários e ocupantes

como regime de contrato verbal de “parceria agrícola” onde o fazendeiro cede a terra nua e os ocupantes 20% da produção in natura. Em conformidade com a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra.

Acontece que de uns seis meses para cá, o suplicado resolveu transformar toda a fazenda em Agro-pastoril, determinando ao seu preposto que cercasse em toda a sua extensão e colocasse gado na mesma, inclusive na área onde tem contrato com os seus colonos.

Portanto se o suplicado pretendesse rescindir os contratos celebrados com os seus colonos teria de fazê-lo pelos caminhos legais, e não a “manu militari” como está precedendo em verdadeiro arripio das normas legais vigentes em nosso país.¹⁴⁶

Note-se que os termos utilizados para explicar a relação entre colonos e fazendeiro no *relatório* da FETAG de fevereiro de 1971 não são exatamente os mesmos do advogado em outubro de 1970. Na ação de manutenção de posse de pedido de perdas e danos, fica clara a condição legítima do proprietário enquanto que no *relatório* ela é mais claramente questionada. Já os colonos, quando submetidos ao arbítrio, são apresentados como posseiros. No ofício ao delegado do INCRA não se fala em “posseiros”, mas em “ocupantes”. Isto ocorre uma vez que o advogado reconhece que tinham um contrato, mesmo que verbal, de parceria. Além disso, não se questiona, necessariamente, o poder do proprietário sobre a terra, e o seu direito de despejar. O que se diz é que ele deveria fazê-lo pelos caminhos legais, e não pelo emprego da força e, principalmente, mediante pagamento de indenização.

O anexo 4 do *relatório* é a cópia da petição da vistoria *Ad Perpetuam Rei Memoriam*. Nela os mesmos autores da ação anterior pleiteiam a medição da área e os prejuízos causados para indenização pois “ficou acordado, entre as partes [fazendeiro e colonos] que os Suplicantes [colonos autores da ação] – parceiros agrícolas – dariam ao suplicado [fazendeiro], à guisa de pagamento de 20% sobre a produção de bananas por

¹⁴⁶ FETAG-RJ, Ofício ao delegado Regional do INCRA em 30/10/1970. Cópia disponível no acervo do CPDA/UFRRJ, pesquisa *Assentamentos Rurais*.

eles plantadas e colhidas na fazenda”. Segundo os depoimentos orais, tanto do proprietário quanto de todos os demais envolvidos, a banana, produto plantado pela iniciativa dos colonos, era excluída da renda, o que choca-se com o alegado na ação. Em ambas as ações o advogado, diferente do *relatório* da FETAG explicita a condição de colonos. A estratégia do advogado procurava garantir a manutenção da presença dos colonos na terra a médio prazo, não a permanência definitiva, pois a lei facultava ao fazendeiro comunicar o encerramento do contrato e aguardar o prazo legal para saída dos colonos, que seria de seis meses. Se, mesmo transcorrido o prazo, estes se recusassem a sair, ao fazendeiro restaria, no campo jurídico, a entrada como autor de uma ação de despejo. A indenização, neste caso, pela perda das lavouras, estaria garantida, sendo necessário para isso a comprovação da invasão do gado que viria acompanhada do reconhecimento da condição de colono.

A resposta do fazendeiro foi exatamente essa: uma ação de despejo contra os autores da possessória em dois de dezembro de 1971. Ela comunicava o fim do contrato, direito do proprietário, e exigia a saída dos colonos da fazenda.¹⁴⁷ Esta ação movida pelo coronel José Antônio Barbosa de Moraes e esposa teve como réus: José Carino, Francisco Fortunato e João Cândido Peçanha. Os três foram lideranças reconhecidas e os dois últimos presos pela Polícia Política.

A resistência dos colonos contra a expulsão planejada pelo proprietário, primeiro retirando o gado da fazenda, e na seqüência movendo o processo judicial – com a participação dos intermediários, advogados e militantes sindicais –, obrigou a ressignificação dos termos iniciais em que o conflito era travado. No primeiro momento, a resistência era contra “a invasão do gado”. Ao passar para o campo jurídico, foi traduzida como luta pelo direito às indenizações pelas benfeitorias. A noção desse direito era antiga entre os colonos estando vinculada, como visto, ao momento de redefinição do colonato na *compra ou venda dos direitos* quando da entrada/ saída de um colono. Além disso, o Código Civil de 1916 também previa isso. Julião quando falava de sua militância no campo, também destacava isso. Mas havia um problema: a “vitória” para os colonos seria receber as indenizações pelas benfeitorias, como

¹⁴⁷ Ação de Despejo 02/12/1971. Cópia disponível no acervo do CPDA/UFRRJ, pesquisa Assentamentos Rurais. FETAG-RJ

pleiteado pelo advogado nas petições iniciais, contudo a questão que se apresentava era: mesmo recebendo-as, para onde eles iriam saindo da fazenda Santo Inácio?

Os colonos perceberam que se saíssem da fazenda Santo Inácio não assegurariam ingresso em outra propriedade, visto que a substituição da cafeicultura pela pecuária era generalizada. A impossibilidade de reprodução do modo de vida camponês, decorria do fim da circulação pelas fazendas da região, comprovada pelos indicadores agropecuários, que comprovam o crescimento das áreas de pasto, e pelos dados demográficos, que revelam o êxodo rural. A saída deixaria, como mais provável opção, o ingresso do meio citadino, considerada dolorosa e traumática, na proletarização e subemprego nas periferias das grandes cidades.¹⁴⁸

3.6. De colonos a posseiros

As ações da FETAG e da CONTAG remetendo cartas a autoridades como o presidente da república não se limitaram ao caso da fazenda Santo Inácio.¹⁴⁹ Os conflitos rurais que se desenvolviam no país podem ter contribuído inclusive, para que Medici comparecesse pessoalmente ao Congresso Nacional em 31 de março de 1971, aniversário da “Revolução”, sete dias depois do envio do relatório da CONTAG, para entregar a proposta de criação do PRO-RURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), que garantia a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais.¹⁵⁰ Embora prevista desde 1964 pelo Estatuto da Terra, a aposentadoria rural só

¹⁴⁸ Ver em Pernambuco SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. O debate acadêmico no Brasil, na década de 1970, concentrava-se na questão do avanço das relações capitalistas no campo e do papel e destinos do campesinato. Ver VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. “Algumas reflexões sobre o campesinato no Nordeste: conceito e realidade.” *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, v.29, n.5, p.537 - 544, 1977; e INCAO, Maria da Conceição d’. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

¹⁴⁹ Ver, por exemplo, a relação de conflitos fundiários no Rio de Janeiro apresentadas por ALENTEJANO, Paulo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2003. Isso é notado por aqueles que manuseiam documentos da FETAG: BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação Sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2008.

¹⁵⁰ Agradeço à referência a Nicole Régine Garcia, mestranda da Fiocruz, que trabalhou o tema em seu trabalho de conclusão de curso, dando continuidade em sua pesquisa de mestrado: GARCIA, Nicole Régine. *Prorural: o início da previdência rural no Brasil*. Monografia de Conclusão de Curso. Niterói: UFF, 2007. Ver, também, DRAIBE, Sônia Miriam. “As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84” In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de Regime Militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: ed. FVG, 1994.

foi efetivada com a regulamentação do PRO-RURAL, em 1972, cuja execução era atribuição do FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural).¹⁵¹

Os esforços de legitimação do regime são bastante conhecidos, através das iniciativas de órgãos como a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas). A popularidade de Medici em pleno milagre econômico era bastante alta. Basta lembrar que o presidente foi aplaudido pelo estádio do Maracanã com cem mil pessoas, em dia de jogo da Seleção Brasileira de futebol. A partida fazia parte das comemorações pelo sesquicentenário da independência do Brasil, celebrado em 1972. Apesar de praticamente apagada da memória coletiva, a efeméride teve grandes eventos cívicos por todo país, iniciados em abril, com o traslado dos restos mortais de D. Pedro I de Portugal para o Museu do Ipiranga, em São Paulo.¹⁵² Portanto, colocar em prática projeto debatido desde a década de 1950, com alcance capaz de atingir tantas pessoas, fazia parte dessa lógica, que se coadunava plenamente com o triunfalismo da propaganda oficial.¹⁵³ A imprensa elogiou bastante a iniciativa – o que não foi imposição da censura –, como revelam os jornais da época.¹⁵⁴

Pelo PRO-RURAL, a extensão da previdência ao lado da assistência social, como serviços de saúde, era atribuição dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Por esse motivo, houve um expressivo aumento na quantidade de sindicatos reabertos no país no início dos anos 1970. Comparado com os três primeiros anos da década anterior, no estímulo governamental à sindicalização no campo durante o governo Goulart, 1962 registrou o surgimento de mais de 250 entidades. Nos dez anos seguintes, sobretudo após 1964, os números caíram, exceto, em 1968, quando cerca de 140 novos sindicatos

¹⁵¹ Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, artigo 4º.

¹⁵² Alguns trabalhos recentes têm se dedicado a esse tema, como ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)*. Exame de qualificação. Doutorando em História Social. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2007.

¹⁵³ Ver FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.315-348.

¹⁵⁴ Para *O Globo* e *Jornal do Brasil*, ver levantamento de GARCIA, Nicole Régine. *Prorural: o início da previdência rural no Brasil*. Monografia de Conclusão de Curso. Niterói: UFF, 2007, capítulo 3. Outros periódicos tiveram a mesma reação. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, em 27/05/1971 fez editorial extremamente elogioso. A trajetória dos debates sobre a previdência rural pode ser encontrada em: BARBOSA, Rômulo Soares. *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese de Doutorado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2007, pp. 98-112.

foram abertos. Em 1972, mais de 300 entidades surgiram na maior marca de sindicatos rurais num mesmo ano.¹⁵⁵

A proliferação de sindicatos poderia, em tese, levar a uma retomada das lutas, como se desenhava em Trajano de Moraes em 1968. Porém, o Ministério do Trabalho voltou, em 1964, a exigir documento extinto em 1952, no segundo governo Vargas: o “atestado ideológico” para candidato às eleições sindicais. A Polícia Política, mediante solicitação formal do Ministério do Trabalho, era o órgão responsável por fornecê-los.¹⁵⁶ A prisão de Álvaro Roldão em 1964 certamente o impediria de assumir a diretoria. Assim, a reabertura do Sindicato foi efetuada com João da Mira como presidente. A antiga liderança disse que “usei ele [João da Mira] também pra reabrir [o Sindicato], porque eu não podia, eu tava aquele envolvido ali, aqueles processos, que eu tava como subversivo”. João Peçanha, pelos mesmos motivos, não permaneceria à frente do Sindicato, abrindo caminho para que seu filho, Nilo Peçanha, chegasse à presidência da entidade, por ter ficha limpa na Polícia Política.¹⁵⁷ Nilo ficaria à frente do STR desde a década de 1970 até sua expulsão pelos trabalhadores rurais do município após a desapropriação da fazenda Santo Inácio em 1987, acusado de “trair os trabalhadores”.¹⁵⁸

A publicização e judicialização do conflito para as autoridades se inserem num esforço das entidades para retirar qualquer caracterização que pudesse apresentá-lo como “subversão”. Roldão, por exemplo, não consta em nenhum documento, apesar de ser reconhecido como liderança fundamental. A estratégia possível naquele momento em que a FETAG e CONTAG estavam monitoradas pela Polícia Política passava pelo

¹⁵⁵ Ver gráfico com a evolução do número de Sindicatos Urbanos e Rurais criados ano a ano de 1958 até 1992, com dados do IBGE. In: CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal. A Era Vargas Acabou?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 47

¹⁵⁶ LEITE LOPES, José Sergio. *História e Transformação do Sindicalismo Brasileiro*. Paper for the Conference on Social Movements in the South (Brazil, India, South Africa). Harvard University, School of Government John F. Kennedy, May 16 - May 20, 2002. Museu Nacional/UFRJ – mimeo, 2002.

¹⁵⁷ Consulta do MTb ao DOPS sobre as fichas dos concorrentes às eleições sindicais de 1979. Assunto: STR de Trajano de Moraes. Setor: informação solicitada; pasta 145; folha 515. Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, APERJ.

¹⁵⁸ O assunto será retomado adiante. A respeito da “tomada do sindicato na marra” através da expulsão de Nilo, depois da desapropriação, ver DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987)*. Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004, pp. 208-218.

recurso ao Poder Judiciário, como mostram inúmeros trabalhos.¹⁵⁹ As estratégias protelatórias dos advogados da FETAG, somadas à morosidade da justiça, arrastaram o processo judicial por mais de treze anos, de 1971 a 1984. A incerteza desse momento fez com que a produção de banana se estabilizasse (ver gráfico 2). Isso não quer dizer que as tensões tivessem acabado. Manoel Fortunato e José Viana desistiram oficialmente da Ação Possessória em junho de 1974, no entanto, não abandonaram a área.¹⁶⁰ Para Francisco Julião, em Pernambuco, a dificuldade do proprietário em retirar o *morador* do Engenho por causa do recurso à Justiça aumentava ainda mais o desgaste da dominação tradicional diante dos demais *moradores*.¹⁶¹ O proprietário também era obrigado a agir pela via do Judiciário, mesmo num período de restrições democráticas, o que contribuía para estimular a permanência dos demais colonos.

As memórias dos envolvidos pouco trataram desse período de impasse judicial, não atribuindo as mesmas ênfases aos outros momentos, destacando apenas, no caso dos colonos, o trabalho na terra. Apesar disso foi um período de mudanças com a entrada de novos mediadores, cuja formação nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e na CPT (Comissão Pastoral da Terra) ligadas à Igreja Católica, forneceram novo impulso às lutas. É o caso de Paulo César Mendonça, que depois tornou-se assentado e presidente da FETAG.¹⁶²

As dificuldades para retirar as famílias da fazenda parecem estar relacionadas ao valor das indenizações. Segundo Roldão “ele [o proprietário] não consegue pagar a benfeitoria, ele quer tirar de graça. De graça não tira. Então, a fazenda ficou praticamente protestada. Porque nós provamos que a fazenda era improdutiva”.¹⁶³ Sem

¹⁵⁹ Isso aparece nos trabalhos citados por MEDEIROS, Leonilde. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989; e GRZYNSZPAN, Mario. “A questão Agrária no Brasil pós-1964 e o MST”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 315-348.

¹⁶⁰ INCRA-RJ, Relação de Beneficiários, Processo Administrativo de Santo Inácio, s/d. Arquivo do INCRA-RJ. Cópia disponível no acervo do CPDA/UFRRJ, pesquisa Assentamentos Rurais. FETAG-RJ

¹⁶¹ JULIÃO, Francisco. *Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977, p. 22.

¹⁶² Para um detalhes, ver: DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987). Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004. As condições nacionais estão em GRZYNSZPAN, Mario. “A questão Agrária no Brasil pós-1964 e o MST”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.315-348.

¹⁶³ Depoimento do Sr. Álvaro Roldão, 1º entrevista, em 01/07/2000, fita 1, lado B. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa Assentamentos Rurais.

assumir ou rejeitar a afirmação de Roldão, as indenizações em Trajano de Moraes estariam diretamente associadas ao pagamento da produção de banana, que havia chegado aos maiores níveis da história do município, seguindo tendência de crescimento combinada com o aumento da pecuária e declínio do café. A banana obrigava o proprietário ao ressarcimento dos colonos nos casos de expulsões. Bem de raiz cujo plantio se destacou na década de 1940, a ponto de figurar no censo agropecuário, a banana teve crescimento expressivo na década de 1950, antes mesmo de presença documentada de militantes políticos.

Em 1984 a sentença judicial foi proferida desfavorável aos “posseiros.” O magistrado afirmava que:

“as negativas da existência dos contratos de parcerias agrícolas alegadas pelos réus nas ações de despejo não procedem porque, eles próprios, como autores da possessória já haviam afirmado a existência dos contratos, dos quais, inclusive, há provas nos autos.”

O que o magistrado percebeu foi que numa ação foi reconhecida a condição de colono, enquanto na outra, essa condição foi negada. Não era possível, juridicamente, alegar as duas coisas ao mesmo tempo. Isso revela a mudança na estratégia conduzida pelos advogados da FETAG. Em fevereiro de 1971, eles entraram com uma ação pleiteando manutenção de posse e indenizações para os “colonos” que tiveram suas lavouras destruídas. A contestação à ação de despejo, demandada pelo proprietário, tinha a negativa dessa mesma condição. Autores como “colonos” numa ação e réus como “posseiros” na outra. Isso selou a derrota da pretensão na sentença conexa que julgou as duas ações, visto que as alegações posteriores colidiam com o que já havia sido afirmado.¹⁶⁴

O proprietário propôs procedimentos de notificação para desocupação do imóvel apenas contra três dos autores da ação possessória: José Carino, Francisco Fortunato e João Cândido Peçanha, que ingressam posteriormente como litisconsortes na ação. Eles foram participantes ativos da resistência à expulsão do gado, e nas ações sindicais desde

¹⁶⁴ Sentença Judicial da Comarca de Trajano de Moraes proferida pelo magistrado Milton Fernandes de Souza em 18 de maio de 1984. Arquivo do INCRA-RJ. Cópia disponível no acervo do CPDA/UFRRJ, pesquisa Assentamentos Rurais. FETAG-RJ

a década de 1960. Os três notificados não desocuparam o imóvel e foram propostas as ações de despejo, cabendo ao proprietário indenizá-los pelas benfeitorias corrigidas. Já a *ação possessória* de autoria de Diolinda Soares Pinto, Antonio Valdir da Silva, Irineu de Souza Gonçalves, Amaro Antonio da Rocha, todos sem referências nos registros da Polícia Política, teve como réus José Antônio Barbosa de Moraes e sua esposa. A sentença condenou os donos da fazenda a indenizarem os prejuízos causados aos autores “colonos”. No entanto, esse valor seria compensado pelas cotas de parceria devidas, ou seja, os autores nada receberiam. Os condenados nos dois processos deveriam pagar os honorários advocatícios de 10% sobre os valores das causas.

Em 8 de abril de 1986, dois anos depois da sentença, a ameaça de despejo se mostrou iminente e uma comissão de trabalhadores da fazenda escreveu uma carta à FETAG. A missiva foi assinada por uma “comissão de trabalhadores rurais”, devido ao rompimento com o sindicato, que segundo Roldão, “estava fazendo o jogo do patrão”. Na carta se lê que a comissão “vem, em seus nomes, e representando os demais **companheiros posseiros**” da Fazenda Santo Inácio, relatar a tensão social e a situação enfrentada pelas “**82 famílias de posseiros**”.

A Fazenda Santo Inácio é constituída de cerca de 6000 ha onde moram e trabalham 82 famílias de posseiros, que em sua maioria nasceram naquele local, produzindo banana, milho feijão, hortigranjeiros, entre outros.

Outrora a Fazenda Santo Inácio era ocupada por aproximadamente 700 famílias sendo uma região altamente produtiva. Em janeiro de 1969, os trabalhadores da Fazenda começaram a ser expulsos pelo Coronel José Antônio Barbosa de Moraes, dizendo-se dono das terras passou a destruir algumas casas e plantações e transformando as terras em pastagens.

(...) Não bastando as perseguições através de jagunços o Coronel aproveitasse de sua patente para influenciar junto da Polícia Civil local e a Polícia Militar para perseguirem os trabalhadores que querem apenas tornar a terra produtiva e dali tirarem seu sustento.

(...) Assim, solicitamos dessa Federação providências junto ao Inbra e demais órgãos, para que sejam as terras da Fazenda Santo Inácio levantadas

em campo e em Cartório para imediata desapropriação de toda área para fins de reforma agrária.¹⁶⁵

A carta quadruplicava a área da fazenda e apresentava uma quantidade elevada de famílias no passado para enfatizar o baixo aproveitamento do imóvel. O episódio da invasão do gado é relatado chamando a atenção para “o Coronel José Antônio Barbosa de Moraes” que “**dizendo-se dono das terras** passou a destruir algumas casas e plantações”. A condição legítima de proprietário foi desconsiderada, algo que nas ações judiciais iniciais e nas primeiras cartas trocadas entre Sindicato e FETAG não acontecia. Apenas a CONTAG apresentou o conflitos nesses termos. A redefinição da identidade dos colonos levava a redefinição do seu oposto, sugerindo que o proprietário, seria na verdade um grileiro.

Esse foi o primeiro pedido de desapropriação do imóvel feito diretamente pelos “posseiros”. Isto nunca apareceu na documentação consultada nos anos 1970. O que estava em jogo naquela ocasião era a manutenção da posse e indenizações das plantações destruídas, escapando do enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Há outro aspecto: naquela ocasião, o conflito seria resolvido na esfera do judiciário. No novo contexto a solução viria da intervenção política. Assinaram a carta em 1986 Manoel Marques, Jorge Fortunato, Francisco Fortunato, Paulo César Ventura Mendonça, Jorge Francisco de Castro, Achiles Francisco de Castro e Álvaro Pereira da Silva, todos como “trabalhadores rurais posseiros”. A mudança de estratégia resulta de uma opção da FETAG em apresentar os conflitos no estado do Rio de Janeiro como disputas entre “posseiros” e “grileiros”, deslegitimando a propriedade e justificando a ocupação. Ao relatar o conflito entre os colonos e o fazendeiro, a FETAG procura enquadrá-lo no modelo que acredita ser o que propiciaria a desapropriação do imóvel, na condição de representante autorizada pelos colonos, impondo uma imagem pública dos conflitos como parte da estratégia e da luta político-jurídica. As reportagens de jornais do começo dos anos 1980 reproduzem essa lógica. Durante a abertura lenta, gradual e segura, a Polícia Política estava preocupada demais em conter o comunismo e o “perigo vermelho” – que incorporava nos seus informes internos as visões e recortes da realidade impostos pela FETAG.

¹⁶⁵ Carta da comissão de trabalhadores da fazenda Santo Inácio a FETAG em 08/04/1986. Cópia disponível no acervo do CPDA/UFRRJ, pesquisa Assentamentos Rurais. FETAG-RJ

A FETAG, diante da possibilidade de despejo dos “posseiros”, encaminha a carta ao INCRA reivindicando soluções urgentes. Eraldo Lírio de Azeredo, presidente da FETAG, e Joaquim Marins de Carvalho, secretário geral, se dirigem ao superintendente do INCRA Agostinho Guerreiro, no dia 9 de abril, um dia após a data da carta assinada pelos “trabalhadores rurais-posseiros”. Isto poderia indicar que sua elaboração foi feita com a presença de militantes da FETAG, possivelmente advogados e assessores. A ameaça de despejo pela sentença proferida pelo Juiz da Comarca agrava o conflito. A FETAG frisa a condição do “Coronel que se diz dono da fazenda” que “já usou sua patente para fazer arbitrariedade contra os companheiros Trabalhadores Posseiros”, que reivindicam a desapropriação de toda a área.¹⁶⁶

Sr. Roldão afirmou que procurou “Doutor Amaral” e “Agostinho Guerreiro [para] pedir, então, que eles tomassem providência sobre aquele escândalo que o Juiz tava fazendo com os trabalhador, ameaçando.” A liderança prosseguiu explicando que “então eles impugnaram aquela posição, aquela... aqueles processos de despejo da terra, da Reforma Agrária do Barro Alto”, referindo-se à sentença judicial de despejo em Barro Alto. Paulo Almeida Amaral era Procurador Regional do INCRA. O arquivo da Polícia Política revela uma face de sua trajetória: “Paulo Amaral antigo militante dissidente do PCB e que esteve detido no DOI-I Ex [Destacamento de Operações Internas – I Exército], em 1970”. Em seguida ele aproximou-se da CEB (Comunidades Eclesiais de Base) onde participou das atividades da CDPJ (Comissão Diocesana de Justiça e Paz), que para a polícia estava ligada aos “ensinamentos transmitidos em Medellín”, atuando pela “defesa dos direitos humanos, seja na esfera comunitária local, estadual, nacional ou internacional”.¹⁶⁷ Agostinho Guerreiro era engenheiro agrônomo e militante de esquerda. O INCRA inicia processo administrativo, ainda em abril de 1986, imediatamente após o recebimento da carta dos “trabalhadores rurais posseiros”.

¹⁶⁶ Processo Administrativo da fazenda Santo Inácio. Cópia disponível no acervo do CPDA/UFRRJ, pesquisa Assentamentos Rurais. INCRA-RJ

¹⁶⁷ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Assunto: CEB; setor: Municípios; pasta 152; folha 2276-Z. Sobre a ação católica em oposição ao regime militar, ver LÖWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação”. Sobre a teologia da libertação no Brasil, a partir das trajetórias de dois de seus expoentes, e as relações entre o MEB (Movimento de Educação de Base) e às CEB’s ver CAMURÇA, Marcelo Ayres. “A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. “Apresentação” In: *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, respectivamente, pp. 303-320 e pp. 387-408.

Em sua entrevista, o General afirma que assim que soube da presença do INCRA vistoriando a fazenda, etapa necessária do processo administrativo, compareceu à sede da entidade no Rio de Janeiro. Preocupado, ele teria tomado medidas para evitar a desapropriação.

“Cheguei lá [no INCRA] tinha uma menina, superintendente, me deu um chá de cadeira. Deixar um general esperando é ótimo! Aí depois me recebeu e eu falei: “ – escuta, eu estou vendo o INCRA aí na fazenda eu quero saber do que eu estou sendo acusado”. “- O Sr. não está sendo acusado de nada. A sua fazenda é muito grande”. Aí eu disse: “- Meu Deus, eu não tenho culpa, eu deixei de dividir a fazenda para manter a tradição”. Aí começaram a criticar, criticar...

A “menina” era a superintendente Sônia Lúcia Martins Dias, na verdade, Superintendente Regional Adjunta, visto que o titular era Agostinho Guerreiro. O general Moraes menciona que solicitou, em seguida, declarações de pessoas influentes em Trajano, como o delegado e o presidente do Sindicato.

Aí e fui no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e aí me deram uma declaração de que nunca tinha havido conflitos com a Fazenda Santo Inácio. Fui na delegacia e eles me deram uma declaração de que nunca tinha havido conflito também.

As duas declarações negavam a existência de conflitos na fazenda Santo Inácio. Uma delas foi entregue pelo delegado Columbano, autor do relatório de 1969, “A rota da subversão”. A outra pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esta é uma comprovação de que o STR estava colaborando com o proprietário: o documento data de 21 de outubro de 1986, em papel timbrado do STR de Trajano, assinado por Nilo Pereira Peçanha. Nela, o presidente do STR de Trajano de Moraes declarava:

para os devidos fins de direito que não existe nenhum litígio entre os trabalhadores rurais da Fazenda Santo Inácio e os proprietários da mesma.

Declaro ainda, que nas propriedades Barro Alto, São Joaquim da Soledade, Retiro, Monte Claro e Calambau, que constituem o condomínio da Fazenda Santo Inácio, também não existe qualquer questão entre os trabalhadores rurais e os proprietários da referida Fazenda.¹⁶⁸

¹⁶⁸ Declaração de Nilo Peçanha, 21/10/1986. Acervo da Fazenda Santo Inácio. Cópia disponível no CPDA/UFRJ. Pesquisa Assentamentos Rurais. O General ainda teria uma declaração do veterinário Dr. Galeno Coutinho Soares, em 21/10/1986, que procurava enfatizar a produtividade do imóvel.

Os envolvidos com a Santo Inácio não fizeram qualquer tipo de referência à existência dessa declaração. Ela demonstra claramente os vínculos entre o fazendeiro e Nilo Peçanha, com o objetivo de favorecimento recíproco, confirmando as acusações da Oposição Sindical, que vinha ganhando força desde o início dos anos 1980. Cabe registrar que foi nesse período, comprovadamente, durante o mandato de João de Moraes Souza, proprietário da Fazenda da Olaria e primo do general Moraes, que Nilo Peçanha se tornou funcionário público da prefeitura de Trajano.¹⁶⁹

Outra estratégia adotada para dificultar a desapropriação foi o arrendamento de terras ao delegado local, que enviou a “declaração” de inexistência de conflitos e o dono do posto de gasolina. A retirada do gado dos arrendatários foi documentada com fotos que se encontram na sede do STR de Trajano, num ato que contou com a presença de dirigentes da FETAG.¹⁷⁰ Houve ainda outro fator responsável pelo aumento das tensões. A celebração de um acordo, contado por Roldão de forma dramática, entre o antigo presidente do STR, João da Mira, com intermédio de seu filho, Nilo Peçanha. O acordo entre o proprietário da fazenda de um lado, e Peçanha e seu pai, de outro, previa que eles comprariam parte da área em litígio, o que gerou fortes reações. Tal negociação foi percebida e denunciada pelos demais “posseiros” como “traição”. Isso aumentou as tensões, a ponto da solução encaminhada pelo INCRA ter sido a desapropriação parcial do imóvel, como forma de pôr termo aos “prolongados conflitos”.

O general Leônidas Pires Gonçalves, amigo do proprietário da fazenda Santo Inácio foi acionado em Brasília:

Aí fui a Brasília falar com o ministro do exército, era o governo Sarney. O Leônidas me telefonou e falou: “- Moraes, eu falei com presidente ele disse que a fazenda é sua desde 1870 e que ninguém desapropria”. Aí eu disse: “- muito obrigado e tal...”.

A conversa entre os dois oficiais militares, contudo, ocorreu numa conjuntura favorável à outra parte do litígio, marcada pelo 1º PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) do governo Sarney (1985-1990), também de abril de 1986, mês de envio da

¹⁶⁹ Nilo falou em seu depoimento que se tornou funcionário público na época da desapropriação, o que foi comprovado durante a pesquisa de campo.

¹⁷⁰ INCRA, Relatório de Vistoria da Fazenda Santo Inácio, 12/08/1986. Arquivo do INCRA-RJ. Cópia disponível no acervo do CPDA/UFRRJ, pesquisa Assentamentos Rurais. Ver ainda, para as fotos, na sede do STR de Trajano.

carta da comissão às entidades. Previsto desde 1964 com o Estatuto da Terra, o PNRA foi aprovado somente em outubro de 1985. Sua aprovação era parte de um processo maior de passagem do governo militar para um civil, na redemocratização do país. Com a eleição de Tancredo Neves, que acabou falecendo, e a posse de José Sarney, eram grandes as esperanças de que uma reforma agrária seria efetivamente deslanchada no país.¹⁷¹ Em conformidade com o PNRA, a seção fluminense do INCRA elaborou o PRRA (Plano Regional de Reforma Agrária). O plano tinha o objetivo declarado de assentar 16 mil famílias entre 1985 e 1989, considerada uma meta que somente supriria 20% da demanda por terra na ocasião.¹⁷²

Embora sem interferência direta, o PRRA foi discutido e concluído durante o 1º mandato do então governador Leonel Brizola (1982-1986), eleito nas primeiras eleições diretas para o governo estadual. Abertamente de oposição ao regime militar, num quadro em que poderia concorrer nas eleições presidenciais diretas, Brizola teve uma atuação significativa na implantação de assentamentos rurais no Rio de Janeiro, estimulando ocupações de terra e concorrendo com o MST e a FETAG no processo de representação dos trabalhadores rurais.¹⁷³

Os embates entre grupos armados e a contratação de pistoleiros assassinando lideranças, modificou a postura inicial do Governo Federal que consistia em negar a existência de violência no campo. Pressionado por entidades como a CNBB e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), surgido em 1984, que denunciavam casos nos jornais, o governo afirmou que não toleraria nenhuma forma de violência, até reconhecer oficialmente o problema, assumindo a necessidade de intervenção.¹⁷⁴ A escalada da violência estaria associada na segunda metade dos anos oitenta, por um

¹⁷¹ Sobre esse processo e a questão agrária, uma visão abrangente pode ser encontrada em GRZYNSZPAN, Mario. “A questão Agrária no Brasil pós-1964 e o MST”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 315-348.

¹⁷² Maiores detalhes do PRRA podem ser encontrados em, LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. (Org.). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRS e CPDA/UFRRJ, 1998.

¹⁷³ Ver entre outros NOVICKI, Victor. “Governo Brizola, movimento de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)” In: MEDEIROS, Leonilde et al. (orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

¹⁷⁴ Esta mudança na postura oficial sobre o problema da violência foi verificada através de um levantamento de notícias do *Jornal do Brasil* e *O Globo* nas edições de janeiro a julho de 1986.

lado, ao aumento das mobilizações no campo e, por outro, à criação da UDR (União Democrática Ruralista) – que congrega os interesses dos grandes proprietários de terras, chegando a concorrer nas eleições presidenciais diretas de 1989 com a candidatura de Ronaldo Caiado. Segundo a CPT, em 1985 e 1987, a violência no campo teria vitimado, respectivamente, 160 e 162 trabalhadores rurais.¹⁷⁵

Para atenuar a percepção de escalada da violência gerada pelos conflitos fundiários, em 15 de janeiro de 1987, o então presidente da República José Sarney assinou o decreto de desapropriação de áreas em sete estados brasileiros, incluindo aí parte da fazenda Santo Inácio. O decreto “declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados ‘Fazendas Barro Alto e Caixa d’Água ou São Joaquim da Soledade’ (...), classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração”.¹⁷⁶ A justificativa foi produzida pelo exposto no processo administrativo aberto pelo INCRA. E a desapropriação é ato jurídico do Poder Executivo que não pode ser objeto de contestação por parte do proprietário do imóvel, seja ele rural ou urbano. Apenas os valores a serem pagos podem ser objeto de demanda judicial. Poucos meses depois, em 11 de julho, os títulos foram emitidos. Os “posseiros” que estavam em outras áreas da antiga Fazenda Santo Inácio foram reagrupados nas duas glebas que compõe o assentamento.

A reportagem da *Revista Isto É* sobre “a primeira desapropriação de terras feita pelo INCRA para fins de reforma agrária no Estado” reproduz uma declaração do General contrapondo-a às palavras de Agostinho Guerreiro, superintendente do INCRA. A matéria intitulada “Invasões Ilimitadas” destacava os conflitos rurais ao redor do país num quadro de tensão e violência crescentes.

O General Moraes nega os conflitos [na Santo Inácio] e reclama da falta de apoio para evitar a desapropriação. “Eu fui a Brasília, mas ninguém fez nada”, lamenta. Vice-presidente do Clube Militar, Moraes procurou se valer de suas amizades com o ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, e o ministro chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes. Tudo foi em vão. Nem mesmo as promessas que teriam sido feitas pelo próprio presidente José Sarney, de que o processo de desapropriação seria suspenso, surtiram efeito. “O INCRA passou por cima de todos”, lastima. O diretor [superintendente] regional do INCRA no Estado do Rio, Agostinho Guerreiro, admite ter havido “pressões violentas”.

¹⁷⁵ Dados da CPT. Disponível na CPT-RJ em Campos.

¹⁷⁶ Decreto de Desapropriação. Decreto n.º 93.936. 15/01/87.

Mas o processo – garante ele – caminhou rapidamente porque tudo estava a favor dos **posseiros**: “A terra tinha conflitos muito antigos, era subutilizada, quase abandonada e as tentativas de expulsão de **colonos** prosseguiram.”¹⁷⁷

Conforme a revista afirmou “tudo estava a favor dos posseiros”, inclusive a imposição pública dessa imagem, apesar de no trecho Agostinho Guerreiro ter feito referência à continuidade da “expulsão de colonos”. Em toda matéria, estes são referidos pelo periódico e por eles próprios como “posseiros”, revelando aquilo que os “olhares dos outros” enxergavam naquela ocasião.¹⁷⁸ Em seu depoimento, em 2001, o militar disse que depois de conversar com o influente general Leônidas Pires Gonçalves, retornou ao Rio de Janeiro. “Quinze dias depois sai o decreto de desapropriação. ‘Conflitos intermináveis entre proprietário e moradores’ era o teor do decreto.”

¹⁷⁷ Grifos do autor. Revista *Isto É*, em 29/07/1987, pp. 26-27.

¹⁷⁸ CABANTOUS, Alain. *Les citoyens du large: les identités maritimes en France (XVIII^e siècle)*. Paris, Aubier, 1995, Chapitre 1 e 2, pp. 9-76.

CONCLUSÃO

A opção de estudar o colonato a partir da trajetória da fazenda Santo Inácio, num corte cronológico extenso, de longa duração, buscou não perder a riqueza fornecida por recortes mais curtos, ao se dedicar pesquisa mais intensa e fina em três momentos analíticos. Estes, por sua vez, foram escolhidos através das indicações fornecidas pelas memórias dos porta-vozes autorizados de proprietários e não-proprietários, que revelaram três *tempos* – do *cativeiro*, de Vargas e da *reforma agrária*.

As recordações associadas aos *tempos* se forjaram em meio a conflitos constantes, mesmo quando manifestados com maior ou menor abertura e visibilidade. Por isso, os *tempos* assumiram diferentes significados, inclusive diante de marcos coincidentes, relevantes para trajetórias individuais e coletivas, como o fim da escravidão, a chegada de Vargas ao poder, ou a colocação do gado na lavoura dos colonos. Ao conferir sentido a eventos e encadear processos, os *tempos* apresentaram também durações e ritmos próprios, distintos daqueles dos marcos políticos tradicionais ou periodizações consagradas. Isso permitiu perceber, por exemplo, a permanência de elementos do cativeiro para além da Lei Áurea, a relevância da coragem na contenção do arbítrio associada a Getúlio Vargas e o início da reforma agrária quando a noção e atores que a trazem chegam ao campo.

Só se pôde notar isso porque não se aplicaram definições pré-concebidas, como uma conceituação rígida para camponês ou a discussão se o colonato é ou não uma relação capitalista. Mais importante do que afirmar grupos e indivíduos como escravos, colonos ou posseiros, foi compreender quais os significados que essas categorias assumiram para os atores. Posicionando-se, agindo sobre o mundo, lidando com

condições que muitas vezes escapavam ao seu controle e outras sobre as quais poderiam intervir, os atores efetuaram escolhas que lhes propiciaram resultados, previstos ou imprevisos, obtendo, na sua ótica, conquistas ou perdas, vitórias ou derrotas, mas sem um caminho necessário ou rumo pré-estabelecido.

A investigação nos momentos analíticos definidos pelos *tempos* permitiu ainda assinalar de que maneira foram modulados localmente processos macro-históricos, tais como a transição do trabalho escravo ao livre, as mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes da urbanização e industrialização do país e da formação de uma cultura de massas, ou a alternância entre um regime democrático, numa conjuntura de forte mobilização popular, para um contexto autoritário e repressivo. A modulação de tais macro-processos não significou apenas adaptação local; ela os redefiniu e os alterou, contribuindo mesmo para conformá-los, como evidencia a desapropriação da fazenda.

O colonato não se confunde com práticas sociais oriundas exclusivamente da vinda de imigrantes estrangeiros, sobretudo europeus. Enquanto relação social, o sistema, em conformidade com remissões ao cativo nas memórias de colonos na fazenda Santo Inácio e de maneira mais geral no sudeste cafeeiro, vinha se constituindo desde a vigência da escravidão, aproximando-se da “brecha camponesa” ou da “economia interna dos escravos”. O termo pouco importa, mas sim, a prática e a concepção de que ela constituirá um direito.

O acesso aos cultivos está relacionado à constituição da família escrava. Esta não pode ser essencializada: nem deve ser sempre tomada como elemento estruturante do escravismo, que contribuiria, exclusivamente, para “pacificar” o sistema, tampouco como palco constante de embates entre proprietários e escravos. Ela pode, dependendo de inúmeras circunstâncias, desempenhar ambos os papéis ou até mesmo nenhum deles e se revestir de outros significados. A família escrava também merece ser historicizada.

A crise do escravismo produziu resultados diferenciados para os proprietários que a atravessaram de maneiras distintas. Os escravos nos grandes plantéis procuraram fortalecer seus vínculos comunitários, através dos laços de compadrio. Contudo, ao que parece, resistiram ao estabelecimento de laços com novos escravos que ingressavam nas

propriedades através do tráfico interno. Os crimes cometidos por escravos e a pequena acolhida de cativos “brasileiros” indicam, nesses casos, certa dificuldade para constituição de vínculos familiares e integração à comunidade escrava.

O percentual extremo de “filhos naturais” nos batizados, o quase desaparecimento do matrimônio entre escravos de 1871 a 1885, seguido da súbita explosão deles em 1887, intensificados pelos libertos em 1888, estão relacionados a reações senhoriais diante das limitações trazidas ao seu poder moral pela Lei do Ventre-Livre. As proibições para matrimônios e assentos batismais de filhos permitiriam aos senhores acenarem com a ameaça de separar companheiros e pais de mães e filhos, à revelia da lei. Além disso, a ausência do reconhecimento legal das uniões e da paternidade restringia o acesso ao Fundo de Emancipação Provincial, que privilegiava cativos casados legalmente com filhos legítimos, e dificultava o recém conquistado direito de constituir pecúlio. Nisso, percebeu-se uma relação entre a formação de famílias escravas, de fato e de direito, e as manumissões obtidas pelo Fundo de Emancipação Provincial e alforrias adquiridas a título oneroso.

As cerimônias coletivas de matrimônio envolvendo libertos apontaram para o desejo de constituir família e permanecer nas fazendas com acesso aos cultivos, na “experiência de liberdade” gestada pelo contato com homens livres pobres. Mas apesar dos casamentos, os movimentos de saída de libertos nas fazendas após o Treze de Maio aconteceram. Do mesmo modo que a crise do escravismo atingiu plantadores de maneiras distintas, os comportamentos dos libertos não foram os mesmos. Prevaleceu, em alguns casos, a mobilidade espacial, reflexo do espaço de experiência dos homens livres pobres, que se conformou na intensa circulação pelas fazendas. Isso permite entender melhor as flutuações demográficas. Elas não estavam apenas relacionadas ao abandono das propriedades e chegada dos imigrantes, visto que esse último grupo, sozinho, não poderia gerar crescimento demográfico tão espantoso quanto o verificado em São Francisco de Paula.

O fim da escravidão não pode ser encarado como medida que não produziu efeitos. Mesmo com a indicação de que a abolição não impôs perdas tão significativas aos fazendeiros, num sentido contrário ao afirmado pelas “teses clássicas”, as relações

entre a família proprietária e a mão-de-obra tiveram que ser modificadas, pois se tratavam de homens juridicamente livres, com concessões como as plantações de subsistência e os cultivos comerciais próprios. A utilização das fazendas pelos colonos para trabalho e moradia ligava-se a negociações bem delimitadas entre estes e os proprietários ou seus administradores, que às vezes, nos relatos, eram mais acionados que o fazendeiro.

As margens de negociação incorporavam os novos tempos, mas não excluíam elementos de continuidade com o passado escravista, como a “catinga do cativo”, expressão que revelaria, na ótica dos ex-cativos, a percepção de mudanças e continuidades nas suas condições após a abolição. A “catinga” se manifestava no tratamento tido como “injusto”, conferido aos colonos nas *turmas* e no *voto de cabresto*. Os fazendeiros garantiriam ainda a sua autoridade através da expulsão de colonos ou empregados com as *vinte quatro horas* e a *retirada das telhas* das casas dos que insistissem em permanecer.

Os anos 1930 foram percebidos como um período de “dupla crise” pela maioria dos proprietários fluminenses: crise econômica, com as bruscas quedas do preço do café após a Crise de 1929, e crise política, com a Revolução de 1930 e cassação políticos ligados à velha ordem. A família proprietária volta a residir na fazenda, numa ocasião em que as obrigações do colonato sofrem alterações, como a cobrança da *renda* de 10% de outros cultivos diferentes do café, a introdução da *venda*, a *caderneta de colono* com *regulamento*. Têm-se aqui indicadores de que é inadequado tomar determinadas características como constantes no colonato, projetando-as, apressadamente, enquanto obrigações que teriam perdurado das origens até a desconstrução do sistema. Na realidade, certas obrigações se desenvolveram em contextos específicos.

De modo paradoxal, o período dos anos 1930-1950, que poderia estar identificado a perdas, também é marcado na memória dos colonos com um lugar privilegiado para Getúlio Vargas, leis, direitos e até a legislação trabalhista. Embora a produção acadêmica negue impactos relevantes da Era Vargas no mundo rural, a memória de camponeses retrata o presidente como “o homem que abriu o caminho de todos” ou o “verdadeiro responsável pela abolição”.

A contradição, no entanto, é apenas aparente. Para além do olhar historiográfico que caracterizava o campo como o lugar da ausência de noções de direitos e império da autoridade tradicional, devido não apenas ao descumprimento das leis, mas principalmente à sua inexistência, constatou-se que não é mais possível reproduzir a idéia do esquecimento e do abandono do mundo rural pelo governo Vargas, sobretudo no Estado Novo.

Ao buscar legitimar-se, a ditadura Vargas produziu um discurso oficial que foi apropriado num momento em que noções sobre as leis e os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos circulavam. O discurso não se resumiu apenas à valorização do homem do campo, importante para a construção do projeto de nação do Estado Novo, mas veio acompanhado de esforços legislativos que tiveram forte oposição dos proprietários rurais, e medidas pautadas nos mesmos princípios legais reguladores daquelas dos trabalhadores urbanos. Tratava-se mesmo de uma dimensão no campo da “invenção do trabalhismo”. Percebeu-se assim o reconhecimento de desdobramentos relevantes, que não se restringiram à legislação trabalhista ou aos direitos sociais.

Um dos impactos da Era Vargas no mundo rural, não previsto pelos formuladores e divulgadores da legislação social, foi a de ter contribuído, por mais contraditório que possa parecer, para o papel da lei em conflitos e a instrumentalização da coragem atribuída ao presidente. O que mostrou-se aspecto simbólico que interfere nas visões de mundo, nas atitudes, gerando ações e iniciativas concretas. A idéia de uma autoridade superior, ao lado dos colonos, ajudou a erodir as bases da dominação tradicional dos grandes proprietários rurais, o que contribuiu para intensificar as formas de resistência. Por baixo de um aparente paternalismo, as imagens caras ao regime ditatorial puderam ser ressignificadas pelos subordinados para pleitear e lutar por aquilo que consideravam justo. Posteriormente, mediadores como religiosos, advogados e militantes se beneficiaram e reforçaram esse papel da lei, tornando-se “poder superior” aliado dos camponeses.

As fontes analisadas abarcaram duas regiões rurais de grande lavoura. Mesmo reconhecendo que as correspondências e o volume de processos judiciais baseados na CLT podem não ter sido tão elevados quando comparados à população rural do período

– pelo menos no atual estado que as pesquisas existentes permitem mapear, as conexões dos depoimentos com essas fontes fornecem valiosos percursos de reflexão a serem trilhados. Novas investigações empíricas ajudariam a mapear outras apropriações camponesas do discurso oficial varguista.

A circulação pelas fazendas da região e seu fim permitiu entender questões relevantes para a mobilização política e visibilidade dos conflitos. A relativa facilidade para saída e entrada nas fazendas, atenuava a expressão pública de conflitos entre proprietários e colonos, quando estes eram expulsos através das *vinte e quatro horas* e do *tirar as telhas*. Mas a intensificação da substituição dos cafezais pela pecuária, difundida a partir dos anos 1930, reduzia a necessidade de mão-de-obra. Em caso de saída voluntária ou de expulsão de uma fazenda, ficava mais difícil para o colono encontrar moradia e trabalho em outra propriedade. Antigos colonos se viam forçados, em sua maioria, a migrar para as cidades.

O enfraquecimento da dominação tradicional, resultado e expressão das formas de resistência cotidiana, alteraram as bases do “contrato social implícito” num período de desmobilização e contribuíram assim para as lutas mais abertas iniciadas nos anos 1960. As condições gerais verificadas no país, com a erradicação dos cafezais e a extinção dos ramais ferroviários deficitários, foram reelaborados a partir das tensões e condições locais, como as mudanças específicas da fazenda com o falecimento do proprietário e do administrador que auxiliaram no não reconhecimento de obrigações pessoais perante os herdeiros. Os processos mais amplos geram efeitos que tiveram variados desdobramentos, o que equivale dizer que as condições gerais não produzem necessariamente os mesmos resultados em todo país.

A atuação dos militantes das esquerdas no mundo rural brasileiro, desde os anos 1940, relacionava-se à alteração da percepção sobre o campo, que passava a ser visto com grande potencial político e depois revolucionário. Das descobertas e redescobertas do campo, resultou a visão, reproduzida pela historiografia tradicional, que consagrou a mobilização rural no período diretamente à criação das Ligas Camponesas, que seriam o principal, senão o único grupo relevante atuando no campo brasileiro. Isso eclipsou outros agentes que com elas competiram pela organização e representação das

populações rurais nos anos 1950 e início da década de 1960, como o PCB e a Igreja Católica.

Os depoimentos orais e a documentação trouxeram à tona elementos que permitem melhor entender como se deu a atuação desses agentes no campo fluminense, sobretudo a articulação entre comunistas, ferroviários e trabalhadores rurais, em meio ao estímulo do Estado à sindicalização. Naquela ocasião, o governo Goulart procurou ampliar a sindicalização ao campo, com os mesmos princípios da Lei de sindicalização de 1939. Com isso, delimitava-se o espaço concorrencial dos atores em disputa, forçando-os a se aproximarem e dialogarem com o governo, que esperava, por sua vez, alcançar resultados como apoio político. No contexto repressivo da ditadura estadonovista, isto havia funcionado com os trabalhadores urbanos.

Após o golpe, com as mobilizações foram freadas, a colocação do gado na lavoura dos colonos a mando do proprietário produziu uma reação inesperada. As condições sociais dessa reação são entendidas quando se atenta ao fim da circulação pelas fazendas da região. Os que conseguiram permanecer nas fazendas resistiram através de formas quase invisíveis: os boicotes aos dias de trabalhos nas *turmas* e ao pagamento da *meia* e da *renda*, bem como o plantio da banana, excluída da *renda*, produto que traria ganhos maiores. Em certos casos, colonos perceberam que o plantio ainda acarretaria indenizações. Foi no *tempo de Vargas* que apareceu a prática da “compra dos direitos”, o pagamento nos casos de ingresso de alguém numa fazenda, e recebimento para quem estava de saída, noção acionada no momento das expulsões, como forma de desautorizá-las.

A resistência diante do fim da circulação pelas fazendas teria se constituído como uma das alternativas para manter e reproduzir um modo de vida camponês, no qual o plantio da banana desempenhou papel chave. O acesso aos cultivos para subsistência e comércio era uma conquista herdada do *tempo do cativo*, que não pode ser naturalizada, visto que na morada no nordeste, ela só se transformou em direito com sua positivação, após o Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941. Mesmo assim, essa medida foi desrespeitada.

Na conjuntura mais fechada, posterior ao AI-5, as estratégias se modificam. Advogados e lideranças como os líderes da FETAG se esforçaram na imposição de uma imagem pública do conflito que escapasse da rotulação de “subversão” e de “ameaça à segurança nacional”, que atores com os mais variados propósitos tentaram lhes imputar. Aproveitando-se das brechas existentes dentro do regime ditatorial, houve a judicialização do conflito. O recurso ao Poder Judiciário obrigava o proprietário, mesmo num período de restrições democráticas, a se submeter às regras que diminuiriam ainda mais sua autoridade diante de outros colonos.

As ações judiciais se arrastaram por mais de quinze anos, numa clara estratégia protelatória dos advogados sindicais, valendo-se da morosidade da Justiça. Quando houve uma mudança de estratégia, produzida no curso da luta, as entidades passaram a apresentar os colonos como “posseiros”, condição em que eles não se enquadravam e não se reconheciam. A contradição alegada por serem colonos numa ação e posseiros noutra foi percebida pelo magistrado: a sentença era desfavorável às pretensões dos trabalhadores.

A passagem do regime militar ao democrático foi explorada pelas entidades e pelos colonos. Estes passaram a desconhecer sua condição anterior, apresentando-se como “posseiros”. A imposição da leitura do conflito deve ser entendida como parte do próprio conflito, determinando seu desfecho. As tensões em Trajano de Moraes foram percebidas e retratadas como o tipo de tensão no campo que ganhava visibilidade na imprensa, num momento de escalada da violência com mortes e de “invasões ilimitadas”, embora, nenhum tenha acontecido no município. Quem redigiu o decreto de desapropriação talvez não tivesse em mente o quanto ‘conflitos intermináveis entre proprietário e moradores’ foi uma frase adequada, além da longa duração a qual poderia se remeter, na antiga fazenda cafeeira.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1- Obras de referência:

ABREU, Alzira Alves e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2ª Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999.

BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. CD-Rom, 1999.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BRASIL. Coleção Constituições Brasileiras. 7 Vol. Brasília: Senado Federal, 1999.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 5ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CIDE-RJ. *Evolução da População e da Malha Municipal do Estado do Rio de Janeiro*. CD-rom, 2004.

MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (org.). *Dicionário crítico do pensamento de direita*. Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad, 2000.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2004.

2- Fontes primárias:

Arquivos abertos à consulta pública:

- Arquivo do Centro de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ
- Arquivo Histórico do Exército – AHEx
- Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – AN

- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ
- Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro – BN
- Centro de Documentação do Estado do Rio de Janeiro – CIDE-RJ
- Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário – CPDA-UFRRJ
- Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo – CPDOC-FGV
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG-RJ
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
- Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI-UFF
- Museu da Justiça – MJ

Arquivos eclesiásticos:

- Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
- Igreja Matriz de Trajano de Moraes
- Igreja Matriz de Cantagalo
- Igreja Matriz de Santa Maria Madalena

Acervos particulares:

- Acervo da Fazenda Santo Inácio - AFSI
- Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes – ASTR
- Acervo de Darli Bertazzoni Barbosa – ADBB –

Periódicos – diários

- *A Manhã*
- *Correio da Manhã*
- *Estado de São Paulo*
- *Folha de São Paulo*
- *Jornal do Brasil*
- *O Globo*
- *Jornal do Comércio*

Periódicos – semanais

- Isto é - Revista *Isto É*

Periódicos - outros

- *A Classe Operária*
- *Almanaque Laemmert*
- *Novos Rumos*
- *Gazeta do Povo*
- *Terra Livre*
- *Voz Operária*

Entrevistas – Autor

- Maria Helena Natividade Pereira, 66 anos, professora e descendente de ex-escravos da fazenda Aurora, em 24/04/2008
- Jonas Costa, 80 anos, ex-colono e residente na fazenda Santo Inácio, em 23/04/2008.
- Maria Cordeiro Costa, 78 anos, ex-colona e residente na fazenda Santo Inácio, em 23/04/2008.
- Maria da Conceição, 67 anos, ex-colona da fazenda Santo Inácio, em 23/04/2008.

Entrevistas – Arquivo CPDA-UFRRJ

- Álvaro Pereira da Silva, ex-colono e assentado na fazenda Santo Inácio, em 09/09/2001.
- José Antonio de Moraes, proprietário da fazenda Santo Inácio, em 25/05/2001.
- Juscelino Cândido da Silva, Sr. Binó, em 10/09/2001
- Paulo César
- Antonio Cordeiro
- Nilo Peçanha
- Antonio Ferreira
- Sebastiana
- Carlos Fortunato

3- Fontes secundárias

ABREU, Martha. "Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the 'Free Womb' Law, Rio de Janeiro, 1871" *Journal of Latin America Studies*, Cambridge, v. 28, n. 3, p. 567-580, 1996.

ALAVI, Hamza. "Revoluções no Campo". In: *Problemas e perspectivas do Socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, pp. 299-351;

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN/ ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. "Caras e modos dos migrantes e imigrantes." In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. "La Traite négrière et l'unité nationale brésilienne". *Revue Française d'histoire d'Outre-Mer*, 66, 1979, pp. 395-419.

_____. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENTEJANO, Paulo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2003.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)*. Exame de qualificação. Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2007.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *Hoje é dia de branco: o trabalho livre na província fluminense – Valença e Cantagalo (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1995.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1982.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1852-1888*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2006.

ARANTES, Antonio Augusto. *Compadrio in Rural Brasil: structural analysis of a ritual institution*. Mimeo, s/d.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. "A crise do capitalismo liberal". In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (org.) *O Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-34.

ATHAYDE, José Botelho de. *Família Moraes (de Trajano de Moraes)*. Manuscrito. S/d.

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACHA, Edmar. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcellino Martins/ Johnson Exportadores, 1992.

- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332.
- BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos: Memória da escravidão, história e identidade racial entre afro-brasileiros*. Dissertação de Mestrado Niterói: PPGH-UFF, 2002.
- BARBOSA, Darli Bertazonni. *Índices dos Livros de Batismos da Freguesia de São Francisco de Paula (30/07/1843 a 28/12/1902)*. Igreja Matriz de Trajano de Moraes, Paróquia Sagrado Coração de Jesus: mimeo, 2006.
- BARBOSA, Rômulo Soares. *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese de Doutorado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2007.
- BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação Sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2008.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984
- BERQUÓ, Elza. “Evolução demográfica”. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: Um século de Transformações*. 1º Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, pp. 14-37.
- BETHELL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976.
- BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1778-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BOLTANSKI, Luc. *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982.
- BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- BOUQUET, Mary & DE HAAN, Henk. “Kinship as an analytical category in Rural sociology: an introduction.” *Sociologia Ruralis*. V. XXVII, n. 4, 1987, pp. 243-262.
- BOURDIEU, Pierre. “A força do Direito – elementos para uma sociologia do campo jurídico.” In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá e Benevides e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686*. São Paulo: Edusp, 1973.
- BRANNSTROM, Christian. “Brazilian County-Level Juridical Documents as Sources for Historical Geography: A Case Study from Western São Paulo”. *Yearbook. Conference of Latin Americanist Geographers*, 23, 1997, pp. 41-50.
- BRAYNER, Floriano de Lima. *A verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, 1995.

CABANTOUS, Alain. *Les citoyens du large: les identites maritimes en France (XVIII^e siècle)*. Paris, Aubier, 1995.

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

CAMARGO, Aspásia. *Brésil nord-est: mouvement paysan et crise populiste*. Tèse de doctorat. Paris: Université de Paris, 1973.

_____. “A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)”. In: Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3º Vol. São Paulo: Difel, 1986.

_____. “Ligas Camponesas”. In: ABREU, Alzira Alves e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2º Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 3122-3124.

CÂNDIDO, Antônio. “O significado de *Raízes do Brasil*” [1967]. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995 [1936].

CANO, Wilson. “Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)”. *Estudos Econômicos*. 15 (2), maio-agosto de 1985, pp. 291-306.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas: Fapesp; Papyrus, 1999, p. 76.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal. A Era Vargas Acabou?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

_____. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. In: CHEVITARESE, André (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, pp. 19-38.

_____. *Trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.

CARVALHO, José Murilo de. “Coronelismo”. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; CPDOC/Finep, vol. II, 1984.

_____. *A construção da ordem e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A formação das almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CHAMPAGNE, Patrick. “La fête au village”. *Actes de La Recherche*, 17/18, mars. 1977, pp. 73-84.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des ‘intellectuels’ 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp/Estação Liberdade, 2001.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. “A retomada do crescimento e as distorções do milagre”. In ABREU, Marcelo Paiva (org.) *A ordem no progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1966.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Sobre os silêncios da lei – lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX.” In: *Antropologia do Brasil – mito, história, etnicidade*. São Paulo: Edusp/ Brasiliense, 1986, pp. 123-144.
- DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado. Recife: PPGH-UFPE, 2003.
- De CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- De KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007 [1970].
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEZEMONE, Marcus. “Revoluções Camponesas no século XX”. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2004a, p. 71-110.
- _____. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987). Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004.
- DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 42, n. 1, 1999, p. 77-109, p. 96.
- DRAIBE, Sônia Miriam. “As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84” In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de Regime Militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.
- DREYFUSS, René. *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DUARTE, Ronaldo Goulart. *A cidade que lugar é esse?* São Paulo: Editora do Brasil, 2003.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2 Vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- _____. “Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavaleiros e tarpaulins”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 7, n. 1, pp. 89-116, abril de 2001.
- _____. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras - análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1972.
- ESTEVEZ, Carlos Leandro Silva. *Nas Trincheiras. Lutas pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1950-1964). Uma resistência ampliada*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2007.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 [1963].
- FARIA, Sheila de Castro. “Compadrio”. In VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 126-127.
- _____. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FAUSTO, Boris. “Duas Faces do Populismo.” *Caderno Mais!* Folha de São Paulo. São Paulo, 21/03/2004, p. 14.
- _____. “Expansão do Café e Crise Cafeeira”. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1986.
- _____. *A revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- _____. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial, 2001.
- _____ e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FELSTINER, William; ABEL, Richard; SARAT, Austin. “The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming...”. *Law & Society Review*. Vol. 15, n. 3/4. Special Issue on dispute processing and Civil litigation, 1980-1981.
- FERNADES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 volumes. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. “O Grande Inquisidor”. In: *O Globo*, 10/11/2003.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____ e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. 4 Vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____ e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes e LEAL, Carlos Eduardo de Castro. *Cinco Séculos de Alianças*. Rio de Janeiro, mimeo, 2001.

_____. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1977.

_____. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008.

FERREIRA, Roquinaldo. “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII e XIX.”. *Tempo*. N. 20. Vol. 10. Jan. 2006, pp. 33-60.

FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 315-348.

_____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo. “Senzala Geral”. In: *Folha de São Paulo, Caderno Mais!*, 11/05/2008, p. 3.

_____. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997.

_____. GÓES, José Roberto. *Paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso.” In: Ferreira, Jorge, Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do Liberalismo Excludente*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 45-88, 2003.

FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade - a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “A Fazenda de Café e a reprodução anual.” In *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920) – um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 51-58.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. “O Império escravista e a República dos plantadores”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 144-187.

_____ e RIOS, Ana Lugão. “Um empresário brasileiro no oitocentos”. In: MATTOS, Hebe e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, pp. 197-224.

_____ e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro. 1790-1840*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1978.

FRENCH, John D. *Afogados em Leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 22ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983 [1933].

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; et alli (org.). *Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

GARCIA JR, Afrânio. *O sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero/ UnB/ CNPq, 1990.

_____ e GRZYNSZPAN, Mario. “Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão”. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré, Brasília: Capes, 2002, pp. 311-348.

_____ e PALMEIRA, Moacir. “Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro”. In: SACHS, Ignacy; WILHELM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: Um século de Transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo – ideologia e propaganda política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GARCIA, Nicole Régine. *Prorural: o início da previdência rural no Brasil*. Monografia de Conclusão de Curso. Niterói: UFF, 2007.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005 [1988].

- _____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2ª ed., 2002.
- _____ e MATTOS, Hebe Maria. “Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Nº 1, junho de 1998, pp. 121-143.
- GOMES, Flávio dos Santos; e CUNHA, Olívia Maria Gomes da (Org.). *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. 3ª. ed. Curitiba: Criar Edições Ltda, 2005.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GRAHAM, Richard. “Brasil-Inglaterra (1831-1889)”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ª ed. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. “O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai.” In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência até 1870*. São Paulo: EdUSP; Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Fundação Alexandre Gusmão, vol III, 2001, pp.771-825.
- GRANER, Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama 1860-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1985.
- GRAZIANO, Xico. “A farsa dos sem terra”. In: *O Globo*, 28/10/2003.
- _____. “O Fantasma do Latifúndio”. In: *O carma da terra*. São Paulo: A Girafa, 2004.
- GRYNSZPAN, Mario. “A questão Agrária no Brasil pós-1964 e o MST”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 315-348.
- _____. “Da Barbárie à Terra Prometida: o campo e as lutas sociais na história da República”. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- _____. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN, 1987.
- _____ e DEZEMONE, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p. 209-236, 2007.
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismos de escravos na Bahia do século XVIII” In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós emancipação: Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.
- HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge, Harvard University Press, 1999. CALHOUN, Craig (ed.). *Social theory and the politics of identity*. Oxford, Blackwell, 1998.
- HALLBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*, La Haye: Mouton, 1976.
- HEREDIA, Beatriz. *Morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HERMANN, Jacqueline. “Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.121-160.
- HERZFELD, Michael. HERZFELD, Michael. *The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- HEYMANN, Luciana Quillet. “Quem não tem padrinho morre pagão: fragmentos de um discurso sobre o poder.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 323-349, 1999.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Shifting involvements: private interest and public action*. Princeton, Princeton University Press, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 [1959];
- HOCHSCHILD, Adam. *Bury the Chains: Prophets and Rebels in the fight to free an Empire's Slave*. Boston: Houghton Mifflin, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995 [1936].
- IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec, 1962.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- INCAO, Maria da Conceição d'. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.
- JAKOBSON, R. “A linguagem comum dos Lingüistas e Antropólogos”. In: *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultirx, (s/d) [1971], pp. 15-33.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O imaginário sobre Getúlio Vargas” *Revista da Associação brasileira de História Oral*, nº 1, junho de 1998, pp. 91-119.
- JULIÃO, Francisco. *Cambão, la face cachée du Brésil*. Paris: Maspero, 1968.
- _____. *Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977.

_____. *Que são as Ligas Camponesas?* Cadernos do Povo Brasileiro n. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the Peasantry: anthropology in global perspective*. Westview Press, 1996.

KEYLOR, William. "The Western World in the thirties: the illusions dispelled". In *The Twentieth Century World: An International History*. 2nd edition. New York: Oxford University Press, 1992, pp. 128-175.

KORNIS, Mônica. "Pinheiro Neto, João." In: ABREU, Alzira Alves e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2º Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 4646-4648.

KOSELLECK, R. "'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas". In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 305-327.

LACERDA WERNECK, Francisco Peixoto de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1985 [1847].

LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LE GOFF Jacques. "Memória". In: *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, pp.423-483, s/d.; pp. 476-477.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Alfa Ômega: São Paulo, [1948] 1975.

LEITE LOPES, José Sergio. *História e Transformação do Sindicalismo Brasileiro*. Paper for the Conference on Social Movements in the South (Brazil, India, South Africa). Harvard University, School of Government John F. Kennedy, May 16 - May 20, 2002. Museu Nacional/UFRJ – mimeo, 2002.

_____. *O vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE, Sergio e MEDEIROS, Leonilde. (Org.). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRS e CPDA/UFRRJ, 1998.

LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

LEPETIT, Bernard. "Sobre a escala na história" In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, FGV, pp 77-102.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Elizabeth Ferreira. *Entre escravos e anjos: condições e significados da infância em um assentamento rural fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2004.

- _____; MEDEIROS, Leonilde; PADRÃO, Luciano; ALENTEJANO, Paulo. (orgs.) *Conhecendo Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1919].
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACHADO, Cacilda; FLORENTINO, Manolo. “Famílias e Mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Século XIX)”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000.
- MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da cafeicultura no Vale do Paraíba Fluminense (1860-1888)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1983.
- MAIO, Marcos Chor. “Tempo Controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco”. *Revista Tempo Social*. São Paulo: v. 11, p. 111-136, 1999.
- MAIO, Marcos Chor. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.
- MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Hucitec: São Paulo, 1979.
- _____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MATTOS DE CASTRO, Hebe. “Laços de família e direitos no final da escravidão.” In ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil. Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, vol 2, pp. 337-383
- _____. *Ao Sul da História: lavradores e pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998
- _____ e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- _____ e RIOS, Ana Maria. ‘Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição.’ In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Quase-cidadão histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 55-79.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.
- _____. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAXWELL, Keneth. *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

- McCANN Jr., Frank. “O fim de uma Era” In: *Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. “O movimento dos trabalhadores rurais sem terra – notas sobre a produção de um movimento social.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 563-593.
- _____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1995.
- _____. *História dos Movimentos Sociais no Campo*, Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- _____. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLC/USP, 1982.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “Posfácio: Raízes do Brasil e depois” [1995]. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995 [1936].
- _____. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- MELO, Hildete Pereira de. “O café e a economia fluminense: 1889/1920”. In: SILVA, Sergio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 1996, pp. 215-234.
- MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MENDONÇA, Sônia. Regina de. *A Primeira Política de Valorização do Café e sua vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1977.
- MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTENEGRO, Antônio Torres e SANTOS, Tarciana Mendonça dos. “Lutas políticas em Pernambuco... A frente do Recife chega ao poder (1955-1964).” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, pp. 451-488.
- MOORE JR, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, [1966] 1983.
- _____. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). “Fazendas de Café do Vale do Paraíba: o que os inventários contam”. In: ARAÚJO, Emanuel (coord.) *O Café*. Catálogo da Exposição *O Café*. São Paulo: Banco Real-ABN AMRO Bank, s/d.
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. “A formação da fazenda de café em Valença: um estudo de processos jurídicos contra pequenos proprietários.” In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos de; MATTOS, Hebe Maria; e FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre História e Educação. Homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001, pp. 389-400.
- MUNIZ, Ivan (Coord.). *Cem Anos de Trajano de Moraes*. Rio de Janeiro: Assessor Comunicação Social Integrada/Ed. Lidador, 1991.
- NEGRO, Antonio Luigi. “O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes e questões para a História Social.” *Politéia* (Vitória da Conquista), v. 6 n. 1, p. 193-209, 2006.
- NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos sobre Antropologia Social e Cultural*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha. “Formas tuteladas de condição camponesa: Colonato e morada na agroindústria exportadora”. In: NEVES, Delma Pessanha; MORAES, M. A., (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2008, v. 1, (no prelo).
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e MACHADO, Humberto. “Uma elite brasonada”. In *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, pp. 7-28, 1987.
- NOVICKI, Victor. “Governo Brizola, movimento de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)” In: MEDEIROS, Leonilde et al. (orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- NUNES, J. P. Favilla. *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro feito em 30 de agosto de 1892*. Rio de Janeiro, Companhia Typografica do Brazil, 1893.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Carteira assinada: tradicionalismo do desespero*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (mimeo.), 1984.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- OSÓRIO, Helen. “Estruturas socioeconômicas coloniais.” In: WASSERMAN, Claudia (org). *América: Cinco Séculos*. Ed. UFRGS, 1998, pp. 38-76.
- PADRÃO, Luciano Nunes. “Capelinha, Conceição de Macabu”. In: LINHARES, Elizabete [et al.] *Conhecendo Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, 2002, pp. 77-120.
- PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional”. *Contraponto*. n. 2, pp. 103-114, dez. 1977.

_____. “Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na Agro-Indústria Pernambucana.” In: *Revista de Cultura e Política*, CEDEC v.1, ago. 1979, pp.41-55, p. 41.

_____. “Política e Tempo: Nota exploratória.” In: PEIRANO, Mariza Soares. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da política, pp. 171-177, 2002.

_____. *Feira e Mudança econômica*. Simpósio de Pesquisas do PPGAS. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1970, mimeo.

_____. *Latifundium et capitalismo au Brésil: lecture critique d’un débat*. Thèse de doctorat. Paris: Paris V, 1971.

_____ e LEITE, Sergio. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: SANTOS, Raimundo & COSTA, Luís Flávio de Carvalho (orgs.) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____; LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; CINTRÃO, Rosângela. (orgs.). *Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. 1ª ed. Brasília: NEAD/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

TOSTES, Vera. *Títulos e brasões, sinais de nobreza: titulares brasonados do Império*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

PAULA, Dilma Andrade de. *Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2000.

PINHEIRO, Diógenes. *Sindicatos e Associações em Trajano de Moraes, Rio de Janeiro: um estudo sobre a diferenciação da representação política dos pequenos produtores nos anos 80*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1993.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. vol 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

_____. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

_____. *L’expérience concentratiennaise*. Paris: Métailié, pp. 7-23, 1990.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. “Narrativas sobre o perigo: a desapropriação do Engenho Galiléia e as Ligas Camponesas (1959-1964).” In: *Perseu. História, Memória e Política: Revista do Centro de Estudos Sergio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo. Ano 1, n. 1, 2007, pp. 206-232.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, pp.103-130.

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1933].

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977 [1942].

PRESSOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2004.

PRESTES, Anita Leocádia. “O golpe de 29/10/1945: derrubada do Estado Novo ou tentativa de barrar o processo de democratização da sociedade brasileira?”. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos de; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre História e Educação. Homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001, pp.131-149.

PRIORI, Ângelo. *A Revolta camponesa de Porecatú. A luta pela posse da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro no campo (1942-1952)*. Tese de doutorado. Assis, FCL/UNESP, 2000.

_____. *Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963)*. Pós-História, Assis, v. 3, 1995, pp. 223-227.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Organizado por Eliane Cantarino O’Dwyer. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.

REGO, José Lins do. *Fogo morto*. 40ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992 [1943].

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

_____. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REIS, José Roberto Franco. “A sinfonia ideológica do Estado Novo” In: “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo.*” *Correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2002.

REVEL, Jacques “Prefácio: A história ao rés-do-chão.” In: LEVI, Giovani. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 7-52

_____. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A roça y a La campana. A questão agrária sob o Vargasismo e o Peronismo em perspectiva comparada*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

_____. *Um novo olhar para a Roça: a questão agrária no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIOS, Ana Lugão. *Família e Transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1870-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 1990.

- RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: Ferreira, Jorge, Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 43-91.
- ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’.” In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, FGV, pp. 151-172, 1998.
- ROUSSO, Henri. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, pp. 93-101, 2001.
- SAES, Flávio de. “O término do escravismo: uma nota sobre a historiografia”. *Estudos Econômicos*, n. 12, vol. 3, dezembro de 1982, pp. 29-40.
- SAMPAIO, Plínio Arruda. “Os males da estrutura anacrônica”. In: *Folha de São Paulo*. 08/05/2004.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural reform and the idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910*. Austin: University of Texas at Austin, 1984.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). *Trocadero: Revista de história moderna y contemporânea*. Espanha, nº 17, pp. 77-100, 2005
- _____. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2005.
- _____. “Estatuto do Trabalhador Rural”. In: MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 200-202.
- SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira.” In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 21-88.
- _____. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia.” *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001, pp. 263-292.
- _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001.
- SCOTT, James. “Everyday forms of peasant resistance”. In *Journal of Peasant Studies*, volume 13, number 2, january, 1986, pp.5-35.
- _____. *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in South-east Asia*. New haven: 1976.
- SEARLE, John. *The construction of social reality*. New York: The Free Press, 1995.
- SECRETO, María Verônica. *Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

- SEYFERTH, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.” In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, pp. 41-58.
- SHANIN, Teodor. “Peasant as a political factor”. In: SHANIN, Teodor (ed.). *Peasants and Peasant Societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971.
- SIGAUD, Lygia Maria. “Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996, pp. 361-388.
- _____. “A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios”. *Boletim do Museu Nacional*, série Antropologia. Rio de Janeiro, (30), dez. 1978.
- _____. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVEIRA, Joel. *II Guerra: momentos críticos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.
- SILVERMAN, Sydel. “The peasant concept in Antropology”. *Journal of Peasant Studies*. V. 7, n. 1, 1979, pp. 49-69.
- SKOCPOL, Theda. *Estados e Revoluções Sociais: Análise comparativa de França, Rússia e China*. Lisboa, Editorial Imprensa, [1979] 1985.
- SLENES, Robert. “‘Malungu, Ngoma vem!’ África encoberta e descoberta no Brasil.” *Revista USP*. n. 12, dez-jan-fev, 1991, pp. 48-67.
- _____. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOLA, Lourdes. “O golpe de 37 e o Estado Novo”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 277-278.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. 2º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- SPECTOR, Malcolm e KITSUSE, John. *Constructing social problems*. New York: Aldine de Gruyter, 1987.
- STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura - Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____; HALL, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*. n. 6. São Paulo: Marco Zero, 1983, pp. 80-120.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil. 1930-1970*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- TAUNAY, Afonso. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1943, 15 vols.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “Abolição e crise na Província do Rio de Janeiro: um balanço das principais perspectivas de pesquisa.” *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Niterói, v.1, nº 1, 1988, 61-70.
- _____; SANTOS, Raimundo e COSTA, Luís Flávio de Carvalho (orgs.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998; e COSTA, Luís Flávio de Carvalho;

- MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (orgs.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- THOMAS, William; ZINANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. 5 vol. New York: Octagon Books, 1974 [1918-1920].
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária Inglesa*. 3 Vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. “La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases?” In *Tradición, Revuelta e Consciência de Classe*. 2 ed. Barcelona: Critica Editorial, 1984. pp. 13-61.
- _____. “Patrícios e Plebeus.” In *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 25-85.
- _____. “A Economia Moral da multidão Inglesa do século XVIII” In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 150-202.
- _____. “A Economia Moral revisitada”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 203-266.
- THORNTON, John. *África e africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003.
- UGÁ, Vivian Dominguez. “Ação Afirmativa.” In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2004.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VEIGA, Judith de Moraes. *João Antônio de Moraes, 1º barão das Duas Barras*. Rio de Janeiro: s./ed., 1948.
- VELHO, Gilberto. “Memória, Identidade e Projeto.” *Revista Tempo Brasileiro*. nº 95, out.-dez., pp. 119-126, 1988.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- VÉRAN, Jean-François. “Quilombos and land rights in contemporary Brazil”. In: *Cultural Survival Quaterly*., pp. 20-25, Winter 2002.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX*. Bahia: Corrupio, 1988.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. “Escravos, Homens Livres e Imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920”. In: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996, pp. 189-213.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Globo, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Sistema-Mundo” In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 690-692.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. “Algumas reflexões sobre o campesinato no Nordeste: conceito e realidade.” *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, v.29, n.5, p. 537-544, 1977.

WEBER, Max. “Conceitos e Categorias da Cidade.” In: VELHO Otavio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp.73-96.

WELCH, Clifford. *Rural Labor and the Brazilian Revolution in São Paulo, 1930-1964*. Ph.D. dissertation, Department of History, Duke University, 1990.

_____. *The Seed Was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. Penn State Press, 1999.

WILKIE, Mary. *A report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil*. 2. rev. ed. Madison: Wisconsin University., (mimeo).oct. 1967

WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: the first Vargas regime*. Durham and London: Duke University, 2001, pp. 89-134.

WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*. 5 ed. México DF: Siglo Veintiuno, [1969] 1979.

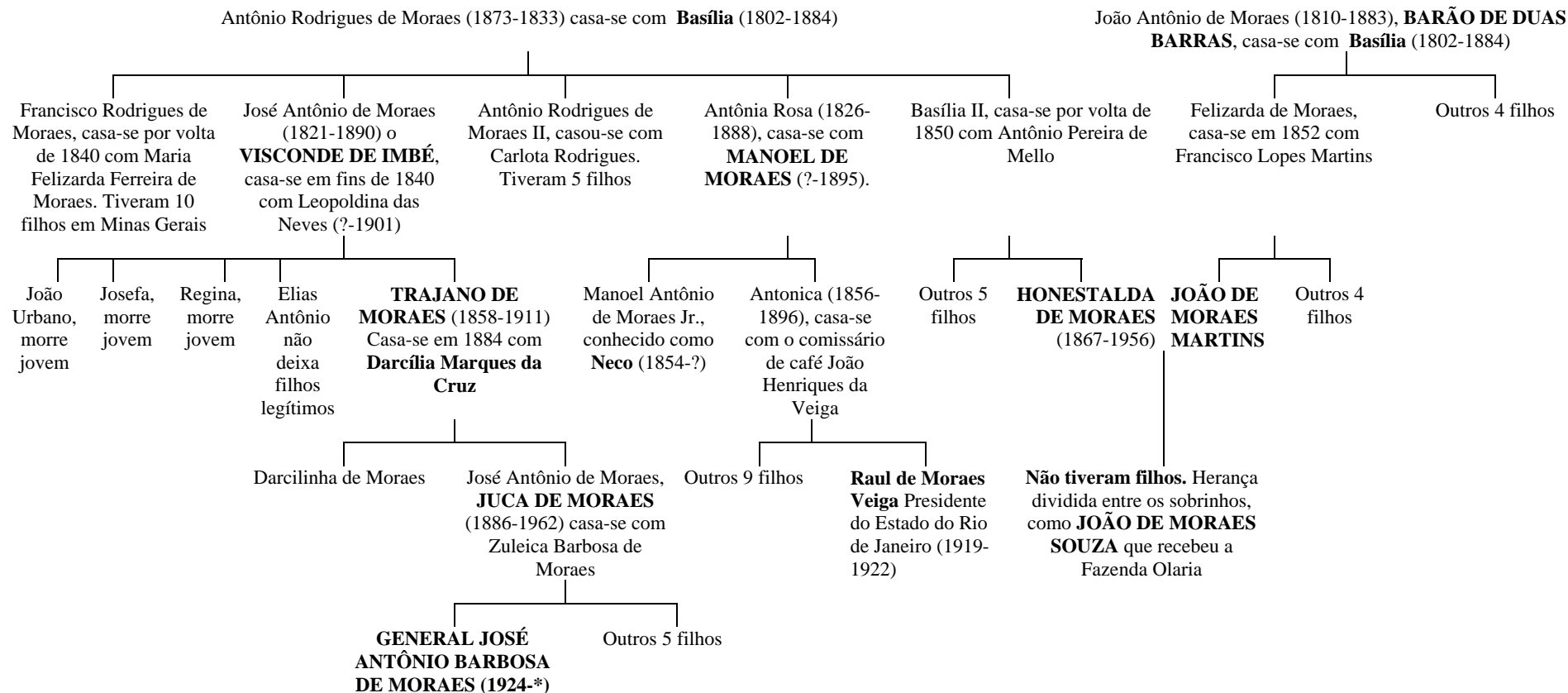
ZETIRRY, Arrigo. *O estado do Rio de Janeiro (Brazil) – Manual do emigrante*. Roma: Typ. da Unione Cooperativa Editrice, 1897.

APÊNDICES

APÊNDICE 1:
Árvore genealógica da família Moraes

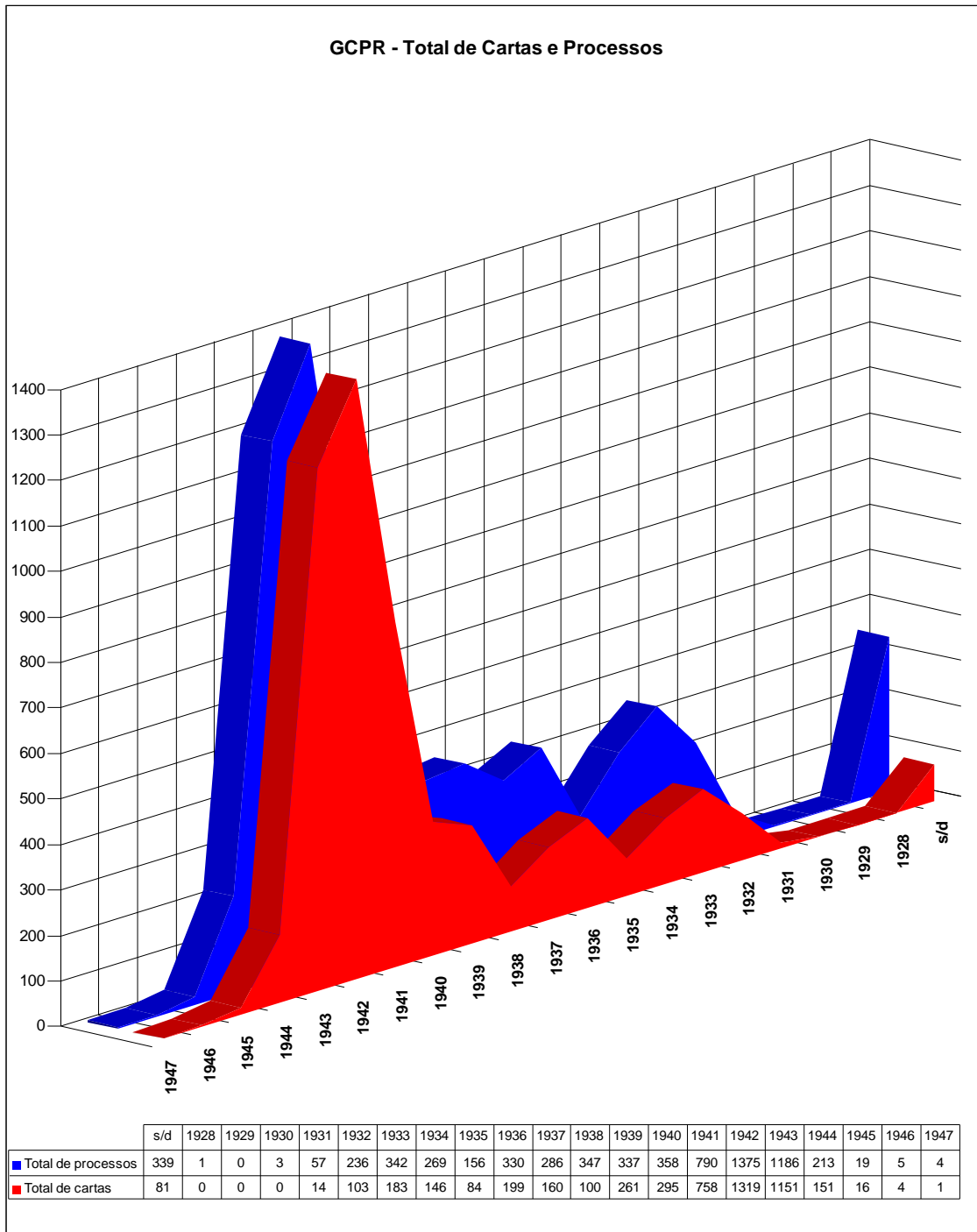
1º casamento de Basília Rosa da Silva (1820) *

2º casamento de Basília Rosa da Silva (1835)



* Em negrito os principais nomes mencionados.

APÊNDICE 2
Gráfico com total de cartas e processos (1928-1947)



Fonte: Arquivo Nacional, Gabinete Civil da Presidência da República.

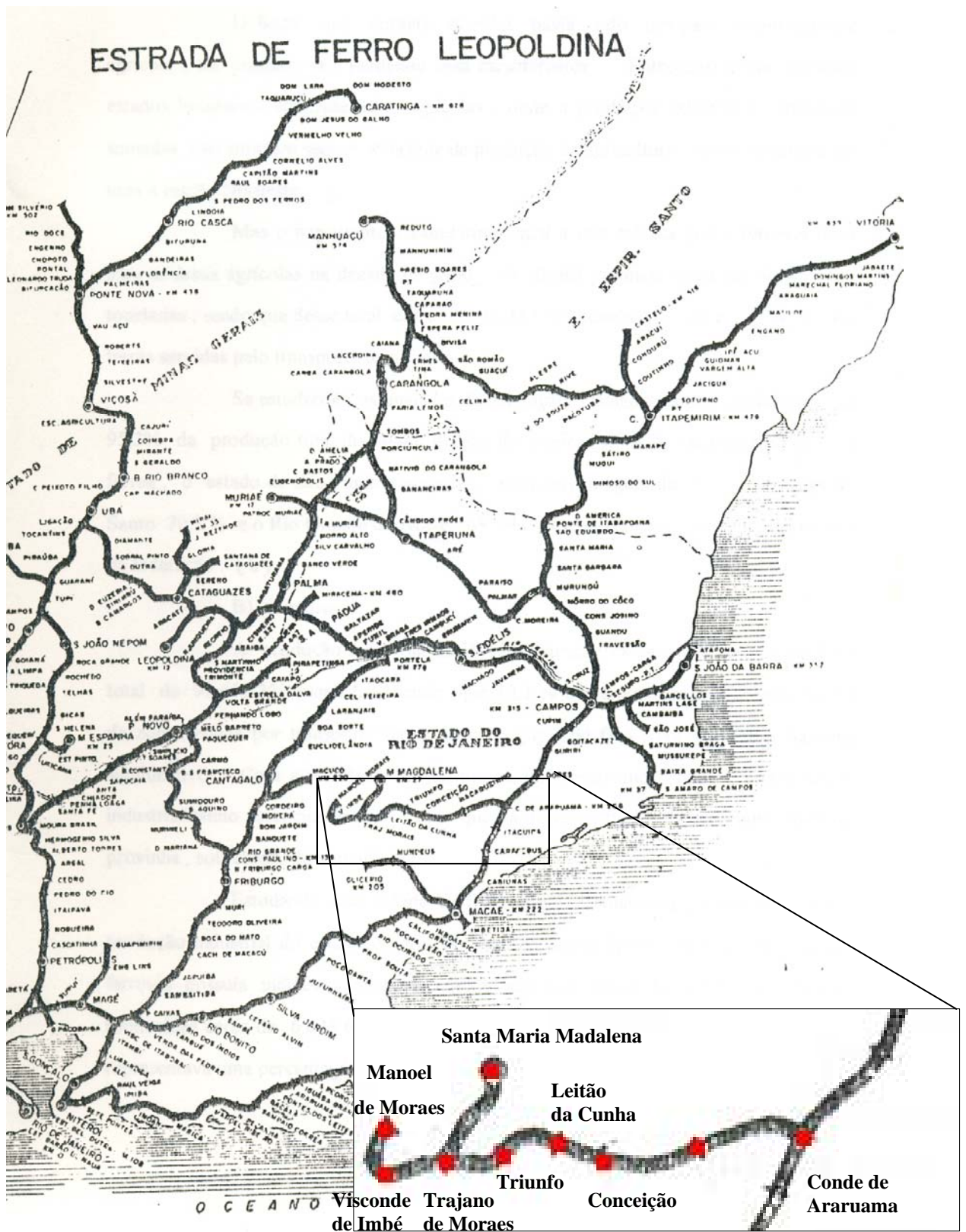
APÊNDICE 3:
Cronologia São Francisco de Paula/ Trajano de Moraes(1835-1987)

- 1835** Basília Rosa da Silva casa-se com João Antônio de Moraes, futuro Barão de Duas Barras
- 1840** Surge ao redor da capela do mesmo nome o *curato* de São Francisco de Paula pertencente ao município de Cantagalo
- 1846** O *curato* de São Francisco de Paula é elevado à *freguesia* pertencente ao município de Cantagalo
- 1849** Fundação da empresa *Moraes & Sobrinho* em sociedade do Barão e da Baronesa de Duas Barras e do Visconde e da Viscondessa de Imbé
- 1850** Lei Eusébio de Queiroz
- 1861** A *freguesia* de São Francisco de Paula passa a pertencer ao município de Santa Maria Madalena
- 1871** Lei do Ventre-Livre
- 1872** Compra da Fazenda Santo Inácio pela empresa *Moraes & Sobrinho*
- 1873** Dissolução da sociedade da empresa *Moraes & Sobrinho* e partilha em vida de 2/3 dos bens do Barão e da Baronesa de Duas Barras
A Fazenda Santo Inácio é herdada pelo Visconde de Imbé
- 1885** Lei dos Sexagenários
- 1888** Lei Áurea
- 1889** Proclamação da República
- 1891** Emancipação da *freguesia* de São Francisco de Paula diante de Santa Maria Madalena. Criação do *município* com sede em São Francisco de Paula
- 1893** Inauguração da *Estrada de Ferro Barão de Araruama*, empreendimento de Manoel de Moraes, Trajano de Moraes e fazendeiros de Santa Maria Madalena
- 1899** A *Estrada de Ferro Barão de Araruama* é repassada à estrada de Ferro Leopoldina
- 1900** Chegada de imigrantes italianos e espanhóis
- 1901** Trajano de Moraes herda a fazenda Santo Inácio
- 1906** 1ª Eleição de Juca de Moraes como Deputado Estadual
- 1911** Morte de Trajano de Moraes
- 1915** Transferência da sede da *vila* São Francisco de Paula para o *povoado* de Ventania, local da estação Trajano de Moraes
- 1919** Raul de Moraes Veiga é eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro
Nova transferência da sede: de Ventania para o *povoado* de Aurora, local da estação Visconde de Imbé
- 1921** Aurora é elevado à categoria de *Vila*
- 1923** Ventania passa a se chamar Trajano de Moraes, é elevado à categoria de *Vila*, e volta a ser a sede do município de São Francisco de Paula
Aurora passa a se chamar Visconde de Imbé

- 1929** Quebra da Bolsa de valores de Nova Iorque e crise mundial
- 1930** Revolução de 1930
- 1936** Honestalda de Moraes é eleita prefeita
- 1938** O município de São Francisco de Paula passa a se chamar Trajano de Moraes
- 1960** Colonos de outras fazendas são empregados na prefeitura através de João de Moraes Souza
- 1962** Morte de Juca de Moraes e do administrador
Plano de Erradicação dos Cafeeiros
- 1963** Fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes (STR)
“Prisão do trem”
- 1964** Golpe Civil- Militar: Fechamento do Sindicato e prisão de lideranças
Estatuto da Terra
- 1968** Reunião de agosto - Acácio Fernandes – presidente da FETAG-RJ
- 1969** Relatório “A rota da subversão”
- 1969** Invasão do gado nas lavouras dos colonos na Santo Inácio
- 1971** Ação de Reintegração de Posse movida pelo proprietário da Santo Inácio
Ação Possessória movida pelos colonos contra os proprietários
Ação de Despejo movida pelos proprietários contra os colonos
Carta do STR de Conceição de Macabu para FETAG-RJ
Reabertura do STR de Trajano de Moraes
- 1974** Desistência de 2 colonos da Ação Possessória.
- 1979** Fundação das Comunidades Eclesiais de Base em Trajano
- 1980** Criação da Comissão Pastoral da Terra em Trajano
Oposição sindical
- 1984** Sentença Judicial desfavorável aos colonos
- 1985** Plano Nacional de Reforma Agrária
- 1986** Comissão de “trabalhadores rurais posseiros” da fazenda Santo Inácio envia carta a FETAG-RJ relatando a tensão
- 1987** Decreto de Desapropriação da Fazenda Santo Inácio
- 1988** Tomada do Sindicato “na marra”

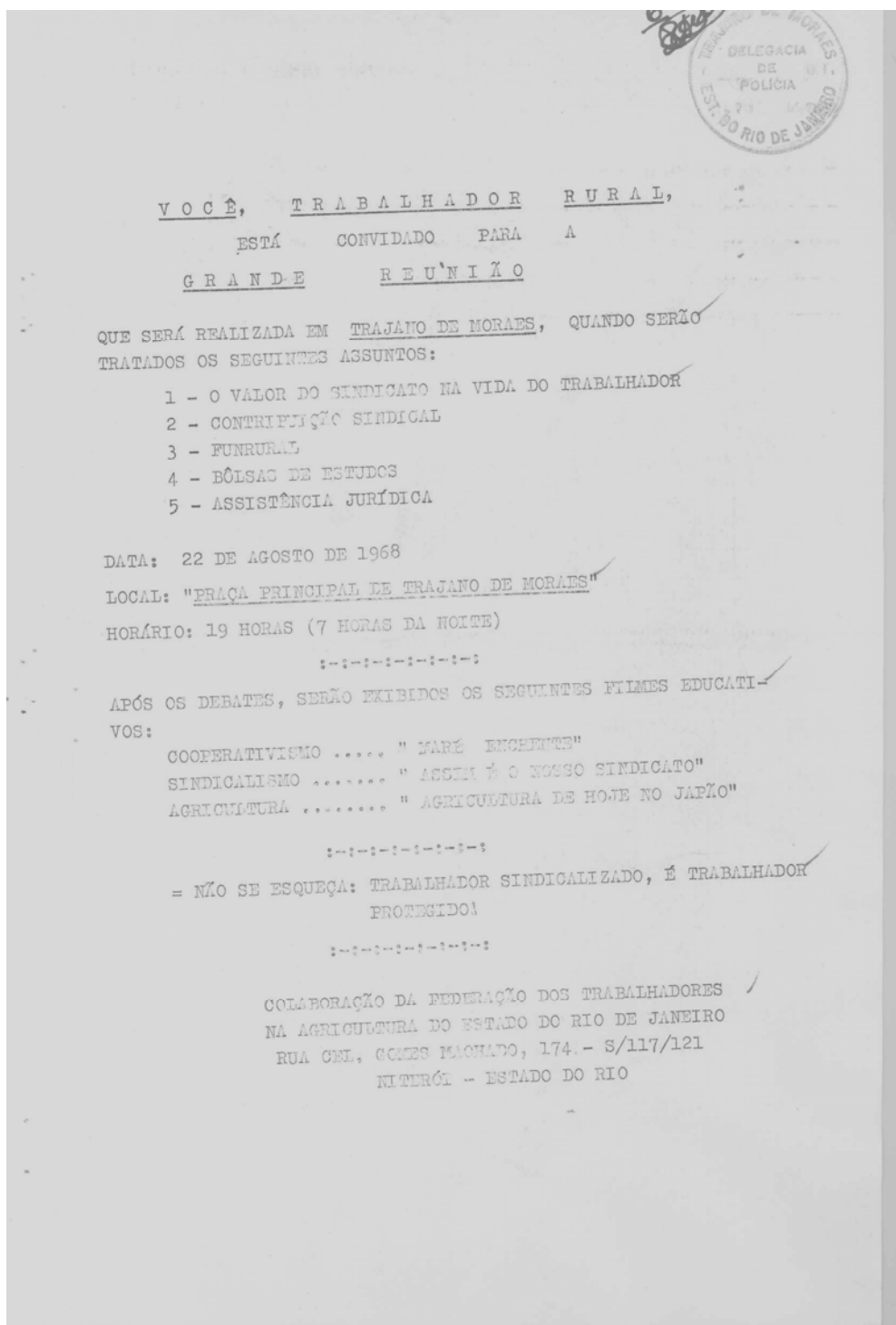
ANEXOS

ANEXO I:
Estrada de Ferro Leopoldina e ramal Barão de Araruama



Fonte: Revista Ferroviária, Rio de Janeiro: 1960, p. 96.

ANEXO 2:
Panfleto apreendido: "grande reunião"/ "comício sobre ruralismo"



Fonte: APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuário de Acácio Fernandes dos Santos.